



O urbanismo de *Lucus Augusti*. Uma nova perspectiva de análise.

Francisco Folgueira Rios

UMinho | 2020

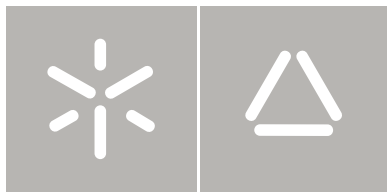


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Francisco Folgueira Rios

O urbanismo de *Lucus Augusti*.
Uma nova perspectiva de análise.

Janeiro de 2020



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Francisco Folgueira Rios

O urbanismo de *Lucus Augusti*.
Uma nova perspetiva de análise.

Tese de Mestrado
Arqueologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins
e da
Professora Doutora Dolores Dopico Caínzos

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

Agradecimentos

Primeiramente, queria agradecer a confiança depositada em mim pelas orientadoras desse trabalho, Professora Manuela Martins e Professora Dolores Dopico Caínzos. As duas foram um grande estímulo, tanto a nível académico como pessoal, e sempre estiveram dispostas a ajudar e motivar para que o trabalho fosse possível e seguisse a bom porto. Agradeço verdadeiramente a oportunidade que me foi dada.

Gostaria ainda de agradecer à Professora Dolores Dopico Caínzos a oportunidade que me foi oferecida aquando da sugestão de realizar o voluntariado no estágio de campo em Arqueologia no Teatro Romano de *Bracara Augusta*, bem como depois o Mestrado na Universidade do Minho, conselhos que foram decisivos para que o presente trabalho fosse possível.

Deixo uma palavra também às docentes que tive durante o primeiro ano letivo do Mestrado em Arqueologia na Universidade do Minho, e que me marcaram de forma bastante positiva. São elas a Professora Maria do Carmo Ribeiro, Doutora Sofia Figueiredo, Professora Helena Paula Carvalho e, sobretudo, a Doutora Rebeca Blanco-Rotea, a qual, para além da grande admiração que me merece a nível académico, foi da mais alta importância para garantir minha estadia em Braga. Os meus agradecimentos estendem-se também aos docentes de unidades curriculares do curso de Licenciatura em Arqueologia que tive a oportunidade de realizar a fim de ampliar a minha formação na área, designadamente o Professor José Meireles e o Doutor Jorge Ribeiro, que sempre se preocuparam com a minha aprendizagem e o meu trabalho.

Agradeço igualmente a toda a equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho pelo constante apoio e motivação, bem como pelas palavras de ânimo que sempre me dispensaram, com menção especial ao Eurico Machado, à Engenheira Natália Botica e, principalmente, à Doutora Fernanda Magalhães e ao Diego Machado. Primeiramente, porque sem eles este trabalho não teria sido possível, mas sobretudo pelo exemplo e pelo apoio que me dedicaram, que foram essenciais a minha formação e estadia em Braga. Através deles não apenas pude ver que a ciência arqueológica requer um método e que este deve ser respeitado, como pude compreender a alta relevância de realizar um trabalho em equipa e a importância de partilhar ideias e de transmitir o conhecimento resultante de qualquer trabalho arqueológico à sociedade, sendo esta uma das principais finalidades da atividade arqueológica, para além da produção de novo conhecimento. Agradeço-lhes imensamente, não apenas tudo o que forneceram à minha formação intelectual, mas também tudo o que me ensinaram a nível pessoal, que me tornou hoje uma pessoa melhor. Espero sempre contar com a sua amizade.

Quero ainda fazer uma menção especial às pessoas que conheci desde que cheguei a Braga, e que me acompanharam na minha estadia, tornando-a muito mais leve e divertida. Um muito obrigado ao Clementino, Pinho, Catarina, Diana, Felipe, Sílvia, Rafael, Malú, Fernanda, Guilherme, Cadu, Lara, Mark, Giovana, Vítor, Gabriela e aos dois 'lucenses' Diego e Noemi, também pelas longas viagens que fizemos até Lugo. Mas, acima de tudo, agradeço ao Lauro e ao Nelson, por tudo o que vivemos juntos e por fazerem a sua residência, e toda Braga, na minha casa.

Por fim, quero agradecer a meu pai e a minha mãe por tudo o que lutaram e se esforçaram para que eu tivesse a oportunidade de cursar Ciências da Cultura e da Difusão Cultural, na Faculdade de Humanidades da Universidade de Santiago de Compostela e frequentar o Mestrado em Arqueologia na Universidade do Minho. Eles são sempre um exemplo de esforço, dedicação, humildade e bondade para mim. Também quero agradecer o apoio da minha avó Célia e dos meus irmãos Rubén e Miguel, que sempre foram os melhores exemplos possíveis e também sempre tiveram que aguentar as brincadeiras, nem sempre interessantes, do seu irmão mais pequeno. Agradeço ainda a Selma e Isabel, bem como aos meus tios e primos. Agradeço também ao Alex. Ainda que não tenhamos claro se somos primos, é sim bastante óbvio que fazes parte da minha família. Deixo uma palavra também aos meus companheiros na Faculdade de Humanidades, em especial a Sara, Daniel e Soraya, assim como a outros grandes amigos, como Xoel, Guly, Andrea, Irene e Medet. Finalmente, um agradecimento muito especial à Laura por todo o apoio, carinho e confiança que me transmitiu, e por tornar muito mais fáceis estes dois anos de mestrado, apesar da distância.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

“Unha cidade é un corpo. E un corpo é un mapa. Unha representación simbólica de liñas. Unha interpretación de circunstancias. Coas súas fronteiras. Coas súas marcas. As cidades, igual ca os corpos, gardan en si o pasado. Amósano de forma ás veces ostentosa. Como a catedral coas súas torres. Amósano, outras veces, cal un segredo a voces. Como as ruínas romanas da rúa das docerías, agora instaladas dentro dunha zapatería. Cada cidade representa o seu propio mundo. Cada corpo, centos. Mais os corpos móvense, e unen os espazos. Os corpos e as cidades resumen nas súas marcas superficiais historias que semellan impensables. “

Tratado sobre a esencia da cidade, María Reimóndez

“Porque todos los bienes culturales que abarca su mirada, sin excepción, tienen para él una procedencia en la cual no puede pensar sin horror. Todos deben su existencia no sólo a la fatiga de los grandes genios que los crearon, sino también a la servidumbre anónima de sus contemporáneos. No hay documento de cultura que no sea a la vez un documento de barbarie.”

Tesis sobre la historia y otros fragmentos, Walter Benjamin

“Y ruede la rueda y gire la noria.”

Abajo el Alzheimer, Javier Krahe

Título: O urbanismo de *Lucus Augusti*. Uma nova perspectiva de análise

Resumo

A importância do estudo do urbanismo das cidades romanas radica na informação que este nos fornece sobre os diferentes equipamentos públicos que os centros urbanos possuíam, associados à vida política, jurídica e religiosa, mas também ao entretenimento e ao espetáculo, mas, sobretudo, na capacidade que as cidades e sua evolução física possuem de documentar as transformações sociais do seu corpo cívico. Desta forma, a análise das mudanças realizadas em ruas e quarteirões, mas também em edifícios públicos e privados, possibilitam também uma melhor compreensão das alterações ideológicas, políticas, económicas e sociais das sociedades que criaram, habitaram e transformaram um determinado centro urbano.

A cidade de *Lucus Augusti*, fundada nos finais do século I a.C. por Augusto, tem a sua origem associada à reforma administrativa realizada na Hispânia, uma vez que toda a Península Ibérica foi integrada ao Império, ao fim das Guerras Cantábricas, em 19 a.C.. A criação de cidades no NO peninsular, entre as quais se situa *Lucus*, surge na sequência da divisão daquela região em três *conuentus iuridici*, instrumento utilizado como meio de pacificar e integrar as populações indígenas.

De forma a melhor compreender o urbanismo fundacional lucense, bem como sua evolução ao longo dos séculos de ocupação romana, procedemos à análise de um conjunto significativo de relatórios de intervenções arqueológicas realizadas na cidade de Lugo desde os anos 80 do século XX, enquadradas em sete zonas arqueológicas, designadamente aquelas que estão associadas às ruas da Raiña, do Progreso, dos Clérigos, San Marcos, Anxel Fole, Armanyá e Montevideo, situadas no interior do Centro Histórico de Lugo, na área intramuros da cerca baixo-imperial, estrutura que até hoje persiste na paisagem urbana daquela cidade.

Por fim, propusemos uma análise comparada entre o desenho e a evolução da morfologia urbana de *Lucus Augusti* com os dados disponíveis sobre outras cidades romanas do NO da Península Ibérica, dando especial destaque a *Bracara Augusta*, capital do convento bracaraugustano, que conta com mais de 40 anos de escavações sistemáticas e estudo integrado, constituindo-se, assim, como uma referência incontornável para a compreensão dos processos de criação e desenvolvimento do urbanismo romano no NO ibérico e, por conseguinte, de grande interesse para o presente trabalho.

Palavras-chave: Arqueologia Urbana, cidades romanas, *Lucus Augusti*, urbanismo

Title: The urbanism of *Lucus Augusti*. A new perspective of analysis

Abstract

The importance of studying the urbanism of Roman cities lies not only in the information it gives us about the different public facilities that the urban centers had, associated with political, legal and religious life, but also with entertainment and spectacle, but above all in their capacity cities, and their physical evolution, have to document the social transformations of their civic body. Thus, the analysis of the changes made in streets and quarters but also in public and private buildings also allows a better understanding of the ideological, political, economic and social changes of the societies that created, inhabited and transformed a given urban center.

The city of *Lucus Augusti*, founded in the late 1st century BC by *Augustus*, has its origin associated with the administrative reform carried out in *Hispania*, once the entire peninsula was annexed to the Empire, at the end of the Cantabrian Wars, through the creation of three *conuentus iuridici* in northwestern Iberia, an instrument used to pacify and integrate indigenous peoples into the Roman world.

In order to better understand foundational urbanism of *Lucus Augusti*, as well as its evolution over the centuries of Roman occupation, we analyzed the reports of a wide range of interventions framed in seven archaeological zones, namely those associated with the streets of Raiña, Progreso, Clérigos, San Marcos, Anxel Fole, Armanyá and Montevideo, located inside the Historic Center of Lugo, in the intramural area of Late Imperial walls, a structure that still persists in the urban landscape of that city.

Finally, we have proposed a comparative analysis of the design and evolution of *Lucus Augusti's* urban morphology with available data of other Roman cities in the northwest, giving special value to *Bracara Augusta*, capital of the *conuentus bracaraugustanus*, which has over 40 years of systematic excavations and integrated study, thus constituting an unavoidable reference for the present work.

Arqueología Urbana, ciudades romanas, *Lucus Augusti*, urbanismo

Keywords: *Lucus Augusti*, Roman cities, Urban archaeology, urbanism

Índice

Agradecimentos	ii
Epígrafe	vi
Resumo	vii
Abstract	viii
Índice	ix
Lista de figuras	xvi
Lista de apêndices	xviii
Introdução	1
Parte I: O urbanismo romano de <i>Lucus Augusti</i> e de <i>Bracara Augusta</i>	5
1. A cidade antiga como objeto de estudo	6
1.1 Introdução	6
1.2 A ideia de cidade	7
1.3 A planificação de uma cidade romana	14
2. Estado da questão sobre o urbanismo de <i>Lucus Augusti</i> e <i>Bracara Augusta</i>	15
3. Objetivos	30
4. Metodologia	31
Parte II: A arqueografia do urbanismo de <i>Lucus Augusti</i>	33
1. Zona arqueológica da ‘rua da Raiña’	34
1.1 Localização e descrição da escavação	34
1.1.1 <i>Rua da Raiña 7 e 9</i>	35
1.1.2 <i>Rua da Raiña 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25</i>	35
1.1.3 <i>Rua da Raiña 18</i>	35
1.2 Estratigrafia	36
1.2.1 <i>Rua da Raiña 7 e 9</i>	36
1.2.2 <i>Rua da Raiña 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25</i>	37
1.2.3 <i>Rua da Raiña 18</i>	38
1.3 Caracterização das estruturas	39
1.3.1 <i>Muros</i>	39

1.3.1.1	Rua da Raiña 7 e 9	39
1.3.1.2	Rua da Raiña 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25	39
1.3.1.3	Rua da Raiña 18	41
1.3.2	<i>Embasamentos, silhares, pilares, cunhais</i>	42
1.3.2.1	Rua da Raiña 7 e 9	42
1.3.2.2	Rua da Raiña 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25	42
1.3.3	<i>Pavimentos</i>	42
1.3.3.1	Rua da Raiña 7 e 9	42
1.3.3.2	Rua da Raiña 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25	43
1.3.3.3	Rua da Raiña 18	44
1.3.4	<i>Estruturas hidráulicas</i>	44
1.3.4.1	Rua da Raiña 7 e 9	44
1.3.4.2	Rua da Raiña 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25	45
1.3.4.3	Rua da Raiña 18	45
1.3.5	<i>Outras estruturas</i>	45
1.3.5.1	Rua da Raiña 7 e 9	45
1.3.5.2	Rua da Raiña 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25	45
1.3.5.3	Rua da Raiña 18	46
	1.4 Interpretação	46
	2. Zona arqueológica da ‘rua do Progreso’	49
	2.1 Localização da escavação	49
2.1.1	<i>Rua do Progreso</i>	50
2.1.2	<i>Rua do Progreso 20-22</i>	50
2.1.3	<i>Rua do Progreso 12</i>	50
2.1.4	<i>Rua do Progreso 18</i>	51
2.1.5	<i>Rua do Progreso 28</i>	51
	2.2 Estratigrafia	51
2.2.1	<i>Rua do Progreso</i>	51
2.2.2	<i>Rua do Progreso 20-22</i>	51
2.2.3	<i>Rua do Progreso 12</i>	53
2.2.4	<i>Rua do Progreso 18</i>	54
2.2.5	<i>Rua do Progreso 28</i>	55

2.3 Caracterização das estruturas	58
2.3.1 <i>Muros</i>	58
2.3.1.1 Rua do Progreso	58
2.3.1.2 Rua do Progreso 20-22	59
2.3.1.3 Rua do Progreso 12	60
2.3.1.4 Rua do Progreso 18	60
2.3.1.5 Rua do Progreso 28	60
2.3.2 <i>Embasamentos, silhares, pilares, cunhais</i>	61
2.3.2.1 Rua do Progreso	61
2.3.2.2 Rua do Progreso 20-22	61
2.3.3 <i>Pavimentos</i>	62
2.3.3.1 Rua do Progreso	62
2.3.3.2 Rua do Progreso 20-22	62
2.3.3.3 Rua do Progreso 12	62
2.3.3.4 Rua do Progreso 18	62
2.3.3.5 Rua do Progreso 28	63
2.3.4 <i>Estruturas hidráulicas</i>	64
2.3.4.1 Rua do Progreso	64
2.3.4.2 Rua do Progreso 20-22	64
2.3.4.3 Rua do Progreso 12	65
2.4 Interpretação	65
3. Zona arqueológica da ‘rua dos Clérigos’	69
3.1 Localização da escavação	69
3.1.1 <i>Rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha</i>	70
3.1.2 <i>Rua dos Clérigos 1998</i>	71
3.1.3 <i>Ronda Interior Clérigos n° 1</i>	71
3.2 Estratigrafia	71
3.2.1 <i>Rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha</i>	71
3.2.2 <i>Rua dos Clérigos 1998</i>	72
3.2.3 <i>Ronda Interior Clérigos n° 1</i>	72
3.3 Caracterização das estruturas	73
3.3.1 <i>Muros</i>	73

3.3.1.1	Rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha	73
3.3.1.2	Rua dos Clérigos 1998	75
3.3.1.3	Ronda Interior Clérigos nº 1	76
3.3.2	<i>Embasamentos, silhares, pilares, cunhais</i>	77
3.3.2.1	Rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha	77
3.3.2.2	Ronda Interior Clérigos nº 1	77
3.3.3	<i>Pavimentos</i>	78
3.3.3.1	Rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha	78
3.3.3.2	Rua dos Clérigos 1998	79
3.3.3.3	Ronda Interior Clérigos nº 1	79
3.3.4	<i>Estruturas hidráulicas</i>	80
3.3.4.1	Rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha	80
3.3.4.2	Rua dos Clérigos 1998	81
3.3.4.3	Ronda Interior Clérigos nº 1	81
3.4	Interpretação	81
4.	Zona arqueológica da ‘rua San Marcos’	83
4.1	Localização da escavação	83
4.1.1	<i>Rua San Marcos 15</i>	84
4.1.2	<i>Rua San Marcos 4</i>	84
4.2	Estratigrafia	84
4.2.1	<i>Rua San Marcos 15</i>	84
4.2.2	<i>Rua San Marcos 4</i>	85
4.3	Caracterização das estruturas	86
4.3.1	<i>Muros</i>	86
4.3.1.1	Rua San Marcos 15	86
4.3.2	<i>Embasamentos, silhares, pilares, cunhais</i>	87
4.3.2.1	Rua San Marcos 4	87
4.3.3	<i>Pavimentos</i>	87
4.3.3.1	Rua San Marcos 15	87
4.3.3.2	Rua San Marcos 4	87
4.3.4	<i>Estruturas hidráulicas</i>	88
4.3.4.1	Rua San Marcos 4	88

4.4 Interpretação	88
5. Zona arqueológica da ‘rua Anxel Fole’	89
5.1 Localização da intervenção	89
5.1.1 <i>Rua Anxel Fole n° 11</i>	90
5.2 Estratigrafia	90
5.3 Caracterização das estruturas	91
5.3.1 <i>Muros</i>	91
5.3.2 <i>Embasamentos, silhares, pilares e cunhais</i>	93
5.3.3 <i>Pavimentos</i>	93
5.3.4 <i>Estruturas hidráulicas</i>	94
5.4 Interpretação	95
6. Zona arqueológica da ‘rua Armanyá’	97
6.1 Localização da intervenção	97
6.1.1 <i>Rua Armanyá 3</i>	98
6.1.2 <i>Rua Armanyá 13</i>	99
6.1.3 <i>Rua Armanyá 1998 e Conde Pallares</i>	99
6.1.4 <i>Rua Doutor Castro 20-22</i>	99
6.2 Estratigrafia	99
6.2.1 <i>Rua Armanyá 3</i>	99
6.2.2 <i>Rua Armanyá 13</i>	101
6.2.3 <i>Rua Armanyá 1998 e Conde Pallares</i>	101
6.2.4 <i>Rua Doutor Castro 20-22</i>	102
6.3 Caracterização das estruturas	102
6.3.1 <i>Muros</i>	102
6.3.1.1 <i>Rua Armanyá 3</i>	102
6.3.1.2 <i>Rua Armanyá 13</i>	103
6.3.1.3 <i>Rua Armanyá 1998 e Conde Pallares</i>	104
6.3.1.4 <i>Rua Doutor Castro 20-22</i>	104
6.3.2 <i>Embasamentos, silhares, pilares, cunhais</i>	104
6.3.2.1 <i>Rua Armanyá 13</i>	104
6.3.2.2 <i>Rua Armanyá 1998 e Conde Pallares</i>	105
6.3.2.3 <i>Rua Doutor Castro 20-22</i>	105

6.3.3	<i>Pavimentos</i>	105
6.3.3.1	Rua Armanyá 3	105
6.3.3.2	Rua Armanyá 13	106
6.3.3.3	Rua Armanyá 1998 e Conde Pallares	106
6.3.3.4	Rua Doutor Castro 20-22	107
6.3.4	<i>Estruturas hidráulicas</i>	107
6.3.4.1	Rua Armanyá 3	107
6.3.4.2	Rua Armanyá 13	107
6.3.4.3	Rua Armanyá 1998 e Conde Pallares	108
6.3.4.4	Rua Doutor Castro 20-22	108
	6.4 Interpretação	108
7.	Zona arqueológica da ‘rua Montevideo’	111
7.1	Localização da intervenção	111
7.1.1	<i>Rua Montevideo 23, 25 e 27</i>	112
7.2	Estratigrafia	112
7.3	Caracterização das estruturas	113
7.3.1	<i>Muros</i>	113
7.3.2	<i>Embasamentos, silhares, pilares, cunhais</i>	113
7.3.3	<i>Pavimentos</i>	113
7.3.4	<i>Estruturas hidráulicas</i>	113
7.4	Interpretação	114
Parte III.	O urbanismo de <i>Lucus Augusti</i>	117
1.	O processo de fundação	118
2.	Os eixos viários e quarteirões	125
3.	Os equipamentos para o abastecimento e drenagem de água	135
4.	Os edifícios públicos e privados	143
5.	A implantação da muralha e as mudanças da trama viária no Baixo-império	148
6.	Análise comparativa dos dados obtidos em <i>Lucus Augusti</i> com os de <i>Bracara Augusta</i>	151
	Considerações finais	155

Bibliografia

167

Apêndices

Lista de figuras

Figura 1. Planta de *Lucus Augusti*.

Figura 2. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua da Raiña no ortofotomapa.

Figura 3. Localização da zona arqueológica da rua da Raiña na planta com o edificado de Lugo.

Figura 4. Relação do muro UE064 com o muro UE007.

Figura 5. Relação do muro UE064 com os muros UEs013 014.

Figura 6. Muros UEs029 e 050, alto imperiais, associados à estrutura porticada. Canalizações UEs005 e 011. Pavimento do *kardo* UE012. Muros tardios UEs091 e 092.

Figura 7. Pavimento em granito (UEC22), embasamento de coluna (UEC51), pavimento em *opus signinum* (UE450) e canal de drenagem (UEC17).

Figura 8. Pórtico formado pelas bases de colunas (UEs033, 040 e 041) e as pilastras (UEs011 e 062).

Figura 9. Pavimento em *opus signinum* (UE056), calçada (UE076), canal de drenagem (UE095) e muro (UE026).

Figura 10. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua do Progreso no ortofotomapa.

Figura 11. Localização da zona arqueológica da rua do Progreso na planta com o edificado de Lugo.

Figura 12. Estruturas de cronologia baixo-imperial dispostas a sul e norte da rua calcetada (UE009).

Figura 13. Muros (UEs002, 004 e 007), canalização (UE003) e pavimento em *opus signinum* (UE014).

Figura 14. Muro realizado em *opus caementicium* vinculado ao *forum*, e pavimentos a este do mesmo.

Figura 15. Cruzamento do *kardo* UE001 com o *decumanus* UE021 e edifício documentado a este, bem como estruturas associadas ao *forum* a oeste.

Figura 16 Edifício documentado a sudoeste do *decumanus* identificado com a UE009 e do seu cruzamento com o *kardo* UE010.

Figura 17. Muros que delimitam a *taberna* aberta a este do *forum*.

Figura 18. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua dos Clérigos no ortofotomapa.

Figura 19. Localização da zona arqueológica da rua dos Clérigos na planta com o edificado de Lugo.

Figura 20. Estruturas documentadas na intervenção da rua dos Clérigos, esquina com Praça de Espanha, designadamente o *kardo* (UE001), a grande canalização a nascente deste (UE069) e a via pedonal porticada anexa, a este, que se articula com a área edificada do quarteirão.

Figura. 21 Edifício termal, documentado na área este da intervenção, de cronologia alto-imperial.

Figura 22. *Kardo* UE001, canalização paralela (UE006) e estruturas do edifício que ocupava o quarteirão a nascente.

Figura 23. *Pilae* que conformavam o *hypocaustum* documentado na intervenção Ronda Interior Clérigos nº1.

Figura 24. *Decumanus* UE1A10.

Figura 25. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua San Marcos no ortofotomapa.

Figura 26. Localização da zona arqueológica da rua San Marcos na planta com o edificado de Lugo.

Figura 27. Valas de extração de saibro.

Figura 28. Alinhamentos baixo-imperiais documentados na rua San Marcos 15.

Figura 29. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua Anxel Fole no ortofotomapa.

Figura 30. Localização da zona arqueológica da rua Anxel Fole na planta com o edificado de Lugo.

Figura 31: Calçada CZ-1 e edifícios A e B, abertos a ela.

Figura 32. Tanque do edifício D e canalizações associadas.

Figura 33. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua Armanyá no ortofotomapa.

Figura 34. Localização da zona arqueológica da rua Armanyá na planta com o edificado de Lugo.

Figura 35. *Decumanus maximus* (UE001) e o primitivo traçado do *kardo*, que foi ocupado pela *domus Oceani*. Esse arruamento foi inutilizado e cortado pelo muro UE017.

Figura 36. *Hypocaustum*, *exedra* e muros tardios.

Figura 37. Sistema de *hypocaustum* em “V”.

Figura 38. Cruzamento do *decumanus maximus* (UE100) com o *kardo* (UE102). Na imagem também aparece a cloaca abobadada (UE101) e restos de muros dos edifícios paralelos, integrados num quarteirão situado a norte do decumano.

Figura 39. Planta da *domus Oceani*.

Figura 40. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua Montevideo no ortofotomapa.

Figura 41. Localização da zona arqueológica da rua Montevideo na planta com o edificado de Lugo.

Figura 42. Localização das intervenções onde foram documentadas estruturas em negativo de cronologia alto-imperial.

Figura 43. Resultado da projeção dos eixos viários alto imperiais que foram obtidos a partir das escavações analisadas.

Figura 44. Proposta da malha urbana de *Bracara Augusta*.

Figura 45. Proposta de restituição do traçado do aqueduto de *Lucus Augusti* por González Soutelo.

Figura 46. Cloacas abobadadas e possíveis edifícios termiais.

Figura 47. Proposta de planta baixo-imperial.

Lista de apêndices

Apêndice 1 – Zona arqueológica da rua da Raiña

Apêndice 2 – Zona arqueológica da rua do Progreso

Apêndice 3 – Zona arqueológica da rua dos Clérigos

Apêndice 4 – Zona arqueológica da rua San Marcos

Apêndice 5 – Zona arqueológica da rua Anxel Fole

Apêndice 6 – Zona arqueológica da rua Armanyá

Apêndice 7 – Zona arqueológica da rua Montevideo

Apêndice 8 – Planta alto-imperial

Apêndice 9 – Malha urbana alto-imperial

Apêndice 10 – Planta baixo-imperial

Apêndice 11 – Malha urbana baixo-imperial

Introdução

A presente dissertação tem por objetivo uma aproximação ao estudo do urbanismo romano da cidade de *Lucus Augusti*, que foi uma das três capitais conventuais criadas por Augusto no noroeste da Península Ibérica, tendo em vista facilitar a administração do território integrado no Império, no fim das Guerras Cantábricas. Este estudo centra-se na análise das mudanças que sofreu o espaço urbano, entendendo-se este como um produto da sociedade que o habita, o qual, por sua vez, produz mudanças na dita sociedade, através de processos de reorganização de vários âmbitos. Formando parte do processo produtivo da sociedade, o urbanismo pode ser visto como mais do que um produto corrente daquela, podendo ser definido como um produto-produtor (Lefebvre, 2013). Esta relação dialética entre a sociedade e o espaço que se habita torna necessário olhar a cidade numa perspetiva diacrónica, de modo a perceber o diálogo entre as mudanças que podem ser documentadas no espaço e as transformações sociais, políticas e culturais que se produzem na sociedade, possibilitando, assim, caracterizar as fases em que tiveram lugar as referidas transformações e relacioná-las com a realidade social desses momentos. Desta forma, este trabalho não se centrará numa fase concreta da ocupação de *Lucus Augusti* e do seu urbanismo, mas partirá do processo de fundação da cidade e analisará as transformações que sofreram os diferentes equipamentos e estruturas urbanas ao longo do Alto e Baixo-império.

Para levar a cabo este trabalho, além de uma revisão bibliográfica dos estudos realizados sobre *Lucus Augusti*, foi necessário analisar os relatórios de 19 escavações, produzidos no seio da atividade arqueológica desenvolvida no âmbito da arqueologia urbana da cidade, iniciada nos anos 80 do século XX. Para facilitar a análise e interpretação dos dados obtidos, as escavações foram agrupadas num total de 7 zonas arqueológicas, designadamente a zona arqueológica da rua da Raiña, a zona arqueológica da rua do Progreso, a zona arqueológica da rua dos Clérigos, a zona arqueológica da rua San Marcos, a zona arqueológica da rua Anxel Fole, a zona arqueológica da rua Armanyá e a zona arqueológica da rua Montevideo.

Os dados obtidos nas diferentes intervenções arqueológicas, realizadas nas 7 zonas arqueológicas referenciadas, que foram identificadas nos relatórios elaborados pelos responsáveis das referidas escavações, aos quais tivemos acesso, constituíram a base do nosso trabalho de interpretação da forma e das mudanças ocorridas no urbanismo da cidade romana de Lugo, desde a sua fundação. Assim, valorizámos de forma muito particular o registo estratigráfico de cada área escavada, uma vez que é ele que nos permite compreender as mudanças associadas aos marcadores arquitetónicos que compunham a topografia urbana de *Lucus Augusti*. Foi a partir desse registo que conseguimos identificar diferentes fases de construção que se foram sucedendo em cada uma das zonas arqueológicas. Da

mesma forma, também foram valorizados os apêndices gráficos dos relatórios dessas intervenções com o intuito de complementar as análises estratigráficas que foram realizadas. De facto, para além do registo estratigráfico, importa ter em conta os dados planimétricos das diferentes escavações, que permitiram caracterizar os edifícios que foram sendo contruídos na cidade e que fossilizaram a malha urbana projetada aquando da sua fundação.

Uma vez reunidos todos os dados planimétricos, devidamente interpretados em termos cronológicos, propusemo-nos realizar uma aproximação à planta fundacional de *Lucus Augusti*, tomando por referência os vestígios arqueológicos mais antigos detetados nas escavações urbanas de Lugo, muito particularmente os que se articulam com o sistema viário, ou os seus limites construídos que permitem delimitar a malha dos quarteirões. Trata-se de um exercício complexo, que exige a avaliação de muitos dados arqueológicos e o sistemático recurso à interpretação planimétrica da cidade. É, sobretudo, um exercício de sucessivas aproximações à massa ingente de dados primários, nem sempre convenientemente interpretados. Apesar das grandes dificuldades que assistem a este exercício de restituição do urbanismo de uma cidade, ele é um exercício indispensável, pois só através dele poderemos compreender as mudanças que foram ocorrendo ao longo dos tempos e ter a ambição de poder valorizar essas transformações com os aspetos políticos, sociais ou económicos que pautaram a vida de uma cidade romana ao longo de sucessivos séculos de ocupação.

De modo a aprofundar os resultados obtidos nas análises dos dados disponíveis relativos a *Lucus Augusti*, procedemos a uma comparação com os dados obtidos sobre a cidade de *Bracara Augusta*, uma vez que o contexto de sua implantação é bastante semelhante ao da *urbe* lucense, pois ambas foram fundadas por Augusto nos finais do século I a.C. e assumiram a capitalidade de conventos no NO da Hispânia, e que esta encontra-se melhor conhecida, fruto de um projeto de Arqueologia Urbana que já soma mais de quatro décadas de trabalhos arqueológicos sistemáticos (Martins, 2014).

Para dar conta dos resultados relativos aos objetivos que nos propusemos, este trabalho encontra-se dividido em três partes bem diferenciadas. Assim, na primeira, intitulada “O urbanismo romano de *Lucus Augusti* e de *Bracara Augusta*”, apresentamos o estado da arte sobre os principais temas que dão corpo ao trabalho. Neste ponto encontramos uma abordagem sobre o conceito de cidade antiga, para enquadrar a nossa reflexão relativa à análise da constituição do fenómeno urbano romano e a evolução de seu estudo ao longo dos séculos XX e XXI, bem como a perspetiva prática desse processo patente na fundação e planificação das cidades romanas. Uma vez estabelecidas as bases teóricas de nosso trabalho, avançamos com um balanço historiográfico e arqueográfico sobre o urbanismo de *Lucus*

Augusti. Por fim, apresentaremos os objetivos que procurámos atingir com este trabalho, bem como a metodologia que foi aplicada.

Na segunda parte deste trabalho serão analisados os dados arqueológicos que compõem a base arqueográfica da nossa tese, que se encontra nos relatórios das intervenções arqueológicas de Lugo a que tivemos acesso. Assim, dividimos a abordagem tendo como referência a reunião das escavações em zonas arqueológicas, cada uma delas analisada a nível de sua localização, da estratigrafia recuperada do registo arqueológico e da caracterização das estruturas exumadas, as quais foram digitalizadas a partir dos desenhos contidos nos relatórios, posteriormente vetorizados em *AutoCad*. Esta é uma parte extensa do nosso trabalho que procurámos ilustrar com base nas plantas que foram por nós elaboradas para cada escavação, tomando por referência os relatórios das intervenções arqueológicas a que tivemos acesso e que correspondem na prática a uma minoria daquelas que foram realizadas.

Uma vez tratada a informação, na terceira parte analisaremos os dados numa perspectiva de conjunto. Esta abordagem visará melhor compreender o processo de fundação de *Lucus Augusti* e a implantação dos eixos viários, do sistema hidráulico associado à drenagem das águas sujas e pluviais e dos quarteirões da cidade. Procuraremos ainda caracterizar alguns edifícios da cidade, muito embora seja de reconhecer, desde já, que não dispomos da planta completa de nenhum edifício romano de Lugo. Assim, dos dados fragmentários dos edifícios públicos ou privados apenas podemos enunciar as características construtivas, ou perspetivar a sua evolução ao longo do tempo. Buscamos, ainda, estabelecer uma inevitável relação entre a abordagem diacrónica da cidade e as características da sociedade que a habitou, ainda que este seja um exercício deveras complexo. Na verdade, escapa-nos quase sempre a natureza daqueles que habitaram os espaços urbanos antigos, que podem ser valorizados a partir da epigrafia, num exercício que é necessariamente difícil, quer em termos cronológicos, quer sociológicos. Finalmente, procuraremos proceder a uma inevitável comparação entre a realidade de *Lucus Augusti*, no estado atual dos nossos conhecimentos, e a de *Bracara Augusta*, ainda que tenhamos consciência da disparidade de dados disponíveis entre as duas cidades. Será também realizada uma avaliação comparativa dos dados de Lugo com os de outros aglomerados urbanos de época romana, como *Asturica Augusta*, *Legio*, *Complutum* e *Augusta Emerita*.

Parte I

O urbanismo de *Lucus Augusti* e de *Bracara Augusta*

1 A cidade antiga como objeto de estudo

1.1 Introdução

Uma cidade é um produto social complexo, em constante mutação. Segundo Lefebvre (2013: 55-56), podemos ver a cidade como um produto-produtor, onde o espaço é construído pela sociedade que nele habita, interferindo este no modo como se produzem as diferentes relações e processos sociais. Devido a esta complexidade e ao seu carácter diacrónico, as cidades têm sido objeto de diversas abordagens e interpretações por parte de várias disciplinas, designadamente a Geografia, a História, a Arqueologia, a Arquitetura, o Urbanismo, ou a Sociologia, entre outros, as quais foram desenhando diferentes reflexões sobre a cidade contemporânea, mas também sobre a cidade antiga. Na verdade, as origens da cidade greco-romana, bem como a sua evolução e substituição por novas expressões urbanas, estiveram na origem de alguns importantes debates sociológicos.

Assim, considerando o histórico debate sobre a cidade antiga iremos de seguida analisar algumas das interpretações mais conhecidas, como a de Max Weber e a sua ideia da cidade romana como “cidade de consumo”, posteriormente desenvolvida, em meados do século XX, por Moses Finley. Por outro lado, alguns autores mais recentes, dos quais destacamos Andrew Wallace-Hadrill e Neville Morley, refutam essa interpretação e oferecem uma visão mais complexa das relações que se estruturavam na cidade antiga e, muito particularmente romana, permitindo ampliar a nossa compreensão do mundo urbano romano.

Uma vez apresentadas as principais reflexões teóricas sobre o fenómeno urbano, procuraremos discorrer acerca das conceções romanas sobre a cidade, as quais também apresentam uma elevada complexidade, como bem salientou Joseph Rykwert, dada a mistura de processos tanto técnicos como rituais, que conferiam à cidade um sentido sacro. Mas a cidade é também uma realidade física e construtiva, como salientou Francis Haverfield, sendo necessário analisá-la a partir das transformações realizadas em seu espaço físico, perspectiva que desencadeou uma linha de investigação com resultados bastante frutíferos até hoje.

Desta forma, procuraremos mostrar a complexidade da ideia de cidade a partir dos diferentes elementos que confluem neste conceito, reiterando a premissa de que um centro urbano não é somente um conjunto de edifícios, mas sim um organismo vivo que deve ser estudado em relação ao seu contexto geográfico, topográfico, cronológico e cultural.

1.2 A ideia de cidade

No seu artigo póstumo intitulado 'A cidade', o sociólogo alemão Max Weber (1999) analisa o que entendemos por cidade e quais são os seus elementos constituintes decisivos. Contudo, é evidente que o seu principal argumento é a ideia de que a cidade antiga era essencialmente uma 'cidade de consumo', em contraposição com o centro urbano medieval, que era considerado como "cidade produtora".

Para Weber, as cidades não eram simplesmente uma aglomeração de indivíduos num determinado lugar, mas antes uma certa estrutura de povoamento, organizada com base em diferentes serviços que disponibilizava. Dito isto, o elemento constitutivo que sempre deve estar presente para podermos falar de cidade é o mercado¹. Assim, a cidade configurava-se como um lugar de reunião e encontro, onde a população desenvolvia atividades de intercâmbio de bens, de um modo suficientemente regular para que parte da sua população pudesse viver dessas atividades. Para conseguir isso era necessário contar com um número de consumidores suficiente que gerasse uma procura regular de produtos a ser suprida no mercado local (Weber, 1999).

Max Weber destaca, também, que as cidades antigas tinham um sistema de produção pré-industrial, assente no trabalho agrícola. Sendo a elite da cidade antiga também a que detinha a posse da maior parte das terras, vemos como o mercado e o consumo da cidade dependiam dessa mesma elite, pois os mercadores e pequenos artesãos dependiam tanto das rendas, como dos meios de produção que estavam nas mãos das elites. Como salienta Weber, a cidade era um mercado, que disponibilizava oportunidades de ganhar dinheiro, tanto no comércio, como na atividade artesanal, atividades económicas que eram muitas vezes exploradas ou realizadas por escravos, servos, ou libertos. Muitos escravos viam nas atividades urbanas uma oportunidade para conseguir a liberdade, ainda que não se libertassem nunca do controlo da elite.

O ato de buscar uma oportunidade na cidade, segundo Weber, seria ainda mais habitual na Idade Média, já que na cidade medieval a propriedade urbana era alienável, algo que não se passava com a propriedade rural, que sempre ficava vinculada a um senhor feudal ou ao clero. Este fenómeno desencadeou uma procura crescente por parte da população rural em buscar oportunidades na cidade, um lugar muito mais livre que o campo. Será neste contexto, segundo Weber, que se produz um maior aproveitamento das oportunidades económicas oferecidas pela cidade e pelo mercado, sendo os consumidores tanto os grandes 'empresários' que exploravam as possibilidades económicas da cidade, como os pequenos comerciantes e artesãos, que viviam da venda do que produziam para o mercado,

¹ 'Somente poderemos falar de "cidade" no sentido económico, tratando-se de um lugar onde a população local satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas, e isto principalmente com produtos que a população local e dos arredores produziu ou adquiriu para a venda no mercado (Weber, 1999: 409).

convertendo a cidade medieval numa cidade de produtores. Assim, materializava-se a principal diferença entre a cidade antiga ‘consumista’ e a cidade medieval ‘produtora’, pois, diferentemente da cidade antiga, a atividade económica da cidade medieval não dependia de uma elite que controlava, tanto a propriedade urbana, como a propriedade do campo, como acontecia no mundo romano. Na Idade Média, produziu-se uma real separação entre o campo e a cidade que Weber qualifica de “revolucionária”.

O modelo interpretativo de Max Weber foi de algum modo seguido por Moses Finley, mas também por Willem Jongman nos seus estudos sobre a cidade de Pompeia e Charles Whittaker a respeito da relação entre o imperialismo romano e o fenómeno urbano. O modelo weberiano ajudou também a produzir novos pontos de vista, que permitiram ver a cidade antiga de modo mais complexo, de que são exemplo os trabalhos de Andrew Wallace-Hadrill e Neville Morley.

No seu livro *The Ancient Economy*, Moses Finley (1973) comenta a profunda vinculação entre a cidade e campo no mundo clássico, pois as cidades eram concebidas sempre com seu território (*hinterland*) onde se levava a cabo a produção agrícola que a sustentaria. Contudo, há que reconhecer que as cidades do mundo clássico, em especial as romanas, eram centros políticos e culturais que gozavam de uma certa autonomia, sendo os locais onde as elites podiam viver de forma ‘civilizada’, ou, empregando a terminologia romana, com *urbanitas*, podendo, além disso, dedicar-se ao governo e aos assuntos da cidade. Como exemplo da relação entre a cidade e o campo no mundo antigo, Moses Finley analisou Roma, a qual definiu como cidade parasitária que, não só dependia dos bens de consumo produzidos no seu território, como também, devido ao seu grande crescimento demográfico, dos bens importados de diferentes pontos do Império. Esta afirmação parece manter a ideia, já explorada por Max Weber, de que toda cidade, ao ser um sítio de mercado, era também um centro de consumo. Moses Finley procura ir mais além dessa interpretação e analisou a procedência dos bens de consumo e a sua circulação, reconhecendo ser pouco provável que as cidades pudessem autoabastecer-se de todos os bens que precisavam, pelo que era necessário transportá-los de outros locais, como acontecia no caso de Roma. Porém, para falar das importações e exportações que seriam necessárias, é preciso ter em conta o grande custo que implicava o comércio terrestre na época antiga. Além de ser lento era muito dispendioso, fazendo com que as cidades do interior dependessem, em grande medida, da existência de um rio navegável que permitisse a chegada dos bens de consumo procedentes de lugares distantes de um jeito muito mais rápido e menos oneroso. Desta forma, o autor defendeu que o transporte fluvial, mas sobretudo marítimo de longa distância, produziu uma mudança importante nos mercados das cidades da antiguidade. Desde logo, devido ao aumento da chegada de bens de consumo às cidades, com o conseqüente crescimento populacional, proporcionado pelo maior abastecimento dos mercados,

mas também devido a chegada às cidades de uma maior força de trabalho escrava, que era usada tanto em trabalhos produtivos como domésticos. Nesse sentido, as cidades localizadas nas proximidades de rotas fluviais ou marítimas tiveram um grande e rápido desenvolvimento populacional. Este foi, segundo Moses Finley, o caso de Roma, a qual, depois das Guerras Púnicas, uma vez que viu multiplicar o número dos seus habitantes, não podia depender apenas do seu território imediato, do seu *hinterland* e dos barcos mercantes que chegavam pelo Tibre. Por isso, a chegada de uma maior quantidade de bens e de força de trabalho escrava, necessária para trabalhar nas *uillae* dos grandes proprietários romanos, implicou a construção do porto de Óstia.

Roma não era, todavia, uma cidade típica da antiguidade, pois era a capital de um vasto império. Tão pouco foram comuns cidades com Rodes ou Delos, localizadas em rotas comerciais marítimas, que permitiram um grande benefício económico através da cobrança de impostos e portagens aos barcos que paravam nos seus portos. Mas, estas eram as exceções, pois a grande maioria das cidades na antiguidade dependia das contribuições que obtinham do seu território, uma vez que estas eram fundamentalmente agrárias, sendo através dos excedentes da produção do seu território que podiam fazer frente às importações de produtos que aquele não lhes podia oferecer. Na opinião de Moses Finley, diferentemente da cidade medieval, o peso das manufaturas seriam pouco relevantes, não produzindo grandes riquezas, nem mudanças sociais, ao contrário do que ocorreu com as guildas de ofícios medievais, que permitiram aos seus membros ascender e chegar a formar parte da oligarquia governante.

Assim, Moses Finley segue de perto o modelo interpretativo de Weber, rotulando a cidade romana de ‘consumidora’ e ‘não produtiva’. Para isso, contribuiria a falta da tecnologia necessária para melhorar a produção agrícola, manufatureira e os transportes, bem como a falta de incentivos financeiros para melhorar a atividade artesanal e o comércio. Esse *deficit* tecnológico e financeiro teria, na opinião de Finley, impedido que a cidade antiga passasse a ser uma cidade produtiva, facto que resultaria do despesismo das classes altas, que consumiam a sua riqueza, não se registando uma acumulação de capital suficiente para investir e melhorar os negócios.

O modelo interpretativo de Max Weber e Moses Finley foi matizado e revisto por outros investigadores. Este é caso de Andrew Wallace-Hadrill (1991), que desenvolveu uma nova abordagem, percecionando a cidade romana como um contexto privilegiado para o alargamento das relações que as elites mantinham com o comércio que nela era realizado. Nesse sentido, defende que as oportunidades que o espaço urbano oferecia às elites, com os negócios que potenciava, tinham maior peso do que o sugerido pelos autores anteriores. Na verdade, a ideia de que a elite não tinha interesse, ou não mantinha

uma relação muito estreita com os negócios da cidade, fundamentava-se, segundo Wallace-Hadrill, nas opiniões transmitidas pelos autores clássicos, como é o caso de *Cícero*, na sua obra *De Officiis*, de *Varro*, em *Rerum Rusticarum*, ou na *Satira 3*, de *Juvenal*, onde se destaca o tópico da cidade como um lugar de vício e perversão, o que contrasta com a vida livre e tradicional do campo, junto com a visão de servilismo associado aos trabalhos relacionados com comércio. Esta visão, que foi transmitida pelas fontes escritas, acabou por influenciar demasiado os historiadores do mundo antigo e, por essa via, uma certa visão contemporânea desse mesmo mundo, a qual começou a ser profundamente questionada pelos dados arqueológicos que começaram a ser sistematizados desde os anos 90 do século passado, os quais vieram demonstrar uma nova realidade sobre as cidades romanas.

Tal como indica Wallace-Hadrill, ao mesmo tempo que os autores antigos transmitem uma visão estereotipada da cidade como um lugar de perversão, ela era também vista como lugar de cultura e de civilização, como a expressão da *urbanitas*, e como um elemento que diferenciava o seu civilizado mundo romano do bárbaro, ou ainda, como um instrumento de romanização. Era exatamente a mesma elite que idealizava o campo e criticava a cidade, que via a cidade como a expressão do mundo civilizado e ridicularizava os valores rústicos. Além disso, a elite romana proprietária de terras devia passar na cidade uma grande parte do seu tempo, já que ela era o centro político, religioso e judicial, onde residia o poder. Da mesma forma, era no espaço urbano que se exercia o direito ao voto e se fazia a participação nas eleições para os cargos administrativos das cidades. Neste sentido, podemos ver através das pinturas em Pompeia, como os comerciantes e incluso os *collegia*, apoiavam as candidaturas de determinados representantes. Para a elite da cidade, ter clientes com um forte peso no âmbito comercial era sem dúvida de grande interesse para a sua carreira política. Isto, para Wallace-Hadrill, é uma prova da importância que teve o comércio dentro das relações de poder que se estabeleciam nas cidades romanas. Outro argumento de relevo centra-se no facto de que são as elites as arrendatárias dos locais dedicados às atividades económicas urbanas, mantendo escravos a trabalhar, pelo que poderiam acumular uma importante soma de dinheiro que conseguiam empregar na realização de serviços de *munera*, os quais eram obrigados a desempenhar na cidade. A Arqueologia veio demonstrar isso mesmo, pois os traçados das cidades e a organização do edificado urbano deixa perceber uma grande proximidade entre as zonas domésticas e as zonas artesanais ou comerciais, sendo certo que as *tabernae* estavam integradas nas *domus*, de tal forma que a convivência das elites com o comércio, não só era habitual, como seria certamente por elas desejável.

Wallace-Hadrill não pretendeu retirar a importância ao impacto económico da agricultura no mundo romano, já que esta foi, sem dúvida, a atividade económica por excelência, mas sim destacar

que a relação das elites com o comércio, primeiramente por estas serem os principais consumidores, mas também pelos interesses políticos que tinham nele, que certamente seriam maiores do que se acredita, sendo a causa para o florescimento do comércio num sistema cuja economia estruturava-se com uma base agrária.

Uma visão mais alargada dos modelos de Max Weber e Moses Finley é a oferecida por Neville Morley, que sublinha a importância em estudar as cidades no seu contexto e compará-las com o modelo urbanístico em que se enquadram, modificando-se assim a ideia tradicional e quase autárquica que se tinha sobre as cidades antigas. Para tal, o autor baseou-se em estudos que demonstram que cidades que eram aparentemente bastante distantes entre si mantinham intercâmbios regulares de bens, promovendo algumas a produção de bens específicos com o propósito de estabelecer uma relação comercial com lugares que não os produzissem, ainda que longínquos². Isso permite demonstrar que a interconexão entre as cidades no mundo romano era algo normal e que o intercâmbio não apenas de bens, mas também de notícias e ideias era algo comum no mundo romano.

Além disso, as cidades não eram todas iguais. Os centros urbanos não apenas apresentavam estatutos jurídicos diferentes, como concretizavam funções diferentes das outras, como é o caso das capitais de *conventus* ou das capitais provinciais. Por isso, Morley defende a importância de se estudar as cidades no seu contexto, já que devemos recordar que o seu desenvolvimento económico forma parte do sistema de produção e consumo do Império e que os aspetos políticos e culturais que nelas são visíveis respondem a estruturas de poder e dominação desenvolvidas por este. Salienta ainda a inexistência de um modelo rígido com que se possa interpretar todas as cidades romanas e as suas fundações, pelo que importa compreender o contexto específico de cada núcleo urbano, evidenciando-se o seu processo de urbanização e de que modo se enquadravam no sistema de cidades do Império. Na sua obra *Cities and economic development in the Roman Empire* (2011), o autor defende que as cidades devem ser interpretadas a partir da análise de quatro processos diferentes de mudanças sociais, económicas e culturais, sendo eles a concentração, a cristalização, a integração e a diferenciação.

A concentração é o processo mediante o qual se congrega um número determinado de pessoas e recursos num mesmo lugar, que deve necessariamente ser organizado. Por sua vez, a cristalização é o processo pelo qual os diferentes tipos de poder, seja político, religioso, económico ou cultural, são concentrados no centro do espaço urbano, que passa a ser a representação do poder, o que explica que as elites realizassem grandes investimentos públicos, a fim de serem com eles identificados. Já a

² É o caso do intercâmbio de cerâmica (Greene, 1986: 17-44; Morley, 1997) mas também de matérias-primas, como os grãos de leucita originários de Orbiato, que foram encontrados em diferentes lugares do Império (Peacock; 1980: 44-46).

integração está ligada com o processo de afirmação do poder das elites nas cidades e no seu espaço envolvente, através do uso de instituições políticas, que abrangem a população e a submissão desta última às forças de coerção e persuasão, sejam políticas ou culturais, para romper com as diferenças culturais e religiosas e assim estabelecer novos hábitos e tradições que os unam. Neste processo, o centro urbano, como epicentro político, económico e cultural, realiza um papel fundamental ao ser o cenário de novas tradições e costumes que podem ser adotadas tanto por visitantes como pelos residentes da cidade. Finalmente, o processo de diferenciação consiste na relação que gera entre a integração da população no âmbito económico e a desigualdade na sociedade, de modo que quanto maior é a especialização dos indivíduos devido às especificidades do mercado, mais dependentes economicamente estes são das atividades de outros indivíduos. A diferenciação económica traz consigo também a diferenciação política das elites emergentes relativamente ao resto da população, através do uso das instituições e da ideologia. Este processo, como defende Morley, estava reforçado pelas diferenças sociais, sendo bem patentes nos núcleos urbanos, através de elementos culturais, leis e tradições que regulavam o comportamento da elite.

Os estudos anteriormente abordados permitem evidenciar a complexidade que envolve a ideia de cidade romana. Porém, existem outros fatores que se deve ter em conta para a sua análise, como seja o próprio espaço, que não deve ser entendido apenas como o produto das relações e processos sociais (Lefebvre, 2013: 55-56).

Deste modo, quando analisamos uma cidade, não só devemos atender aos fatores socioeconómicos que a conformam e às relações que com eles estabelecem os seus habitantes, como também devemos interpretar como foi planeado o espaço e que relevância e implicação teve esse planeamento na transformação da sociedade que nele habita, bem como no sistema de cidades em que se integra. Deste modo, devemos procurar conhecer a morfologia das cidades e o modo como foram planificadas para saber como foram evoluindo e que implicação teve essa evolução na sociedade.

Um dos primeiros estudos que analisou a forma das cidades romanas e o seu espaço foi realizado por Francis Haverfield, em 1913. Nele, o autor estuda a planificação das cidades romanas criadas *ex nouo*, como é o caso das *coloniae*, demonstrando a planificação destas, o seu plano ortogonal, as suas ruas principais, *decumanus e kardo maximi*, as quais dividiam as cidades em quatro partes que, por sua vez, eram subdivididas em quarteirões, delimitados por eixos viários paralelos às vias principais. Em todas estas cidades temos edifícios e infraestruturas públicas necessárias para a vida política da cidade, para o seu correto funcionamento, como é o caso dos aquedutos e cloacas de drenagem, para a realização de eventos dedicados ao entretenimento, como é o caso dos balneários, mas também dos

teatros e anfiteatros, ou dedicados a permanência da *pax deorum*, de que são exemplo os templos onde eram realizados os ritos necessários. As cidades criadas *ex nouo* nas províncias eram o espaço privilegiado onde deveria ter lugar a vida ao estilo romano, sendo por isso planificadas para que tivessem um importante impacto no mundo que tinha que ser integrado.

Ao trabalho de Francis Haverfield seguiram-se outros numerosos estudos sobre o urbanismo e a morfologia, que enriqueceram a ideia que se tinha sobre a cidade romana. Um desses estudos é devido a Joseph Rykwert, que será abordado de seguida. Mas muitos outros são também importantes, como é certamente o caso dos devidos a Philippe Leveau (1984), Jonathan Edmondson (1987), Paul Zanker (1995), Pierre Gros (2002; 2006), Olivia Robinson (2003), ou Andreas Carandini (2005), entre outros. Como balanço dos contributos desses autores pode referir-se o enriquecimento da ideia de cidade e a certeza de que o fenómeno urbano no mundo romano não foi um mero objeto produzido por uma sociedade, mas sim um espaço produto-produtor, mediante o qual podemos interpretar os processos sociais, económicos e culturais que nele tiveram lugar, assim como as relações dialéticas entre estes processos e o espaço, as quais podem ser percebidas na forma urbana.

Rykwert, em sua obra *The Idea of a Town* (1976), não só demonstrou como o processo de implantação de uma cidade instrumentaliza um conjunto de métodos e técnicas que permitem traçar as cidades ortogonais características dos planos das fundações romanas *ex nouo*, como analisa também o complexo ritual de origem etrusca que estava na base desse processo.

O autor assinala que a localização dos centros urbanos *ex nouo* não era definida por seus *agrimensores*, mas sim pelos fundadores. Aos agrimensores competia avaliar aspetos práticos da localização, como a proximidade a determinados recursos, ou a morfologia do terreno. O local determinado para constituir uma nova fundação era submetido a um ritual circunscrito à lei augural, mediante a observação dos céus e a tomada dos auspícios para a confirmação de que era o espaço ideal para a fundação. Uma vez definido o terreno onde seria implantada a nova cidade, era necessário demarcar os seus limites consagrados, através de sulcos na terra, que estabeleciam a fronteira entre o interno e o externo, o sagrado (*pomoerium*) e o profano (*ager*), o mundo dos vivos e o dos mortos. A sacralidade do *pomoerium* é de tal importância que no interior dele não era possível realizar enterramentos. Mas, segundo a tradição, já Rómulo, primeiro rei de Roma, justificou o assassinato de seu irmão, Remo, por ter saltado o muro que demarcava os limites desse espaço, o que configurava um crime religioso (*lesa religio*).

Estabelecidos os limites da cidade, os *agrimensores* iniciavam a definição do traçado urbano com recurso a equipamentos como a *groma*, primeiramente com as duas principais vias, o *kardo*

maximus, orientado norte-sul, e o *decumanus maximus*, no sentido este-oeste, enquanto as demais ruas resultavam da projeção de linhas paralelas aos eixos principais, deste modo resultando a delimitação dos quarteirões.

Embora concisa, a síntese realizada permite assinalar alguns dos principais vetores que direcionaram os estudos sobre o urbanismo romano e os rituais fundacionais das novas cidades. Em suma, percebe-se que os centros urbanos não respondem a modelos pré-estabelecidos e cristalizados, ainda que inseridos num programa urbanístico mais amplo, fruto de contextos crono-culturais próprios. Assim, os programas urbanísticos das novas fundações, tal como os contextos cronológicos e culturais em que foram implementados, devem ser objeto de avaliação no estudo de qualquer cidade romana. Por outro lado, o local de implantação é também ele fundamental para se perceber alguns elementos determinantes para o desenvolvimento da cidade e da sociedade que nela se estabelece. Importa, por isso, analisar as características do território, como a topografia e a disponibilidade de recursos como a água, a argila, a pedra, ou a potencialidade dos solos que foram fundamentais para garantir a sobrevivência da maior parte da sua população, independentemente dos bens de consumo que chegavam através do comércio terrestre, marítimo, ou fluvial. Por fim, convém reiterar a importância de se analisarem as transformações ocorridas nos centros urbanos, para além de seus elementos fundacionais, dado que as alterações no espaço constituem sempre o resultado de mudanças económicas, políticas, religiosas e/ou sociais.

1.3 A planificação das cidades romanas

O processo de planificação era fundamental na hora de criar uma cidade romana. Inicialmente, era prioritário estabelecer os limites do *pomoerium*, a área consagrada, e definir os alinhamentos dos eixos viários que a estruturavam e permitiam formar os quarteirões, que assumiam formas retangulares ou quadradas. A planificação implicava também estabelecer os espaços destinados ao uso público e à iniciativa privada, as soluções arquitetónicas para a adaptação topográfica dos parques urbanos face às especificidades dos terrenos e a definição dos sistemas de abastecimento de água e drenagem dos resíduos.

Uma vez definido o terreno a construir e feita a consulta aos deuses sobre a escolha do local, os agrimensores podiam começar o seu trabalho. Primeiro elegiam um lugar central a partir do qual eram projetados os dois eixos principais. Este ponto era o *decussis* do *kardo maximus* (orientado norte-sul) e do *decumanus maximus* (orientado este-oeste), sobre o qual era colocada a *groma*, um instrumento próprio dos agrimensores que permitia projetar tanto o *kardo* como o *decumanus maximus*. Uma vez

traçadas as ruas principais, o resto de *decumani e kardines* eram traçados paralelamente às vias principais, os cruzamentos desses eixos formavam os limites dos futuros quarteirões da cidade, conseguindo-se deste modo uma malha ortogonal regular, ainda que as suas dimensões pudessem ser bastante diferenciadas. Uma vez finalizado o trabalho dos agrimensores, as terras e propriedades eram repartidas e registadas (Ryckwert, 1976: 76-77). Devemos ter em conta que este processo se inseria num processo mais amplo de demarcação e não raras vezes de parcelamento do território rural. A demarcação do espaço urbano permitia definir quais as áreas que iam ser reservadas aos equipamentos públicos da cidade e quais aquelas que seriam privadas e vendidas.

Mas não devemos pensar que este ordenamento e demarcação do espaço urbano permanecia inalterado ao longo do tempo. Na verdade, sabemos que na maioria dos casos o traçado ortogonal fundacional das cidades romanas foi sendo progressivamente alterado, por vezes radicalmente, devido à construção de grandes edifícios públicos, que não raro implicou a desafetação de eixos viários. A construção foi também alterando a rede viária, sendo a transformação mais comum a que decorre do avanço dos edifícios sobre as ruas, o que é muito comum a partir do século V, quando as vias são sistematicamente invadidas, sendo algumas desafetadas à circulação e outras simplesmente encurtadas. Estes processos estão documentados arqueologicamente em *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2016) e em *Augusta Emerita* (Alba Calzado, 2002).

2 Estado da questão sobre o urbanismo de *Lucus Augusti* e *Bracara Augusta*

Feita uma síntese sucinta dos conceitos de ‘cidade’ e ‘cidade romana’ e sobre o modo como eram planificadas, procuraremos de seguida centrar-nos no conhecimento das cidades fundadas por Augusto na área da *Callaecia* lucense e bracarense, ou seja, *Lucus Augusti* e *Bracara Augusta*, duas das capitais de *conuentus* implantadas aquando da reforma administrativa da *Hispania* levada a cabo a partir do fim das Guerras Cantábricas, em 19 a.C..

Primeiramente, e de forma breve, faremos uma reflexão sobre as fontes disponíveis para o estudo dessas cidades e dos seus territórios envolventes, documentação deveras importante como contraponto aos dados arqueológicos, resultantes quer de escavações, quer de prospeções. Na verdade, os dados resultantes da Arqueologia Urbana são sem dúvida alguma os mais significativos na hora de falar da cidade física, ou seja, da topografia, do urbanismo e da arquitetura. Também no âmbito dos estudos do território importa perceber que a nossa fonte principal é a Arqueologia, muito embora o conhecimento das diferentes regiões que estaria integradas nos conventos bracaraugustano e lucense seja bastante diferenciado do ponto de vista do registo arqueológico. Assim, conhece-se melhor o

primeiro, mais investigado desde a década de 80 do século XX (Martins, 1996; Carvalho, 2008), do que o lucense que mereceu especial atenção no que respeita ao povoamento pré-romano, sendo escassos os estudos sobre o povoamento romano (González Ruibal, 2006-07).

As fontes escritas antigas sobre o NO da Península Ibérica são escassas. No entanto, podemos contar com um conjunto variado de relatos, como a *Geographica* de Estrabão, datada da época da fundação das cidades, que busca descrever as formas de vida do noroeste (III. 3). Por outro lado, também chegaram até nós alguns relatos tanto das Guerras Cantábricas como do substrato indígena do NO da Península Ibérica, produzidos em época posterior ao período de Augusto, como alguns elementos de carácter etnográfico presentes na obra *Naturalis Historia* de Plínio (III-IV), ou a secção dedicada ao *Bellum Cantabricum et Asturicum*, dos *Epitomae* de Floro (II. XXXIII, 46-60), sobre as guerras que resultaram na anexação do noroeste e ainda na *Geographia Universalis* de Ptolomeu, com referência às diversas cidades que compuseram o NO peninsular no século I d.C. (II. VI).

Por sua vez, os dados de natureza arqueológica apresentam uma enorme disparidade no que toca à disponibilidade e qualidade dos mesmos. Se é verdade que as cidades romanas do NO da Hispânia foram alvo de intensas atividades arqueológicas nos últimos quarenta anos, no quadro da Arqueologia Urbana, importa, desde logo, sublinhar que a produção científica com interpretação revelante sobre os aspetos urbanísticos e arquitetónicos de *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*, sobretudo em relação aos níveis fundacionais, é demasiado desigual.

Bracara Augusta, graças ao Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, criado em 1976 e assegurado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho desde 1977 (Martins e Lemos, 1997; 2013a), destaca-se pela sistematização e interpretação intensiva dos vestígios arqueológicos identificados na cidade de Braga, que permitem o estudo deste centro urbano, com bastante segurança e qualidade técnica e científica (Martins *et al.*, 2013; 2017a; 2017b; Botica, 2017).

Contudo, o balanço dos dados disponíveis sobre *Lucus Augusti* é substancialmente distinto. Apesar de terem sido realizadas centenas de escavações em Lugo, os estudos realizados sobre a cidade romana centraram-se, sobretudo, em temas como a muralha tardia, a produção cerâmica, os vestígios de mosaicos e pinturas e algumas arquiteturas pontuais, como o *Mithraeum* da chamada Casa do Mitreo, ignorando-se investigações sobre o urbanismo fundacional e a evolução da morfologia da cidade, que certamente são estruturais para a compreensão das especificidades da cidade (Dopico Caínzos, 2016).

Outra fonte documental para o estudo do NO da Península Ibérica é o conjunto epigráfico identificado nessa região da *Hispania*, área de conhecimento que conheceu bastante desenvolvimento nos dois *conuentus*, lucense e bracaraugustano. Para o caso de *Bracara Augusta*, salientamos a tese de

doutoramento de Armando Redentor (2017), que compilou os exemplares epigráficos da *pars occidentalis* do *conuentus*, enquanto *Lucus Augusti* conta com vários estudos de Felipe Arias Vilas, Patrick Le Roux e Alain Tranoy, bem como com a recompilação das inscrições feita por Javier Gómez Vila (2009).

Uma vez referenciado o conjunto de documentações que nos permite analisar as fundações urbanas do noroeste ibérico, ainda que desiguais e fragmentárias, realizaremos um balanço historiográfico sobre a cidade de *Lucus Augusti* e o seu contexto de implantação.

Até aos fins do século I a.C., a *Hispania* encontrava-se parcialmente conquistada por Roma e dividida em duas grandes províncias, *Citerior* e *Ulterior*. Com o fim das Guerras Cantábricas, terminadas em 19 a.C., a Península Ibérica estava completamente anexada, pelo que foi necessário proceder uma reforma administrativa que resultou no estabelecimento de três províncias, *Tarraconensis*, *Baetica* e *Lusitania*. O NO, a última parte da Península Ibérica a ser submetida ao controlo romano, foi dividido em três *conuentus*, cujas capitais, *Asturica Augusta*, *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*, terão sido criadas no período de Augusto, ainda que com um eventual desfasamento entre elas, inserindo-se no plano de reordenamento do *ager* recém-conquistado (Villanueva Acuña, 2016: 275).

Entre as funções atribuídas às capitais de *conuentus*, é importante destacar o papel de centro administrativo e judicial do território, o que dotava essas cidades de mecanismos para apaziguar as comunidades locais e promover a sua integração. Esses mecanismos estariam especialmente associados, no noroeste ibérico, ao controlo das minas de exploração aurífera (Dopico Cainzos, 1986: 2013).

Com efeito, o noroeste ibérico na Idade do Ferro apresenta um altíssimo índice demográfico e um povoamento disperso em dezenas de povoados, fator que dificultou significativamente a submissão das populações a Roma. Essas comunidades ocupavam povoados fortificados, também chamados castros, podendo estar organizados em unidades étnicas maiores, formadas por conjuntos de *castellae*, cujos membros gozavam de grande autonomia para realizar pactos de hospitalidade, bem representados nas *tabulae hospitalis*, conhecidas já na época romana, e promover atos e cultos públicos (Pereira Menault, 1983; 1984).

Se compararmos os povoados pré-romanos do território que foi integrado no convento lucense com os que são conhecidos na área do convento bracarense detetamos diferenças significativas que demonstram níveis de desenvolvimento diferenciados das comunidades dos finais da Idade do Ferro nas duas áreas da Galécia. Assim, na área bracarense o povoamento pré-romano era caracterizado por uma rede de povoados, os castros, implantados nas vertentes férteis dos amplos vales que conformam a

região do Entre-Douro-e-Minho, e por alguns assentamentos maiores, os *oppida*, que correspondiam a verdadeiros lugares centrais de grandes dimensões, com áreas superiores a 5ha. Trata-se de povoados com múltiplas linhas de muralhas localizados em pontos de grande destaque na paisagem e que contavam com uma estrutura interna bastante desenvolvida, nos quais são documentados pavimentos em lajes de granito, ruas e conjuntos de habitações que parecem formar quarteirões, elementos que definem um aglomerado de carácter proto-urbano com capacidade para um elevado contingente populacional, provavelmente estabelecendo uma relação com os castros instalados nas áreas produtivas próximas e exercendo funções económicas, políticas ou religiosas especializadas (Silva, 1986; Martins, 1990; Carvalho, 2008; Lemos *et al.*, 2011).

Por sua vez, o povoamento pré-romano da região lucense, embora bastante semelhante ao bracarense, foi alvo, nas últimas décadas, de uma maior atenção a nível dos estudos sobre as características topográficas e geográficas da implantação dos povoados no território galego, bem como as relações entre os assentamentos no que toca à visibilidade e à acessibilidade. Embora seja verdade que tais análises também foram realizadas para o Minho (Martins, 1990; Maciel, 2018), elas ainda são bastante diminutas face aos recentes avanços da região a norte desse rio. Esses estudos evidenciam uma grande mudança no padrão de povoamento da área do convento lucense nos últimos séculos do I milénio a.C., quando os povoados são implantados em locais cujas finalidades certamente estavam associados a uma maior exploração agrícola, uma vez que se localizam nas proximidades de terras com alto potencial de cultivo, definido como a plena conformação do campesinato. Por outro lado, esses aglomerados parecem estabelecer relações entre si, tendo-se em consideração a visibilidade dos castros, privilegiada por serem situados em locais com alguma altitude, bem como as condições defensivas, elementos que aproveitam as vertentes abertas dos vales que conformam uma paisagem côncava (Parcero Oubiña, 1995; 2000; González Ruibal, 2006-07).

Ainda que se possa considerar que os *oppida* pré-romanos sejam verdadeiras cidades indígenas, nenhuma foi promovida no tempo de Augusto nem deu lugar a cidades de tipologia greco-romana. Assim, a necessidade de criar cidades que desempenhassem um papel central na administração romana do território levou à fundação de cidades *ex nouo*, no fim das Guerras Cantábricas, posteriormente a 19 a.C.. As cidades do NO da Península Ibérica surgem, portanto, associadas aos interesses do poder romano e à integração do território no Império romano.

No que toca à escolha do local para implantar *Lucus Augusti*, alguns autores defendem a vinculação do nome com um lugar sagrado pré-romano tendo-se em consideração os nomes das três capitais de *conuentus* do noroeste. De facto, enquanto *Bracara* e *Asturica* fazem referência a

comunidades étnicas que controlavam os territórios, ou seja, os *bracari* e os *astures*, *Lucus* poderia proceder da raiz céltica *lug*, associada a uma divindade local, com expressão em algumas *arae* identificadas na região, ‘romanizando’ assim o seu culto e vinculando-o à imagem de Augusto (Arias Vilas *et al.*, 1979: 67-68; Tranoy, 1981: 197). A apropriação de um *numen* indígena com a fundação de uma cidade romana também está patente em *Camulodunum*, na *Britannia*, onde já existia o culto a uma divindade e que foi absorvida através da construção de um templo associado com o culto imperial (Watcher, 1997).

Essa ideia poderia estar relacionada com a necessidade de criar um ponto de referência do poder romano num território tão heterogêneo como era o *conuentus lucensis*. Além disso, esse espaço seria a demonstração do poder do estado romano, que juntamente com o culto imperial procurava criar uma coesão na população em torno do referido espaço, aproveitando a circunstância de ele ser já um lugar de culto e reunião. Rodríguez Colmenero defende que o topónimo de *Lucus Augusti* faz referência a um templo dedicado a Augusto, provavelmente por Fábio Máximo (1998: 434), apesar de não existirem dados que sustentem a sua eventual existência.

De qualquer das formas, face à inexistência de vestígios que permitam avançar com essas interpretações de maneira mais segura, julgamos ser de valorizar outros aspetos relacionados com a fundação da cidade.

Assim, deve reconhecer-se que estamos perante um local com boas características para a implantação da cidade. *Lucus Augusti* foi construída sobre um outeiro que permitia o controlo sobre o espaço envolvente, assim como sobre o rio Minho, que dista da cidade cerca de 800m, e o rio Rato (González Soutelo, 2016). Por outro lado, o terreno ao redor da cidade apresenta uma topografia ondulada, sendo pouco pedregoso, resultando em terras férteis, tendo sido aproveitados para a instalação de campos agrícolas (Ramil Rego e Gómez-Orellana Rodríguez, 2016). O relevo da região foi também favorável à implantação de uma densa malha viária que permitia a comunicação da cidade com outros destinos do noroeste, da península e mesmo do Império, o que assegurava a rede de comunicação necessária para a administração do *conuentus* (Dopico Cainzos, 2013; Dopico Cainzos e Santos Yanguas, 2017).

Trata-se, em suma, de uma *urbs* instalada num local a partir de motivos estratégicos, económicos e administrativos bem claros, que terão funcionado, possivelmente, como instrumentos de pacificação da população indígena que se encontrava nas proximidades.

No que toca à origem das cidades do noroeste, não restam dúvidas sobre o carácter civil que *Bracara Augusta* teve desde a sua fundação (Martins *et al.*, 2012: 9). Já a origem de *Lucus Augusti* tem

despertado algumas dúvidas entre os especialistas, pois há quem afirme a sua origem militar, contestada por outros (Dopico Caínzos, 2016).

A capital do *conuentus* lucense foi fundada, segundo Plínio (IV.XX, 111) e Ptolomeu (II, 6), no território que pertencia a *ciuitas* dos *Copori*, um lugar onde foram identificados numerosos castros, sugerindo um reflexo da alta densidade populacional da zona (González Fernández e Ferrer Sierra, 1996), apesar de só ter sido intervencionado um desses povoados, o castro da Piringalha (Bartolomé Abreira, 2009), o que limita consideravelmente o nosso conhecimento acerca das cronologias e tipologias dos povoados da Idade do Ferro daquela região. Contudo, no sítio específico onde foi instalada a cidade de *Lucus Augusti* não foi encontrado nenhum vestígio pré-romano, pelo que se descarta a possibilidade de ter existido algum povoado prévio e a consequente adaptação do mesmo ao centro urbano romano (Casal Garcia e Acuña Castroviejo, 2011: 14).

O primeiro autor a ter defendido a origem militar de *Lucus* foi Adolf Schulten, que afirmou que a cidade teria tido como suporte fundacional um acampamento militar romano, cuja malha poderia ser traçada a partir da planimetria da cidade moderna (1943: 177). Essa hipótese foi sustentada por outros investigadores, dos quais destacamos António Rodríguez Colmenero, que amplia os argumentos para sustentar essa interpretação através da valorização das moedas do tipo *caetra* identificadas nos níveis mais antigos das escavações de Lugo, assim como de uns discos metálicos lisos que não foram cunhados e na existência de uma epígrafe com a inscrição *LVI*, cuja leitura seria *L(egio) VI*, uma das legiões romanas que participou das Guerras Cantábricas (Rodríguez Colmenero 1998: 30). Segundo o autor, *Lucus Augusti* teria sido fundada a partir de um acampamento militar, à semelhança de *Asturica Augusta*, tendo a conversão à realidade civil ocorrido entre 15 e 13 a.C., através de um processo dirigido por Paulo Fábio Máximo, interpretação fundamentada nas três epígrafes dedicadas por esse general ao *princeps* (Rodríguez Colmenero, 1998: 434).

A partir dos dados provenientes de uma intervenção realizada na rua Montevideo, entre os anos de 2001 e 2002, Rodríguez Colmenero assinala a descoberta dos primeiros vestígios de estruturas associadas com o acampamento que estaria na origem da capital de *conuentus*. Trata-se de um fosso duplo, identificado numa extensão de cerca de 14m, localizado num dos bordos do recinto que viria a ser fortificado na fase tardia, que o autor entende como tendo pertencido a uma *cohors* auxiliar, dadas as suas pequenas dimensões, mas que comprovaria a existência de militares estacionados naquela região e, portanto, da origem legionária da cidade (Rodríguez Colmenero, 2002: 340).

Porém, as hipóteses deste autor têm sido vivamente contestadas por outros investigadores que se dedicam às temáticas da origem fundacional de *Lucus Augusti*, dos quais assinalamos Angel Morillo Cerdán, Juan Palao Vicente e Manuel Villanueva Acuña.

Segundo Morillo Cerdán, a hipótese de um acampamento militar não é corroborada pelos dados arqueológicos, da mesma forma que a utilização das moedas *caetra* como indicativo de uma emissão militar é pouco sólida, dado que a plena utilização desse sítio em momentos tão recuados teria efeito no registo arqueológico através de outros materiais, designadamente *lucernae* e *terrae sigillatae* itálicas (1999: 345). Morillo Cerdán também assinala a inexistência de outro tipo de estruturas que poderiam evidenciar a existência de um acampamento militar, facto que foi admitido em trabalhos mais recentes por Rodríguez Colmenero (2006: 45).

Por sua vez, Palao Vicente salienta que a hipótese da origem militar de *Lucus Augusti*, com base na documentação literária e numismática, não conta com correspondência no registo arqueológico. Com efeito, o autor assinala que o bloco granítico encontrado na rua Montevideo, com a marca *LVI*, apesar de uma inegável vinculação com o exército, não é suficiente para determinar a existência de um acampamento, podendo antes associar-se às ações que essa legião estaria a realizar na região, quer no âmbito da implantação da rede viária, quer da futura cidade (2016: 98).

Por fim, Villanueva Acuña, para além de colocar em dúvida a existência de um acampamento, associado às Guerras Cantábricas, defende que as moedas do tipo *caetra* e as inscrições encontradas na cidade estão relacionadas com a existência de oficina associadas com a presença do exército na área do *conuentus*, não sendo possível indicar que o acampamento do corpo militar tenha ocorrido onde a cidade foi fundada (2011: 72). Da mesma forma, o autor nega o protagonismo que Rodríguez Colmenero outorga a Paulo Fábio Máximo na fundação da cidade (Villanueva Acuña, 2016: 276).

Tendo em conta as afirmações dos autores anteriores, e dado que até ao momento a única estrutura que poderia sugerir um acampamento militar em *Lucus Augusti* é o suposto fosso, acreditamos ser mais fiável acreditar numa origem civil da cidade. De facto, ao analisarmos outras fundações do noroeste peninsular em que a base militar é segura, como acontece com *Asturica Augusta* e *Legio VI Victrix* (atual León), é notável a existência de equipamentos marcadamente associados ao exército na base dessas cidades, tendo na primeira sido reconhecido um amplo e extenso enchimento que colmatou as estruturas defensivas, como as poderosas *fossae fastigatae* identificadas no tramo sul das muralhas da cidade e alguns buracos de poste, o que evidencia os trabalhos de remodelação realizados no acampamento para a sua adequação ao urbanismo civil que o sucedeu. Por outro lado, os materiais exumados nas intervenções de Astorga, constituídos por grande quantidade de moedas e cerâmicas

(sobretudo *TSI*) produzidas na mudança da era, não deixam dúvidas quanto a uma ocupação ininterrupta do sítio em momentos posteriores ao acampamento (Morillo Cerdán, 2003).

Assim, entende-se que não existem dados que atestem que *Lucus Augusti* não tenha sido uma cidade criada *ex nouo*, que cumpria a função de capital do *conuentus lucensis*, formando parte do esquema organizativo pensado por Augusto para a administração dos territórios do norte da Península Ibérica integrados na Citerior. Para além disso, a cidade assumiu um papel de agente romanizador que promovia os costumes romanos e representava o poder romano no *conuentus*. Entre os instrumentos utilizados para promover a coesão entre as diferentes comunidades que habitavam a região, cabe destacar o culto imperial, que resultou numa forma de propaganda política que ressaltava e reforçava a figura do imperador e o poder romano diante da população indígena, servindo para promover a centralidade do território, como sugere a *Ara Augusta* (Dopico Cainzos, 1986). Segundo Dolores Dopico Cainzos (2012: 47-49), no caso do *Conuentus Asturum*, enquanto *Asturica* ainda não existia como cidade, era a *Ara Augusta* que representava o poder imperial, sendo a capital do *conuentus*, a sede do *concilium* e onde era organizado o culto. Nesse lugar reuniram-se pessoas das diferentes comunidades que habitavam o território do *conuentus*, as quais, como referimos, tinham uma grande heterogeneidade anteriormente ao fim das Guerras Cantábricas. Dessa forma, podemos ver como a população do *conuentus* gradativamente avançou no sentido de uma certa coesão através da sua união em torno da comemoração do culto imperial e da aceitação do poder romano.

A este respeito, merece destaque uma inscrição achada em Braga, na qual uma comunidade autodenominada de *bracaraugustanos* realiza uma dedicatória datada de cerca de 3/4 d.C. ao imperador, no dia do aniversário de *Paulus Fabius Maximus* (Le Roux, 1975: 155; Tranoy, 1981: 328), sinal não só de que a população já se associava ao culto imperial nos inícios da cidade, mas também que já existia nesta uma comunidade que se reconhecia como tal, capaz de organizar-se para levar a cabo atos públicos como é o caso da construção de um monumento que louva o poder imperial e o imperador, e que documenta a importância do culto imperial como instrumento de ligação entre as populações locais e de reforço dos interesses e aceitação da presença romana (Martins *et al.*, 2012: 35).

Da mesma forma, a importância desse culto para a difusão da romanidade fica também patente no interesse da sua difusão por parte da administração romana, como indicam as inscrições identificadas em *Lucus Augusti* em que o magistrado Paulo Fábio Máximo realizou uma homenagem a Augusto como parte do culto imperial, denotando os esforços da administração em fomentar o culto imperial (Arias Vilas *et al.*, 1979: 43).

A partir de Tibério, o culto imperial passará a ter o seu próprio corpo sacerdotal, que era ocupado pela elite indígena proveniente do território do *conuentus* e que migrava para a capital onde desenvolvia a sua carreira política (Étienne, 1974; Fishwick, 1987). O *corpus* epigráfico lucense documenta uma carreira sacerdotal ocupada por um *Barbarus*, filho de *Memmius*, que foi *sacerdos Romae et Augustorum ad Lucum Augusti flamen prouinciae Hispaniae Citerioris*³ (Le Roux, 2009; Ozcáriz Gil, 2013), enquanto o bracaraugustano aponta para duas personagens que teriam ocupado o sacerdócio do culto a Roma e a Augusto, designadamente um *Camalus*, filho de *Melgaecus*⁴ (Tranoy, 1980: 72; 1983: 198; Redentor, 2017: 361-362) e uma *Lucretia Fida*⁵ (Étienne, 1974: 194; Mangas Manjarrés, 2007: 714; Redentor, 2017: 742-743).

A atração da população indígena pelos cargos religiosos e políticos, especialmente das suas elites, foi um fator de grande importância para a coesão da população dos *conuentus*, uma vez que a sua integração não respondia apenas às necessidades estruturais da administração romana dos territórios ocupados, representando também uma forma hábil de Roma controlar esses agentes.

Do ponto de vista jurídico, pouco sabemos sobre *Lucus Augusti*, situação que não difere do que se sabe sobre as outras capitais de conventos do NO Peninsular. De facto, não possuímos referências literárias ou epigráficas acerca do estatuto jurídico destas cidades, ainda que sejam documentados personagens encarregados de cargos administrativos, para além de libertos com onomástica grega, possivelmente imperiais, que estiveram relacionados com a administração da cidade de *Lucus Augusti*⁶ (Tranoy, 1981 *cf.* Le Roux, 1994).

Contudo, a maior parte da população era de origem indígena, uma vez que a cidade funcionava como natural polo de atração da população local, a qual ia adquirindo os costumes e o modo de vida romano, como bem salientam as estelas funerárias que aludem à incorporação de hábitos epigráficos por indivíduos não romanos (Tranoy e Le Roux, 1989-90). Com efeito, destacamos uma estela⁷ proveniente de Lugo dedicada a um *princeps* dos *copori*, uma *ciuitas* que habitava as proximidades da cidade romana, a qual apresenta, apesar da onomástica indígena, um texto gravado em latim com um acabamento bastante requintado, próprio dos costumes romanos, em que se sobressai o ritmo preciso das letras, com dimensões bastante aproximadas, o que denota um cuidado em aproximar-se dos hábitos

³ CIL II 2683.

⁴ CIL II 2426.

⁵ CIL II 2416.

⁶ *D(is) M(anibus) S(acrum) / Lulio Rufino/ Leontio exTab(ulario) civi Asturice(n)si / annorum XXVII/ Rufoniu sRufi/nus Pater et Ru/fia Paterna mater filio Pissimo IRPL 28; (hedera) D(is) (hedera) M(anibus) S(acrum) / Valerio / Meleagro / qui vix(it) an(nos) XXXX / Valeria Thais / Coniug incompa/rabili B(ene) [M(erenti) / Posuit IRPL 49; D(is) M(anibus) S(acrum) / Cassiae / Antipatrai / [L Septimius / Hermeros / Aug(usti) Lib(ertus) Coniug(i) / Castissimae / cum qua vix(it) A(nnos) XXIII / B(ene) M(erenti) F(ecit) IRPL 27; (is)M(anibus) S(acrum) / Aquilio / Euprepeti / Fortunata / Coniugi / Merenti / Posuit IRPL 37; [Iovi Optimo Max(timo) / Numini]b(us) Augustor(um) / [Iunoni R elginae / Veneri]victrici / Africae Caelesti / Frugifero / AugustaeEmeritae / et Lari(bus) Callaeciar(um) / [Saturninus Aug(usti) Lib(ertus) IRPL 23.*

⁷ CIL II 2585; IRPLu 34.

epigráficos romanos, demonstrando a pronta adesão aos costumes romanos por parte da elite indígena. Uma vez que Roma costumava cooptar as elites indígenas para assumir determinados cargos e funções, podemos admitir que o prínceps dos *copori* poderia ter tido algum cargo relevante na recém-fundada cidade (Dopico Caínzos e Santos Yaguas, 2017).

Mas as cidades não eram apenas polos de atração para as elites indígenas, visto que foi necessário um grande número de trabalhadores encarregados de construir os edifícios que lhes dariam expressão material. A deslocação de mão-de-obra indígena para a cidade está bem representada no registo arqueológico, designadamente através de cerâmica indígena, sempre abundante nos níveis mais antigos associados aos momentos fundacionais, genericamente balizados entre os finais do século I a.C. e meados da centúria seguinte. Na verdade, sabemos que a produção de cerâmica indígena persiste até meados do século I, atestando continuidades formais, técnicas e decorativas em relação àquelas comumente encontradas nos castros dos finais da Idade do Ferro. Além destas, são identificadas também cerâmicas de fabrico romano de importação, designadamente *terrae sigillatae* itálicas e gálicas, cujas cronologias são bastante aproximadas, estando melhor reconhecidas em Braga, a partir das intervenções realizadas na área da colina do Alto da Cidade, nas proximidades do *forum*, mas também na necrópole da via XVII (Braga, 2018), facto que denota, a nível material, as mudanças culturais que estavam a começar nos novos núcleos urbanos (Martins *et al.*, 2012; 2017a; 2017b; no prelo; Alcorta Irastorza, 2001).

Porém, essas mudanças não foram restritas aos centros urbanos, tendo também acontecido nas áreas suburbanas e periféricas, como está patente na construção de umas termas romanas à beira do rio Minho em época júlio-cláudia (González Soutelo, 2012) que resultaram da adaptação de um balneário pré-romano, interpretação sugerida por seis epígrafes identificadas no local dedicadas às ninfas do rio e cujos dedicantes possuíam onomástica romana (Hervés Reigoso e Meijide Cameselle, 2000: 215-220). Esta circunstância permite demonstrar o interesse da elite romana, possivelmente instalada na região devido à exploração mineira, em introduzir um culto mediterrânico em detrimento de divindades do noroeste (González Soutelo, 2005), ainda que elas possam esconder divindades indígenas com funções semelhantes, num processo de sincretismo religioso.

Num povoado localizado cerca de 1.5km de *Lucus Augusti*, o castro da Piringalla, documentam-se grandes reformas arquitetónicas nas unidades domésticas, que fazem uso de técnicas de construção mais itálicas do que indígenas, assistindo-se ao desmantelamento de elementos defensivos que protegiam o povoado (Bartolomé Abreira, 2009: 163). Trata-se de um evidente sinal de mudança dos hábitos de construir dos indígenas, que se deixam influenciar pelos modelos de casas itálicas, também

conhecidas na citânia de Briteiros, Guimarães (Cruz, 2015), bem como em *Tongobriga*, Marco de Canaveses, núcleo urbano com origem num castro (Magalhães, 2019). As modificações acarretadas no seio das populações indígenas pela presença romana no noroeste também é perceptível a nível das produções cerâmicas locais, que gradativamente são substituídas por produções já romanas (Bartolomé Abreira, 2009: 163).

Desta forma, a fundação das capitais dos novos *conuentus* do noroeste peninsular foram centrais para a compreensão do processo de organização e administração do território recém-integrado no Império, realizado a partir de Augusto. O papel empreendido pelas cidades nesse contexto dava-se por duas vias, uma associada com a coesão e o controlo das populações indígenas que habitavam o território e o outro pela capacidade de divulgar e atrair as elites locais e cooptá-las em favor dos interesses imperiais. Nesse sentido, o conhecimento sobre a planificação e a fundação dos novos centros urbanos é fundamental para se compreender os mecanismos que Roma utilizou após a conquista e o impacto que eles tiveram sobre o território e as comunidades.

Portanto, é fundamental retomar a análise do urbanismo dessas cidades e em específico de *Lucus Augusti*, que se configura como o nosso objeto de estudo. Os dados arqueológicos disponíveis sobre a capital do *conuentus* lucense são devedores dos trabalhos intensivos de escavação que foram realizados em Lugo, desde 1986, cuja motivação inicial deu-se com uma forte polémica relacionada com a construção de três parques subterrâneos em zonas com alta sensibilidade arqueológica (Rodríguez Colmenero, 1998: 433). Uma vez iniciados os trabalhos de remoção de terra foram postos a descoberto uma série de estruturas romanas, cuja preservação encontrava-se ameaçada face à implantação das caves dos referidos parques, levando a uma grande contestação da população e à realização de trabalhos arqueológicos no local, dirigidos por António Rodríguez Colmenero. Contudo, uma vez realizados os trabalhos de registo e levantamento dos vestígios, as ruínas foram desmanteladas e a obra terminada.

O problema em relação às escavações arqueológicas e à preservação dos vestígios romanos vai durar até ao ano de 1995 quando foi implementada uma lei que regula esta matéria, conhecida como PEPRI (*Plan Especial de Protección, Rehabilitación y Reforma Interior del Recinto Amurallado de Lugo y su Zona de Influencia*). Apesar disso, desde o começo da atividade arqueológica urbana foram obtidos dados significativos tanto sobre o urbanismo da cidade romana como quanto aos dados epigráficos. Do ponto de vista legal, portanto, percebemos uma clara discrepância entre as realidades da regulamentação da atividade arqueológica em Braga e em Lugo, o que teve influência na preservação do conjunto de vestígios exumados nas duas cidades ao longo das últimas décadas.

No tocante ao urbanismo, há que ter em conta dois problemas que se apresentam na hora de realizar um estudo aprofundado sobre a cidade romana de Lugo. Em primeiro lugar, cabe destacar que as escavações arqueológicas começaram em 1986 e que foi necessário esperar até 1995 para ter um enquadramento legal, pelo que algumas estruturas terão sido destruídas, não tendo mesmo sido nalguns casos registadas. Além disso, devemos perceber que na maioria dos casos a Arqueologia Urbana envolve uma série de limitações, que faz com que não se possa escavar tudo o que se quer, pelo que o conhecimento que se obtém do sítio arqueológico é fragmentado.

Devido a essas razões, a trama urbana fundacional de *Lucus Augusti* é muito mal conhecida. No caso do Alto Império é possível reconhecer estruturas que ocupavam uma área de 34 hectares, tais como o *forum*, que foi identificado muito sumariamente a partir das suas fundações e que, segundo os estudos realizados, teria uma extensão de 196m de longitude e 106m de largura, contando neste cômputo a possível basílica encontrada no setor sul do edifício foral (Carreño Gascón, 2017: 434). A poente do *forum* identificou-se o *kardo maximus*, com orientação NO-SE, enquanto o *decumanus maximus* seguiria o sentido SO-NE. Existem ainda outras ruas reconhecidas a partir de restos de pavimentos e que reproduzem as mesmas orientações das vias principais (Tranoy, 1981: 198; González Fernández, 2005: 25-26; Suárez Piñeiro, 2006-2008: 313; Casal García e Acuña Castroviejo, 2011: 15).

Para além do *forum* também foi identificado um grande edifício termal no interior da cidade, que ocupava toda uma *insula* e teria funcionado a partir dos finais da época júlio-cláudia, sensivelmente na época do reinado de Cláudio ou Nero (González Fernández e González Soutelo, 2016: 133). A existência dessas termas evidencia a existência de abastecimento de água à cidade necessária para garantir o funcionamento desse equipamento. Para tal, foi construído um aqueduto que conduzia a água de um aquífero situado a uma distância de 1500m, no norte da cidade, até um *castellum aquae*, que eventualmente estaria situado na atual praça de Santo Domingo, em plena zona urbana. A partir deste, a água era distribuída através de canalizações, parte das quais identificadas em escavações realizadas em Lugo nas últimas três décadas (González Fernández e González Soutelo, 2016: 135-136; González Fernández, 2005: 27).

A partir da dinastia flávia, tal como aconteceu em *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* conheceu um plano de reformas cuja finalidade foi renovar, expandir e embelezar a cidade. Nesse sentido, as ruas foram dotadas de pórticos, que se desenvolviam paralelos aos eixos viários, bem como de um sistema de canalizações que drenava as águas sujas (González Fernández, 2005: 27; Martins *et al.*, 2017a: 253). Em *Lucus Augusti* não foi identificado, até ao momento, nenhum edifício de espetáculo, diferentemente de *Bracara Augusta*, cujos dados disponíveis permitem evidenciar um teatro construído nos inícios do

século II, nas imediações do *forum* (Martins *et al.*, 2006; 2013b) e de um anfiteatro que certamente dataria da mesma época (Morais, 2001; Martins *et al.*, 2012).

No interior da parte urbana lucense não existem mais dados disponíveis significativos acerca das arquiteturas públicas ou privadas alto imperiais. Contudo, tal não se deve à ausência de atividades construtivas na cidade nesse período, mas sim às limitações da Arqueologia Urbana, que tornam difícil escavar em extensão e compreender as fases mais antigas dos edifícios, sobrepostas por níveis que documentam reformas posteriores, sobretudo baixo-imperiais. Exemplo disso é o suposto contexto augustano que se identificou na intervenção da *domus* do Mitreo mas que não foi escavado satisfatoriamente, a ponto de se reconhecer as características da construção encontrada por baixo dos níveis tardios associados ao *mithraeum* (Rodríguez Cao, 2011: 20).

Na zona extramuros, por outro lado, para além das já referidas termas construídas nas margens do rio Minho, no final do período júlio-cláudio (González Fernández e González Soutelo, 2016: 133), foram identificados níveis altos imperiais na necrópole localizada na atual Praça do Ferrol. Contudo, esse núcleo de sepulturas é sobreposto por níveis construtivos do Baixo-império, que assinalam a expansão do núcleo urbano para norte, referenciada arquitetonicamente com a construção da muralha, resultando na transformação daquele espaço funerário em área habitacional (Rodríguez Colmenero, 1998: 435; González Fernández, 2005: 28-29).

Para o período correspondente ao século IV contamos com mais dados e estruturas para caracterizar a cidade, sendo a de maior magnitude a muralha, que foi erigida no último terço do século III e alterou a fisionomia da cidade, cortando edifícios, deixando fora espaços habitados durante o Alto Império e ocupando novos terrenos, como consequência da adaptação da estrutura à topografia (González Fernández, 2005: 28-29). Além disso, é importante assinalar que, tal como aconteceu em *Bracara Augusta*, durante o Baixo-império documentam-se importantes mudanças urbanísticas relacionadas com a construção da já mencionada muralha, mas também com as mudanças introduzidas por Diocleciano com a sua reforma administrativa. Com efeito, a criação da nova província da *Gallaecia*, que reunia os três *conuentus* do noroeste peninsular, com capital em *Bracara*, viria a contribuir para o dinamismo económico e político da zona (González Fernández, 2005: 28-29; Martins *et al.*, 2012; 2015; 2016; Ribeiro, 2015).

As mudanças mais destacadas no plano urbanístico de Lugo aconteceram sobretudo nas estruturas públicas, reduzindo-se ou desaparecendo algumas ruas, bem como os espaços porticados, integrados nas edificações e restaurando-se as cloacas, agora abobadadas, que circularam por baixo da malha viária. Mas também se pode dar conta das remodelações que sofreram os edifícios privados, como

as que aconteceram na *domus Oceani*, na qual se documentam compartimentos revestidos com mosaicos e pinturas murais e a implantação de banhos privados. Essas mudanças, ocorridas em meados do século IV, refletem o alto grau de *urbanitas* atingido por *Lucus Augusti* ao longo da sua história como cidade romana (González Fernández, 2005: 29).

De um modo geral todas as habitações conhecidas em Lugo foram objeto de remodelações significativas no século IV. Assim aconteceu com a *domus* do *Mitreo*, que incluía um templo dedicado ao deus Mitra, onde foi encontrada uma ara votiva cujo dedicante foi o dono da *domus*, o qual continuou em uso, apesar da casa ter sido parcialmente destruída pela construção da muralha em fins do século III, tendo sido objeto de uma adaptação ao espaço sobrance (Colmenero Fernández e Rodríguez Cao, 2012: 104-105). Uma outra casa identificada na cidade é a *domus* de *Dédalo e Pasífae*, da qual se desconhece a sua cronologia e que é conhecida sobretudo devido ao valor dos mosaicos. Também a *domus* de *Santo Domingo*, é pouco conhecida, ignorando-se tudo sobre a sua cronologia inicial, muito embora se saiba ter sofrido uma reforma em época tardia. Estas *domus* situavam-se nas imediações da já citada *domus Oceani* e do *forum*, ou seja, numa área bastante nobre da cidade, em pleno centro urbano. Além disso, no caso da *domus* de *Dédalo e Pasífae*, foram identificados mosaicos que podem ter a mesma cronologia que os da *domus Oceani*. Por estas razões, afirmamos que este conjunto habitacional constituía um espaço residencial mais prestigiado da cidade, nas imediações do *forum* (González Fernández, 2005: 80-81).

Apesar do volume de informação disponível sobre a arquitetura da cidade, pouco sabemos acerca das características de seu urbanismo de época fundacional, carecendo-se, portanto, da restituição de sua possível malha urbana de fase augustana, tendo-se em perspectiva que as propostas até ao momento realizadas acerca da morfologia urbana lucense representam um estado avançado de transformações em edifícios públicos e privados e nas estruturas viárias e de saneamento que resultaram, necessariamente, em modificações do projeto inicial da cidade, sendo, com efeito, um plano de época Baixo-imperial (Martins *et al.*, no prelo).



Figura 1. Planta de *Lucus Augusti* (González Fernández, 2005: 26).

No caso de *Bracara Augusta*, devido ao estudo sistemático da cidade, que vem sendo realizado desde o ano de 1976, quando foi criado o Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, foi possível proceder à restituição da malha fundacional, através da valorização dos vestígios identificados até ao momento nas intervenções arqueológicas realizadas na cidade (Martins *et al.*, 2017a). Isso permite fazer uma aproximação à morfologia urbana bracaraugustana, cujas características gerais aludem a uma cidade rigorosamente regular e sem grande hierarquia na modulação dos quarteirões, algo que era usual nas *coloniae* e pode refletir a existência de uma estrutura social mais igualitária que aquela que dispomos para outras cidades. Na verdade, essa reduzida hierarquia pode também ser percebida a partir do *corpus* epigráfico de *Bracara Augusta*, que salienta a importância do peso que a elite indígena teve na cidade desde a sua fundação (Martins *et al.*, 2017a: 217-225).

A partir da experiência acumulada com mais de quarenta anos de estudo sobre a cidade romana de *Bracara Augusta*, uma equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, coordenada por Manuela Martins e constituída ainda por Fernanda Magalhães e Natália Botica, no âmbito do projeto “*Las fundaciones urbanas de Callaecia y la creación de un nuevo espacio administrativo*”, realizaram um ensaio sobre a malha fundacional de *Lucus Augusti*, que permitiu a formalização de uma primeira proposta da planimetria da cidade no Alto-imperial (Martins *et al.*, no prelo).

A comparação dos dados urbanísticos de *Bracara Augusta* com os de *Lucus Augusti* permite evidenciar diferenças significativas a nível da morfologia das duas capitais de *conuentus*, bem representadas no que toca à configuração dos quarteirões, de modo que enquanto a primeira apresenta

uma maior homogeneidade e regularidade na forma e nas dimensões das *insulae*, a *forma urbis* da outra assinala uma maior hierarquia entre essas estruturas, resultando em quarteirões e, conseqüentemente, lotes disponíveis à construção privada com tamanhos distintos. Essas informações sugerem profundas distinções socioculturais entre as duas cidades, que certamente têm como pano de fundo as diferenças associadas à heterogeneidade de seus corpos cívicos, no seio dos quais estão presentes personagens com diferentes estatutos jurídicos, económicos e sociais, o que não deixará de ter que ser compreendido no quadro das características do povoamento pré-romano dos territórios correspondentes à *Gallaecia bracarense* e *lucense* (Martins *et al.*, no prelo). Na verdade, trata-se de territórios que devem ser compreendidos nas suas especificidades, a fim de se evidenciar o papel que as elites indígenas tiveram na ocupação das cidades de *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*, bem como o peso diferencial que as elites itálicas tiveram também na sua organização.

Desta forma, acreditamos ser deveras importante o estudo da planificação de *Lucus Augusti* e a restituição de sua malha fundacional, na qual estão refletidas algumas das linhas de força que determinavam as decisões do desenho do seu projeto urbano no quadro do processo de ordenamento do noroeste peninsular, após a sua pacificação a partir de 19 a.C.. Por outro lado, a partir do conhecimento da morfologia urbana *lucense* é possível analisar os aspetos urbanísticos e arquitetónicos associados à sua evolução e compreender a dimensão social e económica da cidade.

3 Objetivos

O objetivo principal deste estudo é analisar as mudanças que o urbanismo de *Lucus Augusti* conheceu desde a fundação, momento em que a cidade terá sido planificada a partir de uma intervenção cadastral que desenhou o sistema de eixos viários e a malha dos seus quarteirões, permitindo também definir as áreas que seriam reservadas ao domínio público e ao privado.

Para tal, propomo-nos analisar um conjunto de intervenções arqueológicas realizadas na cidade de Lugo, desde 1986, as quais foram seleccionadas em função dos dados que fornecem para restituir o sistema viário, elemento vertebrador de qualquer malha urbana, valorizando-se também outros elementos relevantes como sejam os pórticos, as cloacas e canalizações e os alinhamentos dos edifícios. A partir da análise da cartografia destes dados, projetaremos uma proposta de restituição da malha urbana fundacional, de forma a perceber suas características gerais e a sua evolução ao longo do tempo. Em relação a isso é importante reiterar que não existem estudos sobre a malha *lucense* com base nos dados associados aos contextos fundacionais, tendo as propostas de restituição já realizadas utilizado

também vestígios posteriores, o que incorre em desvios de leitura gerados pelas mudanças efetuadas na cidade durante os séculos de ocupação romana que nela ocorreram.

Com efeito, os estudos realizados sobre as características urbanísticas da capital do convento lucense incorrem na tentativa de restituir sua malha a partir de alinhamentos de estruturas viárias e de edifícios construídos ou reformados no período baixo-imperial, de que são exemplos a muralha (Schulten, 1943) e as reformas nas habitações (Carreño Gascón e Rodríguez Colmenero, 2012), elementos que, embora documentem uma fase da ocupação da cidade, são produtos de transformações do desenho urbano original. Uma vez que a investigação cujo objeto é a cidade de *Lucus Augusti* torna-se fundamental restituir as etapas de evolução da mesma, desde a sua fundação, só assim sendo possível ampliar os conhecimentos sobre os processos e as linhas de força que a deram origem e pautaram suas modificações, alusivas às características políticas, sociais e económicas que conformaram uma sociedade bastante diversificada.

De seguida, procuraremos analisar o desenvolvimento de *Lucus Augusti* a partir da análise dos espaços construídos nos séculos posteriores, que documentam a evolução da cidade desde o primeiro projeto urbanístico, até o fim da cidade clássica. Ao longo dessa grande temporalidade procuraremos dar maior destaque ao impacto causado pela construção da muralha baixo imperial sobre o urbanismo fundacional.

4 Metodologia

A metodologia que utilizaremos para alcançar os objetivos propostos seguirá de perto os procedimentos que foram realizados em Braga para restituir a malha urbana da cidade romana de *Bracara Augusta*, reportados em vários trabalhos já publicados (Martins *et al.*, 2017a; no prelo).

Assim, num primeiro momento, procederemos à análise dos dados procedentes de um conjunto de escavações feitas desde 1986, em Lugo, maioritariamente acedidos na forma de relatórios, da responsabilidade de vários equipas e arqueólogos. Este trabalho só foi tornado possível na sequência do projeto Mineco «*Las fundaciones urbanas de Callaecia y la creación de un nuevo espacio administrativo*», da responsabilidade da Doutora María Dolores Dopico Caínzos, o qual foi desenvolvido entre 2015 e 2018 e que tem a sua natural continuação no Projeto HAR2017-82202-P, ainda em curso e que deverá terminar em 2020. Na verdade, foi graças ao projeto Mineco que foi possível digitalizar um conjunto significativo de relatórios de intervenções arqueológicas de Lugo, depositados na Xunta da Galiza⁸ e no

⁸ Esta digitalização só foi possível pelas facilidades concedidas por Roberto Pena Puentes no acesso aos relatórios, enquanto Chefe do Serviço de Arqueologia da Dirección Geral do Património Cultural da Xunta da Galiza.

Serviço Municipal de Arqueologia do Município de Lugo, chefiado até 2017 pela Dra. Covadonga Carreño Gascón, cujo apoio foi fundamental para o acesso aos dados do serviço que chefiou.

O tratamento dos dados de campo foram transpostos para fichas, que permitiram estruturar a informação dos relatórios das escavações, com base em categorias como lugar e data da escavação, equipa que a realizou, localização dentro da cidade, estado de conservação das ruínas, fases construtivas identificadas, estruturas e materiais. Desta feita, foi possível analisar as sequências estratigráficas das escavações analisadas, o que permitiu perceber as fases construtivas de cada área intervencionada. Simultaneamente, foram vetorizados em *AutoCad* todos os desenhos constantes dos relatórios analisados, obtendo-se plantas de cada zona arqueológica, registo que compõe os apêndices deste trabalho.

Uma vez tratados os planos, prosseguimos com a georreferenciação dos mesmos e a sua projecção na planta de Lugo, de modo a perceber as relações entre as estruturas alto imperiais identificadas nas diferentes zonas arqueológicas e, assim, restituir os alinhamentos da cidade, a delimitação de seus quarteirões e a orientação do edificado, tendo em vista efetuar uma aproximação à malha urbana fundacional de *Lucus Augusti*. A georreferenciação de vestígios arqueológicos de cronologia mais tardia permitiu, entretanto, avaliar o conjunto de alterações arquitetónicas e urbanísticas, registadas ao longo da época romana. Esta análise diacrónica seguiu a mesma metodologia aplicada em Braga pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que permitiu conhecer a malha urbana de *Bracara Augusta* e a sua evolução e transformação ao longo dos séculos (Martins *et al.*, 2017b).

Uma vez esboçada uma hipótese de planimetria fundacional de *Lucus Augusti* procurámos compará-la com a de outras cidades do NO peninsular, em particular com a de *Bracara Augusta*, tendo em vista analisar as especificidades das duas cidades, de modo a melhor conhecer o programa de fundação de cidades fundadas por Augusto.

Parte II

A arqueografia do urbanismo de *Lucus Augusti*

1 Zona Arqueológica da 'rua da Raiña'

1.1 Localização e descrição das intervenções



Figura 2. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua da Raiña no ortofotomapa (@GoogleEarth).



Figura 3. Localização da zona arqueológica da rua da Raiña na planta com o edifício de Lugo.

A Rua da Raiña localiza-se no quadrante sudeste do centro histórico de Lugo, sendo um dos pontos centrais do mesmo. Esta rua permite a ligação da Praça de Espanha com a Praça de Santo

Domingo e é paralela a Rua do Progreso, artéria onde também foram realizados trabalhos arqueológicos e que serão alvo de análise. Esta zona arqueológica é de grande importância, tendo-se em consideração que nela foi documentado tanto o *kardo* como o *decumanus maximi*. As três escavações que a conformam são aquelas realizadas nos lotes sob os números 7 e 9, 21 e, por fim, 18.

1.1.1 Rua da Raiña 7 e 9

A intervenção arqueológica na Rua da Raiña 7 e 9 foi realizada no ano de 1988, sob a direção científica de Covadonga Carreño Gascón. Para facilitar os trabalhos, a intervenção foi dividida em dois setores, que se fizeram coincidir com os números dos edifícios modernos que foram intervencionados, sendo dividido o lote 7 em quatro sondagens de 6x7 metros e o lote 9 noutras quatro, de 7x5 metros, escavadas durante os meses de janeiro e fevereiro. As unidades estratigráficas identificadoras das estruturas foram atribuídas por nós no processo de interpretação, tendo em vista facilitar a compreensão das estruturas e das relações que existem entre elas. A informação para realizar a análise da escavação foi obtida do relatório de escavação fotocopiado (Carreño Gascón, 1988).

1.1.2 Rua da Raiña 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25

Os trabalhos arqueológicos no número 21 da Rua da Raiña, esquina com a Rua de Santo Domingo n.ºs 24 e 25, foram realizados em 1990, de 8 de maio ao 31 de julho, tendo abrangido uma área de 730 m². A metodologia adotada para a escavação e o registo dos vestígios identificados recorreram à implantação de uma quadricula de 66 quadrados, separados com banquetas de 1m entre cada um deles, tendo sido mantida uma longa banqueta ao longo do perímetro da área de intervenção com largura de 0.50m. Por último, à semelhança do que ocorreu com a zona arqueológica anteriormente descrita, nesta também não foram registadas unidades estratigráficas murárias no relatório da campanha de escavação, pelo que decidimos individualizá-las a fim de melhor apresentar as ruínas identificadas e a sua interpretação. A informação sobre a escavação foi obtida através do relatório da escavação (González Fernández e Ferrer Sierra, 1990)

1.1.3 Rua da Raiña 18

Por sua vez, a intervenção efetuada na Rua da Raiña n.º 18 foi realizada pela empresa *Terra Arqueos*, sendo a diretora da escavação Yolanda Álvarez González. Para a realização dos trabalhos arqueológicos optou-se pela divisão do lote em dois setores, os quais correspondem aos espaços que ocupavam os dois edifícios destruídos no início da intervenção, antes dos trabalhos de decapagem das

terras. Dessa forma, o espaço que ocupava o edifício que ficava a sul foi denominado setor A e o restante, localizado a norte, setor B. A informação para realizar a análise desta escavação foi obtida do relatório da intervenção (Álvarez González *et al.*, 2002)

1.2 Estratigrafia

1.2.1 Rua da Rainha 7 e 9

O conjunto de vestígios identificados na Rua da Rainha n.ºs 7 e 9 permite individualizar vestígios correspondentes a duas fases, uma associada ao período alto imperial e outra ao baixo-império. Da primeira fase foi possível registar os restos de um canal quadrangular (UE004), que corria de nascente para poente, o qual caiu em desuso uma vez que foi contruída a cloaca tardia (UE040). A norte do canal, e paralelo a este, documentaram-se restos de um pórtico, também datado da época alto imperial, constituído por três colunas (UE003, UE062 e UE041), flanqueadas por duas pilastras (UE011 e UE062). Esse pórtico foi reaproveitado no baixo-império, ainda que não seja possível definir o seu novo uso.

Por outro lado, entre as estruturas associadas à segunda fase, datadas do Baixo-império, cabe destacar uma cloaca (UE001), com orientação E-O, paralela à canalização alto imperial anteriormente mencionada. Sobre a UE001 corria uma grande rua (UE005), que era cruzada por outra (UE006) que seguia no sentido N-S. Estas duas artérias foram identificadas como o *kardo* e o *decumanus maximi* da cidade.

Dispostos a sul da UE005 foram identificados vestígios de um edifício de grandes dimensões que, embora bastante saqueado, apresenta ainda um muro que se desenvolve paralelo à UE005, no qual encostam outras estruturas, permitindo identificar cinco compartimentos. Na área mais oriental, a seguir à UE001, foi individualizado um espaço aberto, que parece desenhar um átrio, do qual sobrevivem duas colunas (UE007e UE008) e um conjunto de buracos de poste (UE012), evidenciando a existência de uma estrutura em madeira. Dos demais compartimentos ignora-se a sua funcionalidade, sendo a sua interpretação dificultada pela má qualidade das ruínas nessa área, das quais subsistem apenas alguns poucos restos de muros.

Foram ainda identificados no setor sul os vestígios de uma estrutura (UE010), estratigraficamente posterior às demais, muito embora não sejam fornecidos no relatório dados cronológicos fiáveis. Tão pouco sabe-se a época, nem a função, de uma fiada de tijolos que estavam implantados na parte oriental do setor 7.

1.2.2 Rua da Raiña 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25

Nesta escavação foram individualizadas quatro fases de ocupação, as quais enquadram, globalmente, duas alto imperiais, correspondendo a primeira à época júlio-cláudia e a segunda à época flávia/antonina, enquanto as outras duas serão baixo-imperiais.

No tocante à primeira fase alto imperial, podemos assinalar a existência de várias valas de extração de saibro (UE001), que foram preenchidas por um enchimento (UE002), que forneceu fragmentos de materiais cerâmicos como *amphorae* e *terrae sigillatae* itálica. Nessa camada foram assentes os níveis de preparação para a construção de uma rua (UE003), com orientação N-S, coincidindo, portanto, com a da atual “rua da Raiña”. Esta fase da calçada foi datada da época júlio-cláudia tendo por base a identificação de uma moeda de Tibério e quatro do tipo *caetra*, uma fibula do tipo *Aucissa* e material cerâmico, nomeadamente *terra sigillata* itálica. Esta calçada estava delimitada por dois silhares que foram reaproveitados para a construção do canal da fase 2 (UE005).

Já no setor de Santo Domingo e numa cronologia também associada à primeira fase, além da existência de valas de extração de saibro, há a sinalizar a existência de um poço (UE024), em cujo enchimento interior foram encontrados alguns fragmentos de *sigillatae* alto imperial, bem como várias moedas que possivelmente foram cunhadas na época de Cláudio.

A segunda fase alto imperial está representada por um novo nível de calçada (UE004), que pode articular-se com a remodelação da área envolvente da rua, já que junto a ela, foi construído um canal que segue paralelo à UE005, bem como um espaço porticado, que também se desenvolve paralelo à calçada. A oeste destas estruturas existe um muro e uma canalização, com orientação N-S, que desemboca na canalização paralela à calçada UE005.

No setor mais a norte, já no lote correspondente a Santo Domingo, apareceram alguns muros também associados à segunda fase alto imperial, aos quais estava associado um pavimento em tégula.

Por cima da calçada correspondente à UE004 documentou-se outro nível de calçada, datado da época baixo-imperial, onde se identificaram moedas de época constantiniana e *sigillata* hispânica tardia. Nesta fase, a calçada, que no século IV se estreitou relativamente ao período precedente, passou a estar delimitada por um murete de contenção, o qual assentava diretamente no nível anterior da calçada, que servia como limite da rua. Nesta fase, o canal paralelo à calçada UE005 deixou de ser utilizado, tendo sido identificada uma grande quantidade de material com cronologia baixo imperial, no enchimento que colmatou o lastro da estrutura. Também nesta fase as colunas da zona porticada foram fechadas por um muro (UE015), o que fez com que essa via pedonal tivesse sido encerrada, vindo a tornar-se um espaço integrado no edifício que existiria no interior do quarteirão.

Na segunda fase baixo-imperial foi documentado um poderoso enchimento de terra negra (UE018), que recobre a calçada, inutilizando-a. Esse enchimento também permitiu nivelar o terreno no qual se implantavam dois muros, individualizados nas UEs16 e 031, que pertenciam a uma estrutura que não foi possível identificar. Embora não tenham sido encontrados materiais que permitam datar as estruturas é possível considerar que estamos perante estruturas correspondentes a uma ocupação bastante tardia, datável entre os séculos V e VI. Associada a esta fase foi identificada uma sepultura, implantada no nível da calçada, em cujo enchimento foi encontrado um *crismon*.

1.2.3 Rua da Raiña 18

A sequência estratigráfica que pode ser restituída com as escavações é deveras simples, estando todos os elementos identificados associados à ocupação baixo-imperial. Entre as estruturas exumadas é de se destacar um lajeado em granito, referenciado com a UEC22, que se desenvolve no sentido este-oeste. Com a continuação dos trabalhos de decapagem das terras nessa área, foi possível identificar níveis associados à preparação para assentar esse pavimento (UES8A e UES8B), onde foram encontradas algumas moedas de Constantino, tendo sido também registado um solo de cor alaranjada (UES8C), onde estava assente o *rudus* da via. Por fim, destacamos que esse lajeado poderia ter revestido o pavimento de um edifício público, que teria sido construído ou reformado em época já avançada do século IV.

Da mesma fase parecem ser as poucas fiadas que se preservaram de uma série de muros, individualizados com as UEsC17, 18, 19, 21, as quais estão muito mal conservadas, impedindo uma interpretação mais profunda, ainda que seja possível referenciar que os muros correspondentes às UEs19 e 21 foram implantados paralelos ao lajeado. Associado a este momento da ocupação da cidade parece estar um muro curvo (UEC16), localizado na área sudoeste da zona escavada. No espaço entre os muros correspondentes às UEs19 e 21 foi reconhecido um pavimento em *opus signinum*.

As estruturas mais tardias, segundo as informações do relatório, estariam associadas a uma fase de reestruturação dessa área, caracterizada pela construção de dois novos pavimentos, um deles constituído por placas de xisto e *tegulae* reaproveitadas (UEC11) e o outro, com orientação sul-norte, por pequenos elementos graníticos (UEC12).

1.3 Caracterização das estruturas

1.3.1 Muros

1.3.1.1 Rua da Raiña 7 e 9

Ao sul da calçada UE005 foi possível identificar um conjunto de estruturas que podem ser enquadradas num edifício, das quais destacamos um robusto muro (UE064) com orientação E-O onde encostam três muros transversais UEs007, 013 e 014, que conformam ao menos quatro compartimentos.

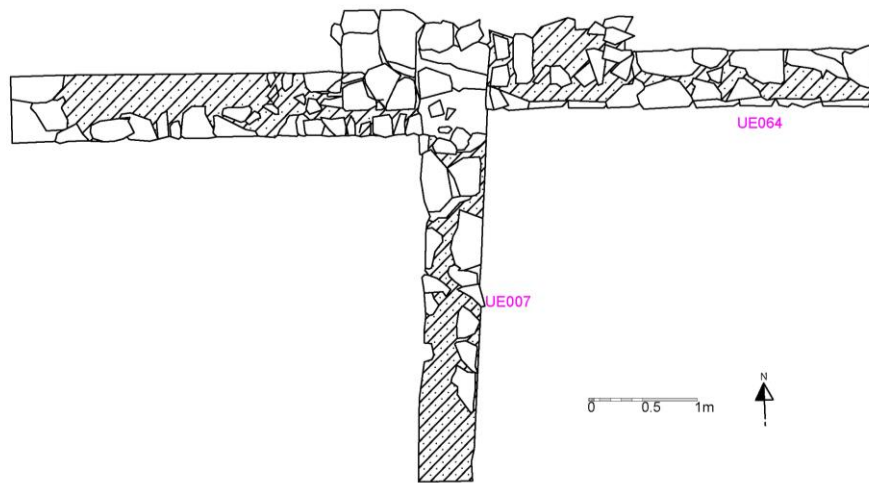


Figura 4. Relação do muro UE064 com o muro UE007.

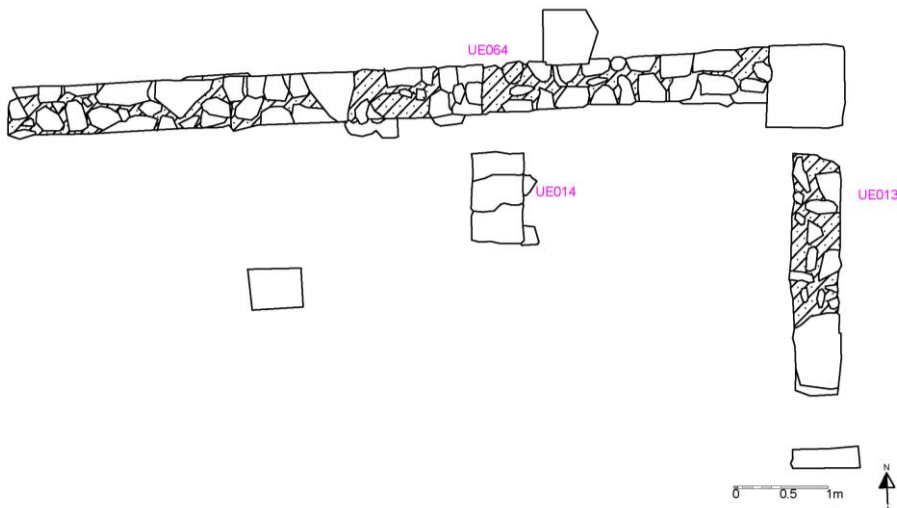


Figura 5. Relação do muro UE064 com os muros UEs013 014.

1.3.1.2 Rua da Raiña 21, esquina com Santo Domingo 24 e 25

Como foi referido anteriormente, no setor oriental da zona intervencionada, aquele que está enquadrado na rua da Raiña 21, foram encontrados alguns muros (UEs029 e 050) que se enquadram

na segunda fase de ocupação do sítio, no período alto-imperial, datada entre a época flávia e antonina, os quais apresentam um claro alinhamento com outro conjunto de estruturas que foram encontradas noutra setor, situado a norte, já na rua de Santo Domingo (UEs026 e 051), onde também foi exumado um pavimento em *opus signinum*.

Mau grado o péssimo estado de conservação dessas estruturas, pouco pode ser afirmado sobre as funções que teriam, uma vez que delas apenas subsistem os níveis de cimentação. Contudo, parece estarmos perante uma estrutura de grandes dimensões, cuja fachada se desenvolvia paralelamente ao *kardo*, e que disporia de um espaço porticado.

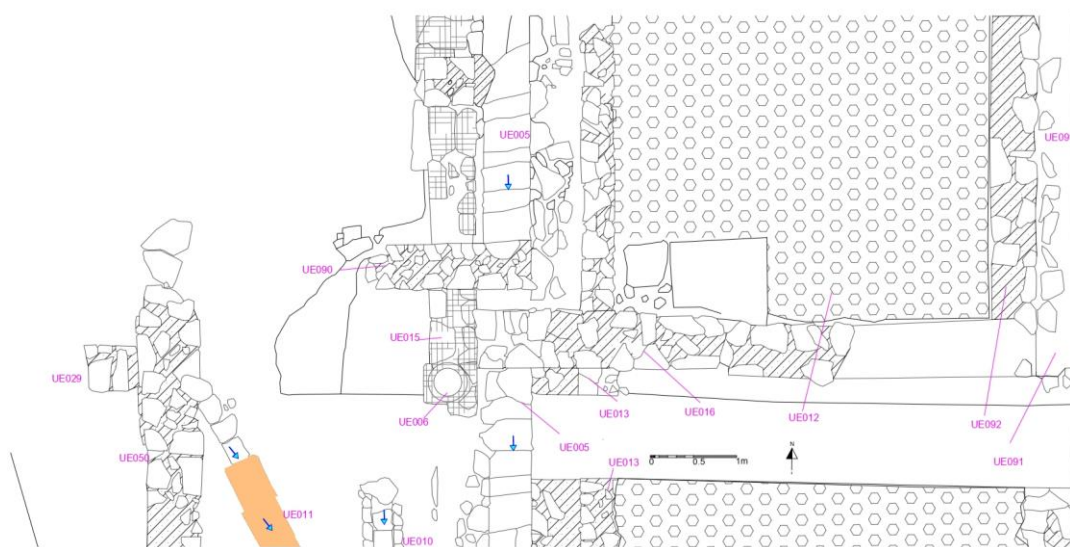


Figura 6. Muros UEs029 e 050, alto imperiais, associados à estrutura porticada. Canalizações UEs005 e 011. Pavimento do *kardo* UE012. Muros tardios UEs091 e 092.

Outro muro exumado nessa escavação, individualizado com a UE013, apresenta uma função completamente distinta, tendo servido de muro de contenção da rua, correndo na parte oeste da calçada, servindo de limite da mesma (Figura 5).

Por outro lado, atribuído à época baixo imperial, mais concretamente à primeira fase desse período, ou seja, a um momento situado entre finais do século III/inícios do IV, foi identificado um muro constituído por silhares de granito (UE015) e fustes de coluna reaproveitados, cuja proveniência certamente se deve à estrutura porticada que se desenvolvia naquela área e que, nesta fase, foi desmantelada e transformada num espaço fechado (Figura 5).

Referenciado a uma época mais tardia, aparecem os muros UEs016, 031, 090, 091 e 092 dos quais apenas restam os níveis de cimentação, e que parecem conformar um edifício implantado sobre a calçada, evidenciando um processo de avanço do edificado privado sobre os espaços públicos da cidade (Figura 5).

1.3.1.3 Rua da Raiña 18

São escassos os dados que temos sobre os muros desta escavação, já que na maioria dos casos estavam muito arrasados. Um dos muros foi referenciado com a UEC17, e dele apenas restavam as fiadas junto à fundação. Outro exemplo é o muro correspondente à UEC19, que se desenvolve em paralelo ao espaço empedrado. Por outro lado, de outras estruturas possuímos mais dados, como é o caso do muro individualizado com a UEC21, paralelo ao muro anterior (UEC19), com orientação este-oeste.



Figura 7. Pavimento em granito (UEC22), embasamento de coluna (UEC51), pavimento em *opus signinum* (UE450) e canal de drenagem (UEC17).

No que toca aos aparelhos desses elementos, destacamos a reiterada utilização de materiais abundantes na região onde a cidade foi implantada. De facto, o muro correspondente à UEC21 foi realizado com recurso a placas em xisto colmatadas com uma argamassa branca, apresentando um robusto contraforte em *opus caementicium* (UE051). Da mesma forma, o muro individualizado com a UEC18, apesar de ter sido bastante saqueado e parcialmente destruído com a implantação do edificado de época moderna, apresenta um aparelho que recorre ao uso de lajes de xisto, fixadas com uma argamassa amarelada. Da mesma forma, percebemos a utilização de placas dessa rocha nos muros referenciados como UEC17 e UEC19, assinalando um tipo de construção e de aparelho, bastante difundidos na cidade de *Lucus Augusti* num amplo período de ocupação.

1.3.2 Embasamentos, silhares, pilares, cunhais

1.3.2.1 Rua da Raiña 7 e 9

No setor norte da zona escavada (setor 9), foi possível identificar uma área porticada que se desenvolve no sentido este-oeste, da qual estão preservadas ainda três bases de colunas dóricas (UEs003, 0 e 041), limitadas por duas pilastras (UEs011 e 062).

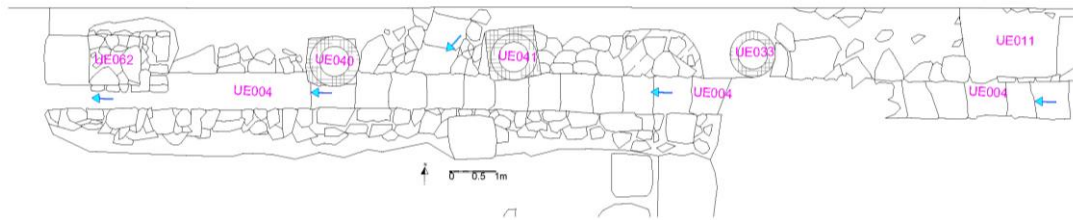


Figura 8. Pórtico formado pelas bases de colunas (UEs033, 040 e 041) e as pilastras (UEs011 e 062).

Já no sector 7, mau grado a destruição de grande parte das ruínas de época romana por causa da implantação de uma canalização moderna, foi possível identificar os vestígios de um compartimento, que se pode interpretar como um átrio, datado de época baixo-imperial do qual restam apenas os embasamentos (UEs063 e 064) de duas colunas.

1.3.2.2 Rua da Raiña 21, esquina com Santo Domingo 24 e 25

Provenientes da rua da Raiña 21, esquina com Santo Domingo 24 e 25, são alguns grandes silhares (UE030) que delimitavam uma calçada (UE003), reaproveitados, no âmbito de uma reorganização da área, a que se encontra associada a construção de uma canalização (UE005) (ver figura 3).

O espaço porticado que aparece na segunda fase está documentado por uma base de coluna (UE006) e uma pilastra, realizada em xisto (UE061), que certamente seria revestida com estuque e possivelmente pintada. Contudo, esses elementos não se preservaram

Este espaço porticado desenvolvia-se no sentido norte-sul, paralelo à calçada. Na fase baixo imperial, a coluna e a pilastra passam a formar parte de um muro, o que assinala o desaparecimento do pórtico e da colonata que formaliza essa via pedonal porticada.

1.3.3 Pavimentos

1.3.3.1 Rua da Raiña 7 e 9

Na intervenção realizada na rua da Raiña 7 e 9 foram encontradas duas calçadas do período baixo-imperial, que se cruzavam, sendo uma delas um *decumanus* (UE005), implantado sobre um nível

de preparação (UE001) constituído por pequenos elementos líticos colmatados com uma argamassa à base de argila e terra e outra um *kardo* (UE006), que tinha o mesmo tipo de construção da descrita anteriormente, cujo trajeto norte-sul, seguia o percurso da atual da rua da Raiña. Estas duas calçadas, como já foi referido anteriormente, parecem corresponder aos dois principais eixos da cidade romana, sendo referidos pela grande generalidade dos investigadores de Lugo, como sendo *decumanus* e o *kardo maximi*.

1.3.3.2 Rua da Raiña 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25

Como já foi mencionado, nesta escavação foram identificadas três fases de pavimentação do *kardo*, que curiosamente segue o percurso da atual rua da Raiña e foi uma das principais vias da cidade romana, presumivelmente o *kardo maximus*. Numa primeira fase (UE003), o pavimento da calçada estava formado por um nível compacto revestido com pequenos seixos rolados. Na fase seguinte, a calçada foi alargada e implantada com recurso a um nível de preparação à base de argila e fragmentos de placas de xisto, sendo revestida, também, com seixos rolados (ver figura 3).

As reformas levadas a cabo no pavimento que conformaram a segunda fase dessa calçada podem estar associadas à necessidade de reestruturação do sistema de drenagem das águas sujas do interior das habitações e de recolha das águas pluviais, sobretudo se tivermos em consideração o enchimento sob a camada de preparação, na parte central do referido *kardo*, que facilitava a recolha das águas pluviais para os canais de drenagem dispostos nas laterais da via, sob o nível de circulação. Também foi documentado um pavimento de uma calçada (UE076). No entanto, carecemos de dados estratigráficos, desconhecendo-se mesmo a sua orientação.

Na terceira fase, observamos a redução da área da calçada (UE012), a qual apresenta fragmentos de *tegulae* reaproveitados entre os seixos rolados que conformam o seu pavimento.

Identificou-se ainda um pavimento realizado em *opus signinum* (UE056), o qual definia o pavimento de uma construção, que se desenvolvia paralela à calçada, concretamente no seu lado oeste. A construção deste pavimento associa-se aos restos de dois muros (UE026 e UE054).

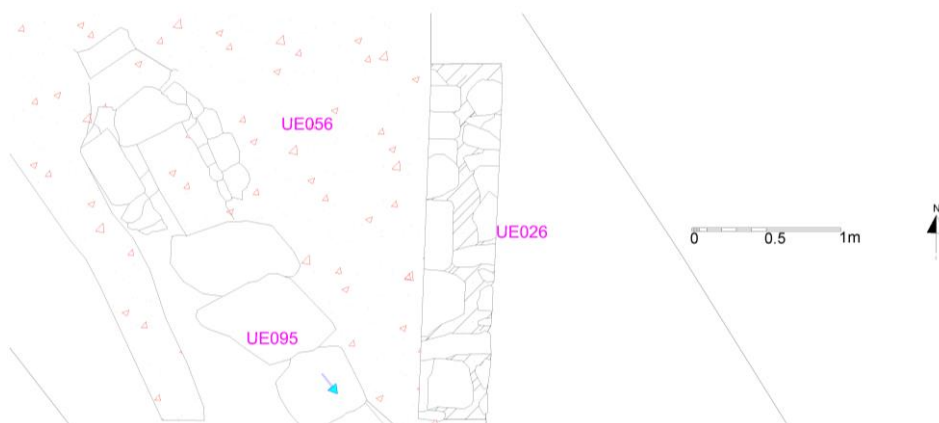


Figura 9. Pavimento em *opus signinum* (UE056), calçada (UE076), canal de drenagem (UE095) e muro (UE026).

1.3.3.3 Rua da Raiña 18

Se as intervenções anteriormente descritas, realizadas na rua da Raiña destacavam-se, a nível das estruturas construtivas horizontais pela forte presença de soluções em placas de xisto e seixos rolados, a escavação no número 18 dessa artéria da cidade apresenta um pavimento bastante distinto. Com efeito, a UEC22, apesar de não se ter certezas quanto à sua funcionalidade, é constituída por um amplo lajeado de granito, preservado numa extensão de cerca de 7m de comprimento.

Sobre esse pavimento foi implantada uma estrutura, também ela constituída por grandes blocos graníticos. Apesar de não se ter a certeza da função que teria a referida estrutura, sabemos que ela assenta sobre uma camada de terra negra, que se sobrepõe ao pavimento.

Outro pavimento identificado nessa intervenção corresponde a um piso de *opus signinum*, localizado entre os muros referenciados com as UEs018 e 021, sendo presumível que defina o solo de um compartimento de um edifício, talvez de natureza residencial.

1.3.4 Estruturas hidráulicas

1.3.4.1 Rua da Raiña 7 e 9

Nesta intervenção foram identificados duas estruturas associadas à drenagem das águas sujas e pluviais. Trata-se de uma canalização com secção quadrada e orientada este-oeste, cuja cronologia é atribuída ao Alto-império.

O desenvolvimento da cidade ao longo dos primeiros séculos da nossa Era implicou obras públicas para alargar a rede de drenagem das águas sujas, razão que justifica a inutilização desta canalização, dadas a sua reduzida capacidade de escoamento. De facto, o desmantelamento da canalização alto-imperial pode ser associada à construção de uma poderosa cloaca, abobadada, com 1.1m de altura e quase meio metro de largura, que corria sob o *decumanus maximus*.

Da potente cloaca que corria sob o decumano principal da cidade e que foi referenciada em várias intervenções arqueológicas realizadas na cidade, foi possível reconhecer um elemento granítico de grandes dimensões (UE002), que vedava um orifício aberto na parte superior do arco da abóbada em xisto e argamassa, o qual correspondia a uma abertura que permitia a limpeza do interior da cloaca.

1.3.4.2 Rua da Rainha 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25

Nesta intervenção foi possível reconhecer pequenos canais associados ao sistema de hidráulico de drenagem do interior do quarteirão em direção à rua, os quais se correspondem à primeira fase de ocupação da zona, datando dos finais do século I.

Referimo-nos a quatro canalizações, individualizadas como as UEs005, 010, 095 e 011, que recolhiam as águas sujas e as conduziam em direção à área sul da cidade. Duas delas corriam no sentido norte-sul (UE005 e UE010) e uma outra no sentido este-oeste (UE095) (ver figura 3).

1.3.4.3 Rua da Rainha 18

Nesta escavação apenas foi identificada uma estrutura que pode ser associada ao sistema hidráulico, trata-se de um canal, ou sumidoiro, individualizado com a UE018(2)¹, formado por lajes de xisto, adossado ao muro referenciado com a UE018 (ver figura 4).

1.3.5 Outras estruturas

1.3.5.1 Rua da Rainha 7 e 9

Nesta intervenção foram exumados buracos de poste (UE012), possivelmente relacionados com a construção da habitação, bem como uma fiada de tijolos incrustados no piso, dispostos na vertical (UE008), cuja funcionalidade é difícil de precisar.

1.3.5.2 Rua da Rainha 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25

No setor de Santo Domingo, foram documentadas estruturas em negativo, sendo possível interpretar algumas como valas para extração de saibro (UE073), as quais podem ser datadas de época júlio-cláudia. Foi ainda identificada uma outra estrutura aberta no saibro, de forma quadrangular, individualizada com a UE070, de funcionalidade desconhecida.

Cabe igualmente referir o poço para extração de argila.

¹ Neste caso a UE foi criada por nós, já que no relatório foi atribuída a mesma referência que ao muro referenciado com a UE018.

1.3.5.3 Rua da Raiña 18

A estrutura UEC11 estava localizada a norte da zona empedrada e consistia numa série de pequenas placas de xisto e fragmentos de tégula. Foi interpretada como a delimitação de um alpendre, ou horta, sendo datada de época tardia, posterior ao século IV.

1.4 Interpretação

As três intervenções realizadas na rua da Raiña localizam-se nas proximidades do *forum* da cidade, de modo que as informações que forneceram configuram-se de grande importância para a compreensão dos processos que resultaram na evolução da cidade de *Lucus Augusti*, uma vez que as áreas mais próximas do centro administrativo tiveram maior destaque no âmbito do desenvolvimento social e económico da cidade.

Os vestígios mais antigos identificados nessa zona arqueológica estão representados por uma série de estruturas em negativo, datadas do período júlio-cláudio, associadas à extração de saibro, importante material utilizado na preparação das argamassas necessárias à construção dos muros dos edifícios. Os enchimentos que possuíam serviram para nivelar a cota do terreno, como para suportar as preparações das estruturas posteriores. No caso desta zona arqueológica encontramos estas estruturas sob o *kardo maximus*. Os materiais provenientes dessas camadas de enchimento permitem datar a construção dessa importante via da cidade e o início da urbanização das artérias lucenses, nos finais da época júlio-cláudia, ou seja, meados do século I.

De facto, a cidade parece só ter sido completamente dotada de equipamentos urbanísticos em época flávia e antonina, quando o referido *kardo* conheceu também uma reforma e um novo piso, que se apresenta mais elevado no centro e com leves pendentes e direção às suas laterais destinadas a facilitar a condução das águas pluviais para o sistema de drenagem construído com canalizações que acompanhavam a bordadura dos pórticos, as quais recebiam também as águas dos telhados das casas e as águas sujas do interior dos quarteirões. Desta época data também a construção das colunatas dos pórticos que ladeavam a rua.

Com efeito, a cidade dos finais do século I/inícios do século II era bem diferente daquela que existia nos inícios da primeira centúria. Tanto quanto os dados provenientes das intervenções realizadas na rua da Raiña permitem perceber, nas primeiras décadas após a fundação da cidade, *Lucus Augusti* apresentava um sistema viário provisório, sem que ainda tivessem sido efetuados grandes investimentos, quer nas infraestruturas viárias, quer hidráulicas.

A cidade flávia e antonina é deveras distinta daquela que a precedeu, registando-se importantes investimentos públicos no sistema viário, que passam pelo alargamento das ruas e repavimentação, recorrendo-se a um lajeado em placas de xisto, no reforço do primitivo sistema de drenagem, que era rudimentar, através da construção de canalizações laterais às ruas, responsáveis pelo transporte das águas pluviais para fora da cidade e na construção de pórticos, ao longo das ruas, um evidente sinal de que os quarteirões terão sido ocupado e construídos por essas datas. Assim, podemos afirmar que as intervenções arqueológicas realizadas na rua da Raiña permitem perceber as profundas alterações ocorridas ao longo do século I, em *Lucus Augusti*. Na verdade, as ruínas identificadas documentam com precisão as grandes reformas das infraestruturas dos finais do século I, permitindo conhecer a organização do sistema de drenagem das águas pluviais, mas também aquela que garantia a drenagem das águas sujas provenientes do interior dos edifícios através de canalizações que desaguavam nos canais localizados sob os pavimentos das ruas para serem reunidas em cloacas mais robustas, como aquela identificada sob o *decumanus maximus*, na intervenção da rua da Raiña 7 e 9, que conduzia as águas da cidade para o rio Minho, a sul da cidade.

O abandono desse sistema hidráulico é realizado na terceira fase, que corresponde aos finais do século III/inícios do século IV. Nesse momento, foi construída uma grande e imponente cloaca sob o *decumanus maximus*, identificada na escavação da rua da Raiña 7 e 9, que possuía uma maior capacidade de drenagem das águas pluviais e sujas, dispensando a utilização de múltiplas canalizações, como ocorria no Alto-império.

Em face da necessidade de abrir grandes rasgos nas vias para a implantação das novas canalizações, as ruas passaram por novas reformas que resultaram em calçadas mais largas e com novos pavimentos. Tal como as ruas, também os pórticos passam por um processo de reforma, caracterizado, nalguns casos pelo avanço das construções sobre essa via pedonal pública, verificando-se, por vezes o seu encerramento completo. Essa circunstância foi observada na rua da Raiña 21, pois o edifício implantado no quarteirão a nascente do *kardo* avança claramente até à rua, apresentando um longo muro que encerra a colunata do antigo pórtico, existindo também uma série de muretes que realizam a compartimentação do novo espaço construído, à custa da anterior área do pórtico, criando-se novos compartimentos, cujas fachadas abrem diretamente para as ruas. Fenómeno semelhante parece ter ocorrido com o pórtico registado a norte do *decumanus maximus*, na rua da Raiña 7 e 9, que teve um aproveitamento diferente do espaço na Fase III, apesar de, dados os limites dessa intervenção, não ter sido possível perceber sua funcionalidade.

Se as grandes transformações no espaço público aconteceram em três fases, assinaladas pela implantação de estruturas provisórias nos inícios do século I (Fase I), até à fixação de soluções definitivas nos finais dessa centúria (Fase II) e à reestruturação do sistema hidráulico nos finais do século III/inícios do IV (Fase III), com os edifícios a situação não foi diferente.

De facto, as primeiras construções no interior dos quarteirões são realizadas na época flávia e antonina, sendo contemporâneas das grandes infraestruturas que estão a ser construídas no espaço urbano, que irão facilitar o funcionamento das áreas ocupadas, em termos de mobilidade e acessos, mas também de abastecimento e drenagem de águas.

Dados os limites das áreas intervencionadas na rua da Raiña, não foram registadas estruturas suficientes que permitissem restituir a planimetria dos edifícios. Contudo, é possível assinalar algumas de suas características e funcionalidades.

Na intervenção realizada no n.º 21 da rua da Raiña foi encontrado um conjunto de estruturas que documenta um grande edifício alto-imperial, do qual foi possível registar o muro da fachada oeste e o arranque de outros que limitavam compartimentos internos do edifício, tendo um deles um pavimento em *opus signinum*.

No que toca à intervenção realizada em rua da Raiña 7 e 9, foi possível documentar parte do espaço construído de outros dois quarteirões, um deles apenas documentado a nível da fachada, tendo sido identificados quatro compartimentos e partes de um átrio, de um outro edifício, o que permite considerar a sua função como habitação, uma vez que o átrio emula um dos elementos clássicos das *domus* itálicas, que funciona como um elemento distribuidor e de passagem para outros compartimentos, mas também como espaço de contemplação, de recolha de água e de representação.

Mais estruturas associadas aos espaços edificados dos quarteirões foram registadas na rua da Raiña 18, ainda que referentes a reformas baixo-imperiais. Trata-se de um conjunto de muros e pavimentos, bastante distintos entre si, mas que, em conjunto, podem indicar a presença de espaços termiais, ainda que se desconheça a sua natureza pública ou privada. Esses elementos estão relacionados com o pavimento em *opus signinum* e com um muro circular, caracterizado por uma *exedra*, que parecem constituir partes de espaços balneares onde foram instaladas piscinas.

Além das reformas realizadas na rua da Raiña 18 durante o Baixo-império, anteriormente descritas, é possível assinalar outro fenómeno associado ao processo de reestruturação dos quarteirões e dos espaços públicos e privados levados a cabo no período tetrárquico, correspondente ao avanço dos edifícios sobre os anteriores espaços públicos, inicialmente os pórticos e depois as ruas, o que está documentado tanto no n.º 18 como no n.º 21 da rua da Raiña.

2 Zona Arqueológica da ‘rua do Progreso’

2.1 Localização e descrição das intervenções



Figura 10. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua do Progreso no ortofotomapa (@GoogleEarth).



Figura 11. Localização da zona arqueológica da rua do Progreso na planta com o edifico de Lugo.

A zona arqueológica da rua do Progreso congrega um total de cinco escavações, realizadas entre os anos 1988 e 2009. Dada a sua localização, situada a este do *forum*, esta zona arqueológica é deveras

importante não só para o estudo do urbanismo da cidade, mas também por disponibilizar mais dados sobre o *forum*. Além disso, devido à quantidade de escavações que temos sobre esta zona, é possível analisar um segmento de um dos *kardines*, o que pode fornecer uma perspetiva mais ampliada dos processos de transformação do tecido urbano.

2.1.1 Rua do Progreso

A escavação referenciada como “rua do Progreso” foi realizada pelo Serviço de Arqueologia Municipal de Lugo, na artéria de mesmo nome, sem que, contudo, tenha sido localizado o trecho e a área da rua que foi alvo de intervenção, nem se conheça a metodologia que foi utilizada nesta intervenção.

A avaliação e interpretação dos dados desta escavação implicou a atribuição de unidades estratigráficas às estruturas sedimentares e murárias referidas no relatório da intervenção arqueológica (Carreño Gascón, 1998a).

2.1.2 Rua do Progreso 20-22

A escavação realizada na rua do Progreso 20-22, realizada em 1988, sob a direção de María Covadonga Carreño Gascón e Antonio Rodríguez Colmenero, possibilitou intervir numa ampla área com cerca de 594m², onde foram implantadas quatro sondagens, com as medidas de 8x2m, 8x3m, 8x6m e 8x8m. Assim como no caso anterior, não foram atribuídas unidades estratigráficas às estruturas arqueológicas, tarefa que tivemos que empreender em gabinete para facilitar a referência e a interpretação das ruínas. A informação analisada foi obtida dos relatórios de escavação (Carreño Gascón *et al.*, 1988).

2.1.3 Rua do Progreso 12

Os trabalhos arqueológicos realizados no n^o 12 da rua do Progreso, executados em 1991, sob a direção de Santiago Ferrer Sierra, incidiram sobre as traseiras do lote referido, abrangendo uma área de 216m², a qual foi objeto de uma quadrícula com seis sondagens de 6x6m repartidas em quatro setores, limitados por duas banquetas, uma no sentido este-oeste e outra norte-sul. A informação analisada foi obtida a partir dos relatórios de escavação a que tivemos acesso (Ferrer Sierra, 1991).

2.1.4 Rua do Progreso 18

A escavação na rua do Progreso 18, dirigida por Guillermo Santamaría Gómez, foi efetuada mais recentemente, concretamente em setembro de 2008 e permitiu conhecer a continuidade das estruturas identificadas em 1988, quando foi intervencionado o lote contíguo, correspondente aos n.ºs 20-22. Ao todo, o terreno intervencionado ocupava uma área de 252m². Contudo, nem todo o terreno viria a ser alvo de registo pormenorizado, uma vez que a intervenção arqueológica foi realizada no quadro de uma obra de urgência num terreno que já estava em avançado estado de decapagem de terras para implantação de um novo edifício. Esse fato afetou significativamente a qualidade do registo, bem como a análise das ruínas e a sua interpretação. A informação aqui usada foi obtida nos relatórios de escavação (Bartolomé Abaira, 2008).

2.1.5 Rua do Progreso 28

Por fim, integramos nesta zona arqueológica a intervenção executada no n.º 28 da rua do Progreso, que teve lugar entre junho e agosto de 2009, realizada pelo Serviço Municipal de Arqueologia do Concelho de Lugo e dirigida por Guillermo Santamaría Gámez. Destacamos, a privilegiada localização desta intervenção arqueológica relativamente à área que se presume corresponder ao centro administrativo da cidade romana, onde é suposto localizar-se o *forum*. A informação obtida foi extraída dos relatórios de escavação a que tivemos acesso (Santamaría Gámez, 2009).

2.2 Estratigrafia

2.2.1 Rua do Progreso

O relatório dessa intervenção não permite grandes ilações acerca da estratigrafia identificada no local, uma vez que não contempla listas ou descrições de unidades estratigráficas, nem sequer sínteses interpretativas de fases construtivas. Contudo, torna-se claro, uma vez analisados os registos planimétricos e as poucas informações presentes no relatório, que os vestígios identificados correspondem a duas fases construtivas bastante distintas. A primeira, datada do período júlio-cláudio, está assinalada por uma calçada, individualizada na UE001, enquanto a outra corresponde a reformas, atribuída ao Baixo-império.

2.2.2 Rua do Progreso 20-22

A intervenção realizada nos n.ºs 20-22 da rua do Progreso permitiu exumar um conjunto de estruturas e camadas associadas a três fases de ocupação da cidade, as quais documentam o processo

de início da urbanização lucense, a ocupação dos quarteirões e as reformas tardias que desarticularam e desmantelaram os edifícios no âmbito de transformações económicas e sociais ocorridas num período tardio, posterior ao século IV.

Os níveis mais antigos estão representados por um conjunto de valas (UEs001, 002 e 003), dois embasamentos em granito (UE004) e um muro (UE005), cuja interpretação, dada no relatório pelos responsáveis da escavação, remete para canalizações do suposto acampamento militar que teria dado origem à cidade civil.

Ainda no período alto-imperial, essa parte da cidade começa a receber forte investimento construtivo, aqui representados pelos vestígios de dois eixos viários, um *kardo* (UE010) e um *decumanus* (UE009), bem como por uma série de muros que conformavam um edifício localizado no quarteirão situado a sul desse decumano (UEs006, 007, 008, 011 e 012) e que reaproveita o muro, identificado com a UE005 da fase anterior. Apesar de não ter sido referida a cronologia da construção dessa habitação, no relatório da escavação que analisamos, acreditamos podemos situá-la entre as épocas flávia e antonina, período a que deve corresponder também a pavimentação das ruas e a construção dos canais de drenagem das águas sujas e pluviais, tendo-se em consideração os dados assinalados para esta época na rua da Raiña.

No Baixo-império a habitação romana, identificada no nº 20-22 da rua do Progreso, conhece uma profunda intervenção, associada à construção de novas estruturas e ao reaproveitamento de algumas anteriores, atividades que modificam por completo a configuração de alguns espaços, tanto a nível dimensional como funcional, de que é exemplo o grande compartimento formado pelos muros referenciados com as UEs016, 017, 018 e 019, que recebeu um pavimento de *opus signinum* (UE012).

Esta reestruturação dos espaços habitacionais, associada a reformas dos programas decorativos é experienciada noutros quarteirões da cidade, correspondendo a um movimento que afeta a generalidade das casas de cidades do noroeste, certamente associado às possibilidades económicas e políticas acarretadas pela promoção de *Bracara* a capital provincial.

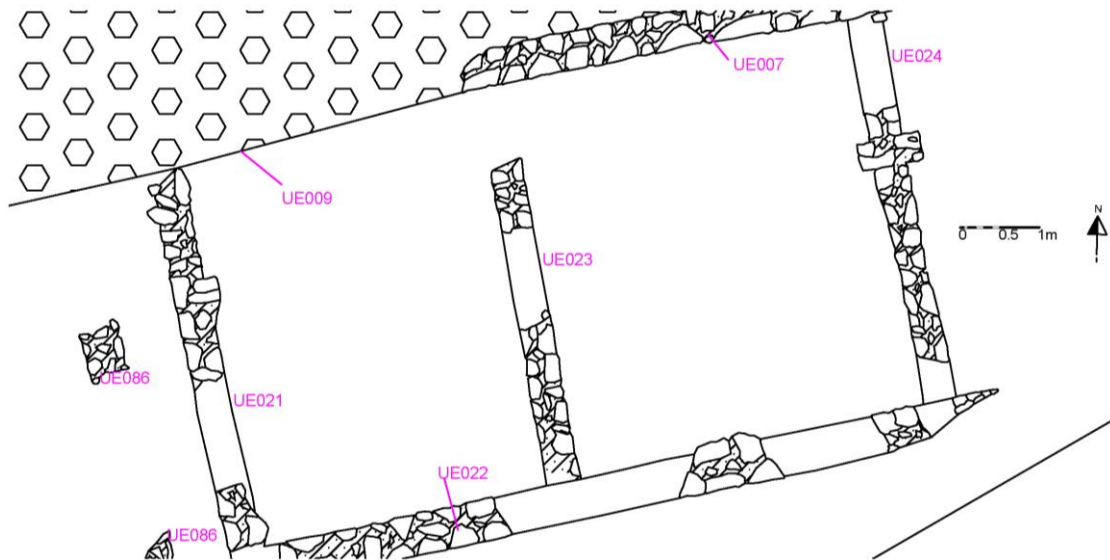


Figura 12. Estruturas de cronologia baixo-imperial dispostas a sul e norte da rua calçada (UE009).

2.2.3 Rua do Progreso 12

O desenvolvimento registado no lote da rua do Progreso 12 é bastante distinto daquele que foi documentado nas escavações anteriormente analisadas, ainda que seja possível identificar aqui também as grandes fases de evolução da cidade.

Com efeito, as camadas mais antigas remetem para um período pós-fundacional, em plena época júlio-cláudia, quando a necessidade de obter materiais para construção implicou a abertura de valas para extração de saibro, a fim de preparar as argamassas que seriam utilizadas nos muros dos primeiros edifícios. Nesse sentido, foi possível individualizar uma grande vala (UE001), em cujo enchimento foram encontrados fragmentos de material cerâmico que reportam às produções locais comuns e a recipientes importados, como contentores anfóricos e *sigillatae* itálicas, materiais com cronologias entre os finais do século I a.C. e os inícios da centúria seguinte.

Sobre os enchimentos que colmataram essas valas de extração de saibro foram abertas as fundações para implantar os alicerces de muros (UE002) e pavimentos, que conformavam alguns compartimentos de uma habitação construída nos finais do século I. Neste edifício foi possível identificar algumas estruturas hidráulicas, designadamente uma canalização (UE003), bem como um poço.

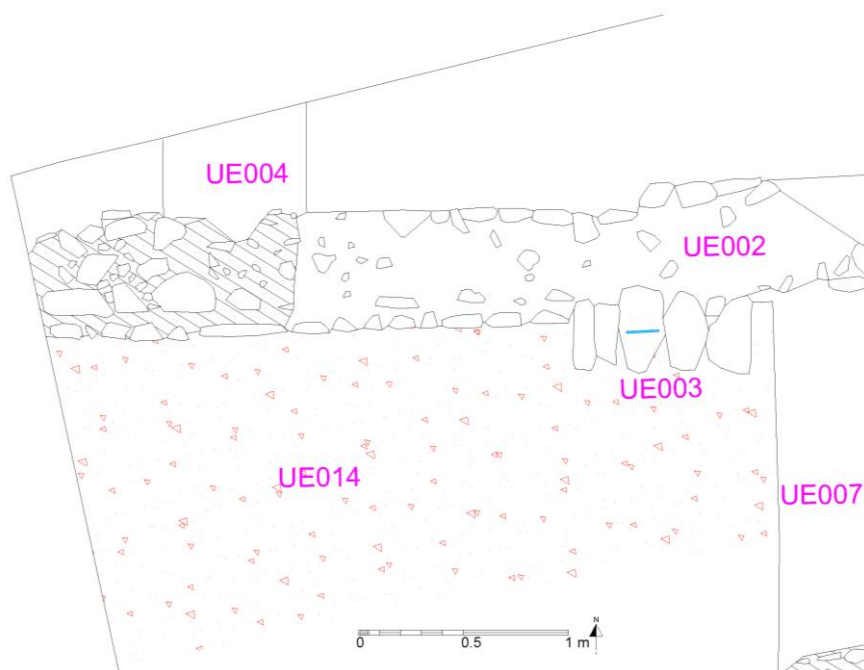


Figura 13. Muros (UEs002, 004 e 007), canalização (UE003) e pavimento em *opus signinum* (UE014).

No período baixo-imperial esta habitação sofreu um incêndio, que terá determinado a sua ruína e inutilização, incidente que está bem documentado num amplo nível de cinzas, identificado em praticamente toda a área escavada, com exceção do quadrante três, onde foram encontrados, para além de muitos carvões, materiais produzidos durante o Baixo-império.

A área viria a ser reutilizada tardiamente, provavelmente no período medieval, para a implantação de uma sepultura (UE012), que rompeu com o muro identificado com a UE002. Apesar de não terem sido reconhecidos materiais associados a esse enterramento, o que reduz significativamente a possibilidade de datá-lo, podemos situá-lo, com bastante certeza, na alta Idade Média, tendo-se em perspectiva que a sua implantação rompe completamente com as normas e constrangimentos que pautavam a cidade clássica, impeditivos que os sepultamentos fossem realizados na área urbana. Portanto, a presença de uma inumação naquele local assinala sua cronologia tardia e também o abandono desta área a partir do século IV.

2.2.4 Rua do Progreso 18

A intervenção realizada no nº 18 da rua do Progreso, apesar de ser um lote contíguo ao com os números 20-22, que foi alvo de trabalhos arqueológicos, em 1988, tendo permitido por a descoberto um conjunto bastante expressivo e importante de elementos urbanísticos e arquitetónicos, não apresentou a mesma qualidade de vestígios. Com efeito, as estruturas nessa área apresentavam-se bastante saqueadas, sendo o registo arqueológico, bastante perturbado.

Contudo, importa sinalizar que foi possível reconhecer algumas estruturas correspondentes a fases já conhecidas. Assim, os níveis mais antigos reportam-se a estruturas pertencentes à habitação identificada em 1988, das quais destacamos um pavimento (UE012) e dois muros (UE017 e 018), cujas fundações rasgaram apenas o solo natural (UE015) e o substrato geológico (UE016), sobre o qual se depositou. No período baixo-imperial a habitação foi alvo de saques (UE014), para recuperar materiais, bem como de pontuais reformas, das quais foi possível individualizar um pavimento (UE010). Sobre esse piso foi documentado um nível de abandono (UE009) que demarca a inutilização do edifício.

2.2.5 Rua do Progreso 28

A intervenção realizada no nº 28 da rua do Progreso revelou dados bastante importantes sobre a ocupação e a evolução urbana de *Lucus Augusti* desde o momento fundacional até à dissolução da cidade clássica.

Os níveis mais antigos, em consonância com o verificado noutras áreas da cidade, documentam a necessidade de saibro para produzir argamassas para a construção dos muros, o que surge documentado pelas quatro valas abertas no saibro (UEs219, 229, 252 e 270), em cujos enchimentos (UEs267 e 280) estavam presentes materiais cerâmicos com produções, tanto romanas como indígenas, fato que assinala a antiguidade destas estruturas em negativo, bem como a procedência dos primeiros habitantes da cidade. Referimo-nos naturalmente a elementos romanos, uns que cuidavam da administração da cidade e da organização do trabalho de definição dos *limites* da área urbana e de seus *rigores* internos e outros que viam no novo centro urbano uma possibilidade enriquecer, mas também à população indígena que deveria constituir a maior parte dos residentes iniciais, que se deslocaram dos castros para ali trabalhar.

Salientamos ainda desse período outras estruturas em negativo dignas de análise e que nos permitem traçar um quadro mais completo das primeiras décadas de organização da *urbe*. Com efeito, foi possível identificar um conjunto de rasgos que documentam elementos associados à drenagem das águas sujas e pluviais (UE272) e buracos de poste (UEs219, 227, 229, 276 e 279), vestígios que certamente pertencem às primeiras edificações instaladas naquela área da cidade, temporárias e feitas em madeira, onde viveriam as pessoas que trabalhavam na construção, quer de edifícios, quer de infraestruturas. As frustes construções de madeira e outros materiais perecíveis que deixaram marcas indelévels no registo arqueológico da primeira fase da cidade poderiam também funcionar como armazéns e barracos que davam apoio às obras.

Sobre os enchimentos que colmataram as valas e os rasgos abertos durante o período pós-fundacional foram implantadas as fundações das estruturas que conformaram a cidade flávia/antonina, dos finais do século I/inícios do século II, essas de caráter já permanente e com recurso aos materiais que foram usualmente utilizados na cidade, como o xisto, mas também o granito e ainda, em alguns locais pontuais, o mármore.

São exemplos dessas novas estruturas um grande edifício, do qual foi possível identificar um amplo espaço porticado, embora não se tenha preservado as colunas, que são interpretadas a partir das fundações (UEs185, 187, 189, 191 e 195), rasgadas no piso (UE192). A nascente dessa estrutura foi identificado um grande e robusto muro, realizado em *opus caementicium* (UE150), correspondendo a uma das fachadas do *forum* lucense, aquela que fecharia o edifício na zona oriental (figura 9).

O espaço foral estaria delimitado por vias, encontrando-se perfeitamente inserido na malha urbana da cidade, ainda que ocupasse uma área correspondente a vários quarteirões. Uma dessas ruas calçetada, correspondente a um *cardo*, foi identificada nesta intervenção e ladeava a parte este do edifício. Essa calçada, individualizada nas UEs179, 243, 265 e 266, desenvolvia-se no sentido NO-SE e possuía canalizações nas suas extremidades que recolhiam as águas sujas e pluviais, tendo a vala de uma delas sido identificada (UE076).

Ao longo do século II os espaços do *forum* passaram por reformas que o dotariam de um novo pavimento (UE170), sobreposto ao anterior, registado com a UE192. Também o *cardo* que limitava o *forum* a nascente recebe novos níveis e um novo piso (UEs047, 176, 177, 242 e 246). Foi possível também documentar o início da ocupação do quarteirão localizado a este do *forum*, onde foi identificado um espaço porticado com 2.8m de largura, que se desenvolvia ao longo da via, do qual foi registado o pavimento (UE106) e dois muros (UEs203 e 213) (figura 12).

No período baixo-imperial foi registada uma nova reforma no pavimento da área porticada da praça foral (UE147). Por outro lado, foi possível identificar um compartimento (UEs105, 238 e 240) aberto ao pórtico do quarteirão situado a este do *forum*, onde se individualizou uma câmara de combustão (UE137), com lastro em argila (UE133) e uma fossa (UE155). Dada a localização e a natureza das estruturas, acreditamos que se trate de uma *taberna*, que teria aproveitado a sua privilegiada posição em relação ao centro da cidade. O forno pode ter servido para a cozedura de algum produto alimentar, podendo também ter sido usado com um fim artesanal (figura 12).

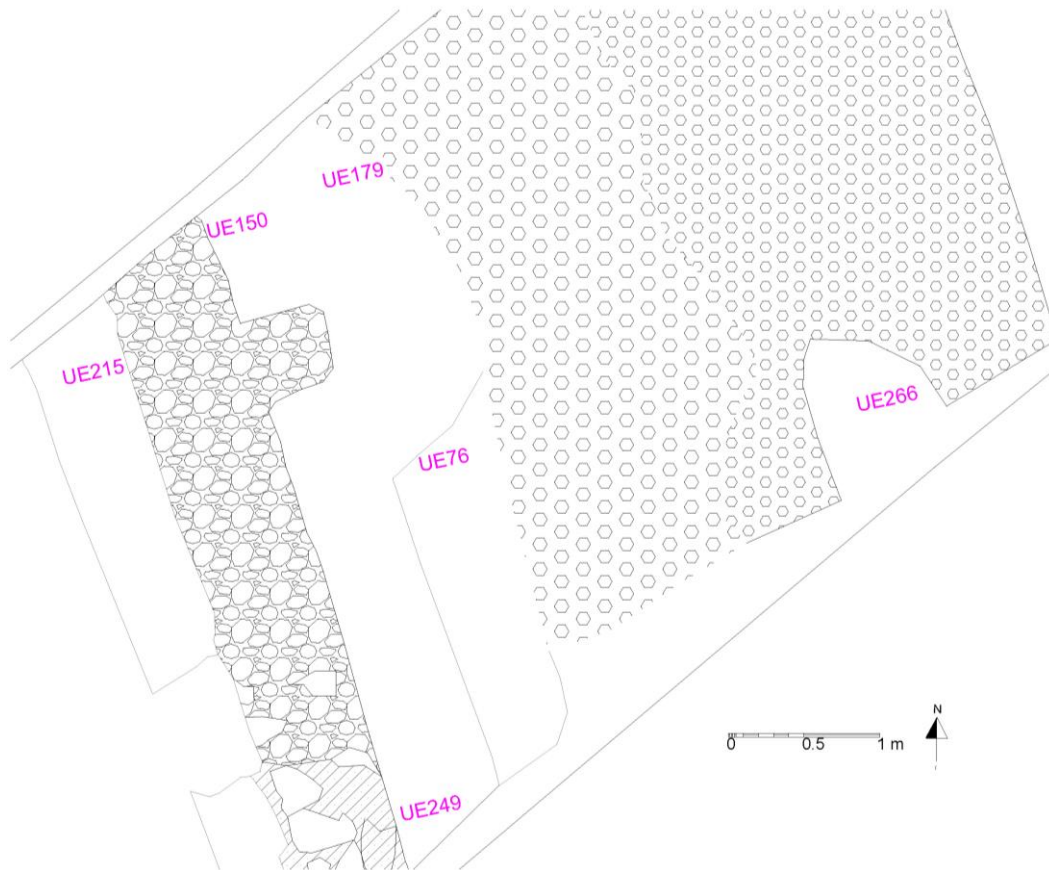


Figura 14. Muro realizado em *opus caementicium* vinculado ao *forum*, e pavimentos a este do mesmo.

Contudo, essa *taberna* sofrerá alterações em poucas décadas, documentadas com a construção de um conjunto de muros (UEs105, 238 e 240). A essa reforma seguir-se-á ainda outra, da qual também pouco sabemos, correspondente à construção das estruturas referenciadas com as UEs239 e 241.

Apesar das dificuldades de interpretação que subsistem sobre esta área, é de destacar o número significativo de reformas que ocorrem no espaço contíguo ao *forum*, o que aponta para a importância que teriam as *tabernae* ali localizadas (figura 12).

Se a análise e a interpretação das estruturas associadas às reformas executadas no Baixo-império são de difícil realização, ainda mais complicadas são as que se reportam às reestruturações que essa parte da cidade sofreu no período tardo-antigo, sobretudo a partir do século V. Nessa fase, temos documentados alguns muros (UEs111 e 143) e pavimentos (UEs044, 046, 048, 142, 144, 147, 170, 192) que assinalam a desarticulação das antigas construções ali implantadas e uma clara redução da qualidade da construção, com muros que recorrem a aparelhos de muito fraca qualidade.

2.3 Caracterização das estruturas

2.3.1 Muros

2.3.1.1 Rua do Progreso

Na área oeste da intervenção realizada na rua do Progreso foram documentados os restos de muros de um edifício privado, todos realizados em xisto. O primeiro muro, que separa o pórtico do resto do edifício, corresponde ao muro da fachada, que suportava a estrutura da colunata, tendo sido individualizado pela UE010. Dele subsistiam apenas algumas poucas fiadas preservadas, mas que são suficientes para se perceber a sua orientação N-S. Cinco muros (UEs011, 012, 013, 014 e 015) encostam no anterior e desenvolvem-se no sentido E-O, até outro grande muro (UE016) também orientado N-S, o que permitiu formalizar uma série de compartimentos do que julgamos ser uma habitação. Do mesmo modo podemos observar alguns muros que encostam à parte este do edifício e que conformavam também outros compartimentos, dos quais são exemplos aqueles que foram referenciados com as UEs010, 017 e 023.

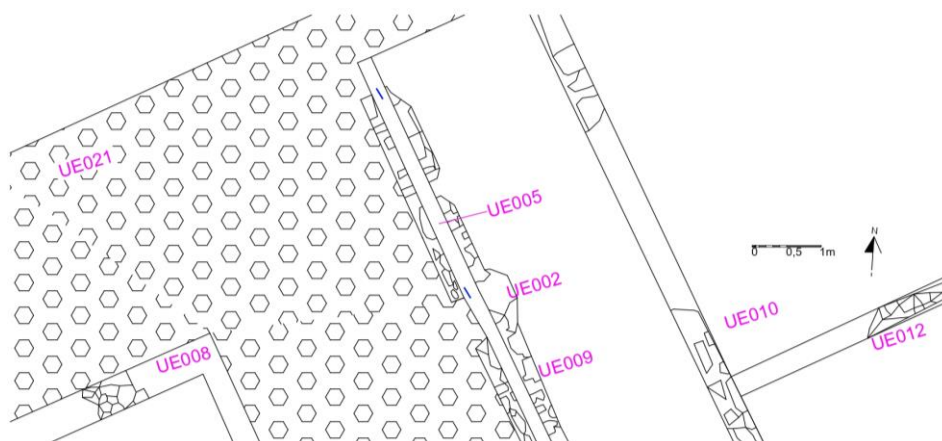


Figura 15. Cruzamento do *kardo* UE001 com o *decumanus* UE021 e edifício documentado a este, bem como estruturas associadas ao *forum* a oeste.

Por sua vez, na área externa ao edifício, foi possível identificar algumas colunas (UEs002 e 004) e pilastras (UE003), que conformavam a zona porticada. Esse espaço foi encerrado numa fase de reestruturação tardia (século IV), que está documentada em grande parte da cidade, da qual resultou o desaparecimento da via pedonal através da construção de um longo muro (UE009) que transformou aquele espaço aberto e público num espaço fechado, compartimentado e privado, integrado na habitação, permitindo que a área doméstica pudesse crescer para além do lote definido no período fundacional. Uma vez que este processo de encerramento dos pórticos está identificado noutras partes da cidade, estando bem datado noutras intervenções arqueológicas, é possível considerar que a reforma dos pórticos, neste setor concreto, tenha uma cronologia do Baixo-império.

Por fim, destacamos o grande edifício, caracterizado pelos arqueólogos que fizeram a intervenção como público e com uma área de 9.660m², mas de que pouco sabemos devido aos limites da área escavada. Com efeito, a nível das estruturas identificadas, foram exumados apenas três muros, que se encontravam bastante saqueados, os quais foram individualizados com as UEs006, 007 e 008, 019 e 020. Esses muros eram constituídos por uma base em *opus caementicium*, sobre a qual foram dispostas grandes placas de xisto, sendo a sua fundação bastante profunda, chegando a atingir 1.4m e uma largura de 0.8m.

2.3.1.2 Rua do Progresso 20-22

Pouco sabemos acerca das estruturas exumadas nesta intervenção. No entanto, assinala-se a presença de um muro (UE005), cujo aparelho foi realizado através de placas de xisto. No Baixo-império esse muro é adossado a outro, individualizado com a UE025, e que, em associação a um conjunto de pilastras (UEs026, 050 e 051), sugerem que estamos em presença de um pátio interior aberto com colunata, ou seja, um átrio ou um peristilo (ver figura 15).

Nessa intervenção ainda foi possível individualizar outro edifício, cujos vestígios estão limitados a um conjunto de muros (UEs011, 015, 016, 017, 018, 019, 084, 087, 086, 088, 089,090, 092), não existindo descrições sobre esses elementos, nem referências aos seus aparelhos.

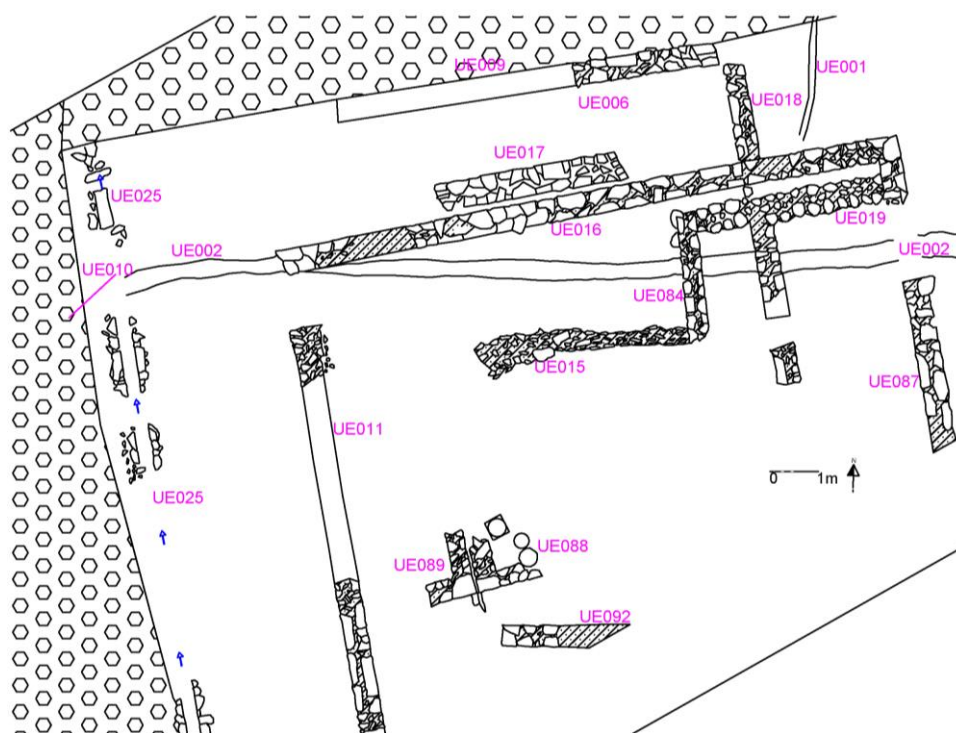


Figura 16 Edifício documentado a sudoeste do *decumanus* identificado com a UE009 e do seu cruzamento com o *kardo* UE010.

Por fim, temos ainda outra estrutura, localizada a sudeste do decumano (UE009), conformada por vários muros (UEs021, 022, 023, 007 e 024), tendo sido apenas indicado que dataria da segunda fase baixo-imperial.

2.3.1.3 Rua do Progreso 12

Todos os muros dessa intervenção estavam em muito mau estado de conservação, tendo sido preservados, na maioria dos casos, apenas os alicerces. De qualquer forma, foi possível individualizar um grande muro (UE002), orientado E-O, ao qual encostaram outros quatro (UEs004, 005, 006 e 009), o que permitiu formalizar cinco compartimentos distintos. Da mesma forma, outros muros (UEs007, 008 e 010), dispostos mais a sul da área intervencionada, encerravam outros compartimentos da habitação.

2.3.1.4 Rua do Progreso 18

Das estruturas identificadas no nº 18 da rua do Progreso salientamos apenas os muros identificados com as UEs017 e 018, que representam uma esquina e constituíam o prolongamento do edifício registado na rua do Progreso 20, anteriormente referido.

2.3.1.5 Rua do Progreso 28

A intervenção da rua do Progreso 28 destaca-se pela grande quantidade de dados que forneceu e pela qualidade das ruínas que aí foram encontradas.

Do edifício foral, em época alto-imperial, foi possível identificar um robusto muro (UE150) em *opus caementicium*, com 0.9m de largura, que corresponde a uma estrutura poderosa que fechava a grande praça a nascente.

Com o avanço da atividade construtiva e a implantação das infraestruturas necessárias ao início da ocupação do parque habitacional lucense, documentam-se as primeiras estruturas que ocuparão os lotes privados dos quarteirões da cidade. Desse momento, podemos referir nesta zona o muro identificado com as UEs183 e 203, que formalizava o limite entre a rua que se desenvolvia a este do *forum* e o pórtico a ela associado. O muro foi realizado com xisto, colmatado com argamassa. A essa mesma fase pertencia também um muro associado à fachada oeste do edifício que ocupava o quarteirão situado a nascente da grande praça pública (UE183).

Por sua vez, a ocupação baixo-imperial, documentada no registo arqueológico desta área da cidade, permitiu detetar um conjunto de estruturas associadas a uma série de reformas realizadas nas *tabernae* que se dispunham a este do *forum*. A primeira fase dessas reformas está assinalada por uma

estrutura da qual é possível salientar três muros (UEs105, 239 e 240), constituídos por lajes de xisto e telhas reaproveitadas, assentes num alicerce (UE238) construído também com recurso ao mesmo material lítico colmatado com uma argamassa de cor castanha.

Numa reforma posterior foram construídos dois novos muros, sendo um deles constituído por elementos xistosos fixados com uma argamassa argilosa, de cor amarela (UE143), enquanto o outro apresenta um aparelho formado por lajes de xisto e telha sem argamassa (UE111).

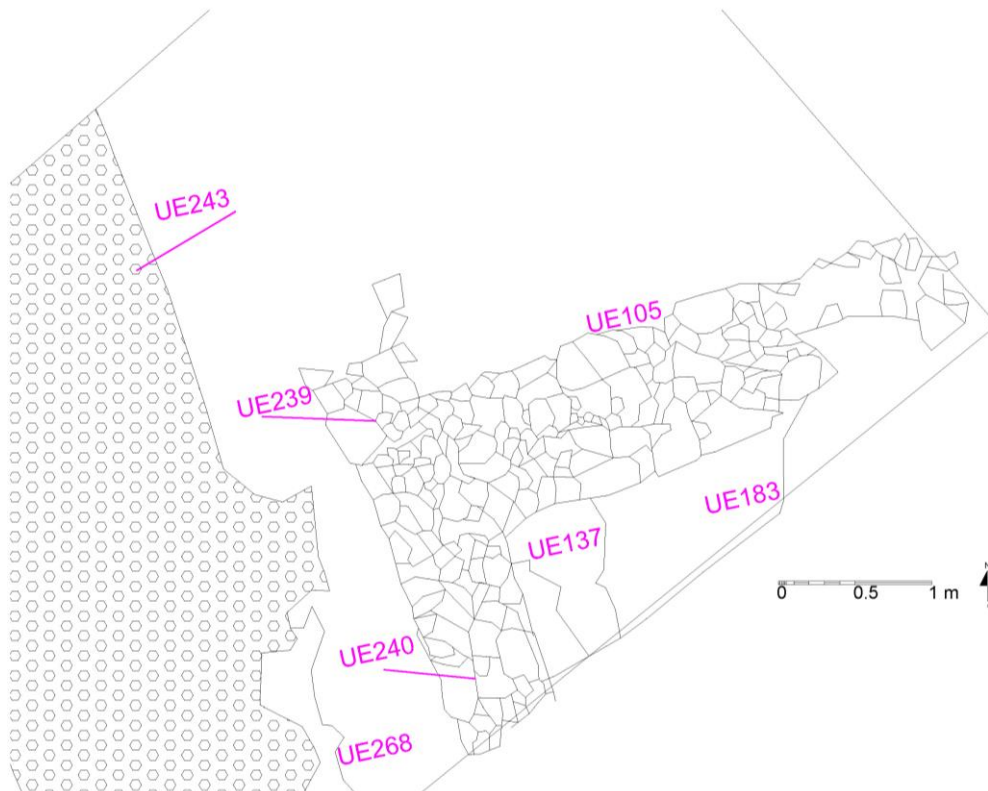


Figura 17. Muros que delimitam a *taberna* aberta a este do *forum*.

2.3.2 Embasamentos, silhares, pilares, cunhais

2.3.2.1 Rua do Progreso

Na rua do Progreso foram identificadas quatro colunas (UEs002, 004, 024 e 025) e uma pilastra (UE003) que formavam parte do pórtico que se desenvolvia o lado nascente do cardo identificado. Salientamos ainda que no relatório a que tivemos acesso relativo a esta intervenção, não se encontra nenhuma referência ao material utilizado para a execução dessas estruturas.

2.3.2.1 Rua do Progreso 20-22

Na rua do Progreso 20-22 foram identificadas três pilastras (UEs026, 050 e 051) que estavam associadas a um muro (UE005). Considerando a localização desse conjunto de elementos construtivos,

no interior de um edifício que deveria cumprir a função de habitação, acreditamos que se trate de um pátio aberto com colunata, tratando-se, presumivelmente de um átrio, ou de um peristilo.

2.3.3 Pavimentos

2.3.3.1 Rua do Progreso

Na intervenção realizada na rua do Progreso foi possível identificar um longo tramo do pavimento de um *kardo* (UE001), registado ao longo de cerca de 8m, que foi realizado com pequenos elementos de quartzito e lajes de xisto. Na área mais a sul da parte escavada foi possível por a descoberto o cruzamento dessa via com um *decumanus* (UEs021 e 022), que revelava também restos de pavimento realizado com o mesmo material.

Foi ainda possível registar restos de um pavimento localizado na zona porticada (UE018), constituído por lajes de xisto. No interior da habitação os pavimentos detetados eram em *opus signinum* (UE026).

2.3.3.2 Rua do Progreso 20-22

Duas vias foram individualizadas nessa escavação, tendo uma a orientação N-S e a outra E-O, pelo que estamos naturalmente perante um *kardo* e um *decumanus*, presumivelmente dois dos eixos viários da cidade que terão sido projetados aquando da implantação da malha urbana fundacional. Contudo, não dispomos de grandes informações acerca dos materiais utilizados na construção destas artérias, nem das atividades de reforma ou repavimentação. Sabemos, contudo, que a parte este do *decumanus*, nos limites da área intervencionada, foi remodelada com a construção de um edifício que ocupou parte da sua área anteriormente pública.

Nesta escavação foi documentado apenas um pavimento em *opus signinum*, individualizado na UE012, que revestia o piso de um compartimento localizado no canto sudoeste da área intervencionada.

2.3.3.3 Rua do Progreso 12

Na área correspondente ao nº 12 da rua do Progreso foram exumados dois pavimentos, um em *opus signinum* (UE014) e outro executado em terra batida (UE015).

2.3.3.4 Rua do Progreso 18

No lote 18 da rua do Progreso foram identificados dois pisos, em terra compactada, tendo um deles uma matriz algo argilosa (UE010), enquanto o outro revela características arenosas (UE012).

2.3.3.5 Rua do Progreso 28

Se as intervenções anteriormente descritas apresentam poucos pavimentos, a área correspondente ao lote 28 da rua do Progreso destaca-se pela quantidade deste tipo de estruturas horizontais.

Datado dos inícios da época júlio-cláudia é um pavimento (UE192), constituído por pequenos elementos de quartzo e quartzito misturados com argila, que se desenvolvia entre o muro individualizado com a UE150, do fecho este do *forum* e a vala que define a primitiva estrutura de drenagem de águas pluviais, datada dos inícios do século I (UE120). Nos enchimentos que formalizaram esse piso foram identificados materiais cerâmicos que assinalam a continuidade das produções de tradição indígena, bem como fragmentos de contentores anfóricos, o que permite enquadrar a sua construção no período Augusto-Tibério, cronologia também apontada para o início da construção da praça foral (Carreño Gascón, 2017).

Nos finais do século I/inícios do século II, momento enquadrado na segunda fase alto-imperial, o pavimento anteriormente referido (UE192) conheceu uma reforma que resultou na implantação de um novo piso, constituído por pequenos elementos de quartzo e quartzito misturados com argila, semelhante ao identificado na fase anterior, mas apresentando agora, também, um revestimento de lajes de xisto.

A escavação na rua do Progreso 28 permitiu por a descoberto um *kardo* que revelou quatro fases de pavimentação, evidência *sui generis* para se verificar o ritmo e a natureza dos investimentos públicos realizados na infraestrutura viária de *Lucus Augusti*. A primeira fase da calçada está associada à época júlio-cláudia, da qual foi possível individualizar três níveis de preparação e o pavimento. A camada mais baixa, o *statumen* (UE179), era constituído por seixos assentes diretamente sobre o substrato geológico, enquanto o *rudus* (UE243) era formado por pequenos elementos de quartzo, lajes de xisto e fragmentos de material de construção. Sobre este nível assentava o *nucleus* (UE265), que recorria a pequenos elementos de quartzo e quartzito, lajes de xisto e terra. Sobre ele assentava finalmente o *pauimentum* (UE266), que se fazia com recurso a pequenos seixos e lajes de xisto assentes numa base de terra arenosa.

Na segunda fase, balizada entre a época flávia e antonina, a via foi objeto de uma reforma e apresenta novos níveis de preparação (UE047). O *statumen* era formado por argila e fragmentos de quartzo e quartzito, sobre o qual estava assente o *nucleus*, agora constituído por pequenos seixos. Por fim, temos o pavimento em *suma crusta*, realizado com seixos rolados sobre os quais estavam assentes placas de xisto.

Durante o Baixo-império essa calçada sofreu ainda algumas reformas e reparações, as quais foram documentadas com as UEs 176, 177, 242 e 246.

Em época tardoantiga a calçada sofreu ainda mais uma reforma, tendo sido repavimentada, desta vez, com recurso a terra, seixos rolados e lajes em xisto de pequenas dimensões (UE044). Esta repavimentação tardoantiga assinala o alto grau de reaproveitamento das estruturas que não estando mais em funcionamento, podem ser desmanteladas para permitir a construção de novos elementos.

À época flávia e antonina remonta a urbanização do quarteirão localizado a nascente do *forum*, bem como a construção do pórtico anexo, cujo pavimento (UE106), era constituído por tégulas esmagadas, pequenos elementos de quartzo e placas de xisto. Algumas partes deste pavimento aparecem carbonizadas pela ação do fogo (UE175).

Com as grandes reformas baixo-imperiais (entre finais do III/inícios do IV) regista-se mais uma iniciativa de repavimentação do piso do pórtico, o qual (UE147) será integralmente revestido por lajes de xisto. No interior de uma das *tabernae* abertas a essa via pedonal, foi implantada uma câmara de combustão, a qual possuía um pavimento (UE133), realizado em argila de coloração alaranjada, estando implantada no compartimento formado pelas UEs 105, 238 e 240 (ver figura 20). Por fim, na segunda fase baixo-imperial, está documentada outra reforma nas lojas abertas ao pórtico este do *forum*, quando foram implantados dois pavimentos, um deles em terra batida de cor alaranjada e pequenos elementos de quartzo (UE142) e o outro em argila com quartzo e lajes de xisto (UE144).

2.3.4 Estruturas hidráulicas

2.3.4.1 Rua do Progreso

A nível das estruturas hidráulicas identificadas na rua do Progreso destacamos uma canalização (UE005), que se desenvolvia em parte do seu percurso no sentido N-S, paralela ao *kardo* e inflete de modo a seguir o *decumanus*, pendendo, assim, para oriente e dotando uma orientação E-O.

2.3.4.2 Rua do Progreso 20-22

Já na rua do Progreso 20-22, foi possível identificar canalizações associadas às duas fases alto-imperiais. Das mais antigas, atribuídas à época fundacional, temos um conjunto de canais simples que permitiam a condução das águas pluviais e sujas. Uma vez que essas estruturas são bastante frágeis e encontravam-se num estado muito frustre, apenas foi possível caracterizar uma delas, que possuía cerca de 0.4m de largura e 0.25m de profundidade.

Com o grande projeto de urbanização, nos finais do século I, o sistema hidráulico da cidade é profundamente alterado, tendo sido implantadas canalizações com uma técnica construtiva mais elaborada, com recurso a paredes e lastro em xisto, localizadas nas laterais das vias, de modo a melhor drenar as águas. Nessa intervenção foi possível identificar um desses canais (UE025), que corria entre a via (UE010), um *kardo* e o muro (UE011) que a separava do pórtico que se desenvolvia a este.

2.3.4.3 Rua do Progreso 12

No nº 12 da rua do Progreso foram identificadas duas estruturas hidráulicas, representadas por uma canalização (UE003) da segunda fase alto-imperial, que corria no sentido E-O, paralela ao muro UE002. Este canal foi desativado com a implantação de um pavimento em *opus signinum*, cujos níveis de preparação enchem o seu interior. A outra estrutura corresponde a um poço para extração de água (UE012), presumivelmente desativado numa fase tardia, atendendo à natureza dos materiais que o enchiam, compostos por lajes de xisto, terra carbonizada, fragmentos cerâmicos de produções baixo-imperiais e moedas cunhadas sob a efígie de membros da dinastia constantiniana.

2.4 Interpretação

Os trabalhos arqueológicos realizados em vários lotes na rua do Progreso e mesmo no pavimento dessa artéria da cidade atual, permitiram por a descoberto um conjunto significativo de vestígios, deveras importante para se compreender as diversas fases construtivas da cidade de *Lucus Augusti*, bem como as respetivas arquiteturas e usos do espaço, que caracterizaram uma das suas áreas mais importantes, correspondente aos arredores do *forum*.

Os níveis mais antigos identificados nessas intervenções estão representados por um conjunto de valas abertas, tanto na camada superficial que recobria a colina, onde a cidade foi implantada, como no substrato geológico. Esses rasgos apresentam formas bastante distintas, algumas alongadas e, portanto, desempenhando a função de canais de drenagem de água, outros com formatos circulares, correspondendo a buracos de poste e, ainda outros, de maiores dimensões, que podem ter servido como valas de extração de saibro.

Contudo, não é unânime a interpretação dessas valas. Com efeito, em rua do Progreso 20-22, os autores do relatório apontam para uma fase de ocupação do local, correspondente a um acampamento, cujas evidências maiores seriam essas estruturas em negativo. Por sua vez, em rua do Progreso 28 a interpretação sugerida para essas valas sugere uma fase de ocupação anterior à

urbanização do espaço, de modo que as estruturas negativas documentariam a implantação de estruturas provisórias, em materiais perecíveis, como madeira.

A antiguidade destas estruturas pode ser comprovada pelos materiais contidos nos enchimentos que as inutilizam, nos quais se incluem fragmentos de cerâmica de produção indígena, de contentores anfóricos da época augustana e moedas do tipo *caetra*, associadas ao pagamento das tropas estacionadas no noroeste peninsular aquando das Guerras Cantábricas. Tal não significa, todavia, que estes dados sejam suficientes para demonstrar a existência de um acampamento militar associado às guerras cantábricas. Na verdade, nenhuma das valas identificadas oferece grande profundidade, que permita falar de fossas de acampamento, sendo muito mais provável que desempenhassem outras funcionalidades. Umas serviram para drenagem de águas pluviais, ao longo das vias, outras estavam certamente associadas à extração de saibro, tal como também foi documentado nas intervenções realizadas na rua da Raiña, estando outras estruturas negativas associadas à construção de possíveis estruturas em madeira, que funcionariam como habitações, armazéns ou barracos de obra, edificados fundamentais aquando do início do processo de definição dos eixos e implantação das infraestruturas e estruturas urbanas.

Se a fase fundacional, associada às valas anteriormente descritas, se referem ao início do período júlio-cláudio, o momento seguinte, marcado pelo arranque da urbanização em determinados pontos da cidade, também é genericamente atribuído a esse mesmo período. Com efeito, a análise conjunta de informações provenientes de diferentes áreas da cidade que foram escavadas, assinalam um processo de urbanização e de instalação das primeiras infraestruturas algo dispersa e heterogénea. Enquanto os dados provenientes da área foral e dos quarteirões envolventes evidenciam a implantação de eixos viários, num momento bastante precoce, o contributo das intervenções realizadas na rua da Raiña documenta que a primeira fase das vias naquela zona da cidade ocorreu num momento posterior. Portanto, as primeiras valas associadas às estruturas provisórias, à extração de saibro e ao início da urbanização dos arruamentos e do sistema hidráulico, poderão conhecer alguns desfasamentos entre as diferentes áreas da cidade, sendo mais antigas junto ao *forum*, datadas dos inícios do período júlio-cláudio e um pouco mais tardias, à medida que nos afastamos dessa área central, ainda que estejamos a falar de poucas décadas de diferença.

Uma vez que as intervenções realizadas na rua do Progreso se situam na área central da cidade, ou seja, junto da praça foral ou nas suas proximidades, as cronologias verificadas para os primeiros níveis de ocupação são mais recuadas que em outros setores da cidade. A implantação da primeira fase dos eixos viários que delimitavam a área do *forum*, como está documentado na rua do Progreso 28,

aponta para uma datação atribuída aos inícios do século I, da mesma forma que a praça administrativa também apresenta níveis dessa época, como está referenciado no robusto muro com embasamento em *opus caementicium* e aparelho em *opus spicatum* que encerrava o edifício a este, conforme é referido por Carreño Gascón (2017).

Com o avançar da primeira centúria, já em época flávia e antonina, o processo de urbanização e de implantação das primeiras estruturas e infraestruturas alcança a generalidade dos eixos viários e dos quarteirões da cidade. A malha urbana de *Lucus Augusti* previa a instalação de eixos perpendiculares (*kardines* e *decumani*), muitos deles ladeados por vias pedonais porticadas, que apenas puderam ser construídas quando se urbanizam os quarteirões, o mesmo acontecendo com a implantação de um sistema hidráulico associada à drenagem das águas sujas e pluviais que contava com canalizações que corriam paralelas às ruas de modo a recolher as águas que desciam das pendentes dos telhados dos edifícios dos quarteirões e dos pórticos. É por isso compreensível que a consolidação do sistema hidráulico se associe às necessidades da urbanização dos quarteirões.

Nas intervenções realizadas ao longo da rua do Progreso foi possível identificar diversos vestígios dos elementos que configuravam o projeto urbanístico da cidade. Com efeito, o balanço dos dados provenientes dos relatórios dessas escavações permitem caracterizar as estruturas urbanas lucenses, destacando-se o uso preferencial do xisto a nível das paredes, que era colmatado com argamassas à base de argila e saibro. Por sua vez, os pavimentos eram preferencialmente realizados com seixos rolados, quartzos e quartzitos e revestidos com placas de xisto.

O interior dos quarteirões começou a ser sistematicamente urbanizado nos finais do século I, com exceção, como já referido, nas áreas anexas ao espaço foral, que começaram a ser construídos nos inícios dessa centúria. Os limites das intervenções realizadas na rua do Progreso restringem as possibilidades de caracterização e interpretação dos edifícios implantados nas *insulae* lucenses, tendo em consideração que dispomos de vestígios bastante reduzidos das estruturas que conformariam os edifícios que ocupariam os quarteirões.

Todavia, foi possível caracterizar algum do edificado do quarteirão localizado a nascente do *forum*, em cuja fachada oeste podemos observar a implantação de *tabernae*. Já noutros quarteirões, como aqueles identificados nas intervenções realizadas na rua do Progreso n.ºs 12, 18 e 20-22, documenta-se a construção de unidades habitacionais que frequentemente recorrem ao uso de lajeados em xisto e a pavimentos em *opus signinum*, os quais, juntamente com algumas canalizações que conduziam as águas sujas para o sistema de drenagem disposto sob os eixos viários, permitem supor a existência de espaços de representação ou de natureza balnear.

A fase correspondente ao período flávio e antonino é a fase de plana urbanização da cidade, adensando-se a ocupação dos quarteirões e registando-se mesmo a instalação de habitações na periferia da área urbanizada. Posteriormente, nos finais do século III/inícios do IV, encontramos profundas reestruturações dos espaços edificados.

Mau grado o carácter limitado das áreas intervencionadas, bem como o mau estado de conservação de parte significativa das estruturas identificadas, é possível esboçar algumas linhas de força que regeram essas reformas e que se encontram presentes nesta área da cidade. Assim, a nível dos pavimentos documenta-se na generalidade das áreas escavadas, mas com maior clareza na rua do Progreso 28, a subida da cota de circulação das ruas da cidade. Por outro lado, os pórticos recebem profundas remodelações, em muitos casos perdendo a função de vias pedonais, sendo incorporados nos edifícios privados. Para além do crescimento da área das habitações, à custa do avanço das mesmas sobre os pórticos, foram documentadas alterações no interior dos edificados, os quais são reconfigurados em termos de espaços interiores, com a criação de novos compartimentos, como podemos verificar na rua do Progreso n.ºs 12 e 20-22. A este propósito merece destaque o conjunto de reformas efetuadas na *taberna* identificada na rua do Progreso 28, que se encontrava voltada ao *kardo* que se desenvolvia a este do *forum*. De facto, nesta fase baixo-imperial são identificáveis várias alterações na natureza dessa loja, a qual, em dado momento, provavelmente associado à troca de dono da mesma, recebe um forno que estaria associado à atividade de cozedura ali realizada. Porém, em pouco tempo, impossível de precisar, face aos dados que possuímos, esse estabelecimento foi completamente modificado, tendo a estrutura de combustão sido desmantelada, assumindo o espaço outra configuração e outra eventual funcionalidade. É bastante significativa a constante alteração da configuração da loja ali implantada em um curto período, revelando o carácter deveras dinâmico das relações comerciais e económicas realizadas na cidade no período baixo-imperial.

As novas realidades vivenciadas com o fim da administração romana e a fixação sueva na região foi certamente determinante para a desarticulação de muitas das estruturas da cidade, processo que pode ser observado nas intervenções realizadas na rua do Progreso. A esse período pertencerão algumas valas de saque de estruturas, certamente associadas ao reaproveitamento dos materiais de edifícios que já não estariam em uso. Essa atividade foi observada no n.º 28 da rua do Progreso, onde várias valas foram abertas para recuperar as grandes lajes de xisto do robusto muro que encerrava o antigo *forum* lucense, bem como os materiais da sua base, em *opus caementicium*. Por outro lado, alguns eixos viários foram ocupados por edifícios privados, o que culminou no fecho de algumas ruas, como verificamos na intervenção da rua do Progreso 20-22.

De tal ordem é a mudança de conceção entre o fim da cidade clássica e a construção da Lugo medieval que foi possível identificar, na rua do Progreso 12, uma sepultura implantada sobre um antigo pórtico lucense, localizado numa parte da cidade que nesse momento, estaria certamente abandonada, visto que não foram documentados níveis de ocupação posteriores às reformas baixo-imperiais.

3 Zona Arqueológica da ‘rua dos Clérigos’

3.1 Localização e descrição das intervenções



Figura 18. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua dos Clérigos no ortofotomapa (@GoogleEarth).



Figura 19. Localização da zona arqueológica da rua dos Clérigos na planta com o edificado de Lugo.

A zona arqueológica da rua dos Clérigos localiza-se na parte sudeste do centro histórico da cidade de Lugo. Esta área da cidade foi ocupada desde o Alto-império, tendo permanecido no interior da malha urbana aquando da construção da muralha baixo-imperial. Foram realizadas várias intervenções nesta rua da cidade, sendo aqui analisadas três, a cujos relatórios tivemos acesso.

3.1.1 Rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha

A primeira dessas intervenções foi realizada na esquina da rua dos Clérigos com a Praça de Espanha (ou Praça Maior de Lugo), entre os dias 22 de fevereiro e 10 de maio de 1988. Nessa ocasião foram escavados cerca de 900m², sob a direção de Maria Covadonga Carreño Gascón. A metodologia utilizada consistiu na implantação de uma quadrícula formada por 38 sondagens com a dimensão de 6x6m, apesar de nem todas terem sido completamente escavadas. Uma vez que não foram atribuídas unidades estratigráficas às estruturas identificadas na intervenção, sejam sedimentares, construídas ou interfaces, procedemos a uma avaliação detalhada dessas entidades às quais atribuímos uma numeração que será usada no texto. A informação gráfica tem por base os desenhos reproduzidos no relatório a que tivemos acesso (Carreño Gascón, 1988b).

3.1.2 Rua dos Clérigos 1998

A intervenção doravante referida como rua dos Clérigos 1998, corresponde à grande intervenção efetuada em 1998 que incidiu sobre uma ampla área, fruto da renovação dos pavimentos das ruas dos Clérigos, Armanyá e Conde Pallares, a qual foi dirigida pelos serviços municipais de Arqueologia. Tal como no caso anterior, no relatório apresentado também não são referidas as unidades estratigráficas, pelo que tivemos de numerar sequencialmente as estruturas e estratos que analisamos com base no relatório a que tivemos acesso, o qual permitiu também obter elementos planimétricos da área intervencionada (Carreño Gascón, 1998c).

3.1.3 Ronda Interior Clérigos nº 1

A escavação referenciada como Ronda Interior Clérigos nº 1 foi realizada em 2015 e incidiu sobre uma área de 261.98m², que se estende desde a rua dos Clérigos até o adarve da muralha baixo-imperial. Uma vez que essa intervenção abrangia uma área tão próxima a essa cerca, foi cedida uma área maior a fim de averiguar as ruínas sob o pavimento atual, de modo que a escavação foi alargada em 50.83m². Os trabalhos foram dirigidos por Francisco Manuel Hervés Raigoso e a metodologia seguida previu a implantação de três setores, estando o primeiro localizado na construção cujo projeto de remodelação deu origem aos trabalhos arqueológicos, o segundo na área anexa à habitação e o terceiro no espaço cedido junto à muralha. A informação para a análise e interpretação desta escavação foi obtida do relatório da intervenção (Hervés Raigoso, 2015).

3.2 Estratigrafia

3.2.1 Rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha

A intervenção na rua dos Clérigos esquina com a praça de Espanha apresentou um conjunto de vestígios que documenta a longa ocupação daquela área da cidade, onde foram identificados níveis tanto alto como baixo-imperiais e ainda tardoantigos.

Os níveis mais antigos referem-se ao processo de urbanização que a cidade conheceu nos finais do século I, tendo sido possível identificar nesta intervenção parte dos elementos que constituem os eixos viários da *urbe* lucense, em que foram individualizados um cardo, uma canalização que corria na extremidade este dessa rua, bem como o arranque da via pedonal que se desenvolvia no quarteirão que a limitava a oeste e parte significativa do quarteirão que se dispõe a este.

Se os dados relativos à rua e ao quarteirão a oeste são bastante reduzidos devido ao carácter limitado da área intervencionada, as estruturas do quarteirão que se dispõe a nascente da rua foram

mais amplamente documentadas, permitindo classificar aquele edificado como uma grande habitação que contava com um expressivo conjunto de canalizações, sugerindo a presença de estruturas e espaços associados à presença de água, de que são exemplos os peristilos e zonas balneares, interpretação reiterada pela presença de compartimentos com sistema de aquecimento por *hypocaustum*.

No período baixo-imperial toda essa área passou por algumas reformas. Com efeito, o pavimento do eixo viário recebe um novo lajeado em xisto, enquanto novos muros são construídos no interior da habitação, conferindo-lhe novos espaços e compartimentos diferentes daqueles que conformaram as construções do Alto-império. Essa reestruturação não parece ter ocorrido em todos os espaços, dado que não temos níveis associados a esse momento na zona do balneário. Parece-nos, com efeito, que a grande remodelação foi feita na área onde se situaria um peristilo, interpretação sugerida pela presença de canalizações que serviriam para drenar os excessos hídricos daquele jardim aberto, que se disporia na parte sudoeste do quarteirão.

Documenta-se ainda mais uma fase, da qual pouco conseguimos destacar devido ao carácter frustrante das estruturas a ela atribuídas. De facto, percebe-se que foram realizadas transformações nos espaços localizados na parte sudoeste do quarteirão habitacional e no *kardo*, mas não foi possível precisar a natureza e a finalidade dessas alterações.

3.2.2 Rua dos Clérigos 1998

Desta escavação não temos nem dados estratigráficos nem informações sobre fases construtivas ou descrição das estruturas e dos materiais encontrados, fator que restringe em grande medida a possibilidade de restituição planimétrica ou da evolução do edifício. A única informação que possuíamos diz respeito a um grande desnível, com cerca de 5m de altura, que determinaria a implantação das estruturas dos quarteirões e dos eixos viários identificados.

3.2.3 Ronda Interior Clérigos n°1

Se o relatório da intervenção anterior apresentava grandes problemas a nível da compreensão dos processos que se desenvolveram naquela área da cidade, o relatório da escavação realizada na Ronda Interior da rua dos Clérigos n°1 possui ainda menos informações úteis, relativas ao registo arqueológico desta zona da cidade. Com efeito, os dados aludem a um conjunto de muros que pertenceriam a uma fase baixo-imperial, sem qualquer outra precisão cronológica. É ainda indicado que uma calçada identificada na escavação teria tido uma reforma, ainda que não se indique nenhuma datação para o pavimento mais antigo ou o mais recente, nem mesmo se as duas teriam sido realizadas

no período baixo-imperial. Por sua vez, de um edifício que se localiza a norte do eixo viário foram identificados quatro muros que recorrem a lajes de xisto e restos de um *hypocaustum*, bem como uma canalização.

3.3 Caracterização das estruturas

3.3.1 Muros

3.3.1.1 Rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha

As estruturas verticais mais antigas identificadas na intervenção executada na rua dos Clérigos esquina com praça de Espanha, apesar de bastante saqueadas, assinalam a construção de uma *domus* datada do período alto-imperial, certamente em finais do século I, período em que tem o início o processo de urbanização e ocupação do parque habitacional lucense.

Desse edifício foi possível documentar um conjunto constituído por oito muros. Um deles, individualizado com a UE010, desenvolve-se no sentido N-S e marca a separação entre a rua e a via pedonal, tendo nele sido associados os embasamentos para assentar as colunas dessa estrutura porticada. A este dessa estrutura, no interior do quarteirão, foram assinalados outros sete muros (UEs013, 014, 015, 019, 020, 021, 040) que conformavam as divisões internas da habitação, delimitando os compartimentos que perfaziam os espaços domésticos. Dado o nível de destruição dessas estruturas mais antigas, seja pelas reformas realizadas em momentos posteriores, designadamente baixo-imperiais e tardios, seja pelos saques efetuados em época tardo antiga para reaproveitamento dos materiais, não é possível restituir a planimetria da habitação com base no que foi preservado e registado, não tendo sido exequível tão pouco extrair maiores ilações acerca dos compartimentos que os muros formariam, com exceção de um balneário que se situava na área nascente da zona escavada.

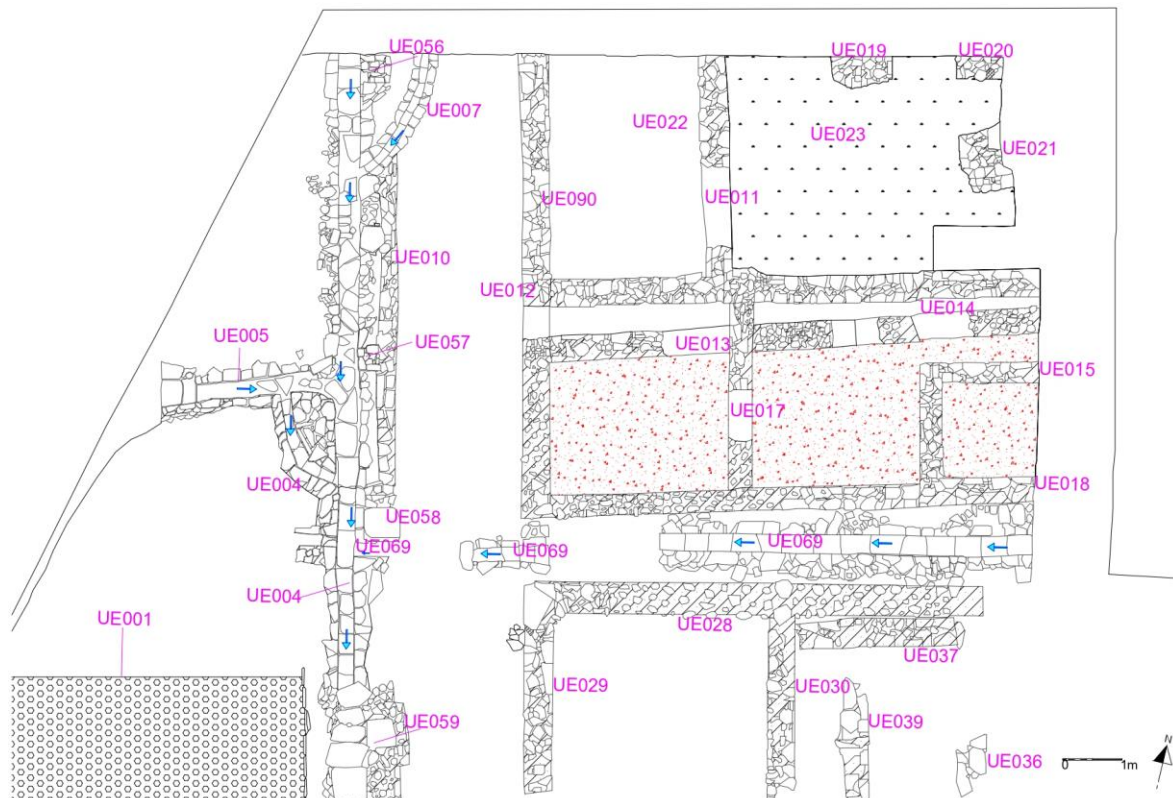


Figura 20. Estruturas documentadas na intervenção da rua dos Clérigos, esquina com Praça de Espanha, designadamente o *kardo* (UE001), a grande canalização a nascente deste (UE069) e a via pedonal porticada anexa, a este, que se articula com a área edificada do quarteirão.

No período baixo-imperial os vestígios murários são mais abundantes, resultantes de uma grande reforma efetuada na habitação que vai reestruturar grande parte de seu interior, arrasando os antigos compartimentos alto-imperiais e implantando novos. Neste setor não se regista documentado o avanço do edificado privado sobre a área pública, ou seja, a via pedonal que se desenvolvia paralela à rua.

A habitação baixo-imperial parece ter sido dividida em pelo menos três unidades internas, que poderiam corresponder a *diaetae*, uma localizada a noroeste, outra a sudoeste e a terceira associada ao balneário construído no Alto-império, que se localizava no setor este da zona intervencionada. Da primeira zona foram individualizados três muros identificados com as UEs011, 017 e 018, e ainda aquele atribuído à UE012, dos finais do século I, que foi reaproveitado. A outra *diaeta*, situada a sudoeste, resulta de maiores transformações do edificado Alto-imperial, podendo-lhe ser atribuídos sete muros que conformavam compartimentos de diferentes dimensões. Por sua vez, o edifício balnear alto-imperial parece ter mantido o seu uso, embora possa ter sido reformado. Dessa estrutura foi possível identificar três salas aquecidas, interligadas a nível da *suspensura* através do sistema de aquecimento de *hypocaustum*, do qual subsistem algumas *pilae* e dois arcos nas bases dos muros. Existe também um

dos compartimentos que certamente servia para armazenar lenha e outros materiais próprios do funcionamento dos balneários.

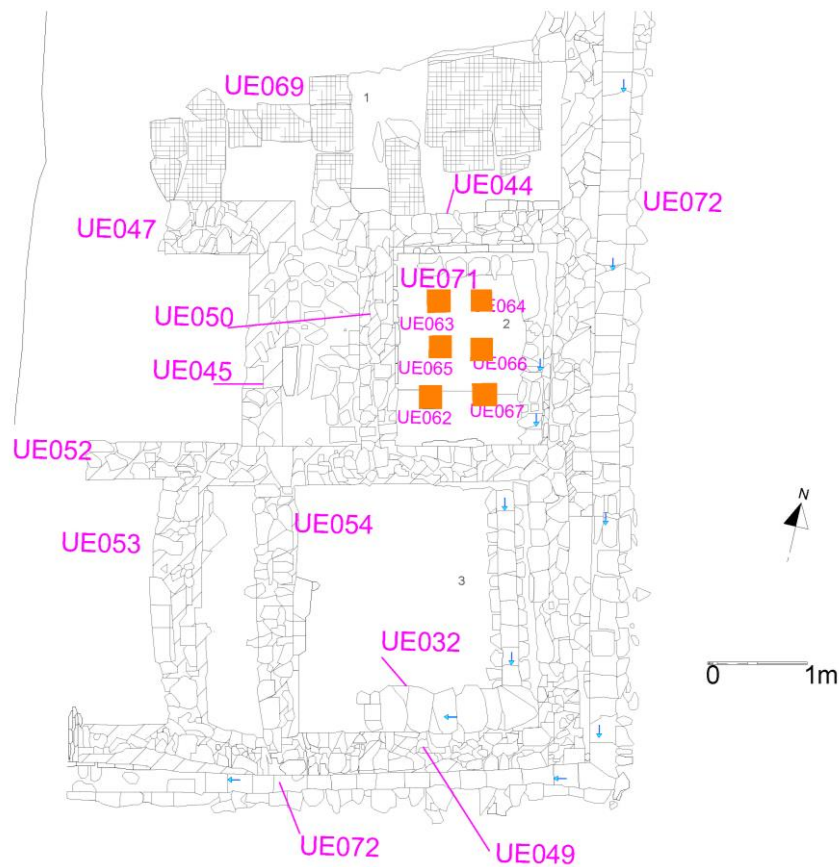


Figura 21. Edifício termal, documentado na área este da intervenção, de cronologia alto-imperial.

3.3.1.2 Rua dos Clérigos 1998

O relatório dessa escavação não apresenta dados suficientes para realizarmos uma caracterização pormenorizada das estruturas murárias, não sendo indicadas nem as cronologias associadas aos muros, nem os aparelhos com que foram construídos. Desta forma, resta-nos, de facto, a análise das plantas apresentadas no relatório de modo a caracterizar arquitetonicamente os vestígios.

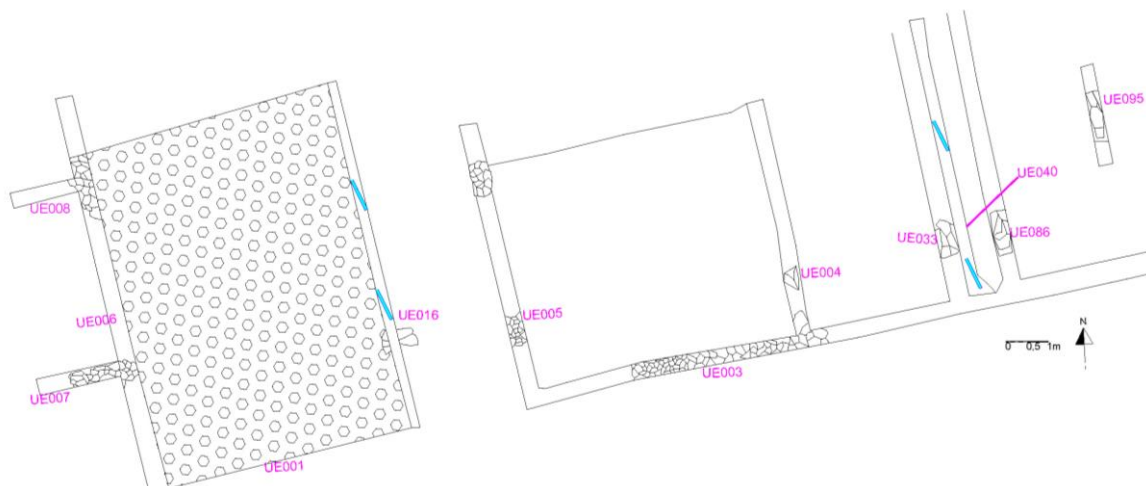


Figura 22. *Kardo* UE001, canalização paralela (UE006) e estruturas do edifício que ocupava o quarteirão a nascente.

Grande parte dos elementos construídos verticais estão reunidos entre dois *kardines*, o que nos permite integrá-los num mesmo quarteirão, correspondendo, presumivelmente a parte de uma habitação. Porém, dados os limites da intervenção, só foi possível individualizar os muros mas não restituir a planta da casa, dado que não temos o desenvolvimento dessas estruturas no sentido norte-sul, mas tão só uma secção este-oeste que corresponde ao trajeto da rua dos Clérigos.

Por outro lado, a metade ocidental da escavação, embora apresente ruínas ainda mais arrasadas e saqueadas, é deveras importante pois permite restituir os limites de outro quarteirão. Com efeito, no limite oeste da intervenção foi identificado um muro que, ao projetarmos os valores das larguras do quarteirão, dos pórticos e das ruas da parte este da rua dos Clérigos, coincide com o arranque da via pedonal da *insula* que estaria a oeste.

Nesse sentido, destacamos um conjunto de doze muros (UEs003 a 013) exumados na intervenção, metade deles localizados no quarteirão este (UEs003 a 008) e os demais no disposto a oeste (UEs009 a 014). Contudo, como referimos anteriormente, não conseguimos recuperar mais informações sobre essas estruturas uma vez que os dados disponíveis no relatório não fornecem material suficiente, como descrições das características ou datações.

3.3.1.3 Ronda Interior Clérigos nº 1

O relatório da intervenção realizada na Ronda Interior Clérigos nº 1, à semelhança dos anteriores, carece de dados descritivos das ruínas encontradas e de dados analíticos referentes aos materiais exumados, o que reduz as possibilidades de produzir uma interpretação adequada da ocupação desta área da cidade, seja a nível das fases construtivas ou da interpretação dos espaços.

De modo geral, os muros identificados nessa escavação delimitam um espaço aquecido, visto que foram encontrados restos de *pilae* usados no sistema de aquecimento por *hypocaustum*. Apesar dos poucos dados disponíveis no relatório, nele é assinalado que essa construção está associada ao período baixo-imperial e que pertenceria a uma habitação. Tendo-se em consideração as informações disponíveis para a evolução urbanística e arquitetónica de *Lucus Augusti*, acreditamos que esse setor balnear representa o resultado de uma reforma ocorrida na casa em finais do século III/inícios do IV, momento em que são documentados processos de reestruturação dos edifícios públicos e privadas da cidade.

3.3.2 Embasamentos, silhares, pilares, cunhais

3.3.2.1 Rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha

Nesta intervenção foi possível individualizar um conjunto de embasamentos (UEs055, 056, 057, 058 e 059) associados ao muro identificado com a UE010, onde assentavam as colunas do porticado da via pedonal.

Por sua vez, no interior da área construída do quarteirão foram identificados alguns elementos associados à elevação do pavimento de uma das salas aquecidas do espaço balnear. Trata-se de seis *pilae* (UEs062, 063, 064, 065, 066 e 067), constituídas por tijolos retangulares empilhados, que permitiam a criação do sistema de *hypocaustum*, ao proporcionar a separação entre a *area* e a *suspensura* com uma distância de cerca de 0.5m entre as *pilae*.

3.3.2.2 Ronda Interior Clérigos nº 1

Já na intervenção referenciada sob o nome Ronda Interior Clérigos nº 1, essas estruturas estão assinaladas apenas num conjunto de cinco *pilae*, sendo somente uma delas (UE2B014) em tégula e as demais (UEs2B022, 2B024, 2B025, 2B026) em elementos graníticos reaproveitados de outras estruturas que foram desmanteladas durante a reforma baixo-imperial, quando foi instalado o balneário.

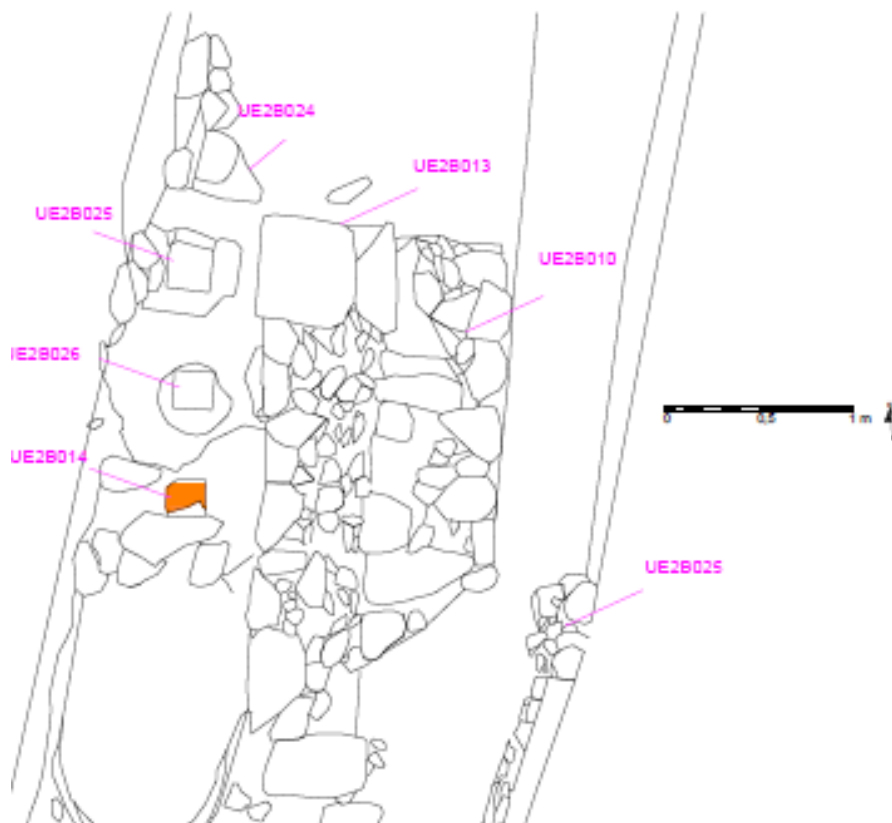


Figura 23. *Pilae* que conformavam o *hypocaustum* documentado na intervenção Ronda Interior Clérigos nº1.

3.3.3 Pavimentos

3.3.3.1 Rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha

Foram identificados vestígios de pavimentos provenientes tanto do interior da habitação como na área externa, nos espaços associados à rua e ao pátio que a ladeava.

Da calçada da rua foi individualizado o *statumen* (UE002), constituído por seixos rolados, gravilha e areia, de onde foram exumados fragmentos de contentores anfóricos e de recipientes em *sigillatae* alto-imperiais. Sobre essa camada foram individualizados dois níveis que documentam reformas baixo-imperiais realizadas no pavimento da rua, o mais antigo (UE008) formado por lajes de xisto e pequenos elementos líticos, colmatados com terra arenosa, enquanto o mais recente (UE009) é constituído por placas de xisto e argila. Por sua vez, na via pedonal também foi possível identificar duas reformas no pavimento, datadas do mesmo período, do Baixo-império e um nível mais antigo, alto-imperial, quando o piso ali implantado era constituído por pequenos seixos rolados e terra bastante compacta.

Na área interna da habitação os pavimentos encontrados apresentam aparelhos completamente distintos, os quais não recorrem ao xisto e aos seixos rolados como material base para a sua constituição, mas sim às argamassas e à terra compactada. Destacamos, portanto, os pavimentos em argila (UEs022

e 023), em *opus signinum* (UE041, 042, 068 e 072) e a preparação para assentar um mosaico (UE071). Foi também identificado outro piso formado por grandes lajes em granito (UE069), que foi implantado na área termal a revestir um espaço que seria um *apodyterium* ou um *frigidarium*.

3.3.3.2 Rua dos Clérigos 1998

A intervenção realizada na rua dos Clérigos 1998 apresenta preservados dois *kardines*, individualizados com as UEs001 e 002, os quais, apesar de não serem satisfatoriamente valorizados no relatório dos trabalhos arqueológicos, parecem coincidir, a nível do traçado, com os arruamentos identificados, respetivamente, na rua dos Clérigos, esquina com praça de Espanha e Ronda Interior Clérigos nº1, o que possibilitou algumas ilações ao cruzarmos dos dados assinalados nos relatórios dessas escavações. Desta forma acreditamos poder afirmar que essas vias teriam sido construídas nos finais do século I, datação associada à generalização da urbanização doutros setores da cidade.

Os pavimentos identificados no interior da habitação estão representados por solos com diferentes composições, das quais podemos evidenciar um em *opus signinum* (UE017) e outro em terra compactada.

3.3.3.3 Ronda Interior Clérigos nº 1

Na intervenção referenciada por Ronda Interior Clérigos nº 1 foram encontradas duas fases de uma calçada (UE1A10), cujos limites, dada a área da escavação, não puderam ser definidos, nem registados em campo. Contudo, ao analisarmos a planta final dessa escavação, em conjunto com aquela realizada, em 1988, por María Covadonga Carreño Gascón na rua dos Clérigos, esquina com praça de Espanha, onde também foi identificado um arruamento, conseguimos avançar algumas hipóteses interpretativas.

Com efeito, o relatório da intervenção Ronda Interior Clérigos nº 1 sugere a mesma leitura e conclui que estamos perante o mesmo eixo viário, tratando-se, portanto, do prolongamento do mesmo *kardo*. Todavia, fazemos uma leitura um pouco distinta, tendo-se em consideração que na campanha de 1988 o troço de via encontrado desenvolve-se no sentido N-S (ou melhor, N-NNO/S-SSE com uma inclinação angular de cerca de 13°) e, ao ser projetado, não nos pareceu que coincidissem com aquela proveniente do lote mais a sul. Por outro lado, após um exercício de projeção da largura da rua e da via pedonal, tendo-se por referência os valores registados na rua dos Clérigos esquina com praça de Espanha, acreditamos que, na realidade, estamos perante o *decumanus* que limita a sul o quarteirão escavado por Carreño Gascón, em 1988.

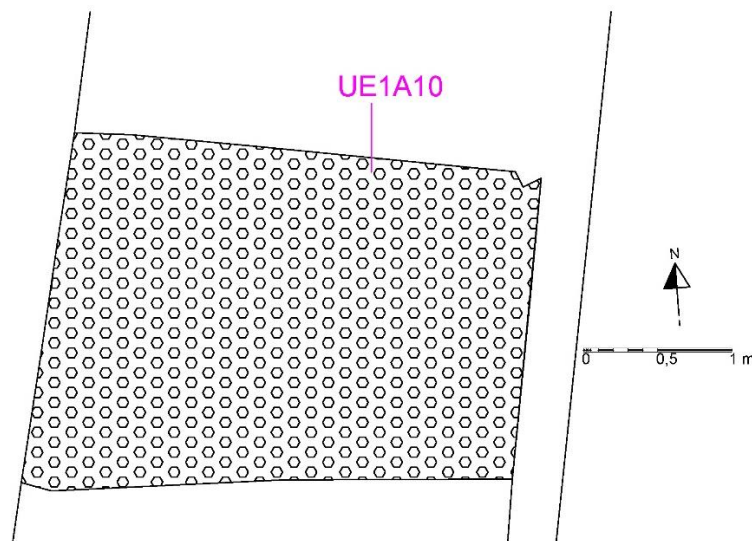


Figura 24. *Decumanus* UE1A10.

A sul da calçada foi individualizado um pavimento em *opus signinum* (UE001) associado a uma sala aquecida de um núcleo termal que existiria no quarteirão que ali existia.

3.3.4 Estruturas hidráulicas

3.3.4.1 Rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha

As estruturas hidráulicas identificadas na intervenção da rua dos Clérigos esquina com a praça de Espanha representam parte do sistema de drenagem das águas sujas do interior da habitação e das águas pluviais dos telhados do pórtico da via pedonal. Trata-se de um complexo sistema de canalizações conectadas umas com as outras, que conduzem as águas para uma canalização (UE004) localizada entre a rua e o pórtico, sob o canto este do *kardo* localizado na área poente da *insula*.

Uma vez que não temos a planta completa da casa, apenas conseguimos reconhecer parte do seu sistema de drenagem. Assim, sabemos que a partir da área do balneário sai uma canalização no sentido N-S, que se articula com outra disposta no sentido E/O, desembocando na canalização correspondente à UE004. Outra canalização, localizada no limite noroeste, significativamente mais estreita que a anteriormente referida, também assegurava a drenagem das águas sujas na mesma canalização (UE004), que acompanha o *kardo*.

Destacamos ainda uma canalização que cruzava a rua, no sentido E-O, ligando à cloaca que existia sob o *cardo*. Uma vez reconhecida essa estrutura e tendo-se escavado toda a largura do eixo viário, até ao muro que formaliza o arranque do quarteirão a oeste, é seguro afirmarmos que o sistema de drenagem associado a essa área da cidade se baseava na existência de um canal responsável por

reunir as águas sujas e pluviais provenientes de vários quarteirões, conduzindo-as em direção ao exterior da *urbe*, sendo de presumir que o seu destino fosse o rio Minho, localizado a sul.

3.3.4.2 Rua dos Clérigos 1998

Na intervenção rua dos Clérigos 1998 foram assinaladas duas canalizações (UEs015 e 016) implantadas sob cada um dos *kardines* aí identificados (UEs002 e 003, respetivamente). Esses canais estavam associados ao sistema de drenagem das águas sujas do interior dos quarteirões e das águas pluviais, que escorriam pelos telhados das habitações e dos pórticos, sendo assim recolhidas sob as vias e conduzidas para sul, em direção ao rio Minho. Cabe ainda assinalar que essas estruturas eram constituídas por dois muros, em placas de xisto colmatadas com argamassa, uma cobertura, também em placas de xisto, que estavam dispostas junto à superfície do pavimento dos eixos viários, sendo o lastro construído com recurso ao mesmo material.

3.3.4.3 Ronda Interior Clérigos nº1

Mau grado os sucessivos saques que essa área da cidade sofreu numa fase avançada, bem como as construções ali realizadas em momentos posteriores à época romana, foi ainda possível identificar o negativo de um rego de drenagem, localizado no meio da rua. Tendo em consideração os dados provenientes de outras escavações, acreditamos que essa vala tenha sido realizada na época fundacional, à semelhança daqueles identificados nas ruas da Raiña e do Progreso.

3.4 Interpretação

Embora as áreas intervencionadas nas três escavações analisadas da zona arqueológica da rua dos Clérigos compreendam uma significativa área da cidade de *Lucus Augusti*, os dados provenientes das intervenções são relativamente escassos, ainda que as informações sobre os aspetos urbanísticos sejam deveras importantes. Na verdade, pouco conseguimos perceber sobre as fases de ocupação deste setor da cidade, uma vez que os relatórios dessas escavações não apresentam dados cronológicos referentes às camadas, nem às estruturas. Assim, procuraremos salientar a importância dos dados urbanísticos que se associam às construções identificadas nas intervenções realizadas na rua dos Clérigos, que se saldaram por um conjunto de muros, canalizações e pavimentos que permitem restituir, com alguma segurança, um quarteirão da cidade e o arranque de alguns outros. Contudo, é importante ressaltar que esses vestígios documentam, na maioria dos casos, as últimas reformas efetuadas nessas estruturas, enquadráveis portanto na cidade baixo-imperial.

As estruturas murárias identificadas e associadas ao Alto-império, reduzidas a poucas fiadas, correspondem a sete muros (UEs013, 014, 015, 019, 020, 021, 040), e permitem unicamente assinalar partes de compartimentos da habitação construída nos finais do século I no quarteirão que se erguia a nascente de um *cardo*, que foi encontrado numa extensão considerável. Embora não seja possível restituir a planimetria da habitação sabemos que teria um espaço balnear localizado na zona este.

No Baixo-império, realiza-se um amplo processo de reestruturação dos espaços internos. Ainda que não seja possível compreender completamente as mudanças que foram realizadas, conseguimos afirmar que o espaço continua em funcionamento, ao passo que alguns conjuntos de compartimentos parecem conformar subunidades dentro da casa, constituindo *diaetae*.

Relativamente ao urbanismo, parece-nos que não houve alterações significativas nos arruamentos e nas vias pedonais ao longo do período romano, tendo-se em consideração que as características observadas noutros setores da cidade melhor conhecidos apontam para a implantação de equipamentos semelhantes aos documentados na rua dos Clérigos. Assim, acreditamos não terem sido efetuadas alterações significativas nesses elementos, construído na fase flávia e antonina, que se mantem durante o Baixo-império.

A intervenção realizada na rua dos Clérigos 1998 permitiu por a descoberto tramos de dois *kardines* que limitavam um quarteirão onde foi implantada uma *domus*, porticada, embora só tenha sido identificada aquela que se desenvolve na zona poente.

No que toca aos demais quarteirões, apenas temos pequenos segmentos de muros, bastante frustres, os quais não permitem realizar grandes interpretações. A *insula* imediatamente a oeste da habitação anteriormente mencionada apresenta um forno próximo ao seu limite nascente, que pode assinalar a presença de uma *taberna*, enquanto os muros identificados no interior do quarteirão certamente constituem partes das estruturas de uma habitação ali construída.

4 Zona Arqueológica da ‘rua San Marcos’

4.1 Localização e descrição das intervenções



Figura 25. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua San Marcos no ortofotomapa (@GoogleEarth).



Figura 26. Localização da zona arqueológica da rua San Marcos na planta com o edificad de Lugo.

A zona arqueológica da rua San Marcos está localizada na parte norte do centro histórico de Lugo. Esta área encontra-se ocupada desde o período alto-imperial e segue com bastante vitalidade

durante o Baixo-império. Nessa zona individualizamos duas intervenções, designadas por rua San Marcos 15 e 4, que passamos a analisar.

4.1.1 Rua San Marcos 15

Os trabalhos arqueológicos realizados em 1996 no lote nº 15 da rua San Marcos pela empresa de arqueologia Groma pôs a descoberto uma superfície de 37m². Não conseguimos caracterizar com grande precisão a metodologia utilizada nessa escavação, pois no relatório da mesma apenas é referido que foi efetuada em *open area*. A informação obtida para a análise das estruturas foi extraída dos relatórios de escavação (Hervés Raigoso, 1995).

4.1.2 Rua San Marcos 4

A intervenção realizada na rua San Marcos 4, dirigida por Maria Luz Sánchez Fernández foi executada em duas fases: a primeira decorreu em 2004, quando foram abertas as fundações principais do edifício projetado para aquele lote e, a segunda, em 2013. A informação analisada foi obtida através do relatório da escavação (Fernández Sánchez, 2004; 2013).

4.2 Estratigrafia

4.2.1 Rua San Marcos 15

Os vestígios documentados na rua San Marcos 15 apresentam dados bastante reduzidos sobre a ocupação daquela área da cidade em época romana, mas ainda assim deveras importantes para a compreensão da evolução da *urbe*. Com efeito, os níveis mais antigos assinalam um conjunto de valas de extração de materiais (UE1030) destinados à construção, as quais foram colmatadas com enchimentos onde foram recolhidos fragmentos cerâmicos datados da primeira metade do século I.

A esta fase da época júlio-cláudia segue-se um momento de grande atividade construtiva cujas características desconhecemos por completo devido às reformas efetuadas no período baixo-imperial que acabaram por arrasar as estruturas dos finais do século I. Dessa ocupação temos mais dados, designadamente um conjunto de muros que delimitam cinco compartimentos e constituem parte dos espaços de uma grande habitação ali implantada.

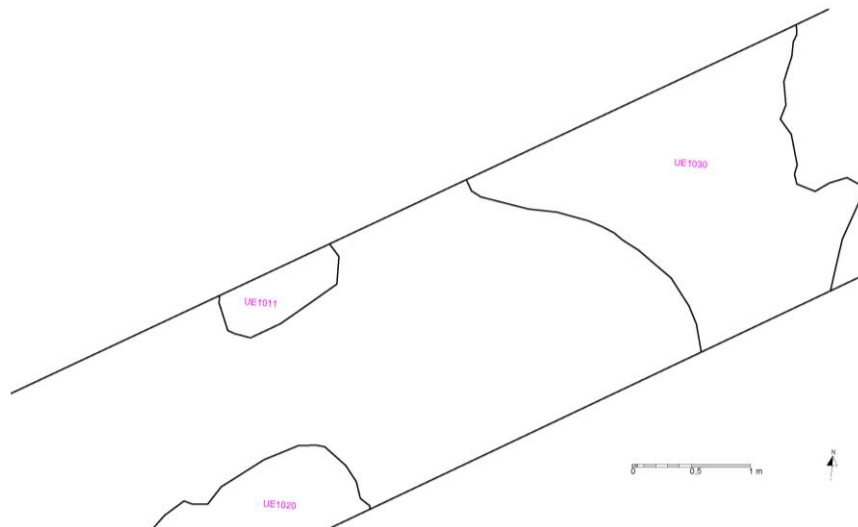


Figura 27. Valas de extração de saibro.

Apesar do relatório não fornecer as cronologias dos diversos níveis de ruínas (UEs1007, 1011, 1012, 1017, 1018, 1020 e 1023), acreditamos que o completo abandono daquela área tenha ocorrido durante o período tardoantigo.

4.2.2 Rua San Marcos 4

Os trabalhos arqueológicos realizados na rua San Marcos 4 assinalam a existência de realidades construtivas bastante similares às registadas na intervenção anterior. De facto, os níveis mais antigos também documentam atividades de extração de materiais, tendo também sido identificada uma estrutura realizada em lajes de xisto que pode indicar uma ocupação provisória do local, datada dos inícios do século I à semelhança de outras encontradas na rua do Progreso e que serviam de apoio à construção das infraestruturas da cidade na época entre Augusto e Cláudio. Essa estrutura estava associada a uma grande vala aberta no solo natural (UE1056) que, segundo o relatório, estaria relacionada com uma possível *fossa fastigata* (UE1019) do suposto acampamento que teria precedido a cidade e que teria sido identificada no lote contíguo, nº 6, que foi também alvo de intervenção arqueológica. Uma outra realidade em negativo que foi possível individualizar dessa fase está representada por um grande rasgo, registado ao longo de 11m de comprimento, possuindo uma largura que variava entre 1.8 e 1.9m, o qual encosta à suposta *fossa fastigata*. As duas estruturas são rematadas por um *kardo*, cujos materiais provenientes dos níveis de preparação permitem datar a estrutura dos inícios da época júlio-cláudia.

Na primeira fase dos trabalhos arqueológicos foi documentado o *substritio* de um aqueduto, realizado em *opus caementicium*. Essa grande canalização, segundo o relatório, levaria água para um *castellum aquae* que estaria localizado na praça de Santo Domingo. Sobre este canal corria um eixo viário pavimentado com lajes de xisto e pequenos elementos em quartzo.

Por outro lado, na segunda fase da intervenção arqueológica foram identificados dois pavimentos datados da época alto-imperial, registando duas fases de ocupação, bem definidas, uma júlio-cláudia e outra flávia e antonina, à semelhança do que foi registado noutros locais da cidade.

Pelo contrário não possuímos quaisquer indícios construtivos do período baixo imperial, tendo, contudo, sido possível individualizar robustos enchimentos sobre as estruturas do século I que sugerem a elevação da cota aquando de uma reforma posterior, o que nos permite supor que o nível de circulação nos séculos III e IV terá subido, certamente consequência da implantação da muralha. Essa alteração vertical na cidade colocou possíveis estruturas baixo-imperiais numa cota que pode ter sido afetada pela construção moderna, o que pode explicar o seu desmantelamento.

4.3 Caracterização das estruturas

4.3.1 Muros

4.3.1.1 Rua San Marcos 15

As estruturas exumadas na rua San Marcos 15 estavam bastante saqueadas, de tal modo que dos muros que ali haviam sido implantados apenas restam os negativos das valas de fundação, elementos que, embora confirmem a existência dos mesmos, só consegue fornecer dados referentes à orientação dessas construções. Neste sentido, destacamos os negativos individualizados com as UEs1014, 1027, 1031, 1032 e 1033 que documentam muros com orientação N/S, enquanto outra, à qual foi atribuído o número UE1005, corria no sentido E/O.



Figura 28. Alinhamentos baixo-imperiais documentados na rua San Marcos 15.

4.3.2 Embasamentos, silhares, pilares, cunhais

4.3.2.1 Rua San Marcos 4

No segundo nível alto-imperial, atribuído aos finais do século I, foi documentada a vala de implantação de uma pilastra, no canto este do pavimento identificado, o que pode sugerir o embasamento de uma das colunas que sustentavam uma via pedonal porticada, que se desenvolveria no quarteirão poente dessa rua.

4.3.3 Pavimentos

4.3.3.1 Rua San Marcos 15

A nível das estruturas horizontais podemos referir a identificação de um pavimento em terra batida (UE1004), que se estendia por grande parte da área intervencionada, bem como de um outro, construído com recurso ao mesmo material (UEs1006 e 1016), que apresentava materiais datados do baixo-imperiais, pelo que acreditamos ter sido implantado no contexto de reformas tardias ali realizadas.

4.3.3.2 Rua San Marcos 4

Nesta intervenção foi possível identificar um pavimento em argila e lajes de xisto que colmatava a fossa referenciada com a UE1056, encostando a uma calçada (UE1060) datada de época júlio-cláudia. Foram ainda encontrados outros dois pisos cujos materiais associados aos níveis de preparação (UE1060) permitem datar essas estruturas dos inícios do período júlio-cláudio, as quais conheceram uma reforma dos finais do século I/inícios do século II.

Paralelamente a um desses pavimentos, datado do período Augusto-Tibério foi identificada uma vala, que foi interpretada como *fossa fastigata* de um suposto acampamento que teria precedido a cidade. Contudo, quando olhamos com mais atenção a relação entre a calçada e a vala e se compararmos as duas estruturas com outras semelhantes identificadas noutras áreas da cidade, designadamente com aquelas que são provenientes das intervenções na rua do Progreso e da Raiña, podemos sugerir outras hipóteses interpretativas para estas estruturas. Assim, a vala, pode ter sido um canal aberto no solo para drenagem das águas pluviais que se acumulariam naquele setor da cidade, designadamente na rua e que teria precedido ao sistema hidráulico *sub viis* que viria a ser implantado em época Cláudio-Nero e flávia, fato que nos leva a considerar esse pavimento como parte de uma via pedonal que se desenvolvia no sentido norte-sul.

4.3.4 Estruturas hidráulicas

4.3.4.1 Rua San Marcos 4

Foram documentados na rua San Marcos 4 alguns vestígios de um *substrictio* com um aparelho constituído por pequenos elementos de quartzito colmatados com uma argamassa à base de cal a nível das paredes e com uma cobertura em lajes de xisto, que estava associado a um grande aqueduto que levava água até um possível *castellum aquae*.

4.4 Interpretação

A zona arqueológica da rua San Marcos localiza-se nas proximidades da área onde é suposto localizar-se o foro de *Lucus Augusti*. A posição privilegiada que ocupava face ao centro da *urbe* exerceu grande influência a nível do tipo de ocupação aí registada, facto que pode ser documentado pela cronologia antiga das estruturas aí encontradas, ainda que mal conhecidas, devido ao arrasamento que tiveram aquando das construções posteriores e pela natureza das mesmas, na sua maioria constituídas de valas e rasgos para extração de material geológico, necessário ao fabrico de argamassas e para a implantação de edifícios provisórios. Entre os vestígios descobertos destacamos os níveis correspondentes a eixos viários e a canais de drenagem das águas pluviais, semelhantes aos identificados na rua do Progreso, os quais documentam uma primeira fase de ocupação do local.

A segunda fase de ocupação registada, balizada entre as épocas flávia e antonina, registada noutros locais da cidade, é pouco conhecida, correspondendo ao momento em que se incrementa a construção de infraestruturas que vai dotar o espaço urbano dos necessários sistemas hidráulicos e viários fundamentais para a ocupação dos lotes que se situavam nos quarteirões. De facto, temos documentado apenas algumas reformas nos pavimentos da rua San Marcos 4 e as canalizações de drenagem das águas sujas e pluviais, que receberam um aparelho pétreo, feito com lajes de xisto e pequenos elementos em quartzito colmatados com argamassa.

No Baixo-império, para além de reformas nos pavimentos das ruas e das vias pedonais, não temos dados significativos do interior dos quarteirões, com exceção de alguns negativos de valas de fundação de muros, elementos que permitem exclusivamente apontar a orientação dessas estruturas, mas que não revelam as suas características, cronologias e possíveis reformas e reutilizações desses elementos.

5 Zona Arqueológica da ‘rua Anxel Fole’

5.1 Localização e descrição das intervenções

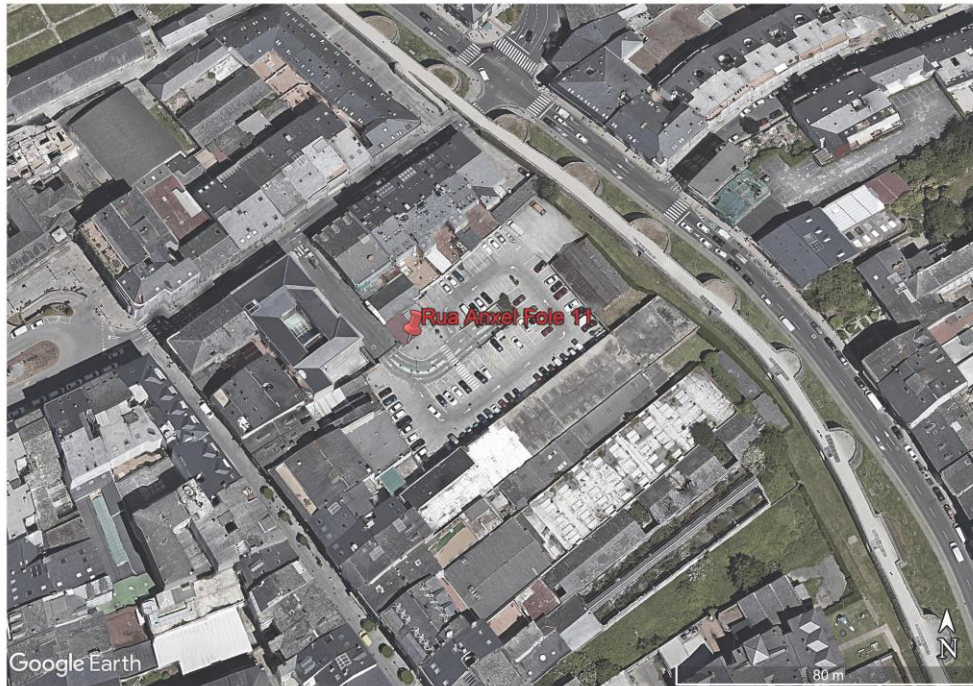


Figura 29. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua Anxel Fole no ortofotomapa (@GoogleEarth).



Figura 30. Localização da zona arqueológica da rua Anxel Fole na planta com o edificado de Lugo.

A zona arqueológica da rua Anxel Fole está localizada na parte nordeste do centro histórico de Lugo. Essa área da cidade apresenta uma ocupação desde o período alto-imperial até à tardo-

antiguidade, situando-se nas proximidades da muralha do Baixo-império. A esta zona está atribuída uma única intervenção, designada por rua Anxel Fole nº 11.

5.1.1 Rua Anxel Fole nº 11

Os trabalhos efetuados no lote nº 11 da rua Anxel Fole compreendem duas escavações, uma executada em 1993 sob a direção de Francisco Manuel Hervés Raigoso, e a outra entre os anos de 1999 e 2000, quando foi dirigida por Juan Carlos López García. Desta forma, utilizaremos os relatórios das duas campanhas de escavação para melhor compreender os vestígios que foram exumados naquela zona da cidade.

Não possuímos referências concretas sobre a dimensão da área intervencionada, mas sabemos que a metodologia utilizada na primeira escavação previa a implantação de onze sondagens de 20x10m e uma de 23x10m. Por sua vez, a segunda campanha de escavações ampliou esse espaço em 300m². Como os autores não fizeram referência sobre a numeração das unidades estratigráficas às numerosas estruturas encontradas nesta zona arqueológica, com exceção daquelas que foram utilizadas para os dois eixos viários identificados (CZ-1 e CZ-2), decidimos numerá-las com o intuito de melhor expor as realidades individualizadas. A informação obtida foi extraída do relatório da escavação (Hervés Raigoso, 1993).

5.2 Estratigrafia

Os níveis mais antigos identificados na rua Anxel Fole nº 11 reportam-se a um conjunto de valas de extração de materiais (UE001), datadas da época júlio-cláudia, possivelmente associadas à obtenção de saibro, necessário para a preparação das argamassas necessárias à construção. As camadas que encheram essas estruturas negativas (UE002) serviram para elevar e nivelar o terreno para a implantação de um eixo viário, com orientação E-O (CZ-1), tratando-se, portanto, de um *decumanus*, o qual já teria sido identificado numa intervenção realizada em 1986 na praça Santo Domingo. A ladear esse arruamento foi identificada uma canalização que pertencia ao sistema de drenagem da cidade.

No interior dos quarteirões que ladeavam o decumano foi descoberto um conjunto de muros que materializa um edifício, com provável função artesanal, tendo em consideração que nele foram identificados sete fornos. Essas estruturas de combustão apresentam um excelente estado de conservação tendo sido possível individualizar as estruturas a nível da câmara, do *praefurnium* e do arco que marca a boca de combustão.

Apesar dos poucos dados que possuímos sobre o conjunto edificado deste setor da cidade, percebe-se que ele esteve em funcionamento durante o período alto-imperial, provavelmente desde os finais do século I, e que foi desmantelado no Baixo-império, sensivelmente nos finais do século III/inícios do IV. Aquele espaço sofre então uma completa modificação na função, representada pela colmatação dos fornos e pela construção de muros que formalizam quatro edifícios (edifícios A, B, C e D) com divisões completamente distintas das documentadas no período anterior. A nova realidade baixo-imperial também se faz representar pela abertura de um novo eixo viário (CZ-2) e pela implantação de novas canalizações que aprimoraram o sistema de drenagem dessa área da cidade.

Estão documentadas ainda duas reformas, uma no século IV e outra entre os finais dessa centúria e os inícios da próxima. Na primeira está registada a implantação de canais de drenagem de águas sujas do interior dos edificados até à cloaca que corria sob a rua e que era responsável por levar as águas pluviais e aquelas que eram recolhidas dos edifícios para fora da cidade, em direção ao rio Minho.

Os vestígios associados à última fase tardoantiga, estão em mau estado de conservação, sendo de difícil interpretação. Com efeito, as reformas desse período são bastante complexas, ainda que possamos destacar várias modificações nos edifícios e remodelação do eixo viário, bem como a implantação de uma área porticada a ladear as ruas.

5.3 Caracterização das estruturas

5.3.1 Muros

Mau grado não dispomos de dados relativos às características e cronologias das estruturas, é possível realizar algumas considerações sobre as mesmas.

Em sua grande maioria, os muros detetados estão associados às reformas baixo-imperiais realizadas na área intervencionada, uma vez que os que foram construídos nos finais do século I foram reaproveitados, ou desmantelados para implantar novas construções. Dos elementos alto-imperiais podemos assinalar o muro que materializa a divisão entre a rua (CZ-1) e o quarteirão, individualizado na UE004, bem como os muros (UEs223 e 224) que limitavam o compartimento onde estava instalado um dos fornos (4D3/1).

Dos muros baixo-imperiais, destacam-se os que puderam ser identificados no contexto dos edifícios onde estão localizados. No edifício A foram individualizados os muros (UEs112 e 188) que delimitavam a área construída das vias, que ladeiam o quarteirão (CZ-2 e CZ-1, respetivamente). Os demais muros representam as divisões internas (UEs112, 113, 116, 117, 118, 119, 192, 193, 194,

195, 196) e conformam um conjunto de compartimentos sobre os quais temos muito poucas informações, com exceção de um, que era aquecido com recurso ao sistema de *hypocaustum*, evidenciado pelas *pilae* sob o pavimento e cujos limites se encontram definidos pelos muros identificados com as UEs114, 115, 190 e 191.

Por sua vez, do edifício B foram documentados seis muros, um dos quais corresponde à sua fachada este (UE197), outro à fachada sul (UE201) e os demais (UEs198, 199, 200 e 202) a paredes que conformavam as divisões internas.



Figura 31. Calçada CZ-1 e edifícios A e B, abertos a ela.

Já do edifício C, que foi escavado numa área maior, tendo sido individualizado um conjunto mais amplo de muros, os quais formatizam as divisões internas do edificado e permitem restituir uma planimetria mais completa do mesmo. Com efeito, destacamos o muro referenciado com a UE203, responsável pelo encerramento do pátio que se desenvolvia em paralelo à calçada CZ-2, tornando aquela antiga via pedonal num espaço privado, o qual foi compartimentado. Por sua vez, também foi possível individualizar um muro (UE214), que corria junto ao arruamento CZ-1 e conformava a fachada norte do edificado. Acerca dos espaços internos, foi possível individualizar algumas das paredes que os delimitavam (UEs204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217, 218), perfazendo-se assim cerca de quinze compartimentos.

Por fim, associado ao edifício D foi possível reconhecer apenas quatro muros, sendo um deles o da fachada oeste da habitação (UE213) e os demais (UEs220, 221 e 222) referentes aos limites dos espaços internos.

5.3.2 Embasamentos, silhares, pilares, cunhais

Em dois locais da rua Anxel Fole nº 11 foram encontrados elementos estruturais verticais. Assim, nas salas aquecidas do balneário do edifício A, foram identificadas três *pilae* (UEs038, 049 a 064), elementos constituídos por tijolos quadrados com 20cm de lado. O segundo conjunto deste tipo de estruturas está representado por um grupo de quatro pilastras em granito, associadas ao muro referenciado pela UE199, encerradas no compartimento limitado pelas UEs086, 087, 088 e 089.

5.3.3 Pavimentos

Os pavimentos são bastante numerosos e diversificados nesta zona arqueológica. No edifício A foi possível individualizar um pavimento em terra batida (UE042) que estava associado ao balneário, assim como um outro que revestia o piso da sala em que estava o *praefurnium*, que foi realizado com lajes de xisto. Ainda foram reconhecidos outros muros constituídos com recurso a *opus signinum* (UEs043, 044, 048 e 065), a terra batida (UE039, 047, 067, 075, 079, 080) e a lajes de xisto (UE071, 070 e 078), que conformavam os pisos dos compartimentos da habitação.

Por sua vez, o edifício B também apresenta diferentes soluções de revestimento dos seus pavimentos, recorrendo-se, à semelhança ao edifício A, ao *opus signinum* (UE082, 085, 090 e 091), a terra compactada (UE051) e à utilização de lajes de xisto (UE083). Já os dados que possuímos sobre o edifício C permitem referenciar apenas três pavimentos em terra batida (UE094, 099 e 102).

Finalmente, o edifício D, apesar de pouco escavado, dados os limites da área intervencionada, forneceu dados deveras interessantes sobre os pavimentos das diferentes reformas que ocorreram no Baixo-império. Com efeito, está documentado um piso em *opus caementium* que foi recoberto por um outro constituído por lajes de xisto (UE032) e, por fim, por outro, também em *opus caementicium* (UE028). Somado a esses, também foi possível individualizar um pavimento em *opus signinum* (UE228), cuja construção implicou a desafetação de um tanque (UEs027 e 034).

No que toca aos pavimentos públicos, salientamos a calçada individualizada com o número CZ-1 apresenta uma fase mais antiga, datada dos finais do século I. Trata-se de um *decumanus* com um pavimento constituído por pequenos elementos de quartzo colmatados com argamassa e implantado diretamente sobre o solo natural (UE045). Os seus limites estão definidos por um muro (UE004) e a drenagem das águas pluviais que nela caíam diretamente, ou por escorrimento, vindas das pendentes dos telhados dos quarteirões e das vias pedonais que o ladeiam, era assegurada por um sistema de canalizações sob a via. Trata-se de um sistema que associa a drenagem das águas com os eixos viários,

reconhecido noutras zonas arqueológicas, designadamente na rua da Raiña, do Progreso e dos Clérigos, bem como na praça de Santo Domingo.

Durante a primeira fase baixo-imperial, o decumano referido sofreu uma grande reestruturação, tendo sido ampliado e repavimentado com lajes de xisto, tendo o sistema hidráulico associado conhecido também uma reforma, a qual resultou na instalação de uma grande canalização (UE003), a qual ainda foi alvo de outra reforma num momento posterior, que resultará num aparelho que recorreu a lajes de xisto intercaladas com pequenos elementos de quartzito (UE066).

O outro eixo viário (CZ-2), com orientação N/S, terá sido construído nos finais do século III/inícios do IV, tanto quanto os dados disponíveis permitem apurar. Dele apenas é conhecida uma calçada, certamente contemporânea daquela que foi construída no decumano, realizada com recurso a lajes de xisto e seixos colmatados com argamassa.

5.3.4 Estruturas hidráulicas

As estruturas hidráulicas identificadas na zona arqueológica da rua Anxel Fole, em específico na intervenção realizada no lote nº 11, permitiu por a descoberto parte do sistema de drenagem que caracterizou a cidade no Alto-império, bem como elementos associados à reforma que esse sistema sofreu no período baixo-imperial.

Dos finais do século I, temos documentada uma canalização (UE003), constituída a nível das paredes, das cápeas e do lastro por lajes de xisto colmatadas com argamassa. Essa estrutura estava localizada no extremo sul do eixo viário CZ-1 e era responsável pela drenagem das águas sujas, provenientes dos quarteirões próximos e das águas pluviais, recolhidas pelos telhados.

No Baixo-império, com as reformas realizadas um pouco por toda a cidade, as infraestruturas de saneamento foram reestruturadas a fim de garantir a capacidade de drenagem que os novos equipamentos instalados nos quarteirões necessitavam. Desse momento foi identificada uma série de canalizações que faziam a recolha das águas naquela área da cidade. Nessa parte do sistema, podemos observar uma cloaca principal, individualizada com a UE224, na qual desaguavam várias canalizações (UEs003, 030, 225, 226).

Por outro lado, também foram reconhecidos alguns canais que podem estar associados ao sistema de abastecimento de água. De facto, uma dessas estruturas (UE029) estava direccionada ao tanque do edifício D, enquanto aquela individualizada com a UE227 levaria água ao balneário do edifício A.

Foram ainda reconhecidos outros tipos de estruturas hidráulicas, como os poços localizados no edifício A (UE077) e no edifício C (UE106), assim como um tanque no edifício D, com uma área de 7.68m², constituído por paredes em *tegulae* reaproveitadas (UE027) e lastro com diferentes níveis de argamassas, sendo um deles, uma preparação, de cor negra (UE031), recoberta por um piso em *opus caementicium* (UE028) e um outro em *opus signinum* (UE228).

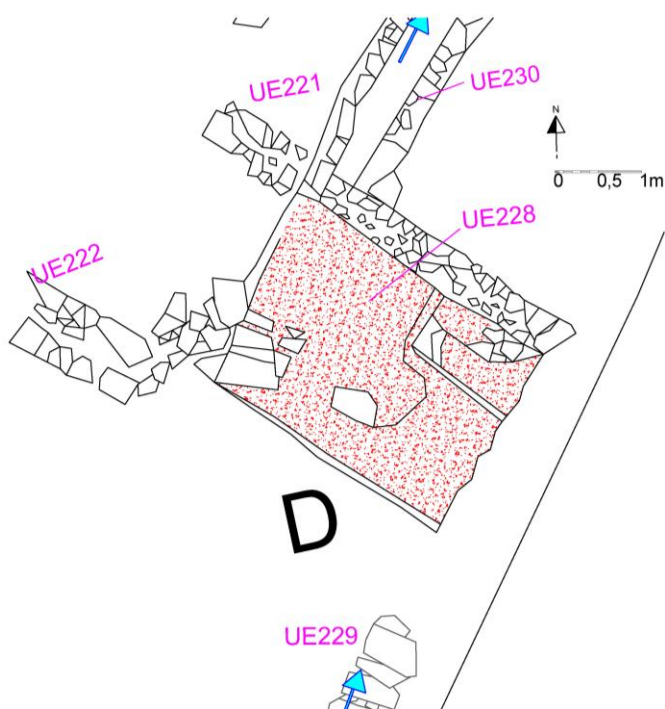


Figura 32. Tanque do edifício D e canalizações associadas.

5.4 Interpretação

A zona arqueológica da rua Anxel Fole, e em particular a intervenção realizada no lote nº 11 dessa artéria de Lugo, apresenta dados deveras importantes para a compreensão da ocupação da cidade romana, desde a fundação até ao período tardoantigo. Com efeito, os vestígios exumados nessa escavação são completamente distintos dos provenientes de outras zonas da cidade que já foram aqui analisadas.

Os níveis mais antigos identificados nessa intervenção, com cronologias associadas à época de Augusto-Tibério, documentam valas de extração de saibro, atividade reconhecida noutras partes da cidade, das quais são exemplo as zonas arqueológicas da rua do Progreso e da Raiña. Essas estruturas em negativo compõem parte das realidades observadas em diversos pontos da cidade e retratam os primeiros momentos da ocupação de *Lucus Augusti*.

Uma vez que as principais estruturas urbanas foram construídas no período júlio cláudio, como o *forum*, os arruamentos e as infraestruturas de saneamento, os lotes implantados nos quarteirões

lucenses começam a ser adquiridos por diferentes proprietários que os ocuparão de diversas formas, construindo edificados de diferentes naturezas. É evidente que parte significativa desses espaços será preenchida por casas, muito embora os resultados da intervenção da rua Anxel Fole nº 11 nos demonstre a existência de um quarteirão artesanal muito perto da área do *forum*.

No período flávio e antonino, a norte e a sul do arruamento CZ-1 foram implantados edifícios que integravam ao menos sete fornos, de modo que podemos estar diante de uma zona artesanal da cidade alto-imperial, certamente associada à produção de cerâmica ou vidro que se destinaria a suprir as necessidades locais.

No entanto, no Baixo-império, em finais do século III/inícios do IV, a cidade passa por um significativo crescimento, traduzido num grande investimento urbanístico e arquitetónico documentado em reformas que tiveram lugar tanto no espaço público, designadamente através da repavimentação dos eixos viários e da criação de um novo sistema de drenagem, com implantação de uma robusta cloaca sob o *decumanus maximus*, como no espaço privado, tendo a generalidade das *domus* lucenses passado por profundas reestruturações. Os espaços internos das habitações são alterados, implantando-se novos compartimentos e equipamentos, designadamente balneários privados, avançando a construção sobre as vias pedonais porticadas, privatizando-se esses espaços, enquanto as casas se enriquecem com sofisticados programas decorativos que enchem as salas, sobretudo aquelas destinadas à receção de *clientes* e à realização de atividades simposiastas.

Neste período testemunha-se na zona arqueológica da rua Anxel Fole uma profunda remodelação funcional do espaço, sendo a antiga zona artesanal, datada do século I, sido completamente desmantelada para dar lugar a uma área habitacional onde foram individualizadas quatro casas. As razões para esta alteração funcional são complexas podendo associar-se com a construção da muralha e com a proximidade da zona relativamente à grande praça foral, que conferia àquela área um elevado destaque tornando-a apetecível em termos urbanísticos. Não se podem igualmente ignorar os perigos (e os odores) que representavam a presença das oficinas oleiras ou de vidro no interior das cidades, tendo-se em consideração o risco de incêndio face às atividades ligadas ao fogo (Cruz, 2001: 86). Posto isso, acreditamos que a atividade artesanal que era realizada na zona arqueológica da rua Anxel Fole terá sido transferida para outro lugar, provavelmente extramuros, alargando-se assim as áreas residenciais de *Lucus Augusti*.

Um inequívoco sinal das mudanças funcionais do setor está representado pela construção do eixo viário, individualizado com o número CZ-2, corresponde a um arruamento que surge sobre o antigo edifício artesanal e que reestrutura a malha urbana naquela zona, criando uma nova divisão pública

marcada, tanto pela rua como pelas vias pedonais que se desenvolviam paralelamente a elas. Com a implantação dessa nova artéria também são instaladas canalizações que permitem a drenagem das águas das habitações ali construídas.

Em finais do século IV, os pórticos das vias CZ-1 e CZ-2 são absorvidos pelas habitações instaladas nos quarteirões a eles associados e passam a pertencer aos seus proprietários, que compartimentam os espaços e os integram nos edificadoss.

6 Zona Arqueológica da ‘rua Armanyá’

6.1 Localização e descrição das intervenções



Figura 33. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua Armanyá no ortofotomapa (@GoogleEarth).



Figura 34. Localização da zona arqueológica da rua Armanyá na planta com o edificado de Lugo.

A zona arqueológica da rua Armanyá localiza-se na parte central do centro histórico de Lugo, apresentando uma ocupação desde o período alto-imperial até ao período tardoantigo. Diferentemente das zonas arqueológicas referidas anteriormente nesse trabalho, essa contemplará intervenções realizadas noutras artérias da cidade, nomeadamente da rua Conde Pallares e Doutor Castro. A decisão de incluir essas escavações deve-se ao facto de algumas estruturas exumadas na rua Armanyá terem o seu prolongamento noutras vias, tendo sido registadas aquando das intervenções nelas realizadas. Em suma, as intervenções analisadas nessa zona arqueológica são as designadas por rua Armanyá 3 e 13, rua Armanyá 1998 e Conde Pallares e, por fim, rua Doutor Castro 20-22.

6.1.1 Rua Armanyá 3

A intervenção realizada na rua Armanyá 3 entre os dias 17 de julho e 12 de setembro de 2012, sob a direção de Francisco Javier Chao Álvarez, incidiu sobre uma área de 240m². O relatório a que tivemos acesso regista apenas a primeira fase de escavação, na qual não foram desmontadas as banquetas de 2m de largura que funcionaram como margens de segurança para a decapagem das terras. Uma vez que o relatório da escavação não apresenta as unidades estratigráficas atribuídas aquando dos trabalhos, procedeu-se à numeração sequencial das estruturas e dos estratos, tendo por base as informações facultadas pelo relatório de escavação (Chao Álvarez, 2012).

6.1.2 Rua Armanyá 13

Os trabalhos arqueológicos realizados em 1990 na rua Armanyá 13, sob a direção de Francisco Manuel Hervés Raigoso ocorreram no âmbito de um salvamento de emergência, o que justificará que o relatório dos trabalhos que foi produzido apresente pouquíssimos dados. Com efeito, não temos referências às dimensões da zona escavada, nem da metodologia utilizada, nem registo das unidades estratigráficas, as quais foram atribuídas por nós, com base na informação disponibilizada no relatório de escavação (Hervés Raigoso, 1991).

6.1.3 Rua Armanyá 1998 e Conde Pallares

A intervenção nomeada rua Armanyá 1998 e Conde Pallares, efetuada no referido ano, esteve inserida no âmbito da remodelação dos pavimentos das ruas Armanyá, Conde Pallares e Clérigos (anteriormente apresentada sob a designação rua dos Clérigos 1998). Esses trabalhos arqueológicos foram realizados pelo Serviço Municipal de Arqueologia, muito embora o relatório da intervenção não refira quem os dirigiu, nem apresente as unidades estratigráficas, que foram por nós numeradas com base nos dados fornecidos no relatório a que tivemos acesso (Carreño Gascón, 1998c).

6.1.4 Rua Doutor Castro 20-22

A escavação realizada na rua Doutor Castro 20-22, entre 18 de novembro de 1998 e 5 de janeiro do ano seguinte, pela empresa Groma, Alcorta e González S.L Arqueoloxía e Património, tinha como plano inicial por a descoberto uma área de 419.89m². Contudo, devido às margens de segurança necessárias para proteger as fundações do edificado, a superfície de intervenção ficou reduzida a 273m². A exemplo do acontecido noutras intervenções as unidades estratigráficas foram numeradas no âmbito deste trabalho, uma vez que as descritas no texto não apareciam nos planos, o que impossibilitava a correlação dos registos (González Fernández, 1998).

6.2 Estratigrafia

6.2.1 Rua Armanyá 3

A intervenção realizada na rua Armanyá 3 permitiu identificar um conjunto de vestígios que tem sido assumido como um dos símbolos do património arqueológico de Lugo, a *domus Oceani*. De facto, dada a importância e a dimensão dessa habitação, que reestruturou toda aquela área da cidade, o relatório desta escavação foi efetuado tendo como referência a implantação da casa, e dividida em antes, durante e depois de sua construção.

O conjunto de estruturas que podem ser atribuídas aos finais do século I, ou seja, anteriores à construção da *domus Oceani*, referem-se aos elementos urbanísticos que estruturaram o quarteirão habitacional e a respetiva envolvente, com destaque para os arruamentos identificados a nível das preparações, que correspondem a um *kardo* e ao *decumanus maximus*. Acreditamos ser possível associar também a essa fase a construção de edifícios nos quarteirões anexos a essas vias.

Contudo, as possibilidades de restituição dos edifícios de época flávia e antonina são deveras diminutas, uma vez que as reformas realizadas nos finais do século III/inícios do IV, que resultaram na formalização da *domus Oceani*, provocaram profundas alterações no edificado anterior. Por outro lado, é bastante perceptível o impacto da construção da habitação baixo-imperial sobre a malha urbana fundacional.

A implantação de algumas das salas de receção e, em específico, daquela revestida com um mosaico, onde há a representação do deus *Oceanus*, que dá nome à casa, implicou a desafetação de parte dos equipamentos públicos que delimitavam o lote onde a *domus* alto-imperial terá sido construída, designadamente parte dos pórticos norte e oeste de um *kardo*. Com efeito, uma vez que *Lucus Augusti* possuiu uma malha fundacional, com quarteirões bem definidos e lotes demarcados, é significativo que essa habitação tenha conseguido crescer horizontalmente no baixo-imperial, o que implicou a desafetação de um eixo viário, algo que carecia da aprovação da *ordo decurionum*.

São conhecidas algumas estruturas, identificadas na intervenção arqueológica, que configuram uma ocupação tardia desta área da cidade, datadas de época medieval.

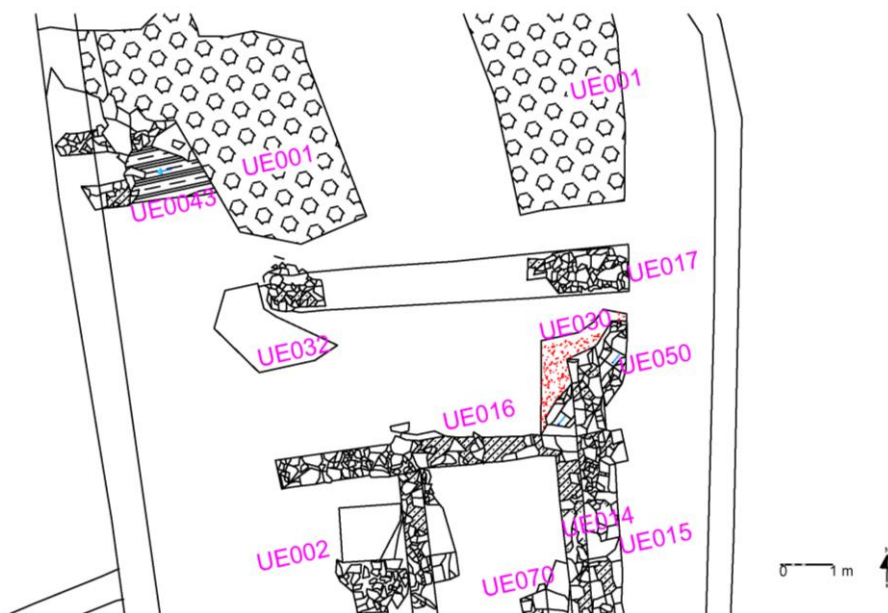


Figura 35. *Decumanus maximus* (UE001) e o primitivo traçado do *kardo*, que foi ocupado pela *domus Oceani*. Esse arruamento foi inutilizado e cortado pelo muro UE017.

6.2.2 Rua Armanyá 13

Os dados arqueológicos provenientes da intervenção efetuada na rua Armanyá 13 são bastante numerosos no que concerne à cronologia alto-imperial, sobretudo associados à fase júlio-cláudia. Com efeito, uma vez que temos poucos elementos que possibilitem enquadrar o período pós-fundacional da cidade, o registo arqueológico recuperado nesta intervenção merece especial atenção. Trata-se de um conjunto de muros que documentam um grande edifício associado a uma série de valas (UE032) e de buracos de poste (UE033), em cujos enchimentos foram exumados fragmentos de recipientes cerâmicas em produções indígenas. Dessa época também temos vestígios da implantação de um balneário, do qual foi possível individualizar o *praefurnium* e um pavimento com *pilae*.

Nos finais do século I foram implantadas novas estruturas murárias que adossaram ao edificado júlio-cláudio. Contudo, dados os limites da área intervencionada, não conseguimos restituir a planta do edifício, nem perceber a sua funcionalidade, sendo perceptível que o *balneum* da época Augusto-Tibério terá sido desativado nesse momento.

No período baixo-imperial documenta-se uma grande e profunda reforma do quarteirão, com a construção de novos muros que, ora assentam nos pavimentos da fase flávia e antonina, ora recortam os muros dessa época.

Ainda que pouco compreensível, dado o grau de destruição das ruínas, devido aos sucessivos saques, a época tardo antiga e alto medieval está também representada nesta intervenção, a ela se podendo atribuir uma sepultura.

6.2.3 Rua Armanyá 1998 e Conde Pallares

O relatório da intervenção realizada nas ruas Armanyá e Conde Pallares, em 1998, realizada no contexto das obras de repavimentação daquelas artérias da cidade, não fornece dados nem das unidades estratigráficas, nem das fases de ocupação assinaladas, pelo que os dados de que dispomos sobre ela resultam basicamente do registo planimétrico incluído no referido relatório.

O elemento que mais se destaca do conjunto de estruturas exumadas é um troço de um grande eixo viário que se desenvolve sensivelmente no sentido E-O, que corresponde especificamente ao *decumanus maximus*. Tendo em conta os dados disponíveis de outras intervenções, como aquela realizada na rua Armanyá 13, julgamos aceitável que este importante eixo viário da cidade tenha tido um primeiro nível de pavimentação em época próxima da fundação, ou seja do período de Augusto-Tibério. A partir dos mesmos argumentos, cremos que os quarteirões que se desenvolviam a norte e a sul desta via também devem ter tido uma ocupação, datada dos inícios do período júlio-cláudio, ainda que

caraterizada pelas já recorrentes estruturas em negativo, características deste período, semelhantes aquelas reconhecidas nas intervenções realizadas nas ruas do Progreso, Raiña e Clérigos.

Os muros em lajes de xisto, identificados por toda a área escavada e que podem ser enquadrados em três quarteirões, limitados pelo *decumanus maximus* e por um *kardo*, poderiam pertencer a edifícios construídos nos finais do século I, momento em que se consolida o urbanismo lucense e que registam um forte contraste com as frustes estruturas características dos inícios daquela centúria, mais provisórias, certamente realizados em madeira ou outros materiais perecíveis.

A parte mais significativa dos muros reconhecidos nesta intervenção deve corresponder à reforma ocorrida nos finais do século III/inícios do IV, momento em que se remodelam os espaços domésticos lucenses mas também as infraestruturas viárias e de drenagem, conforme foi possível reconhecer em vários locais da cidade e que já foram analisados. A esse momento, referido como primeira fase baixo-imperial, poderá ser atribuída a grande cloaca abobadada construída sob o *decumanus maximus*, documentada em grandes tramos nesta intervenção, a qual drenava as águas sujas do interior das habitações e espaços termas e das águas pluviais para fora da cidade.

6.2.4 Rua Doutor Castro 20-22

Tal como a intervenção realizada na rua Armanyá 3, em 2012, que permitiu exumar parte da *domus Oceani*, os trabalhos arqueológicos executados na rua Doutor Castro 20-22, 14 anos antes, haviam posto a descoberto uma parte significativa das ruínas dessa grande e sumptuosa habitação.

Os registos desta intervenção valorizaram sobretudo os vestígios datados dos finais do século III/inícios do IV, momento em que se formalizou a *domus*, processo que implicou uma profunda reforma dos espaços anteriores e um desmonte significativo de parte da habitação alto-imperial, dela subsistindo apenas o registo do arranque de dois muros. São também pouco conhecidas as reformas da *domus Oceani* posteriormente ao século IV.

6.3 Caracterização das estruturas

6.3.1 Muros

6.3.1.1 Rua Armanyá 3

Os muros associados à fase alto imperial encontrados na escavação realizada na rua Armanyá 3 representam parte do sistema urbanístico daquela área da cidade, estando documentados os elementos murários que assinalam a separação entre a rua e o pórtico, onde estavam implantados os

embasamentos da colunata, associados tanto ao *kardo* (UEs010 e 011) como ao *decumanus maximus* (UEs012 e 013), os dois eixos identificados nesta área arqueológica.

Na fase baixo-imperial situa-se o grande conjunto de muros que conformam os limites e as divisões internas da *domus Oceani*, sendo também perceptíveis estruturas de uma outra habitação, situada a norte do *decumanus maximus*, da qual só temos, nessa intervenção, um dos limites (UEs018 e 019), mas que pertencem à *Insula de Santo Domingo*.

6.3.1.2 Rua Armanyá 13

O conjunto de muros identificado nos trabalhos arqueológicos realizados na rua Armanyá 13 reúne parte das estruturas de uma *domus*. Na realidade, trata-se de 23 muros constituídos por lajes de xisto, sendo que 10 deles (UEs001 à 010), estão enquadrados no primeiro projeto arquitetónico da casa, datando dos inícios do século I. Apesar de termos poucos dados sobre esse momento, podemos afirmar que já era uma grande construção, que contava com um muro curvo que foi associado a uma exedra (UE001). Presumivelmente estamos em presença de um balneário.

Os muros assinalados com as UEs013 à 016 correspondem a uma profunda reforma que foi realizada na casa, em finais do século I, que resultou numa reestruturação do edificado, onde foram desativados alguns dos antigos compartimentos e criados outros, ora através dos novos muros, ora com reaproveitamento dos anteriores.

No Baixo-império, em finais do século III/inícios do IV, o edifício sofreu por mais uma reforma, que implicou a implantação de mais estruturas (UEs017 à 023). Parte dessas novas realidades assentam sobre os muros das fases anteriores ou recortam os pavimentos alto-imperiais, dos quais são exemplo aqueles individualizados com as UEs022 e 023 que foram instalados sobre as *pilae* do *hypocaustum* do século I.



Figura 36. *Hypocaustum*, *exedra* e muros tardios.

6.3.1.3 Rua Armanyá 1998 e Conde Pallares

Mau grado a extensão da área intervencionada, bem como o grande número de estruturas exumadas, poucos são os dados que podemos recuperar a partir do relatório desta intervenção, na qual foram identificados 37 muros (UEs008 à 044) que, aparentemente, foram construídos com recurso a lajes de xisto colmatadas com argamassa.

6.3.1.4 Rua do Doutor Castro 20-22

Das estruturas murárias exumadas na área arqueológica destacamos um conjunto de 23 muros, individualizados com as UEs001 à 023, que conformam parte das paredes de uma grande habitação e delimitando, pelo menos, onze compartimentos.

6.3.2 *Embasamentos, silhares, pilares, cunhais*

6.3.2.1 Rua Armanyá 13

As únicas estruturas que se enquadram nesta tipologia construções, restringem-se a 18 *pilae* (UEs036 à 053), em tijolos, que formalizavam um *hypocaustum* de uma sala aquecida do balneário, e uma soleira em granito de uma porta (UE054).

6.3.2.2 Rua Armanyá 1998 e Conde Pallares

Segundo o relatório da intervenção, o pórtico que ladeava o *decumanus maximus* possuía uma colunata com embasamentos em granito, sendo os correspondentes à coluna do *cardo* feitos em lajes de xisto. Contudo, desconhece-se o número de elementos preservados.

6.3.2.3 Rua Doutor Castro 20-22

Na intervenção realizada na rua Doutor Castro 20-22 foi identificado um fuste de coluna (UE029), associado ao jardim aberto da *domus* do século IV. Todavia, não se especifica o material em que foi realizado, o mesmo acontecendo com as *pilae* de uma sala aquecida (UEs030 à 035), da *domus* tardia, que presumimos realizadas em tijolo.

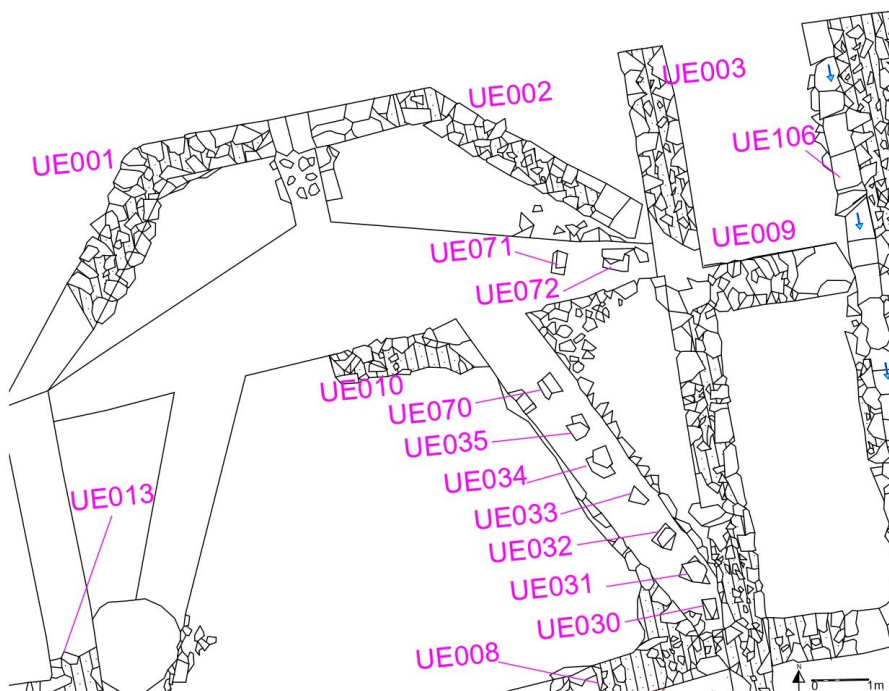


Figura 37. Sistema de *hypocaustum* em "V".

6.3.3 Pavimentos

6.3.3.1 Rua Armanyá 3

Os dados relativos aos pavimentos provenientes da intervenção realizada na rua Armanyá 3 podem ser enquadrados em dois grupos, correspondendo uns aos espaços públicos e os outros aos âmbitos privados da casa.

No grupo de pavimentos das áreas públicas destacamos segmentos de dois eixos viários, um *kardo* (UE002) e o *decumanus maximus* (UE001). Contudo, no Baixo-império, com a expansão da área

construída da *domus Oceani*, o cardo situado a nascente da habitação desapareceu, tendo a sua área sido totalmente construída.

Por outro lado, os pavimentos identificados no interior da *domus* documentam uma grande diversidade de soluções construtivas que permitem a boa execução dos pisos em relação com a finalidade que possuíam. Com efeito, a maioria deles (UEs031 à 042) foi realizada com recurso a pequenos elementos líticos que, uma vez colmatados com argamassa, conformavam um nível sólido, firme, sendo bastante semelhantes aos pavimentos encontrados noutras zonas de *Lucus Augusti*, os quais eram construído com lajes de xisto. Foi ainda identificado um piso em *opus signinum* que revestia uma das salas do balneário.

6.3.3.2 Rua Armanyá 13

A análise dos dados recuperados do relatório dos trabalhos arqueológicos realizados na rua Armanyá 13 evidencia a transformação funcional dos espaços entre a época alto e baixo-imperial. Os dois pavimentos implantados no século I, individualizados com as UEs024 e 030 e constituídos por pequenos elementos líticos incrustados num nível de argamassa, foram substituídos por outros aquando da reforma baixo-imperial, sendo um em *opus signinum* (UE029). Foram ainda identificados outros dois pisos do Baixo-império, ambos em pedra (UEs027 e 028).

6.3.3.3 Rua Armanyá 1998 e Conde Pallares

Na intervenção da rua Armanyá 1998 e Conde Pallares foi possível por a descoberto um tramo mais extenso do *decumanus maximus*, tendo sido possível realizar uma avaliação mais cuidadosa deste importante eixo viário, com cerca de sete metros de largura, ladeada por pórticos a norte e a sul, com cerca 3 metros de profundidade cada.

Nessa intervenção foi ainda documentado um *kardo minor*, que já tinha sido identificado na rua de Santo Domingo, numa escavação aí realizada em 1986, que apresenta uma configuração algo distinta da verificada para o *decumanus maximus*. Na verdade a largura deste eixo assinala alguma variação o mesmo parecendo acontecer com os pórticos limítrofes, de modo que a área construída no interior dos quarteirões teria diferentes dimensões.

No que toca aos pavimentos implantados nos compartimentos do interior dos edifícios que ocupavam os quarteirões foram documentados doze pisos, sendo onze deles em terra batida (UEs041 à 051) e um em *opus signinum*.

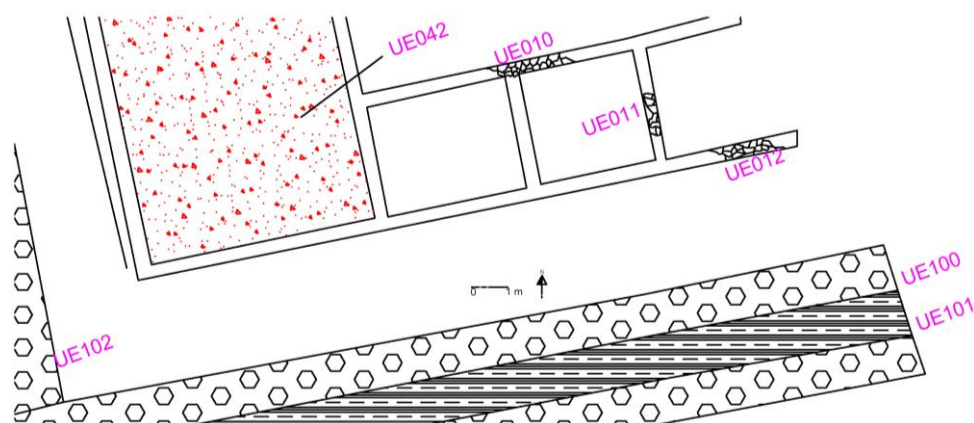


Figura 38. Cruzamento do *decumanus maximus* (UE100) com o *kardo* (UE102). Na imagem também aparece a cloaca abobadada (UE101) e restos de muros dos edifícios paralelos, integrados num quarteirão situado a norte do decumano.

6.3.3.4 Rua Doutor Castro 20-22

Na intervenção efetuada na rua Doutor Castro 20-22 foram identificados alguns dos pavimentos que revestiam os compartimentos da *domus Oceani*, os quais se destacam pela variedade de soluções. Com efeito, temos dois realizados em *opus signinum* (UEs024 e 026), outro em *tegulae* partidas, colmatadas com argamassa (UE027) e dois mosaicos em *opus tessellatum* (UEs027 e 028) que correspondiam às grandes salas de receção da habitação.

6.3.4 Estruturas hidráulicas

6.3.4.1 Rua Armanyá 3

O relatório dos trabalhos arqueológicos realizados na rua Armanyá 3 não fornece dados estratigráficos dos vestígios exumados, o que torna difícil a valorização cronológica das estruturas hidráulicas documentadas. No entanto, julgamos poder situar no século I a construção dos dois canais (UEs044, 045 e 047) que se desenvolviam ao longo do *kardo*, tendo em conta os dados provenientes de outras zonas arqueológicas da cidade, como a rua do Progreso e da Raiña. Já a grande cloaca (UE043) sob o *decumanus maximus*, terá sido construída no Baixo-império.

Foram ainda identificadas outras três canalizações (UEs048, 049 e 050) que faziam a recolha das águas sujas provenientes do interior da habitação e das *tabernae* que ocupavam o quarteirão a norte do *decumanus maximus*, e que parecem articuladas com a cloaca, o que pode indicar uma cronologia baixo-imperial para essas estruturas.

6.3.4.2 Rua Armanyá 13

Na escavação da rua Armanyá 13 foi identificado apenas uma canalização (UE031) que corria no sentido E-O, sobre a qual não possuímos dados que permitam caracterizá-la, mas que acreditamos ser

da primeira fase alto-imperial, da época entre Augusto e Cláudio, uma vez que se desenvolvia sob os muros dos finais do século I.

6.3.4.3 Rua Armanyá 1998 e Conde Pallares

Sob o troço do *decumanus maximus* identificado na intervenção da rua Armanyá 1998 e Conde Pallares foi possível documentar os dois sistemas de drenagem utilizados em *Lucus Augusti*.

Assim, no Alto-império foram instaladas canalizações (UEs001 e 002) nas laterais dos arruamentos, as quais recolhiam as águas das chuvas oriundas dos telhados das habitações, dos pórticos, e escorriam das próprias ruas, concentrando também as águas sujas do interior das casas e das *tabernae*. Em finais do século III/inícios do IV, certamente associado à proliferação de edifícios balneares e ao aumento dos espaços abertos e de representação nas habitações, ter-se-á registado uma ampliação do volume de águas sujas, pelo que o sistema de drenagem foi reformado, tendo sido abandonada uma parte significativa dos canais nas laterais dos arruamentos, passando as águas a drenar para uma grande *cloaca* construída sob o *decumanus maximus*, que corria a cidade desde a área foral até à Porta Miña, e daí para o rio Minho. Essa estrutura foi construída com recurso a lajes de xisto colmatadas com uma argamassa amarelada à base de cal e areia e apresentava cerca de 0.5m de largura e 1.55m de altura, sendo rematada a nível da cobertura por uma abóbada. A distâncias regulares dispunham-se poços de inspeção, para limpeza do lastro, sinalizados por orifícios, tapados por elementos retangulares em granito. Salientamos, ainda, a forma algo serpenteante da estrutura ao longo de seu percurso, que tem por finalidade reduzir a velocidade da água que nela corria devido à forte pendente natural da cidade.

6.3.4.4 Rua Doutor Castro 20-22

No relatório dos trabalhos arqueológicos efetuados na rua Doutor Castro 20-22, foi documentada uma canalização (UE036) que recolhia as águas pluviais do jardim aberto da habitação.

6.4 Interpretação

A zona arqueológica da rua Armanyá abrange um grande número de intervenções e uma extensa área da cidade. Os trabalhos arqueológicos aí realizados documentam uma intensa atividade construtiva, naquela que seria a área central da cidade romana de *Lucus Augusti*, muito próxima ao *forum* administrativo da cidade.

Os níveis mais antigos assinalam a ocupação dessa zona desde muito cedo, certamente logo em época pós fundacional, traduzida na presença de um conjunto de estruturas em negativo, datáveis dos inícios do século I, bem como de um edifício com espaços aquecidos que sugerem a sua função termal. Tratar-se-ia de uma construção do período Augusto-Tibério, infelizmente mal conhecida na sua planimetria, o que dificulta a sua interpretação. Melhor conhecidos são os eixos viários que foram implantados nesta parte da cidade, bem como o sistema de drenagem de águas sujas e pluviais a eles associado. Entre os arruamentos identificados nesta zona arqueológica destacamos o *decumanus maximus*, certamente materializado nos inícios do primeiro século I, através do seu primeiro piso, mas também através das canalizações subterrâneas, implantadas nas laterais da rua, que recolhiam as águas das chuvas e aquelas que tinham origem nos quarteirões.

A análise da grande e importante artéria E-O da cidade permite-nos afirmar que essa via foi construída de forma rampeada de modo a acompanhar o declive do terreno, enquanto as construções erguidas nos quarteirões limítrofes da rua se dispunham a diferentes cotas, conferindo à cidade um aspeto em escadaria, que se adaptava às pendentes do terreno.

Nos finais do século I, quando o parque habitacional lucense foi extensamente construído e foram implantadas as primeiras grandes *domus* da cidade, esta área da cidade conhece importantes transformações. No que concerne aos equipamentos públicos, está registada uma repavimentação dos eixos viários, enquanto nos lotes privados são implantadas habitações, cuja planimetria é desconhecida, dadas as transformações que sofreram no Baixo-império, mas também devido ao facto das áreas arqueológicas não cobrirem a totalidade da área de nenhum quarteirão. De facto, pouco sabemos dessas casas no século I, as quais receberam profundos investimentos nas reformas que conheceram nos finais do século III/Inícios do IV.

Com efeito, a ocupação baixo-imperial é melhor conhecida, quer a nível dos equipamentos públicos, quer privados. Os equipamentos públicos do século I passam por grandes reformas, quer ao nível da repavimentação dos eixos viários e da implantação de um novo sistema de drenagem, mais amplo que o anterior, construindo-se a grande *cloaca* sob o *decumanus maximus*. Enquanto no Alto-império o sistema de drenagem era realizado através das canalizações que se dispunham nas laterais dos arruamentos, no século IV o escoamento de águas sujas e pluviais fazia-se através da *cloaca* cuja capacidade de drenagem permitiu substituir com vantagem os anteriores canais laterais, substituídos por uma única estrutura. A ampliação do potencial desses equipamentos deve-se, certamente, à generalização de espaços balneares instalados nas *domus* da cidade, bem como a um maior uso da água nos espaços de representação das casas.

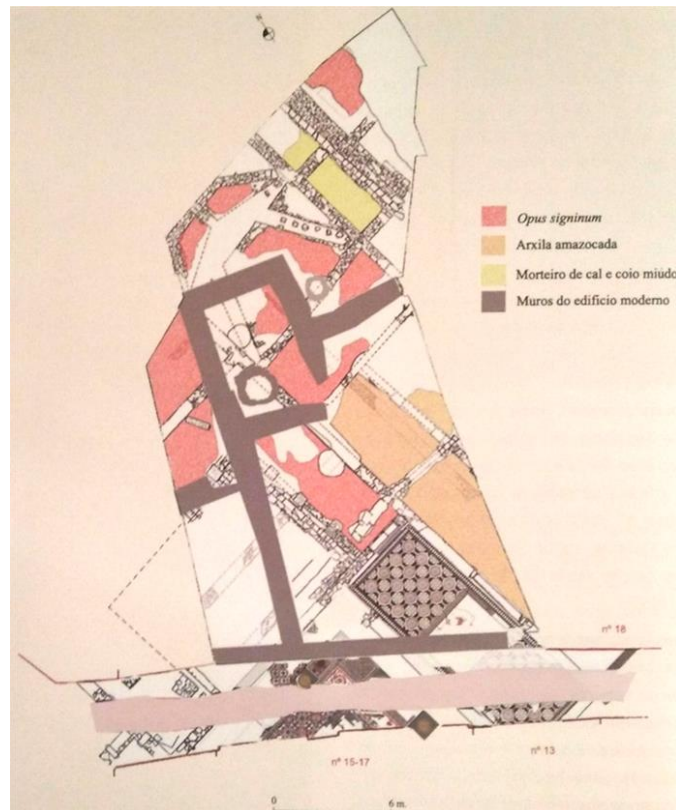


Figura 39. Planta da *domus Oceani* (González Fernández, 2005: 46).

Os vestígios de arquiteturas domésticas identificados na zona arqueológica da rua Armanyá documentam uma grande reforma das habitações nos finais do século III/inícios do IV, de que é exemplo a chamada *domus Oceani*, da qual não possuímos todavia, a planta integral. No que toca às transformações que sofreu entre os séculos I e IV é possível referir a ampliação horizontal de área construída, sobrepondo-se aos pórticos que ladeavam um *kardo*, que foram integrados na construção, num claro processo de privatização do espaço público, um incontestável sinal da capacidade financeira e política do proprietário da casa, uma vez que essa privatização implicava autorização da *ordo decurionum*.

Apesar da *domus Oceani* exemplificar com grande precisão as reformas realizados nas habitações do Baixo-império, ela não é a única nessa área da cidade. Com efeito, no centro de *Lucus Augusti*, nas proximidades do *forum*, foram identificadas outras casas que mimetizavam toda a riqueza e o luxo que o mundo romano, com clara inspiração helenística, podia proporcionar, entre as quais podemos referir a *domus* de Dedalo e Pasifae e a de Santo Domingo, das quais se conhecem apenas pequenos segmentos, que nos permitem considerar que estamos perante uma área bastante nobre da cidade.

7 Zona Arqueológica da ‘rua Montevideo’

7.1 Localização e descrição das intervenções

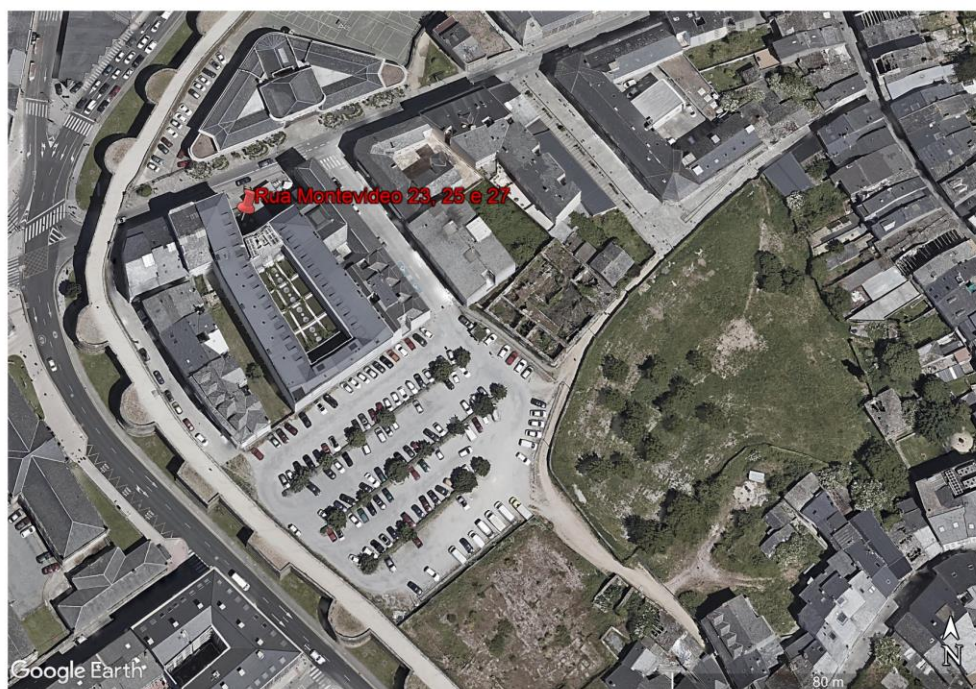


Figura 40. Localização das intervenções na zona arqueológica da rua Montevideo no ortofotomapa (@GoogleEarth).



Figura 41. Localização da zona arqueológica da rua Montevideo na planta com o edificado de Lugo.

A zona arqueológica da rua Montevideo localiza-se na parte noroeste do centro histórico de Lugo, correspondendo a uma área da cidade romana ocupada desde o Alto-império até ao fim da cidade

clássica. Nesta zona integra-se apenas uma intervenção arqueológica, realizada na rua Montevideo 23, 25 e 27.

7.1.1 Rua Montevideo 23, 25 e 27

A referida intervenção, efetuada nos n.ºs 23, 25 e 27 da rua Montevideo, em 2001 pela empresa de arqueologia *Arqueoconsulting*, foi dirigida por Alicia Campos Aria. A área escavada contempla cerca de 1.200m², localizando-se nas imediações do Sanatório de Nossa Senhora dos Olhos Grandes, tendo sido dividida em três setores, A, B e C, correspondentes a dois imóveis contíguos a norte, enquanto o terceiro, entretanto não intervencionado, estava associado aos jardins de acesso ao edifício sanitário. A informação obtida foi extraída do relatório da escavação (Campos Aria, 2001).

7.2 Estratigrafia

Os níveis mais antigos identificados na intervenção da rua Montevideo 23, 25 e 27 estão associados a um conjunto de vestígios bastante simples, representados por valas, buracos de poste e pavimentos em terra batida, que documentam um tipo de estruturas, que, apesar de mal conhecidas, estão presente em diversas áreas da cidade desde o período fundacional, colhendo paralelos nas zonas arqueológicas das ruas do Progreso, da Raiña e Armanyá. Estas estruturas em negativo refletem um tipo de construção que seria realizado com materiais perecíveis, como a madeira e que teriam uma função pontual, relacionada com alojamento temporário, ou o apoio às obras que decorriam na cidade, possuindo por isso um caráter bastante provisório.

Nesta zona arqueológica não se verifica uma continuidade de ocupação entre esses primeiros tempos da vida da cidade e as fases características do Alto e do Baixo-império, sequência que é comum noutros locais que foram escavados e que já foram descritos. Na verdade, o registo arqueológico testemunha que essas estruturas em negativo possuem enchimentos com materiais produzidos nos finais do século I a.C., dos quais é exemplo um conjunto de moedas do tipo *caetra*, mandadas cunhar por Augusto para aprovisionamento das legiões destacadas para as Guerras Cantábricas, que não registam sucessão estratigráfica com outros do período de Augusto-Tibério, como seria de esperar. Regista-se, assim um grande hiato ocupacional até ao Baixo-império, altura em que é construída neste local uma *domus*, objeto de diversas reformas ao longo dos séculos IV e V.

7.3 Caracterização das estruturas

7.3.1 Muros

Uma vez que os níveis alto-imperiais estão associados a estruturas em negativo, os muros identificados nessa intervenção dizem respeito a parte da *domus* baixo-imperial que foi implantada naquela área da cidade. Trata-se de um conjunto de 14 muros (UEs008 à 021) constituídos por placas de xisto colmatadas com argamassa, que perfazem parte das divisões internas da habitação, conformando ao menos treze compartimentos, das quais foi possível individualizar a *culina* e a *latrina*, tendo em consideração as estruturas associadas, bem como o *uestibulum*, identificado pelo seu posicionamento próximo à entrada da casa.

7.3.2 Embasamentos, silhares, pilares, cunhais

Nesta intervenção foram identificados quatro grandes silhares em granito (UE004, 005, 006 e 007) que foram implantados na época alto-imperial e depois reaproveitados aquando da construção da *domus*.

7.3.3 Pavimentos

A nível dos pavimentos identificados cabe salientar o segmento de um eixo viário e alguns pavimentos da estrutura do período fundacional e do interior da habitação baixo-imperial.

O arruamento identificado apresenta orientação E-O e delimitava a sul o quarteirão onde estava implantada a casa, o que permite defini-lo como um *decumanus*, apesar do relatório classifica-lo como um *kardo*, sendo a sua cronologia baixo-imperial.

Da fase correspondente a Augusto-Tibério possuímos um piso, em terra batida (UE036), no qual foram abertas parte das estruturas em negativo que conformavam o edifício de época fundacional.

No que se refere ao interior da *domus*, os pavimentos identificados revestem os pisos dos compartimentos individualizados e apresentam diversas técnicas construtivas que, por conseguinte, induzem a pensar diferentes funcionalidades dos espaços. Com efeito, os pisos encontrados foram constituídos por *opus signinum* (UEs024, 025, 028, 029, 033, 034), existindo outros em terra batida e em pequenos elementos líticos colmatados com argamassa (UE035).

7.3.4 Estruturas hidráulicas

Das estruturas hidráulicas individualizadas nesta intervenção apenas existem dúvidas relativamente à datação da canalização localizada sob o *decumanus* (UE036). Embora seja verdade que

a via identificada seja do período baixo-imperial, não se sabe se ela é uma reforma de outra que a precedia, o que a ser verdade, poderia sugerir um canal prévio, datado do século I.

Por outro lado, todas as demais canalizações identificadas estão associadas à drenagem as águas sujas e pluviais da *domus*, o que subentende uma cronologia de finais do século III/início do IV para as mesmas. Dessas canalizações, salientamos aquela que foi individualizada com a UE037, relacionada com a *latrina*, enquanto outra (UE039) tinha como função a drenagem da água do poço.

7.4 Interpretação

A intervenção realizada na zona arqueológica da rua Montevideo, especificamente nos n^{os} 23, 25 e 27, permitiu identificar um conjunto significativo de dados que ampliam os conhecimentos que possuímos acerca de *Lucus Augusti* tanto no Alto como no Baixo-império.

No relatório dos trabalhos arqueológicos a que tivemos acesso são feitas ilações tendo por referência intervenções efetuadas em lotes próximos, designadamente na esquina das ruas Montevideo e Nova, onde foram encontrados níveis baixo-imperiais e tardios, concretamente no Instituto de Educación Secundaria Xoan Montés, onde se documenta uma ampla necrópole de cremação alto-imperial e um eixo viário da mesma época, que foi repavimento no período tetrárquico, assim como duas intervenções, uma na rua Nova n^{os} 91-93 e outra no começo da rua Montevideo, as quais permitem evidenciar um grande edifício relacionado com a atividade de olaria.

Em suma, estamos perante uma área com forte ocupação durante o século I, ainda que mal conhecida. No entanto, à luz dos vestígios exumados no lote n^{os} 23, 25 e 27 podemos considerar que esta zona da cidade não era abrangida pela malha fundacional que testemunhamos na parte sul da cidade. Na verdade, podemos pensar que este setor, que viria a ser incluído na área intramuros, com a construção da muralha tardia, conheceu ocupações ocasionais, conforme parece sugerido pelos vestígios que apontam para uma construção de carácter provisório, executada com materiais perecíveis, da qual apenas restaram algumas valas, buracos de poste e um piso em terra batida. Esse tipo de estruturas do período fundacional, mas também característico do período júlio cláudio, foi identificado noutros locais da *urbe*, designadamente nas ruas Armanyá, Raiña e do Progreso, parecendo estar associado a edifícios de apoio às atividades que terão caracterizado os primeiros momentos de vida da cidade, nomeadamente a construção do *forum*, dos primeiros arruamentos e do sistema hidráulico de drenagem de águas.

No relatório desta intervenção os referidos negativos são associados a um suposto acampamento militar que teria precedido a cidade civil de *Lucus Augusti*, tendo sido divididos em unidades domésticas e em unidades defensivas, sem, contudo, se precisar a quantidade ou a dispersão dos elementos

correspondentes a cada uma das categorias. No primeiro grupo foram incluídos parte das valas e dos buracos de poste que formariam três edifícios. Os materiais identificados nos níveis relacionados a essas unidades domésticas estão representados por objetos em ferro e cerâmica, sendo os primeiros associados a atividades de equitação.

Outras valas documentadas, com secção em “V”, são interpretadas no relatório da escavação como *fossae* de um acampamento secundário, onde estariam as cavaliarias. Um desses rasgos apresenta cerca de 1.5m de largura e 0.53m de profundidade. Contudo, a análise da documentação gráfica produzida e publicada no relatório levanta questões quanto à interpretação proposta pelos seus autores, uma vez que não se verifica grande diferença entre essas valas e as fundações dos muros da primeira fase da *domus*, quer a nível topográfico, quer dimensional, os quais foram saqueados em reformas posteriores. De facto, verifica-se que alguns dos muros preservados da referida *domus* foram implantados no interior desses rasgos, algo que dificilmente poderia acontecer com realidades que distam cerca de três séculos entre si. Por outro lado, ao compararmos essas estruturas, que são interpretadas como *fossae*, com as valas dos fossos de acampamentos melhor registados no noroeste peninsular, como as de León, onde ficou estacionada a *Legio VII Gemina*, que possuíam 6m de largura (Morillo Cerdán, 2010: 465), menos provável parece a proposta interpretativa realizada pelos responsáveis pelas escavações.

Tendo-se em consideração o exposto, acreditamos que, de facto, essas estruturas em negativo não fazem parte de um acampamento militar, mas sim de um rudimentar sistema de drenagem das águas pluviais associado às primeiras construções realizadas naquela área da cidade, que terão sido certamente construídas em madeira, como se verifica noutras zonas da *urbe* e que viria a ser posteriormente reestruturado com canalizações em pedra e argamassa, algo que não se regista na área da intervenção, que parece ter sido abandonada durante um período significativo de tempo.

Os dados das intervenções realizadas nas proximidades do lote escavado evidenciam uma ocupação mais diversificada daquela área da cidade no período alto-imperial, da qual destacamos alguns arruamentos, uma área industrial ligada à produção cerâmica e uma necrópole, localizada no lado norte da rua Montevideo. É preciso salientar que essa artéria da cidade atual encontra-se no interior do perímetro amuralhado baixo-imperial, de modo que a necrópole identificada no Instituto de Educación Secundaria Xoan Montés se estendia por uma área que, anteriormente aos finais do século III, era uma área suburbana, localizada na periferia daquele que terá sido o núcleo urbano fundacional. De facto, uma vez que na legislação romana, desde a Lei das Doze Tábuas, havia a prescrição de ser proibida a inumação e cremação de indivíduos no interior da área consagrada (do *pomoerium*) da *urbe* (Hope,

2007) e que essas regras eram comprovadamente seguidas nas cidades provinciais (Vaquerizo Gil, 2002), acreditamos que esta área de *Lucus Augusti* não estava inserida nos limites consagrados do centro urbano, tendo pertencido, no Alto-império, a um *suburbium* ou à *continentia urbis* lucense (Wallace-Hadrill, 2015).

No Baixo-império, com a construção da muralha, que defende uma área muito mais ampla do que o núcleo com traçado ortogonal, é natural que a área em destaque tivesse algum interesse para aí implantar uma habitação tida *domus*, protegida pela muralha, mas situada num terreno certamente mais barato do que aquele que seria disputados na área sul da cidade, junto ao *forum*, por uma elite com grande poder de compra. De facto, a construção da muralha do Baixo-império subentende a demarcação de uma área intramuros, e por conseguinte de outra extramuros, que não terá tido como objetivo o cerco do *pomoerium* da *urbe*, seguindo antes princípios económicos, de modo que a implantação da muralha aproveitou as características topográficas do local, bem como alguns dos bairros artesanais que se terão desenvolvido a norte da área planificada, de que resultou numa área intramuros muito maior que o centro urbano planificado.

A área intramuros da *Lucus Augusti* amuralhada tornou-se certamente bastante atrativa para as novas elites que se instalaram na cidade e que aproveitaram o momento de grande dinamismo económico e político da cidade, certamente associado à criação da província da *Gallaecia*, com capital em *Bracara*. Esse fenómeno encontra-se bem documentado nas reformas da generalidade das habitações lucenses, que ampliam os seus espaços construídos e enriquecem seus programas decorativos, bem como no deslocamento de um complexo industrial que existia na zona arqueológica da rua Anxel Fole, para uma outra área, o que permitiu a transformação desse espaço em lotes habitacionais.

Embora não tenhamos analisado o relatório da intervenção realizada no Instituto de Educación Secundaria Xoan Montés, acreditamos que a zona arqueológica da rua Montevideo documenta o mesmo processo, visto que o espaço oleiro é abandonado dando lugar a *domus* que são construídas naquela área da cidade, o que provavelmente também aconteceu com a necrópole, que deve ter sido removida para fora da muralha.

Parte III

O urbanismo de *Lucus Augusti*

1. O processo de fundação

Como referimos na Parte I do presente trabalho, existe um debate historiográfico em torno das origens da cidade de *Lucus Augusti*. A primeira teoria, levantada por A. Schülten, defendia a existência de um acampamento militar anterior à fundação civil, cuja planta poderia ser restituída a partir dos eixos viários do traçado urbano atual da cidade de Lugo (1943: 177).

Apesar de hoje em dia essa teoria ter sido ostracizada por conta da insustentabilidade de suas bases teóricas e metodológicas, a hipótese de um acampamento estar nos primórdios da cidade não foi completamente abandonada, sendo ainda defendida por Rodríguez Colmenero e Carreño Gascón (2007: 367-372), com argumentos que recaem na natureza e cronologia dos materiais identificados um pouco por toda a área da cidade e que documentam uma utilização do sítio em períodos bastante recuados, em pleno decorrer das Guerras Cantábricas, o que poderia justificar a presença de um assentamento militar romano para enfrentar os indígenas do noroeste. Entre os materiais reveladores de tal contexto estaria um bloco em granito onde foi gravada a inscrição *L(egio) VI* e um conjunto de moedas do tipo *caetra*, que se sabem cunhadas sob o mando de Augusto para o pagamento das tropas estacionadas no noroeste ibérico.

Contudo, outros autores discordam da qualidade e validade desses argumentos para afirmar a existência de tal acampamento. Como nos evidencia Morillo Cerdán (2016: 65), o bloco em granito, com a inscrição associada à *Legio VI*, identificado numa intervenção na atual rua dos Clérigos, não é um elemento que comprove em definitivo o estacionamento de tal legião no local onde foi fundada a cidade de *Lucus Augusti*, mas apenas a atuação na região de militares inscritos nesse agrupamento, os quais poderiam também ter estado envolvidos na construção da cidade, junto aos *agrimensores* e demais agentes militares, políticos e religiosos que foram encarregados de realizar os procedimentos necessários para o arranque da nova cidade. Por sua vez, as moedas do tipo *caetra* que, segundo Rodríguez Colmenero e Carreño Gascón (2007: 367-372), terão sido produzidas em contexto militar e que por isso seriam uma prova da existência de um acampamento naquele local, podem apenas documentar a presença e a ação de militares na região. Com efeito, uma vez que analisamos os contextos onde esses objetos foram encontrados, verificamos que parte significativa dos mesmos foi exumada de níveis com cerâmica indígenas e moedas tiberinas associadas, elementos que, em primeiro lugar, se distanciam dos materiais romanos que se esperavam encontrar junto aos numismas, remetendo para uma cronologia bastante mais avançada, pelo menos do segundo quartel do século I, sensivelmente meia centúria depois do fim das Guerras Cantábricas, que teriam supostamente legitimado a existência do referido acampamento militar (Morillo Cerdán, 2016; Dopico Caínzos, 2016).

Outro elemento que põe à prova a hipótese de uma fase de ocupação relacionada com um acampamento é o conjunto de estruturas que documentam a fase mais antiga que foi registada na intervenção realizada na rua do Progreso 20-22, associadas *ad consequentiam* ao edifício militar. Contudo, parte dessas estruturas está relacionada com os primeiros equipamentos públicos civis, que perdurarão por séculos, relacionados com o *forum*, os eixos viários e o sistema de drenagem das águas sujas e pluviais. Desta forma, não é possível afirmar que os níveis mais antigos dessa intervenção possam ser seguramente associados ao suposto acampamento.

A hipótese de se aceitar a existência de uma fase militar que antecederesse a civil é também afastada quando analisamos com maior profundidade os enchimentos que colmatam várias estruturas em negativo, compostas por valas e rasgos realizados no substrato geológico, como aquelas que foram registadas na rua do Progreso 20-22, San Marcos 4 e 15 e Montevideo 23, 25 e 27. Nessas intervenções constata-se que não existem enchimentos que claramente façam a separação entre esses níveis que assinalam o abandono das estruturas em negativo, mais antigas e aqueles que são interpretados como pertencentes à cidade civil.

A inexistência desses enchimentos é sintomática, sobretudo quando comparamos a realidade documental de Lugo com a documentação das escavações de levadas a cabo em Astorga, onde foi identificada uma ampla camada que recobre as estruturas do acampamento militar que aí existiu, sobre a qual foram implantadas as estruturas urbanas de *Asturica Augusta*, cujos materiais associados revelam realidades bastante distintas das recuperadas nos enchimentos lucenses, com destaque para a presença de grande quantidade de material relacionado com contextos militares (Morillo Cerdán, 2003: 86-90). De facto, trata-se de um conjunto bastante distinto daquele que foi recuperado no interior das valas de *Lucus Augusti*, onde é significativa a presença de produções cerâmicas indígenas.

Apesar de não existirem dados materiais ou estruturas que documentem em definitivo a existência de um acampamento militar anterior à fundação urbana civil lucense, importa ter em atenção algumas valas identificadas na rua Montevideo 23, 25 e 27 e na rua San Marcos 4, as quais foram interpretadas pelos arqueólogos responsáveis por cada uma das escavações como parte das *fossae fastigatae* que compunham o aparato defensivo do possível acampamento militar de Lugo (Rodríguez Colmenero e Carreño Gascón, 2007: 365-372). Trata-se, na verdade, de compridas valas abertas no substrato geológico com cerca de 1.5m de largura e 0.53m de profundidade. Contudo, ao comparamos as dimensões dessas estruturas em negativo com a *fossa fastigata* da fase acampamental de *Asturica Augusta*, verificamos um distanciamento significativo entre as características das duas realidades arqueológicas. Na verdade, o primeiro fosso documentado em Astorga apresenta uma variação entre

sensivelmente os 3.5m e os 2.2m de largura e entre 1.85m e 1.2m de profundidade, enquanto o segundo apresenta dimensões mais homogêneas, com 3.3m de largura e 2.4m de profundidade (Vidal Encinas e González Fernández, 2018: 277-278).

Acreditamos, com efeito, que o conjunto de estruturas em negativo registadas um pouco por toda a área que viria a ser ocupada pela cidade de *Lucus Augusti* documentam, fundamentalmente, valas de extração de saibro, necessárias para a produção de argamassas e rasgos que foram necessários para a implantação de estruturas temporárias, certamente em material perecível, como seria a madeira, que serviram de residência aos grupos de pessoas que estiveram envolvidas na construção dos primeiros equipamentos da *urbe*.

Esse fenómeno está bem documentado em *Bracara Augusta*, cujos dados provenientes das escavações na *domus* das Carvalheiras revelaram um amplo conjunto de valas de extração de saibro, que antecede a construção da casa, datados dos inícios do século I (Martins, 1997-98; Magalhães, 2019), enquanto nos níveis anteriores à construção do edifício pré-termal, na Colina do Alto da Cidade, também em Braga, foram identificados vestígios que assinalam a extração de granito que certamente foi utilizado nas construções que ali foram sendo realizadas (Martins, 2005).

Ou seja, no momento inicial da ocupação dos sítios que deram origem às duas capitais dos conventos bracaraugustano e lucense, as cidades estavam em pleno processo de construção dos equipamentos urbanos, como os eixos viários, o sistema de drenagem e os edifícios administrativos, aproveitando as características do substrato rochoso do local como fonte de saibro e argila para as argamassas necessárias à construção. Os enchimentos das valas para a obtenção desses materiais integravam fragmentos cerâmicos, maioritariamente compostos por produções indígenas, ânforas e algumas *sigillatas* itálicas e gálicas e moedas como cunhagens do tipo *caetra*, sendo menos frequentes as de casas hispânicas (Martins, 1997-98; Zabaleta Estevéz, 1999; Morillo Cerdán, 2003; Amaral, 2007; Ribeiro, 2015).

Neste sentido, uma vez afastada a hipótese de uma origem militar para a fundação de *Lucus Augusti*, resta-nos compreender o real significado do conjunto de valas e rasgos abertos ao longo das primeiras décadas após a fundação da cidade, em pleno período Augusto-Tibério, cuja interpretação e restituição é deveras complicada e limitada. Esses negativos foram identificados em distintas intervenções, como na rua do Progreso 12, 20-22 e 28, rua Montevideo 23, 25 e 27, rua San Marcos 4 e 15, rua da Raiña 21 esquina com Santo Domingo 24 e 25, rua Anxel Fole 11, rua Armanyá 13 e, finalmente, rua Armanyá 1998 e Conde Pallares.

Essas valas e buracos de postes estavam concentradas em dois pontos bastante específicos da cidade, designadamente na área em redor do edifício foral, cuja maior parte da sua implantação está localizada sensivelmente sob os edifícios do quarteirão limitado a nascente pela rua do Progreso, a oeste pela rua da Raiña, a norte pela praça de Santo Domingo e a sul pela rua Xoán Montes, e no núcleo de necrópole identificado na rua Montevideo, externo, portanto, ao interior consagrado da cidade, o *pomoerium*.

Parte dessas estruturas está representada, certamente, pelas valas de extração de material geológico necessário à produção das argamassas utilizadas nas construções do período, bem como a rudimentares canais para escoar as águas pluviais. Porém, outro grupo de cortes não está enquadrado nessas categorias.



Figura 42. Localização das intervenções onde foram documentadas estruturas em negativo de cronologia alto-imperial.

Tendo sido o *forum* uma das primeiras estruturas construídas na cidade, assim como parte de variados equipamentos de drenagem, próximos à grande praça, acreditamos que as estruturas em negativo identificadas nas proximidades da área foral representem vestígios de construções realizadas com materiais frustres, como a madeira e que serviam de habitação ou estaleiro de apoio às obras que decorriam naquela zona. Essas edificações tinham um caráter temporário e funcional, tendo, uma vez

cumprido o objetivo que justificou sua implantação, sido arrasadas e recobertas com enchimentos que funcionaram, simultaneamente, para colmatá-las e nivelar o terreno.

Por outro lado, as estruturas em negativo identificadas na área do núcleo de necrópole da rua Montevideo devem estar associadas aos caminhos que antecederam a implantação dos eixos viários romanos e à divisão do terreno e delimitação dos espaços de enterramento e circulação, fenómeno identificado nos níveis da transição da Era da necrópole da Via XVII, em *Bracara Augusta*, onde foi documentado um conjunto de valas abertas no saibro, associadas ora à implantação da via, ora aos espaços de enterramento (Martins *et al.*, 2009).

A análise conjunta dos dados registados nos relatórios das intervenções arqueológicas analisadas permitem-nos propor uma estrutura de malha urbana fundacional, a qual levou em conta os vestígios documentados sobretudo nos planos finais das escavações. Uma vez georreferenciadas todas as ruínas e projetados os alinhamentos das construções, mas também dos eixos viários e cloacas, foi possível identificar a existência de um traçado ortogonal nas origens do tecido urbano lucense, estabelecido logo em época fundacional, uma vez que os eixos viários, o sistema de drenagem e a malha dos quarteirões apresentam um padrão característico das fundações romanas de época augustana na Península Ibérica. Aparentemente, o traçado urbano ortogonal de *Lucus Augusti* contemplou, à semelhança de *Bracara Augusta*, ou de *Complutum*, a existência de pórticos, ou passeios porticados, elementos que caracterizavam a paisagem urbana e favoreciam as atividades comerciais nas *tabernae* abertas aos eixos pedonais (Magalhães, 2019).

Tendo por base a proposta de malha urbana percebemos que algumas valas poderão constituir um primitivo sistema de drenagem das águas sujas e pluviais, que foram substituídas por canalizações em pedra, na segunda metade do século I, quando os equipamentos viários se consolidaram. Com efeito, a localização e o traçado dessas valas são bastante próximos aos canais que se estabelecem na época flávia/antonina, o que nos sugere o seu aproveitamento, quando possível, como rasgos para a implantação das suas paredes e a utilização de enchimentos para as colmatar e elevar o nível de circulação, nos locais em que era necessário subir a cota dos pavimentos.

Desta forma, acreditamos que *Lucus Augusti*, à semelhança de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2012; 2017a), foi fundada *ex novo* nos finais do século I a.C. no âmbito da reorganização administrativa da *Hispania*, tendo possuído desde o início um traçado urbano que segue estritamente os cânones romanos, desenvolvidos desde as primeiras *coloniae* fundadas na Península itálica e aprimorados ao longo do período republicano, (Sewell, 2010), modelos que já se encontravam bem definidos no período de Augusto, tendo sido utilizados como instrumentos de Roma para a pacificação e integração dos povos

indígenas do noroeste. *Lucus Augusti* terá sido fundada como capital do *conuentus lucensis* e sede do culto imperial (Dopico Cainzos, 1986; 2016), passando a formar parte da complexa malha de cidades que constituía a rede administrativa que sustentava o Império romano, sendo administrada por um elite local que competia entre si através do financiamento da construção de edifício públicos para aceder às magistraturas (Mar *et al.*, 2012: 222).

É notável, para tal fim, a atividade de *agrimensores* para a projeção dos *limites* e, sobretudo, dos *rigores* que deram forma à cidade, a que acresce certamente a contribuição de engenheiros militares que estavam estacionados na região (Palao Vicente, 2016: 98).

O processo de fundação terá sido iniciado com os rituais adivinhatórios associados à escolha do local onde a *urbe* deveria ser instalada (Rykwert, 1976). *Lucus Augusti* foi implantada numa pequena colina de leves pendentes nas proximidades dos rios Minho e Rato e contava na sua envolvente com um território de boa qualidade agrícola, sobre um nível freático expressivo, que permitia a captação de água através de poços e de mananciais hídricos, presentes nas proximidades, e com uma localização que facilitava a comunicação com outros aglomerados, bem no centro de uma região que contava com um alto nível demográfico de povoamento indígena (Ferrer Sierra e González Fernández, 1996: 410; Pérez Alberti, 2017; González Soutelo, 2017: 358).

A construção da cidade previa um plano ideal, que correspondia a uma determinada conceção do mundo que conformava um modelo urbano, instrumentalizado pelo papel dos *agrimensores* romanos que definiam os alinhamentos (*limites* e *rigores*) que davam forma aos eixos viários e aos quarteirões, elementos fundamentais na organização do espaço e na definição das áreas a serem ocupadas pelos equipamentos públicos, bem como daquelas que seriam reservadas ao parque privado habitacional, cujo conjunto pode ser analisado como a representação do espaço idealizado, que cumpria a função de organizar os meios de produção (Lefebvre, 2013: 97). Esse espaço concretizava-se através da sua divisão em lotes que repartiam tanto o espaço urbano, da cidade, como o território, através do processo de centurição das terras.

O plano fundacional da cidade também estabelecia uma hierarquia dos edifícios públicos através das categorias em que se enquadram, associadas ao poder e ao ócio, o que implicava a implantação de um conjunto de equipamentos em locais de destaque, bem exemplificado com a presença do *forum*, de *aedes* ou *thermae* nas áreas centrais das cidades ou na monumentalidade que era conferida aos eixos viários principais, *kardo* e *decumanus maximi* (Laurence, 2011: 160-163). Esta hierarquia dos monumentos está intimamente associada à busca pela visibilização da hierarquia social da cidade, que buscava destacar as elites locais através do investimento em edifícios públicos com o objetivo de serem

assimilados com sua grandeza e importância no seio da vida urbana, e assim conseguir benefícios políticos. Este modo de evolução orgânica das cidades, baseado no financiamento de obras públicas é definido, por Morley, através do conceito de ‘cristalização’ da cidade e está intimamente ligado a outro conceito, caro ao estudo das cidades romanas, especialmente as provinciais, conhecido como evergetismo (Bedon *et al.*, 1988; Alföldy, 1994; Mar, 2008). Este processo de ‘cristalização’ também está vinculado com o processo de ‘assimilação’, que consiste na capacidade das elites locais emularem elementos culturais e ideológicos romanos através das instituições cívicas, reproduzindo-se assim os modelos de Roma para a população da cidade, apesar da heterogeneidade da mesma (Morley, 2011).

Desse ponto de vista, *Lucus Augusti*, capital do convento lucense, representa um contexto bastante profícuo para a análise da representação do espaço. A cidade atrairia pessoas provenientes de diversos locais, que certamente iriam ter ao *forum* a fim de terem seus assuntos atendidos. Esses transeuntes poderiam perceber toda a hierarquia que dava corpo à administração pública, cristalizada na topografia urbana, onde os edifícios, para além de cumprirem suas funções específicas, tinham a capacidade de instaurar a ordem cívica e dar destaque à classe dominante através da monumentalidade, dos materiais utilizados nas construções, da qualidade dos serviços públicos, entre outros elementos que denotavam o caráter estável, rico e promissor dos centros urbanos, dotados de *dignitas* e de *auctoritas* e que impulsionavam as relações comerciais, políticas e sociais entre habitantes e visitantes (Taylor, 2006: 26-27).

O desenho do plano urbano das cidades fundadas por Roma, cujos elementos foram afeiçoados ao longo das experiências realizadas na Península itálica, ao longo do período republicano (Brown, 1980; Brandt, 1985; Sewell, 2010), não era idêntico para todas elas. Com efeito, há fatores, para além dos modelos culturais, que determinam o resultado do plano de uma cidade, como as características topográficas e geográficas dos locais onde os centros urbanos foram implantados, bem como as regras espaciais que regeram a definição de vias e quarteirões (Castagnoli, 1971).

Os dados disponíveis sobre os níveis fundacionais das capitais dos conventos lucense e bracaraugustano assinalam uma importante participação da população de origem indígena nos primeiros momentos de vida das cidades, que teriam tido um papel bastante ativo nos trabalhos de construção das infraestruturas de que as cidades careciam para iniciar sua efetiva e plena ocupação, como os arruamentos e o sistema de drenagem (Alcorta Irastorza, 2001; Martins *et al.*, 2012; 2017a; 2017b). Por outro lado, os *corpora* epigráficos das duas cidades salientam a cooptação das elites indígenas na administração das mesmas, bem como a adoção dos modos de vida romanos por essas mesmas elites, como parece ser demonstrado no caso do príncipe dos *Copori* a quem foi dedicada uma estela funerária

ao estilo romano por seus descendentes, e que certamente esteve implicado no governo de *Lucus Augusti* (Dopico Caínzos e Santos Yanguas, 2017). Não temos, entretanto, na capital lucense nenhum documento epigráfico que se refira ao conjunto da população conventual, como acontece em *Bracara Augusta*, onde foram identificadas inscrições nas quais aparece a expressão *bracaraugustanus*, ou seja, onde o corpo cívico da cidade se identificava como pertencente ao *conuentus iuridici* e realizava atos públicos ao estilo romano (Le Roux, 1975: 155; Tranoy, 1981: 328).

Desta forma, podemos pensar que a fundação das duas cidades revelará especificidades associadas aos respetivos substratos indígenas, bastante diferenciados, o que terá justificado corpos cívicos com características diferentes nas duas cidades, eventualmente justificativas das diferenças que se podem reconhecer nas respetivas malhas urbanas (Martins *et al.*, no prelo).

2. Os eixos viários e quarteirões

Como referimos anteriormente, tanto *Lucus Augusti* como *Bracara Augusta* foram criadas *ex nouo*, não tendo sido necessário, portanto, adaptar um novo plano urbano a construções pré-existentes, mas sim apenas à topografia das colinas onde se implantaram as duas cidades. Desta forma, acreditamos que o projeto urbano desenhado para cada uma das cidades tenha sido relativamente próximo ao resultado prático que resultou do processo construtivo das duas *urbes*. Os desenhos dessas cidades previam a demarcação das áreas internas (*pomoerium*) e externas (*ager effatus*), bem como a orientação das ruas a partir de eixos tendencialmente norte-sul e este-oeste, de modo que, em resultado do cruzamento das ruas, ficou definida a malha dos quarteirões. De facto, as malhas das cidades de fundação romana reproduzem geralmente uma ortogonalidade que resulta da definição das ruas principais N/S e E/O e da multiplicação de vias paralelas, conformando assim eixos que se desenvolviam à direita (*dextra*) ou à esquerda (*sinistra*) do *kardo maximus* e abaixo (*kitra*) ou acima (*ultra*) do *decumanus maximus*.

A implantação dos arruamentos nas cidades dava corpo aos quarteirões, que assumiam uma forma retangular ou quadrangular, dada a perpendicularidade dos cruzamentos das ruas. Os quarteirões quadrados resultavam de um padrão de distanciamento que recorra à mesma *ratio*, formando uma malha simétrica e com *eurythmia*. Esses quarteirões seriam ocupados pelos equipamentos públicos e privados da cidade, sendo as áreas reservadas aos primeiros definidas logo no início do processo construtivo da *urbe*, como acontecia com o *forum*, a maior área pública das cidades romanas. Os outros quarteirões eram repartidos em lotes e reservados a habitações. A variabilidade das dimensões e das

formas dos lotes tinha implicações diretas nas plantas das casas (Magalhães, 2019), constituindo uma variável que evidencia uma maior ou menor hierarquia do corpo social da cidade (Castagnoli, 1971).

Na tentativa de restituirmos a planimetria fundacional de *Lucus Augusti* seguimos uma metodologia aproximada da utilizada em Braga, pela UAUM, para recuperar a malha urbana de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2017a).

Na ausência de dados construtivos associados aos níveis fundacionais, limitados a estruturas em negativo, datadas da época Augusto-Tibério, a proposta do desenho do plano urbano lucense teve que valorizar os dados de momentos posteriores, especificamente dos finais do século I, período para o qual dispomos de um maior número de vestígios, à semelhança do que acontece com *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2017a: 212).

Para a restituição da malha de *Lucus Augusti* optámos pela georreferenciação dos dados arqueológicos analisados na Parte II deste trabalho a fim de recuperar os alinhamentos associados a eixos viários, arruamentos e construções. No entanto, é preciso ter consciência do carácter altamente fragmentário dos dados disponíveis, uma vez que parte significativa das intervenções arqueológicas realizadas em Lugo foram escavações de emergência, que procuraram dar resposta ao acelerado processo construtivo vivenciado durante a segunda metade do século XX, mas que partilham entre si problemas de insuficiência de registos. Assim, nalguns casos os dados que possuímos são bastante precários, ou mesmo inexistentes, sendo também, por vezes, inacessíveis. Neste sentido, importa ter em conta que o exercício de restituição da malha urbana de Lugo utilizou uma parte ínfima da informação que o vasto conjunto de intervenções arqueológicas de Lugo poderia ter potenciado.

Uma vez georreferenciados os planos das intervenções arqueológicas a cujos relatórios tivemos acesso, e que constituem o *corpus* analítico do nosso trabalho, iniciámos a nossa análise valorizando os vestígios dos eixos viários documentados, uma vez que estes constituem os elementos estruturantes de qualquer espaço urbano. No que toca aos arruamentos orientados norte-sul, os *kardines*, foram individualizados um total de seis, estando dois deles referenciados na zona arqueológica da rua dos Clérigos, outros dois na rua de San Marcos, um na rua Armanyá e ainda o *kardo maximus*, que foi reconhecido na rua da Raiña. Por outro lado, no que se refere às vias desenvolvidas no sentido este-oeste, os *decumani*, foi possível identificar cinco, estando um presente na zona arqueológica da rua Anxel Fole, dois na rua do Progreso, um na rua Montevideo, a que se soma o *decumanus maximus*, individualizado nas ruas da Raiña e Armanyá. Contudo, é preciso salientar que os *decumani* identificados nas intervenções realizadas na rua Anxel Fole nº 11 e na rua Montevideo 23, 25 e 27 podem ter sido

abertos apenas no período baixo-imperial, com o objetivo de integrar essas áreas periféricas na planimetria da área urbana fortificada.

O exercício de prolongamento dos eixos proporcionou a representação da malha urbana de *Lucus Augusti* (Figura 43). Para tal, utilizamos apenas parte dos arruamentos, eliminando aqueles que apresentavam dúvidas acerca da natureza e da cronologia.

A planta resultante evidencia um traçado ortogonal com orientação N-NNO/S-SSE e E-ENE/O-OSO, com desvio de aproximadamente 13°, no qual o cruzamento das ruas forma ângulos retos e produz quarteirões retangulares. Alertamos, contudo, para a possibilidade de existência de outros arruamentos, sobretudo na área central da cidade, impossíveis de confirmar com os dados disponíveis nos relatórios das intervenções analisadas.

Os quarteirões lucenses apresentam áreas bastante heterogêneas, cujas medidas foram recuperadas através das distâncias entre os eixos viários projetados. As *insulae* localizadas nas proximidades do grande espaço foral ostentam uma forma retangular e dimensões de cerca de 51x91m, enquanto nas zonas arqueológicas das ruas San Marcos, Montevideo e dos Clérigos os quarteirões possuem 40m de lado, conformando quadrados. Já os quarteirões que exibem menores dimensões possuem exatamente as mesmas medidas dos quarteirões bracaraugustanos, apresentando forma quadrada com 156 *pedes* (46.20m) de distância entre os eixos das ruas. Os dados disponíveis apontam para que os pórticos possuíam em média 12 *pedes* (3.48m) valor que deverá ter sido reservado às vias pedonais que se desenvolviam ao redor das áreas construídas dos quarteirões.

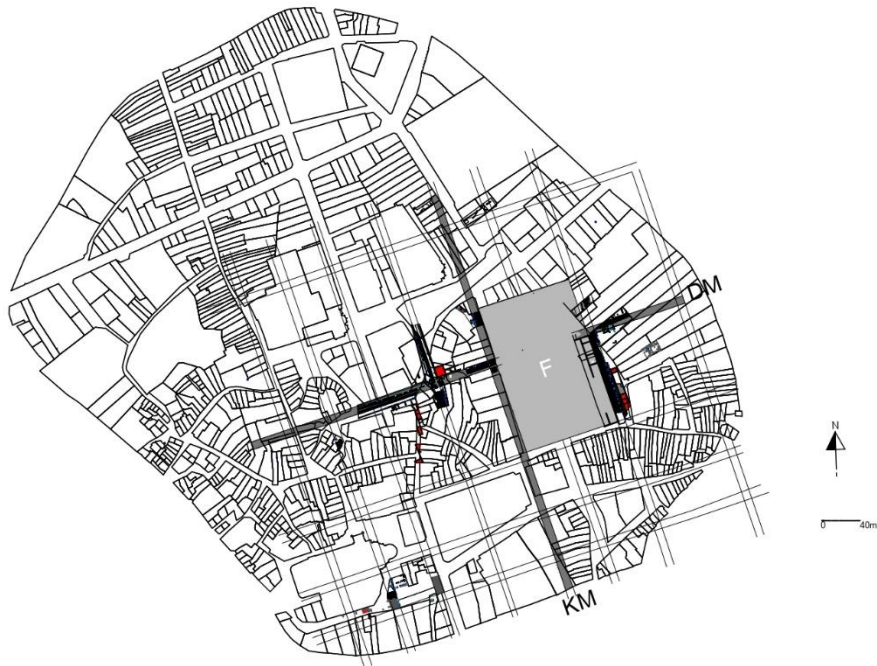


Figura 43. Resultado da projeção dos eixos viários alto imperiais que foram obtidos a partir das escavações analisadas.

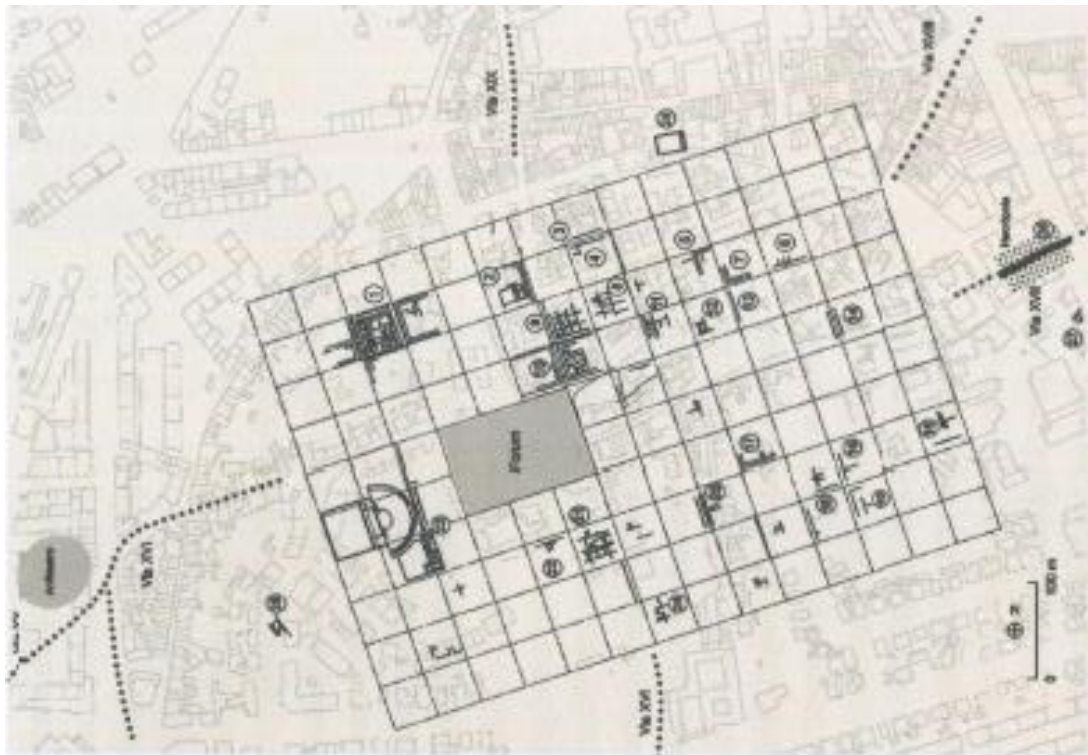


Figura 44. Proposta da malha urbana de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2017a: 211).

Assim, verificamos a existência de assinaláveis diferenças entre as malhas urbanas das cidades de *Lucus* e de *Bracara*. Ainda que nas duas cidades os arruamentos principais, *kardo* e *decumanus maximus*, apresentem larguras maiores, melhor conhecidas em *Bracara Augusta*, onde o eixo norte-sul, identificado em três intervenções arqueológicas descontínuas, que puseram a descoberto vestígios do seu tramo a norte do *decussis*, apresenta 24 *pedes* de largura, o dobro dos eixos secundários, ainda que alguns sejam mais estreitos com apenas 10 *pedes* (Lemos e Leite, 2000; Martins *et al.*, 2017a), a solução para a adequação dos quarteirões face às diferentes larguras das ruas é distinta em cada uma das cidades. Na capital do convento lucense, os quarteirões localizados na área do *decumanus maximus* apresentam forma retangular e dimensões maiores, apesar de existir uma tendência para se tornarem mais estreitos e se homogeneizarem conforme se afastam do centro urbano.

Em suma, as propostas de malha urbana de *Bracara Augusta* (Figura 44) e *Lucus Augusti* (Figura 43) diferem bastante quanto a morfologia de seus quarteirões, sendo regulares e quadrados em *Bracara Augusta* e retangulares e irregulares em *Lucus Augusti* (Martins *et al.*, no prelo). No caso lucense, os quarteirões localizados na área envolvente do *forum* e do *decumanus maximus* tinham dimensões maiores e seriam certamente mais caros e ocupados por uma elite que estaria ligada às atividades administrativas, comerciais ou religiosas. A diferença de dimensão com outros quarteirões mais afastados da área do foro com menores dimensões, logo mais baratos, parece sugerir a existência de uma população urbana deveras heterogênea e hierarquizada, cuja presença na cidade se fazia sentir em termos de distribuição topográfica. Enquanto os grupos sociais mais abastados viveriam nos quarteirões que bordejavam o centro urbano ou em áreas dos *suburbia* onde podiam construir casas de maiores dimensões, as famílias menos abastadas ocupariam lotes mais pequenos dentro dos quarteirões que se distribuiriam em áreas mais afastadas do centro.

Já na capital do *conuentus bracaraugustanus*, apesar da hierarquia social que aí deveria existir, associada ao corpo administrativo, aos *negotiatores*, aos libertos, e à população comum (Martins *et al.*, 2012), que seria habitual em qualquer cidade das províncias romanas, não encontramos grandes reflexos da mesma na morfologia urbana, ao menos no que se refere à planimetria fundacional, na qual se reconhece uma grande homogeneidade dos quarteirões e, por conseguinte, dos lotes que seriam adquiridos pelos proprietários, independentemente das condições financeiras dos seus *domini*. Ou seja, não era no tamanho ou na complexidade das plantas que se evidenciava o estatuto social do *paterfamilias*, uma vez que a dimensão dos lotes era bastante homogênea, mas sim noutros aspetos que pudessem evidenciar as diferenças financeiras, ou culturais entre os membros da comunidade cívica bracaraugustana. Assim aconteceria com o programa decorativo, ou o uso de materiais exóticos e a

utilização dos princípios vitruvianos para, por um lado, emular os modelos romanos, e por outro, dotar as habitações de *uenustas* e monumentalidade (Magalhães, 2019).

Por sua vez, a análise topográfica do local onde foi implantada a *urbe* lucense também permite que salientemos algumas condicionantes, possivelmente levados em consideração, aquando da planificação da cidade. Com efeito, *Lucus Augusti* foi implantada num pequeno outeiro, com pendentes suaves, cuja inclinação varia sensivelmente entre 16° e 35°, de modo que a parte mais alta caracterizava-se por um terreno mais aplanado, onde, onde estava localizada a grande praça do foro (Rodríguez Colmenero e Carreño Gascón, 1999). Em altitudes mais baixas, mais próximas dos vales fluviais do Minho e da Chanca, reconhecem-se pendores mais acentuados (Martins *et al.*, no prelo; Perez Alberti, 2017: 293).

As referidas características topográficas da cidade influenciaram a implantação dos eixos viários e dos quarteirões, de modo que os pavimentos, tanto na parte construída dos quarteirões, como nas vias pedonais porticadas, receberam preparações e conheceram regularizações do terreno, tendo este sido aplanado, para receber enchimentos de forma a conformar pendentes suficientemente suaves para o trânsito dos carros. Estamos perante, a uma paisagem urbana com aspeto escalonado, conformado através de grandes e extensas plataformas, que se integravam nas áreas construídas dos quarteirões, circundadas por longas rampas que cruzavam os espaços entre as fachadas porticadas, os eixos viários. As vias pedonais porticadas, a bordejar os arruamentos, não tinham grande expressão na capital do Império, apesar de deterem significativa antiguidade em cidades orientais desde a Idade do Bronze, sobretudo associadas aos *dromoi* de acesso a templos e palácios e, em particular, à Via Canópica, em Alexandria (Pensabene, 1995; Burns, 2017), ou ainda à *stoa* grega, uma solução arquitetónica que implicava a utilização de um corredor coberto, sustentado por uma ou mais colunas sobrepostas. Esta solução arquitetónica encontra-se na época helenística em sítios como o teatro de Dionysos de Pergamo, ou no troço da Via das Panateneias que se estendia no interior da cidade de Atenas (Coulton, 1976; Williams, 1979)

Em Roma reconhece-se o recurso a *porticus* de entrada em estabelecimentos comerciais, administrativos ou judiciais (Nünnerich-Asmus, 1994), ou em curtos trechos de algumas ruas, geralmente associados a entradas de templos, solução que é referenciada como *uia tecta* ou *fornicata*, como o troço da *Via Flaminia* entre a *Porta Fontinalis* e o templo de Marte no Campo de Marte (Richardson, 1992), não sendo identificado em Roma um programa urbanístico que recorresse à utilização sistemática de eixos pedonais porticados a limitar as ruas.

Esse tipo de estrutura urbana, por outro lado, está bem documentado na generalidade das cidades romanas fundadas na época de Augusto na Península Ibérica, independentemente do estatuto jurídico que possuísem. Com efeito, ao analisarmos as cidades fundadas no noroeste hispânico, tanto *Bracara Augusta* como *Lucus Augusti*, que foram capitais conventuais, apresentam pórticos a limitar o espaço construído do interior dos quarteirões, não apenas nas vias principais, mas em todas elas (Martins *et al.*, no prelo). Por outro lado, ao observarmos *Complutum*, um *municipium* fundado no período augustano, localizado no *conuentus Caesaraugustanus*, que pertence à província da Tarraconense, verificamos que também apresenta quarteirões com um perímetro porticado, assim como uma malha urbana ortogonal formada por quadrados com medidas de 1 *actus* de área de construção em toda a área que se dispõe a nascente do *forum* e retangulares, com variadas dimensões, entre aquele e o limite ocidental da cidade (Rascón Marqués e Sánchez Montes, 2014).

Esta diversidade de cidades cujas características urbanísticas recorrem ao uso generalizado de pórticos ao longo dos eixos viários colhe ainda paralelo na capital da província da Lusitânia, a *Colonia Augusta Emerita*, cuja malha urbana prevê a implantação de corredores porticados ao longo do perímetro da área construída dos quarteirões. A evolução diacrónica destes espaços, bem documentada nas habitações da zona arqueológica da Mouraria, vai resultar no gradativo avanço das habitações sobre a via pedonal, inserido num claro fenómeno de apropriação privada do espaço público (Alba Calzado, 2005; 2007), situação também reconhecida em *Bracara Augusta* em algumas das *domus* da cidade (Martins *et al.*, 2016) e em *Lucus Augusti* na chamada *domus Oceani* (Chao Álvarez, 2012). A constante presença de porticados nestas cidades não apresenta exclusivamente uma marca funcional associada à proteção das intempéries, sendo também um elemento fundamental na construção da paisagem urbana, cuja imagem seria influenciada pelo ritmo das colunatas que se desenvolvem ao longo das vias, elemento constituinte do próprio processo de criação e negociação das identidades cívicas desses centros urbanos. As colunatas são também elementos que ajudam a definir soluções arquitetónicas em contextos habitacionais, tanto nos seus espaços internos, como nas portas rasgadas nas fachadas abertas às vias pedonais que aproveitavam o intercolúnio dos pórticos para melhor realizar a receção dos *clientes* durante as *salutationes* e a disposição do acesso às *tabernae* (Magalhães, 2019).

Uma vez projetada a malha urbana lucense alto-imperial foi-nos possível aprofundar os conhecimentos sobre determinados eixos viários da cidade, como é o caso dos dois arruamentos identificados na intervenção realizada na rua de San Marcos 4, que foram interpretados como *kardines*. Contudo, uma vez analisada a planimetria fundacional, à luz do cruzamento com os dados provenientes de outras zonas da cidade, percebemos que apenas um deles é um *kardo*, sendo o outro um *decumanus*.

Da mesma forma, foi possível confirmar que o pavimento exumado na intervenção Ronda Interior Clérigos 1, que se pensava corresponder ao prolongamento do mesmo *kardo* individualizado na escavação efetuada em Clérigos, esquina com Praça de Espanha, correspondia a um *decumanus* que encerra a parte a sul a *domus* identificada a este do referido *kardo*.

Por sua vez, o empedrado em mármore identificado na rua da Raiña 18, corresponde a um *decumanus* que partiria desde a rua Anxel Fole 11 e seguiria pela rua da Raiña 21, esquina com Santo Domingo 24 e 25. O pavimento em lajes de xisto, documentado na última parte do pórtico que se desenvolvia a sul dessa artéria da cidade, bem como os muros e o pavimento em *opus signinum*, formalizavam uma zona viária perto das *tabernae* rasgadas na fachada norte da casa que estava implantada na área meridional à rua.

Por fim, destacamos o *kardo* exumado na rua Anxel Fole 11 cujo traçado não coincide com os alinhamentos da malha fundacional que pode ser proposta para *Lucus Augusti*, tendo por base os dados disponíveis que foram analisados na parte II do nosso trabalho. Supomos que a cronologia deste arruamento estará associada com o período baixo-imperial e com a construção da muralha.

Um dos problemas que fica por resolver acerca da malha urbana lucense, assim como no caso de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, no prelo), é a dimensão exata do espaço planificado fundacional. Nesse sentido, uma vez restituído o plano da cidade, foi possível reconhecer algumas estruturas cuja orientação não coincide com o traçado ortogonal, ou cuja natureza não se associa às funções que seriam normais numa cidade romana. Destas, destacamos a chamada *domus* do Mitreo, construída no século II (Rodríguez Cao, 2011), bem como o núcleo de necrópole identificado na zona arqueológica da rua Montevideo, referenciado na Parte II, ou ainda as estruturas alto-imperiais implantadas na área externa do perímetro amuralhado baixo-imperial, cuja organização segue um plano próprio e diferente da malha lucense, processo que também foi verificado na capital do convento bracaraugustano (Martins *et al.*, no prelo).

Com efeito, embora não consigamos delimitar a área planificada alto-imperial, espaço que certamente corresponderia ao *pomoerium* de *Lucus Augusti*, temos dados que possibilitam traçar alguns dos limites, tendo por base as estruturas que claramente não poderiam nela estar contidas, o que nos permite projetar uma malha que recorre a eixos viários a norte e a oeste, ainda que não tenham sido identificados nas intervenções analisadas.

Uma vez planificada a cidade, definido o traçado dos eixos viários e pedonais e delimitados os lotes a serem adquiridos pelos futuros proprietários, foi possível iniciar o processo construtivo daqueles que terão sido os primeiros edifícios de *Lucus Augusti*. Os vestígios exumados na zona arqueológica da

rua do Progreso documentam o começo da atividade construtiva na cidade, em época júlio-cláudia, oferecendo um registo que aponta para um conjunto de estruturas provisórias, das quais apenas temos os negativos das fundações, e para valas abertas na manta saibrosa para extrair esse material, largamente utilizado na preparação das argamassas. Parte dessas estruturas em negativo serviram para escoar as águas pluviais e representam o primeiro sistema de drenagem da cidade, que precedeu às canalizações de paredes de pedra. Nesse momento também foram pavimentos alguns caminhos, ora com placas de xisto ora apenas com terra compactada, possibilitando assim o transporte de materiais como pedra, madeira e ferramentas em ferro utilizados nas obras que eram realizadas.

Porém, se grande parte da cidade estava tomada por essas estruturas provisórias, os níveis fundacionais do *forum* indicam o início da sua construção ainda na primeira metade do século I, bem como uma maior qualidade nos pavimentos dos arruamentos localizados nas proximidades. Outros edifícios também remontam a essa época e permitem salientar a presença de uma elite profundamente romanizada desde os inícios do século I, igualmente testemunhada pela presença de um balneário romano construído no mesmo período, encontrado nas escavações da rua Armanyá 13.

Logo em época flávia, nos finais da primeira centúria da nossa era, e uma vez que as infraestruturas viárias e de saneamento estavam construídas, os lotes da cidade começaram a ser adquiridos e o parque habitacional a ser ocupado. Nessa época ter-se-ia registado o processo de cristalização que estava vinculado ao crescimento económico da elite local, que assegurava os custos da construção dos passeios porticados aquando da implantação dos projetos de suas casas. No caso da colunata associada ao *decumanus maximus* sabemos que contava com fustes em granito em ambos os limites. A sua altura estabelecia uma plataforma em função da cota média do comprimento do quarteirão, enquanto a rua seguia a pendente do terreno.

O crescimento urbanístico verificado em *Lucus Augusti* ao longo do século I/inícios do II ocorreu paralelamente ao mesmo fenómeno em *Bracara Augusta*. Com efeito, os dados disponíveis sobre a fase pré flávia da capital do convento bracaraugustano constituem o reflexo de um período em que a atividade construtiva era bastante frustre e da qual pouco se sabe, com exceção de algumas valas de extração de saibro, preenchidas por enchimentos que sempre fornecem materiais anteriores à época flávia, alguns dos quais documentam atividades artesanais ocorridas na sua proximidade, sugeridas pelos moldes de placas de situlas com decoração geométrica, encontrados nas zonas arqueológicas das Cavalariças e do Ex-Albergue Distrital (Martins, 1998; Morais, 2005). Esta fase documenta a implantação de infraestruturas de saneamento, de que é exemplo a grande *cloaca* que corria sob o *decumanus maximus* (Lemos e Leite, 2000).

Nas últimas décadas do século I/inícios do século II *Bracara Augusta* recebe um amplo conjunto de estruturas residenciais, as quais ocuparam a grande maioria dos quarteirões da cidade. Algumas *domus* ocuparam meio quarteirão, como aconteceu nas zonas arqueológicas da Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas e Escola Velha da Sé/Rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166 e 168, enquanto noutros quarteirões os proprietários ocuparam a totalidade da área, o que resultava em plantas que reproduzem a forma quadrada das *insulae* bracaraugustanas, de que são exemplo as *domus* das Carvalheiras e das Cavalariças (Magalhães, 2019). Por outro lado, no período nerva-antonino a cidade de *Bracara Augusta* foi dotada de grandes equipamentos públicos, sobretudo na área do Alto da Cividade, como umas termas públicas e um teatro, ou ainda na zona arqueológica da rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas onde a *domus* flaviana é desmontada para a implantação de umas grandes termas que ocuparam dois quarteirões da cidade (Martins, 2005; Martins *et al.*, 2006; 2013; Magalhães, 2010).

A evolução da morfologia urbana das duas cidades capitais conventuais da área ocidental do noroeste ibérico ao longo do Alto-império evidenciam a plena emulação dos modelos e dos hábitos romanos. *Bracara Augusta* apresenta uma malha com traçado ortogonal, formada por eixos viários paralelos e perpendiculares, em cujos cruzamentos formam quarteirões quadrados, revelando, portanto, um projeto urbano que não produz grande hierarquização entre os lotes habitacionais, o que se traduz em casas com limites bem assinalados quanto ao crescimento horizontal, fator que certamente está associado à elevada presença de indígenas na cidade, cujas elites rapidamente acederam a cargos políticos e religiosos (Martins *et al.*, 2012; 2017a; 2017b; Magalhães, 2019). *Lucus Augusti*, por outro lado, foi construída a partir de uma planimetria que privilegiava os quarteirões localizados no centro da área planificada, que apresentavam forma retangular e dimensões bastante superiores aos que foram implantados nos limites da área planificada, possibilitando a edificação de grandes habitações, ainda que mal conhecidas devido aos limites inerentes à atividade arqueológica urbana. Por isso, não há certezas quanto à possibilidade destes quarteirões terem conhecido subdivisões, como aconteceu em Pompeia, cidade onde dominavam os quarteirões retangulares (Laurence, 1994; Kostof, 1995).

As diferenças entre as cidades, inicialmente a nível da configuração da malha fundacional, resultará em evoluções distintas. Os equipamentos públicos implantados em *Bracara Augusta*, com destaque para o teatro e o anfiteatro, evidenciam o grande desenvolvimento que essa *urbe* teve ao longo do período alto-imperial e que se torna patente nos finais do século III com a promoção da mesma a capital provincial aquando da reforma administrativa da Hispânia realizada pelo imperador Diocleciano (Martins *et al.*, 2012).

3. Os equipamentos para o abastecimento e drenagem de água

A água é um elemento fundamental para a vida, pelo que as cidades tinham que garantir o seu abastecimento, assim como sua drenagem. Contudo, a água no mundo romano não tinha um uso destinado exclusivamente à hidratação e à higiene, estando também associada a atividades de ócio, das quais é de se destacar os banhos que ocorriam, tanto nas termas tanto públicas como privadas. Desta forma, a água possuía um significado ideológico e político relacionado com as estruturas que possibilitavam a sua circulação, cujo reflexo se tornava patente aquando da construção dos grandes aquedutos que tinham o nome de seus patrocinadores, cujos exemplos podem ser encontrados em Roma na *Aqua Appia* patrocinada por *Appius Claudius Caecus*, em 312 a.C., na *Aqua Marcia* por *Quintus Marcius Rex*, em 144-140 a.C. ou na *Aqua Claudia* pelo imperador Cláudio, em 38-52. Em Roma existia uma magistratura que tratava especificamente dos assuntos ligados à garantia do pleno abastecimento de água, a *Cura Aquarum*, sendo *Frontinus* um desses magistrados, na verdade, o *curator* que melhor conhecemos graças a seu livro "*De aquaeductu urbis Romae*" (Rogers, 2018).

Uma cidade romana devia estar equipada com um conjunto de estruturas que lhe permitia realizar o ciclo da água em contexto urbano, o qual é constituído pelos processos de captação, abastecimento, distribuição, uso e drenagem.

A obtenção de recursos hídricos era realizado de três formas diferentes, a instalação de poços, a recolha das águas das chuvas ou a captação de mananciais localizados nas proximidades das cidades (González Soutelo, 2008).

A utilização de poços para a obtenção de água é conhecida tanto em *Bracara Augusta* como em *Lucus Augusti* desde o início das cidades, tendo sido, certamente, o mais utilizado no período fundacional (Álvarez Asorey *et al.*, 2003; Martins *et al.*, 2017c: 244; González Soutelo, 2017: 362). Em Braga foram documentados até ao momento cerca de 11 poços, dos quais apenas são conhecidos pormenorizadamente 3. Um deles está presente numa zona artesanal, na zona arqueológica da Casa do Poço, podendo ser datado da época flávia. Os outros dois destinavam-se a uso doméstico, estando implantados nas *domus* das Carvalheiras e das Cavalariças (Martins *et al.*, 2017c: 230-231). Já em *Lucus Augusti* conseguimos identificar cinco poços nas intervenções que foram analisadas na Parte II. Dois deles estão documentados na rua Anxel Fole 11 e pertencem à ocupação baixo-imperial, estando um deles localizado no edifício A e outro no C, o primeiro associado a um espaço balnear, nas imediações de uma sala aquecida, que certamente contava com uma ou mais piscinas. Por sua vez, nas intervenções

da rua do Progreso 12 e rua Montevideo 23, 25 e 27 foi encontrado um poço em cada uma, também com cronologia baixo-imperial, estando associados a contextos habitacionais. Por fim, na intervenção da rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha foi possível individualizar um poço implantado na área de uma possível *taberna* rasgada na fachada sul da habitação.

A presença constante de poços no interior das *domus* provavelmente está relacionado com a adoção de costumes e práticas sociais romanas, entre as quais cabe destacar a multiplicação dos espaços balneares. Não podemos, entretanto, descartar outro uso para as salas aquecidas que se documentaram em algumas intervenções, as quais podiam estar associadas a espaços triclinares de inverno, ou mesmo salas de representação, que empregavam elementos decorativos com recurso a água. Essa utilização está registada através da implantação de estruturas ligadas a recursos hídricos, em contextos habitacionais, como acontece nas intervenções realizadas na rua Montevideo 23, 25 e 27, no edifício A da rua Anxel Fole 11, e ainda na rua dos Clérigos esquina com Praça de Espanha.

O número de poços documentado ao longo das diferentes fases de ocupação da cidade pode sugerir a importância que esse método de captação de água teve na capital lucense, graças à grande capacidade da toalha freática que se estende por baixo do outeiro onde *Lucus Augusti* foi implantada, podendo inclusivamente ter suplantado o volume do abastecimento que foi realizado através do aqueduto (González Soutelo, 2017: 363).

A armazenagem das águas pluviais, por sua vez, apenas foi documentada na intervenção da rua Doutor Castro 20-22, que permitiu escavar uma ampla área da chamada *domus Oceani*, onde foi registado um tanque que recolhia a água que descia pelo *compluuium* do jardim aberto, com datação baixo-imperial. Em *Bracara Augusta* este fenómeno está identificado pela presença de tanques associados aos átrios e peristilos das habitações (Magalhães, 2010; Martins e Ribeiro, 2012).

Contudo, a baixa presença de equipamentos para recolha das águas pluviais nas duas cidades pode estar associado à qualidade da toalha freática que as abastecia, o que se traduz na grande presença de poços e de aquedutos, em oposição ao que se verifica em sítios do Mediterrâneo, nos quais as águas subterrâneas são mais difíceis de alcançar e, geralmente, de menor qualidade (González Soutelo, 2017: 362). Nesse sentido, podemos considerar que a implantação de *impluvia* em habitações como a *domus* das Carvalheiras, em *Bracara Augusta*, ou a Casa do Implúvio, em *Tongobriga*, assinala a perfeita vontade dos proprietários em emular os valores e o léxico arquitetónico itálico através da elaboração de átrios nas suas residências, não estando necessariamente relacionado com a função prática de recolha de água que esses equipamentos possuíam aquando de sua criação nos *pagi* da Idade do Ferro do Lácio,

mas sim à reprodução de um programa construtivo influenciado pelos modelos e costumes romanos (Magalhães, 2019).

O terceiro modo de abastecimento de água era realizado através da utilização de longos aquedutos que transportavam a água desde os mananciais localizados nas imediações até à cidade. Os dados disponíveis acerca do uso dessas estruturas em *Bracara Augusta* permitem-nos aludir ao tramo de um longo aqueduto identificado na zona arqueológico da Colina do Alto da Cidade, nas imediações do *forum* e onde foi construído o teatro romano, o qual permitia abastecer as termas públicas ali instaladas nos inícios do século II. Esse canal correspondia a uma ramificação do grande aqueduto subterrâneo, com orientação E-O, que abastecia a cidade e que foi reconhecido noutras escavações e que permitia também levar água a outro equipamento termal identificado na rua Afonso Henriques e Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas. A origem desse grande aqueduto seria certamente um *castellum diuisorium aquae*, que se encontraria fora da cidade, a partir do qual convergiria a água captada fora da cidade e que seria distribuída tanto para a *urbe* como as *villae* próximas. O aquífero que abastecia *Bracara Augusta* localizava-se a cerca de 5km a nordeste da cidade, na chamada zona das Sete Fontes (Martins e Ribeiro, 2012). O potencial hidrológico desse aquífero é notável, tendo abastecido a cidade até os inícios do século XX, tendo sido, portanto, suficiente para as necessidades que a *urbe* romana teria. Aludimos ainda ao tramo de um aqueduto identificado na zona de Gualtar, cerca de 2/2,5km a nordeste de Braga, do qual não temos grande informação (Martins, 2005; 2015; Martins *et al.*, 2011; 2012a; 2017c).

Por sua vez, sobre *Lucus Augusti*, conhecemos a existência de um aqueduto cuja zona de captação seria Agro do Castiñeiro, zona localizada a cerca de 1km a nordeste da cidade romana. A água seria transportada através de aquedutos subterrâneos que seguiriam as atuais ruas de Mazaira, da Milagrosa e Pintor Luís Seoane, para então entrar na cidade pela área norte, na zona da porta de San Fernando, com destino a Santo Domingo, onde foi identificada uma estrutura revestida em *opus signinum* e restos de uma *fistula plumbei*, tendo a estrutura sido interpretada como o *castellum diuisorium aquae* da cidade (Álvarez Asorey *et al.*, 2003). Entretanto, devido à localização dessa estrutura, quase ao centro da cidade planificada, acreditamos que a hipótese levantada por González Soutelo (2008) seja mais coerente. A autora propõe que esse *castellum diuisorium aquae* seja, em realidade, uma estrutura secundária, de modo que a principal estaria fora da cidade, certamente a norte, a partir da qual seria distribuída a água para outros *castella*, como seria o caso do encontrado na praça de Santo Domingo, os quais fariam a distribuição pelas diferentes áreas, tanto dentro como fora da cidade (González Soutelo, 2008: 376).

Na intervenção realizada na rua San Marcos, analisada na Parte II, foi possível identificar vestígios de um robusto aqueduto, do qual apenas ficou preservada a *substructio*, a qual foi concretizada em *opus caementicium* revestido com lajes de xisto, sendo que estas podem ter sido adossadas numa fase posterior à construção. Porém, graças a outros trabalhos arqueológicos efetuados foi possível documentar o seu *specus*, cujos pilares foram apoiados num embasamento construído com recurso ao mesmo *opus*, limitado por duas paredes com cerca de 35-40cm de largura, com um espaço interno entre os 25 e 28cm (Álvarez Asorey *et al.*, 2003; González Soutelo, 2017: 364-365). Contudo, é preciso salientar que, apesar de ter sido identificado em mais do que uma zona arqueológica, não foi possível afinar a cronologia da construção da estrutura, acreditando-se que tenha sido implantada ainda no período júlio-cláudio, sobretudo se valorizarmos a cronologia do edifício termal exumado na intervenção da rua Armanyá 13, que data da primeira do século I, o qual necessitaria de um abastecimento de água limpa contínuo, que só os aquedutos podiam garantir (Álvarez Asorey *et al.*, 2003).

Tendo-se em conta que, possivelmente, tanto *Lucus Augusti* como *Bracara Augusta* tenham recorrido a poços como forma de obter a água necessária nos primeiros momentos de vida das cidades (Álvarez Asorey *et al.*, 2003; Martins *et al.*, 2017c: 244), a partir da segunda metade do século I, com o grande desenvolvimento construtivo que ambas as cidades tiveram, foi necessário ampliar a rede de abastecimento hídrico, justificando-se assim a construção de aquedutos que buscavam a água fora das cidades, normalmente em aquíferos próximos, circunstância que permitiu a proliferação de espaços balneares na segunda metade do século I e, sobretudo, nos inícios do século II, que evidenciam a generalização de novos hábitos dos habitantes dessas cidades (Álvarez Asorey *et al.*, 2003; Martins, 2015; Martins *et al.*, 2017c).

O sistema de distribuição de água tinha como objetivo fornecer o líquido, primeiramente, à população em geral, através de fontes públicas. De seguida, era necessário o abastecimento dos edifícios públicos, como as *thermae* e, por fim, às casas privadas quando os membros da elite da cidade podiam pagar os custos associados à ligação de suas habitações a essa rede de distribuição.

Tanto quanto os dados disponíveis permitem salientar, o sistema de distribuição de água em *Lucus Augusti* era realizado com recurso ao possível *castelum diuisoria aquae* secundário exumado na rua de Santo Domingo, assim como através de fístulas em chumbo, ou através de outro tipo de material (González Soutelo, 2017: 367-368). *Bracara Augusta*, por sua vez, apresenta mais dados sobre essa realidade, como são as manilhas de sifões, documentadas em várias zonas da cidade, os *tubuli* em cerâmica e as *fistulae plumbei*, documentadas na zona arqueológica das Carvalheiras (Martins *et al.*, 2017c: 234-235).

Como dissemos anteriormente, a água era deveras necessária no seio de uma cidade romana, tendo sido amplamente utilizada em arquiteturas que recorrem ao seu uso constante, como os edifícios termais e balneares, presentes em abundância na generalidade das cidades do Império, cujas características abordaremos mais à frente no ponto sobre os edifícios públicos e privados das cidades do noroeste. Por outro lado, é importante abordar outras estruturas relacionadas com a água, como acontece as fontes públicas.

Em Braga foi possível identificar dois equipamentos associados com o fornecimento público de água, designadamente um tanque adossado à parede nascente do edifício pré termal localizado na Colina do Alto da Cidade, que esteve em funcionamento ao longo do século I, tendo sido desmantelado nos inícios da centúria seguinte, aquando da construção das termas públicas e do teatro que vieram a configurar a pendente nascente da colina de Braga até o fim da cidade clássica (Martins, 2005: 12; Martins *et al.*, 2011: 20). O outro equipamento encontra-se na chamada Fonte do Ídolo, onde se situa uma nascente de água que brota de um afloramento granítico, situado nas proximidades da Via XVII, onde, presumivelmente seria realizado um culto à deusa *Nabia* em época pré-romana. Nos inícios do século I a fonte foi monumentalizada às custas de um peregrino natural de *Arcobriga*, chamado *Celicus Fronto*, certamente um *negotiator* que se terá instalado na cidade num momento muito precoce (Garrido Elena *et al.*, 2008).

Por sua vez, em *Lucus Augusti* estão registadas quatro estruturas desse tipo, como a fonte de San Roque e o tanque nas imediações do *Mithraeum*, que certamente estavam associados a locais de culto (González Soutelo, 2008: 377). São ainda de destacar a piscina ou o ninfeu exumado na praça de Santo Domingo, próximo ao *castellum diuisorium aquae* (Álvarez Asorey *et al.*, 2003: 38-39) e, ainda, as *arae* dedicadas a ninfas provenientes das termas extramuros localizadas na margem norte do rio Minho (Hervés e Reigoso Meijide Cameselle, 2000: 215-220).

Destacamos, ainda, algumas estruturas hidráulicas cuja função estava relacionada com atividades artesanais, como poderia ser o caso do *puteus* identificado na chamada “Casa do Poço” em *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2017c: 230), de uma pia realizada em *opus signinum* localizada numa possível *taberna* de *Lucus Augusti* (González Soutelo, 2008: 377) bem como um o poço documentado na intervenção rua dos Clérigos, esquina com Praça de Espanha, que possivelmente foi instalado numa loja aberta ao *decumanus* que limitava o quarteirão a sul.

Por fim, cabe salientar o sistema de drenagem das águas sujas e pluviais, o último passo do ciclo hidráulico urbano dos recursos hídricos, que se iniciava na captação e abastecimento. Durante o período alto-imperial o projeto urbanístico de *Lucus Augusti* previa a implantação de ruas com uma leve

pendente do centro para os extremos, de modo a conduzir as águas pluviais das casas, sobretudo dos telhados e as águas sujas do seu interior na em direção aos pórticos e às estruturas de drenagem, construídas entre os seus limites e as ruas que os bordejavam. Nos inícios do século I uma solução rudimentar para esse sistema foi ensaiada, com recurso a valas simples que permitiam a condução das águas, mas na segunda metade dessa centúria as canalizações de drenagem receberiam foram petrificadas, recebendo um aparelho em lajes de xisto, o que conformaria o sistema definitivo de drenagem das águas residuais, que deveria ser conduzida para cloacas que circulariam sob o pavimento das ruas principais.

Em Lugo, grande parte dos canais de drenagem coincidem espacialmente com as primitivas valas, mas, noutros casos receberam enchimentos que recobriram esses rasgos, como foi documentado na intervenção da Ronda Interior Clérigos 1. Embora a regra geral pareça ter sido a implantação de dois canais nas laterais das ruas, registados sobretudo na área central da cidade, nas imediações do *decumanus maximus* e do *forum*, possivelmente associado às termas públicas da rua Armanyá 13, noutros locais documentou-se apenas uma canalização sob as vias e pequenos canais que cruzavam transversalmente esses eixos de forma a reunir as águas sujas e pluviais nas cloacas, situação que se encontra bem patente nas intervenções da rua do Progreso, Clérigos 1998 e Anxel Fole 11

Durante o Baixo-império o sistema de drenagem sofreu uma grande transformação, certamente associada a uma maior necessidade de recolher um maior volume de águas. Um dos principais fatores para tal fenómeno pode ter sido a construção de diversos espaços termais, tanto públicos como privados, em diversos quarteirões da cidade, de que são exemplo os documentados nas intervenções da rua dos Clérigos, esquina com Praça de Espanha, Anxel Fole 11, Doutor Castro 20-22, Armanyá 3, Armanyá 13, bem como os identificados nas traseiras da Catedral de Santa Maria de Lugo, da qual uma das piscinas, inteiramente revestida com mosaicos, encontra-se musealizada na Praça de Santa Maria (González Soutelo, 2017: 371).

Esse novo sistema foi implementado através da construção de uma grande e robusta cloaca abobadada com lajes de xisto em argamassa, documentada nas intervenções da rua da Rainha 7 e 9 e Armanyá e Conde Pallares 1998, com aproximadamente 1.1m de altura e 0.5m de largura em seu interior, que se desenvolvia sob o *decumanus maximus* desde o *forum* da cidade até ao limite do centro urbano. Essa estrutura seguia um percurso levemente serpenteante, de modo a reduzir a velocidade do fluxo no interior do canal, que corria no sentido da pendente natural do terreno. Outra cloaca abobadada, da qual possuímos menos informações, foi identificada nas imediações da Catedral de Santa Maria de Lugo e deveria estar associada aos edifícios termais construídos naquela zona da cidade. De modo geral,

o sistema de drenagem foi reajustado de modo a que as águas provenientes dos canais, que recolham as águas pluviais das ruas e dos telhados, bem como as águas sujas do interior dos quarteirões fossem conduzidas para essas duas grandes canalizações (González Soutelo, 2017: 369).

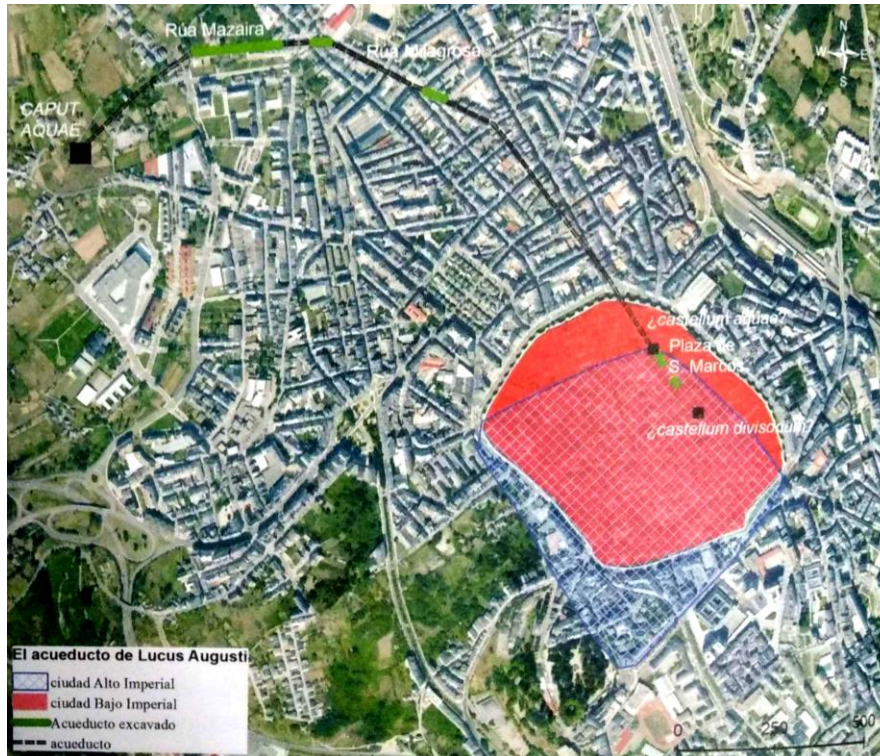


Figura 45. Proposta de restituição do traçado do aqueduto de *Lucus Augusti* por González Soutelo (2017: 366).

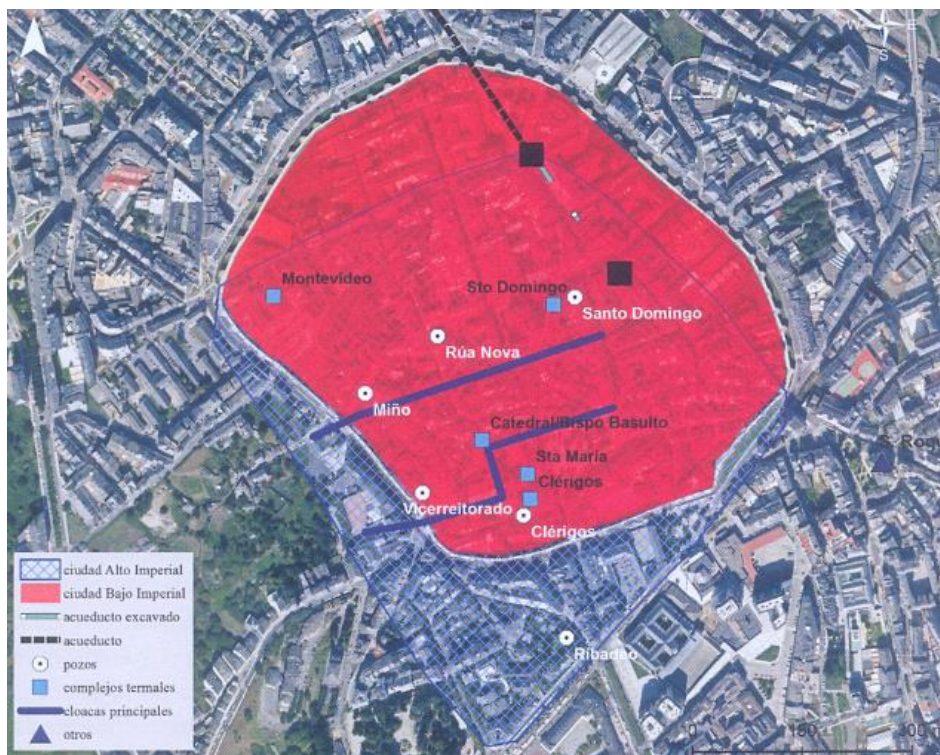


Figura 46. Cloacas abobadadas e possíveis edifícios termais (González Soutelo, 2017: 366).

Contudo, fica uma questão em aberto relacionada com a justificação da ampliação do sistema de drenagem. Na verdade, ela poderá ter estado associada a um aumento da quantidade de águas a eliminar (González Soutelo, 2008). Mas ela já seria significativa no Alto Império, pois, se por um lado o índice pluviométrico de Lugo apresenta elevados valores, a ação antrópica em *Lucus Augusti*, desde o período júlio-cláudio, recorre a um grande volume de água, obtida tanto através de poços implantados um pouco por toda a cidade como por meio do aqueduto que abastecia a cidade, cuja distribuição interna era realizada através do *castellum diuisorium aquae* da praça de Santo Domingo. Toda essa água precisava de ser eliminada, sendo assim bastante sugestivo que ainda no período alto-imperial o sistema de drenagem contasse com a existência de uma grande cloaca, à semelhança do que acontecia em *Bracara Augusta*, onde se conhecem duas grandes cloacas, que corriam sob os eixos principais da cidade. A cloaca do cardo máximo datará de meados do século I apresenta uma caixa com 1.5m de altura por 0.9m de largura (Ribeiro, 2015a: 379). Desta forma, acreditamos que *Lucus Augusti* possuía um sistema de drenagem semelhante ao bracaraugustano em época alto-imperial o qual foi alvo de profundas reformas durante o período baixo-imperial, junto com a repavimentação dos eixos viários e pedonais da cidade, de modo a que aquilo que nos chega representa somente o resultado dessas sucessivas modificações, tornando as primeiras estruturas mal conhecidas (González Soutelo, 2017: 374-375).

É evidente que *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti* recebem desde cedo um significativo conjunto de estruturas que permitiam a captação, a distribuição e eliminação da água, tendo esta sido necessária não apenas para as necessidades básicas da vida urbana, mas também para práticas sociais e religiosas características do modo de vida romano. Na capital bracaraugustana fica bastante evidente esse tipo de prática na Fonte do Ídolo, cuja construção e reforma foi promovida por uma família de peregrinos como forma de autopromoção (Garrido Elena *et al.*, 2008). Mas o evergetismo poderia também contemplar a intervenção em infraestruturas públicas, como poderá ter acontecido com a construção da cloaca baixo-imperial de *Lucus Augusti* (González Soutelo, 2008), o que representava, em grande medida, parte das obrigações impostas aos membros da *ordo decurionum* da cidade, cujo trabalho era promover e gerir a construção de estruturas e edifícios públicos que garantissem o bom funcionamento da cidade, assegurando, em troca, o prestígio social que impulsionava suas carreiras políticas (Mar, 2008: 181-198).

4. Os edifícios públicos e privados

Tanto *Bracara Augusta* como *Lucus Augusti*, como capitais conventuais, dispunham de uma série de edifícios públicos, necessários à administração das cidades e dos territórios que geriam, bem como privados, onde residia a sua população, parte da qual ocupava *domus* que se adaptavam aos lotes da malha urbana (Martins *et al.*, 2017b: 252).

No que diz respeito aos edifícios públicos, é preciso salientar que a construção dos mesmos requer antes o beneplácito da *ordo decurionum* da cidade, entidade que promovia essas obras. Uma vez que a autorização fosse obtida, devia-se buscar o financiamento para realizá-las, existindo duas possibilidades, uma por via do erário público, proveniente da administração provincial ou imperial e outra por via privada, sem dúvida a mais comum, devido aos limites das possibilidades de investimento por parte do Estado. Assim, o financiamento nos edifícios públicos era maioritariamente garantido por práticas de evergetismo, que consistia na capacidade de determinados membros da elite garantir o pagamento dos gastos com obras públicas, *pro populo*, uma forma de investimento no necessário prestígio político junto dos cidadãos com direito ao voto, o que impulsionava as suas carreiras em buscas de magistraturas e outros cargos (Mar, 2008: 186).

Como salientámos na primeira parte do presente trabalho, a identificação das elites urbanas com os edifícios públicos que financiavam formava parte dos processos de *cristalização e assimilação* da cidade, que fomentava o crescimento e prestígio desta e possibilitava a ascensão política das elites (Morley, 2011), o que fica patente em *Bracara Augusta* com o exemplo do processo de monumentalização da Fonte do Ídolo realizado por pelo menos três gerações de *Frontones* (Garrido Elena *et al.*, 2008).

As arquiteturas públicas documentadas nas duas cidades apresentam um grande desfasamento a nível da qualidade dos vestígios e dos estudos realizados. No que toca aos *fora* das cidades, não temos grandes informações. Embora seja verdade que a grande praça do *forum* lucense foi alvo de algumas intervenções, poucas foram as publicações sobre esse importante espaço, desconhecendo-se as características dos edifícios que deveriam situar-se na superfície da mesma. Por sua vez, o *forum* de *Bracara Augusta* nunca foi alvo de trabalhos arqueológicos, sendo a sua localização sugerida por dados cartográficos e topográficos (Martins, 2006; Martins *et al.*, 2017b: 252-259).

Acerca do *forum* de *Lucus Augusti*, sabemos que o mesmo não se encontrava na área central da cidade, mas sim um pouco desviado a nordeste, situando-se na parte mais alta da colina. Atualmente, grande parte da praça encontra-se sob o quarteirão limitado a poente pela rua da Raiña, a nascente pela

rua do Progreso, a norte pelo *decumanus* identificado na praça de Santo Domingo e a sul pela intersecção entre as ruas do Progreso e San Pedro, onde também foi reconhecido um *decumanus*. De acordo com os dados fornecidos pelos investigadores que escavaram e realizaram os levantamentos que permitiram documentar os limites da praça, esta deveria ter 196m de comprimento, por 106m de largura, incluindo-se nesse cálculo a possível basílica que se situaria no setor sul do imóvel (Carreño Gascón, 2017: 434).

Por sua vez, o *forum* de *Bracara Augusta* é ainda menos conhecido, sendo apenas referenciado na cartografia histórica de Braga, em específico no chamado Mapa de Braunio, de 1594, onde está assinalado “*S. Sebastiani aedicula ubi forum Romanorum fuisse creditur*”, sugerindo a proximidade da antiga praça foral de época romana nas proximidades da capela de S. Sebastião das Carvalheiras, tratando-se, provavelmente, do atual Largo Paulo Orósio e de seu prolongamento a nordeste pela rua de S. Paulo, dado o relativo aplanamento dessa área da colina onde a cidade romana foi implantada. Apesar do *forum* nunca ter sido alvo de intervenção arqueológica, aludimos também à identificação de alguns elementos arquitetónicos monumentais em escavações realizadas na área do Largo Paulo Orósio, como bases áticas com mais de 80cm de diâmetro (Ribeiro, 2015a: 298-300), elementos que evidenciam a construção de um grande e importante edifício nas proximidades, certamente de grande prestígio e de destacadas dimensões, tendo-se em consideração a qualidade e a excecionalidade dos materiais utilizados. Apesar dos limites que a falta de dados representa, acredita-se que o comprimento do *forum* bracaraugustano correspondesse a cerca de 179.37m (Martins *et al.*, 2017b: 254).

De acordo com a proposta de malha urbana fundacional de *Lucus Augusti* é possível projetar um *forum* lucense com cerca de 166x104m. Por sua vez, importa destacar, do conjunto de zonas arqueológicas analisadas na Parte II, os vestígios exumados nas intervenções da rua da Rainha 18, rua do Progreso e rua do Progreso 28 que se situam no interior da grande praça. Não fornecendo dados específicos quanto à natureza dos edifícios que compunham a praça, fornecem contudo dados relativos à sua cronologia que apontam para a sua construção na época júlio-cláudia e para a permanência do seu funcionamento até ao fim da cidade clássica, tendo a última reforma documentada sido associada ao período baixo-imperial. Trata-se de um ciclo de ocupação coerente com o que se conhece de outras cidades da Hispânia e com a natureza das funções que desempenhava, pois estamos perante um centro administrativo, político e religioso, que reunia também funções económicas e judiciais. O contínuo investimento nessa estrutura é sintomático do interesse das elites locais, certamente associadas ao poder administrativo da cidade e que buscavam ser assimiladas a ele de modo a conseguir benefícios políticos (Morley, 2011).

Salientamos ainda, no âmbito da intervenção realizada na rua da Raiña 18, a identificação de uma estrutura em *exedra* que formaria parte do limite este do *forum* (Álvarez González *et al.*, 2002), o qual pode indicar a reprodução das soluções arquitetónicas que se encontram no *forum Augusti*, no qual quatro *exedrae* estavam dispostas simetricamente e acolhiam grupos escultóricos representativos de momento essenciais para a história de Roma, como Eneias ou Rómulo (Meneghini e Santangeli, 2007). Os vestígios da rua do Progreso 28 indicam-nos o recurso a uma cimentação bastante robusta em *opus caementicium*, com cerca de 80cm de largura, onde assentavam os muros em lajes de xisto colmatadas com argamassa que delimitava o edifício a este (Santamaría Gámez, 2009).

O *forum* lucense destacava-se certamente entre os demais edifícios da cidade, tanto pela sua localização na parte mais alta da colina, ainda que não no centro da malha urbana planificada, como pela robustez de seus aparelhos e, certamente também pela qualidade dos revestimentos e do programa decorativo.

Os quarteirões em redor do centro administrativo seriam manifestamente polos que atraíam para si a instalação de equipamentos que usufruem da grande circulação de pessoas que se dirigia ao *forum*, como está documentado na intervenção da rua do Progreso 28, onde foi individualizado um troço de um *kardo* que se desenvolve a este do limite nascente do *forum*, ao qual estava associado, nos quarteirões a ele abertos, um conjunto de *tabernae*. Os processos de ocupação desses espaços aludem a fenómenos de valorização, sugeridos pelas diversas reformas neles ocorridas, ainda que pouco compreendidas, mas que permitem indicar uma sociedade mais competitiva no período baixo-imperial, quando foram realizadas, pelo menos, três transformações da sua planta, uma delas associada à implantação de um forno.

No que toca a área envolvente do *forum* de *Bracara Augusta* foi possível identificar, aquando das escavações da zona arqueológica do Ex-Albergue Distrital, uma *domus* com várias *tabernae* que acompanham as fachadas poente e sul, abertas, respetivamente, ao *kardo* e *decumanus maximí*, que aproveitam a privilegiada localização próxima ao *forum* (Magalhães, 2010; 2019; Torres, 2014).

Por outro lado, a norte do *forum* bracaraugustano, na vertente nordeste da Colina do Alto da Cidade, foi implantado nos inícios do século I um grande edifício público, genericamente chamado de edifício pré-termal, com uma planta complexa, constituída por 4 corpos, um dos quais apresenta alguns paralelos com edifícios tipo *horrea*, podendo tratar, efetivamente, de um armazém de elevadas dimensões, estrutura que certamente seria necessária para dar apoio às atividades construtivas que se estavam a realizar por toda a cidade nas décadas que sucederam à fundação de *Bracara Augusta* (Martins, 2005).

Cerca de um século depois, nos inícios da segunda centúria, o referido edifício é desmantelado para dar lugar a dois grandes edifícios públicos cujas funções assinalam o dinamismo social e económico da cidade nos períodos flávio e antonino. Trata-se, com efeito, de umas termas públicas de médias dimensões e de um teatro (Martins, 2005; *et al.*, 2017b: 255-256).

É preciso salientar que entre as três capitais conventuais do noroeste, *Bracara Augusta* é a única em que foi identificado um edifício de espetáculos, fator que claramente alude às condições financeiras privilegiadas das suas elites e ao investimento que as mesmas realizavam, emulando os códigos culturais romanos. Embora não tenha sido arqueologicamente documentado, sabe-se, contudo, que *Bracara Augusta* possuía também um anfiteatro, cuja localização fora da malha urbana é conhecida (Morais, 2001).

Os edifícios públicos conhecidos em *Bracara Augusta*, implantados a norte do *forum*, ou seja as termas e o teatro, reiteram a capacidade económica e o dinamismo social daquela que se tornará na capital da Galécia, a partir de finais do século III. Por outro lado, importa referir que a construção das termas públicas do Alto da Cidade, datadas dos inícios do século II, associa-se ao processo de florescimento urbano deste tipo de equipamentos. Pode mesmo afirmar-se que o século II é o século das termas públicas de Braga, sendo conhecido outro grande equipamento rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas e um *balneum* que foi construído em meados do século II, aproveitando parte da estrutura do quadrante noroeste da *domus* das Carvalheiras, (Martins, 2005; 2015). Os espaços termais eram o lugar onde todos os habitantes da cidade podiam realizar uma grande quantidade de atividades, como a prática de exercícios e a limpeza do corpo, e, sobretudo, aproveitar o tempo para a socialização. Com efeito, as termas são um tipo de edifício público essencial na vida de qualquer cidade romana e um elemento chave do processo de romanização (Laurence *et al.*, 2011: 23-234; Beard, 2016: 257-260).

Já em *Lucus Augusti*, embora tenham sido documentados dois balneários do período júlio-cláudio, um localizado na rua Catedral/Bispo Basulto e outro na rua Armanyá 13, sendo ambos presumivelmente públicos (Álvarez Asorey *et al.*, 2003; González Soutelo, 2017: 369), não dispomos de dados suficientes para a sua caracterização, uma vez que desconhecemos os seus limites.

Do conjunto de intervenções que analisámos na Parte II destacamos os espaços termais da rua dos Clérigos, esquina com Praça de Espanha e da rua Anxel Fole 11, os quais seriam provavelmente privados.

Na área extramuros da cidade foi identificado um grande edifício balnear público, na margem norte do rio Minho, que aproveita os aquíferos naturais do lugar e onde eram realizados cultos às ninfas

daquele importante curso fluvial, tendo sido encontrado um significativo conjunto de *arae* a elas dedicadas aquando das escavações que lá foram realizadas (González Soutelo, 2017: 374-379).

Os dados disponíveis sobre os mais antigos edifícios privados de *Lucus Augusti* são bastante frustes e não permitem compreender a natureza das construções, traduzindo-se num conjunto de estruturas em negativo, datadas da época júlio-cláudia, cuja interpretação é bastante difícil, mas permite supor a ocorrência de construções de carácter provisório, associadas com as atividades construtivas que estavam a decorrer um pouco por toda a cidade.

Por sua vez, ao longo das dinastias flávia e antonina estão assinalados vestígios mais numerosos de estruturas de natureza residencial, de que é exemplo a *domus* do Mitreo, sem dúvida o exemplar de *domus* melhor conhecido de Lugo, ainda que dela não se disponha da planta completa (Rodríguez Cao, 2011: 20-31). Associada à implantação das *domus*, vemos nesse momento a generalização das *tabernae*, como aquelas identificadas ao longo do *decumanus maximus*, na zona arqueológica da rua Armanyá e da rua do Progreso. O aumento dos espaços comerciais atestam, por um lado, o crescimento demográfico da cidade e, por outro, o dinamismo económico dos seus habitantes. As lojas estavam localizadas em construções privadas, sendo alugadas pelos seus proprietários aos comerciantes que vendiam um amplo conjunto de objetos e alimentos para assim pagarem as rendas dos espaços, tendo maior prestígio e certamente também o maior rendimento, as lojas localizados em áreas de destaque na cidade, como nas principais vias e nas proximidades do *forum* (Wallace-Hadrill, 1991).

Será no período baixo-imperial que veremos novamente grandes alterações nos edifícios privados. Em *Bracara* as reformas de edifícios públicos e privados estão certamente associadas à promoção da cidade a capital da nova província da Galécia, fenómeno que terá trazido benefícios para a cidade, atraindo a presença de uma elite mais diversificada e com gostos mais requintados. As reformas das *domus* no século IV traduzem uma inequívoca preocupação de competição entre as elites, que tendo deixado de investir no espaço público passam a fazê-lo nas suas casas, como forma de competir por cargos e outros benefícios que o sistema imperial tardio trouxe consigo (Martins *et al.*, 2016).

Lucus Augusti revela também abundantes reformas nas habitações no século IV (González Fernández, 2005: 28-29). Nessa fase, as escavações analisadas testemunham reformas na generalidade das *domus*, que contam agora com programas decorativos mais requintados e dispendiosos, verificando-se também a implantação de habitações em locais que não haviam sido urbanizados no período anterior, como está documentado nas zonas arqueológicas da rua Anxel Fole e da rua de Montevideo.

A regularidade dos eixos viários urbanos é severamente ameaçada nesse período, tendo sido registado o avanço de edifícios sobre alguns eixos pedonais e viários, como documentado na intervenção

da rua Doutor Castro 20-22, em que a *domus Oceani* ocupa a totalidade de um *kardo*. Essa habitação, dada a sua significativa dimensão e a proximidade ao *forum*, bem como o facto de ter uma de suas fachadas aberta ao *decumanus maximus*, seria de uma grande monumentalidade e causaria um forte impacto nas pessoas que por ali circulavam, contribuindo para a promoção pública de seu proprietário, que necessariamente teve de obter a permissão da *ordo decurionum* da cidade para implantar o seu imóvel sobre o espaço público (González Fernández, 2005; Mar, 2008; Harnett, 2017: 138-139). Por outro lado, a escolha dos materiais e de determinados elementos arquitetónicos também documenta uma mensagem do poder económico e social do seu proprietário, o qual utilizou colunas em granito para compor espaços de representação, reproduzindo assim um aspeto fundamental da paisagem urbana lucense, bem caracterizada pelo ritmo dos pórticos dispostos ao longo do perímetro dos quarteirões da cidade (Magalhães, 2019).

Ainda que sejam mal conhecidas as estruturas correspondentes aos momentos pós-fundacionais das duas capitais conventuais, os dados disponíveis sobre a evolução urbana de ambas assinalam um grande crescimento em época flávia e antonina e no período tetrárquico. Os investimentos públicos documentados nas duas cidades aludem a uma participação bastante ativa das elites, que certamente buscavam colher prestígio social e ascender através de cargos locais e provinciais.

5. A implantação da muralha e as mudanças da trama viária no Baixo-império

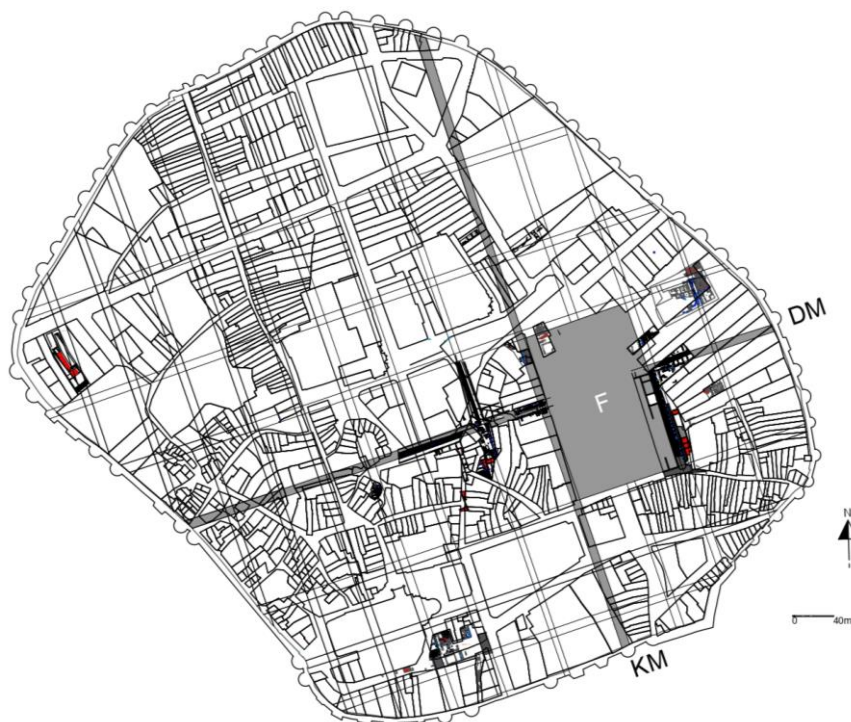


Figura 47. Proposta de planta baixo-imperial.

Com a chegada do Baixo-império, a cidade de *Lucus Augusti*, assim como *Bracara* e *Asturica Augusta*, sofreu uma grande modificação a nível urbanístico, que teve como máximo expoente a construção de um equipamento defensivo, que é datado do período da tetrarquia (González Fernández, 2005: 28; Sevillano Fuertes, 2007; Martins *et al.*, 2012: 37). A implantação da muralha lucense e a necessária adaptação da estrutura da cidade ao novo perímetro trouxe consigo uma mudança na fisionomia da cidade, materializada no desmantelamento total ou parcial de edifícios, no abandono de determinadas áreas, na ocupação de outras, mas também na inclusão de áreas com uma ocupação dispersa, que desenhavam uma anterior periferia da área planificada e passam então a estar intramuros (González Fernández, 2005: 28-29). Naturalmente que foi também criado um espaço não edificado que segue o traçado da muralha, o *interuallum*, bem documentado nas escavações que foram realizadas na zona arqueológica da *domus* do Mitreo, parcialmente desmantelada e reconfigurada para a criação daquele espaço *non aedificandi* (Rodríguez Cao, 2011: 24-25).

Contudo, todas as transformações ocorridas no urbanismo de *Lucus*, do século IV, devem ser associadas com uma série de modificações que ocorreram na cidade, e que podem ser relacionadas com a criação da nova província da *Gallaecia*, com capital em *Bracara*, facto que terá tido impacto em todo o noroeste peninsular e sobretudo nas suas cidades (González Fernández, 2005: 28-29; Martins *et al.*, 2012: 57-61). Assim, verifica-se que as elites de Lugo realizaram grandes investimentos nas suas habitações, tornando-as cada vez mais sumptuosas e, sempre que possível, maiores. Esse fenómeno, também observado em *Bracara* (Martins *et al.*, 2016), estava associado à busca pelos novos cargos administrativos que a capital da Galécia oferecia com a sua promoção.

Os investimentos construtivos nas *domus*, a partir de finais do século III, podem ser analisados nalgumas das intervenções arqueológicas que foram apresentadas e valorizadas na Parte II do nosso trabalho, das quais destacamos as realizadas na rua do Progreso 20-22, rua Doutor Castro 20-22 e Ronda Interior Clérigos nº 1, nas quais foi documentando um gradativo avanço do edificado doméstico sobre os anteriores eixos viários, tanto pedonais (pórticados), como viários, facto que altera a fisionomia da cidade. Por outro lado, os trabalhos efetuados nas zonas arqueológicas identificadas como rua Anxel Fole 11 e na rua Montevideo 23, 25 e 27, permitiram por a descoberto a construção de edifícios habitacionais em áreas da cidade que terão conhecido uma ocupação de natureza completamente distinta no período alto-imperial. No primeiro caso, foram identificados elementos que permitem classificar aquela zona da cidade como um grande setor artesanal, tendo sido individualizados diversos fornos, distribuídos sensivelmente por toda a área intervencionada, enquanto no outro foram

reconhecidos níveis de necrópole, cujas cronologias mais antigas apontam para a utilização daquele espaço para essa finalidade desde o período fundacional. Relacionamos as transformações ocorridas nessas duas áreas com o processo de crescimento económico que a cidade viveu no Baixo-império, o qual se traduziu no maior aproveitamento da área intramuros para a implantação de requintadas *domus*, grande parte delas, construídas agora com espaços balneares privados, como é o caso da casa identificada em Clérigos, esquina com Praça de Espanha, onde os muros alto-imperiais foram reaproveitados para a instalação dos novos compartimentos.

A reutilização de elementos anteriores para as novas construções está bem documentado no avanço dos edifícios sobre os pórticos, que são fechados através da elevação dos antigos muretes, que delimitavam esses espaços e os separavam dos eixos viários. Esse fenómeno está registado em grande parte dos pórticos dos arruamentos lucenses, sendo preciso salientar, contudo, que aqueles associados ao *decumanus maximus* não parecem ter sido alvo de apropriação privada, tendo permanecido em funcionamento em todo o seu percurso durante o Baixo-império.

As modificações ocorridas nos pórticos e nos arruamentos resultou em alterações no sistema de drenagem das águas sujas e pluviais da cidade, cuja solução recorreu à implantação de cloacas abobadadas que se dispunham sob os eixos principais da cidade, bem como a construção de novas canalizações que conduziam as águas para esses grandes canais de drenagem de efluentes para fora da cidade. A reestruturação do sistema de drenagem foi acompanhada por uma repavimentação das ruas, bem documentado na rua Anxel Fole 11, mas documentada também um pouco por toda a cidade, sendo reconhecida pelos enchimentos que apresentam datações baixo-imperiais.

As reformas realizadas na cidade, tanto de carácter público como privado, estão inseridas no processo de cristalização da cidade e terão sido suportadas, em grande medida, pelos investimentos das elites, que viam no requinte de suas casas um poderoso instrumento para cooptar apoio político e favorecer as suas carreiras. No entanto, a construção da muralha de Lugo representa um investimento muito dispendioso que deve ter sido suportado pelo erário público, podendo mesmo ter conhecido um financiamento central, concedido pelo estado, uma vez que estava em causa a montagem de um sistema defensivo estratégico e não apenas a defesa de uma cidade.

Podemos afirmar, portanto, que tanto *Bracara* como *Lucus Augusti* conheceram no século IV um momento de grande crescimento económico, patente na construção das suas muralhas, remodelação de equipamentos públicos e dos edifícios privados, que pode ser relacionado com a promoção da primeira à capital provincial e com o enriquecimento de suas elites (González Fernández, 2005: 28-29; Martins *et al.*, 2012: 57-61). Este crescimento contrasta com as crises sofridas por outras cidades do

Império ocidental, o que permite vislumbrar uma grande diferença entre as circunstâncias das diferentes cidades e dos respetivos territórios que formavam parte da rede urbana que conformava o império (Morley, 2011).

Posteriormente aos finais do século IV, os vestígios relacionados com a ocupação da área intramuros de *Lucus*, tornam-se escassos e de mais difícil compreensão. Falamos naturalmente do chamado período suevo visigótico, que corresponde em *Bracara* a uma continuidade de ocupação da cidade antiga, associada a uma prosperidade económica, bem documentada pela manutenção do ritmo de importações de vários produtos oriundos das principais rotas comerciais, mas também pela produção artesanal que se mantém até à segunda metade do século VI. Este é também um período em que se verificam mudanças na funcionalidade dos espaços e em que são abandonados os principais equipamentos característicos da cidade clássica, de que são exemplo o *forum*, o tetro e o anfiteatro, espaços que são ocupados com novas funções, designadamente de natureza habitacional e artesanal, conforme foi demonstrado em *Bracara*, na área envolvente do teatro (Martins *et al.*, 2015; 2016). Também as antigas *domus* são objeto de mudanças substantivas, passando a albergar várias famílias, perdendo portanto a sua natureza de habitação unifamiliar (Martins *et al.*, 2016).

A informação disponível para *Lucus* relativa a este período (séculos V e VI) é bastante escassa e não tem sido valorizada pelos arqueólogos, embora algumas intervenções demonstrem vestígios reportáveis a esta fase da vida da cidade. Assim, na intervenção da rua do Progreso 28 foi identificado um muro transversal que se sobrepõe ao limite nascente do *forum*, o que nos permite pensar que os espaços públicos, tal como os privados, devem ter sofrido mudanças substantivas de forma e função ainda que difíceis de perceber, considerando o carácter fragmentários dos vestígios conhecidos. Por outro lado, na rua do Progreso 12 foi possível individualizar uma sepultura cuja cronologia desconhecemos, mas que certamente será do período alto medieval, quando as bases ideológicas e culturais que davam forma e uso à cidade clássica haviam desaparecido, o que alterou a forma como se entendia o espaço urbano.

6. Análise comparativa dos dados obtidos em *Lucus Augusti* com os de *Bracara Augusta*

Após a análise realizada ao longo da Parte III foi possível estabelecer que as duas capitais conventuais em avaliação, *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*, conheceram processos evolutivos bastante semelhantes. As duas foram fundadas *ex novo* após a conquista do noroeste peninsular, em finais do século I a.C., tendo evoluído a partir de planimetrias distintas, certamente associadas às diferentes composições dos corpos cívicos de cada uma, embora a elevada presença de indígenas esteja verificada

nas duas e possa ser valorizada a partir da alta quantidade de materiais cerâmicos de fabrico indígena, que apresentam uma clara continuidade das produções da Idade do Ferro, ou com base no *corpus* epigráfico das cidades onde as elites indígenas se fizeram representar, emulando o hábito epigráfico romano (Alcorta Irastorza, 2001; Martins *et al.*, 2012: 47; Martins *et al.*, no prelo).

As diferenças no desenho das duas cidades materializou espaços urbanos com características formais bastante distintas. Os quarteirões, formados pelos cruzamentos dos eixos viários ortogonais, são os elementos que melhor demonstram as diferenças das cidades, sendo no caso de *Lucus Augusti* retangulares e irregulares, enquanto em *Bracara Augusta* apresentam uma forma quadrada e uma grande regularidade. Além disso, a área ocupada dos quarteirões também varia, de modo que os da capital lucense eram maiores, ainda que os grandes quarteirões de Lugo pudessem ter tido subdivisões que desconhecemos, uma vez que nenhum foi integralmente escavado.

As elevadas e irregulares dimensões dos lotes de *Lucus Augusti* possibilitaram a implantação de habitações de elite de diferentes tamanhos e plantas, o que reflete uma maior hierarquização social e económica da cidade, sobretudo quando comparamos os quarteirões lucenses, com os de *Bracara Augusta*, que registam uma grande homogeneidade formal e dimensional. A heterogeneidade lucense assinala uma sociedade mais hierarquizada, com maior variabilidade de elites, que incluíam elementos indígenas, romanos e peregrinos, que evidenciavam a sua diferencial riqueza e estatuto através das dimensões e sumptuosidade das habitações que mandavam erguer, processo mais contido no espaço urbano bracarense onde a área dos lotes era bastante mais homogénea, implicando que a diferenciação entre os elementos da elite se fizesse de outro modo (Magalhães, 2019; Martins *et al.*, no prelo).

A evolução do processo construtivo nas cidades, por sua vez, conhece fases bastante similares. Assim, durante o período júlio-cláudio, a atividade construtiva estava associada a edifícios que, embora pouco conhecidos, davam apoio à implantação dos equipamentos públicos que se iam construindo um pouco por toda a *urbe*, como os *rigores* que delimitavam os quarteirões e os lotes, o sistema viário, os sistemas de abastecimento e drenagem e, naturalmente o *forum*. Em *Lucus Augusti*, terão também sido construídas alguns equipamentos termais neste período.

Uma vez construídas as infraestruturas, em finais do século I expandiu-se o parque habitacional das cidades, que passa a estar caracterizado por *domus* que, em *Bracara Augusta*, ocupavam ora metade, ora a totalidade da área dos quarteirões. As *domus* independentemente da dimensão emularam a gramática arquitetónica itálica e dialogaram com a paisagem urbana das cidades, bem marcadas pelo ritmo das colunatas dos pórticos, que protegiam os eixos pedonais que ladeavam as ruas (Magalhães, 2019).

Entre a época flávia e antonina foram erguidos em *Bracara Augusta* diversos equipamentos públicos, relacionados com atividades de ócio e entretenimento, sendo de se destacar o teatro (Martins *et al.*, 2013; 2015), o anfiteatro e as termas públicas do Alto da Cividade e da rua Afonso Henriques (Martins 2005; 2015), enquanto em *Lucus Augusti* são mal conhecidas as evidências construtivas de edifícios públicos. O florescimento construtivo do espaço urbano nesse período esteve muito associado à extensão do direito latino à Hispânia, durante a época flávia, circunstância que terá animado as elites a investirem nas cidades com o objetivo de assim acederem a postos cada vez mais relevantes para o seu *cursus honorum* (González Fernández, 2005: 25; Martins *et al.*, 2017a: 251-274).

Durante o Baixo-império, na época de Diocleciano, foi criada a nova província da Galécia, inserida no conjunto de reformas administrativas que foram efetuadas por todo o Império e em especial na Hispânia. Com a implantação dessa nova província as duas cidades mais ocidentais da Galécia foram beneficiadas, em especial *Bracara*, ao ser instituída como sua capital o que se traduziu em processos de reestruturação de edifícios e do próprio urbanismo, documentado a nível da repavimentação dos eixos viários, construção de novos sistemas de drenagem, ampliação dos edifícios que avançam sobre o espaço público, designadamente pórticos e ruas, mas, sobretudo, pela implantação de muralhas que encerram grandes áreas, maiores que as áreas planificadas das cidades alto-imperiais.

Entre os séculos V-VI as cidades continuam a sofrer transformações, genericamente mal conhecidas, que se traduzem no abandono de alguns edifícios e espaços públicos, de que é exemplo o teatro de *Bracara Augusta*, na criação de novas realidades construtivas, das quais são exemplos as novas unidades habitacionais e artesanais que parasitam o referido teatro, assistindo-se também ao desmantelamento das luxuosas *domus* que deram origem a habitações bastante mais singelas, que subentendem novas perspetivas quanto ao modo de habitar (Martins *et al.*, 2015; 2016).

Considerações finais

O estudo do plano fundacional de uma cidade criada *ex nouo* tem uma vital importância para a compreensão da evolução diacrónica do espaço urbano, pois nele estão encerrados conceitos e processos que nortearam a elaboração de seu desenho. Esses conceitos, expostos por Henry Lefebvre em “A Produção do Espaço” (2013), são a *representação do espaço*, a *prática espacial* e os *espaços de representação*. O estudo da relação dialética que esses conceitos mantêm ao longo do tempo é capaz, não só de revelar como uma sociedade produz o espaço que habita, mas também como o próprio espaço é produtor de mudanças naquela sociedade. Desta forma, essa metodologia de análise permite perceber a relação que existe entre o espaço e a sociedade de forma a permitir entender a cidade como um todo, a qual pode ser lida e analisada através das mudanças que se foram produzindo ao longo do tempo no seu espaço físico.

Por essa razão, tentámos realizar uma aproximação à planta fundacional de *Lucus Augusti* e, desta forma, interpretar as mudanças que a cidade sofreu no seu espaço e a relação dessas mudanças com as transformações que se produziram na sociedade, para depois as compararmos com os processos que tiveram lugar em *Bracara Augusta*.

Como já foi referido, tanto *Lucus Augusti* como *Bracara Augusta* foram fundadas depois das Guerras Cantábricas, em torno do ano 13 a.C., sendo as duas cidades criadas *ex nouo* como parte do processo de reorganização e controlo do território conquistado, convertendo-se nas capitais dos *conuentus Bracaraugustanus*, no caso bracarense, e *Lucensis*, referente à urbe lucense. Para a fundação dos centros urbanos, primeiro foram escolhidos dois locais que reuniam boas condições naturais, como o resguardo dos ventos e a proximidade a leitos de água e de outros recursos necessários à construção, como argila, pedra e madeira, bem como uma posição que facilitasse a comunicação com o território conventual e demais regiões da península, terras férteis na envolvente e um importante número de povoados que representasse uma significativa concentração demográfica. A presença desses elementos tornava os espaços onde as cidades foram construídas pontos estratégicos dentro da região, que capitalizavam e continham tudo o que era necessário para permitir o funcionamento de uma cidade (Ferrer Sierra e González Fernández, 1996: 410; González Soutelo, 2017: 358; Martins *et al.*, 2017a: 205-206; Pérez Alberti, 2017).

Uma vez selecionado o local onde a cidade viria a ser erguida (*condita*), era necessário consultar as divindades através de rituais divinatórios específicos realizados por sacerdotes e magistrados habilitados (*auspicia*, *haruspices*) e, desta forma, confirmar o lugar onde o centro cívico seria consagrado e delimitado, estabelecendo-se assim a divisão entre o mundo ordenado, a ser habitado pelas pessoas (*pomoerium*) e aquele externo e caótico (*ager effatus*) (Rykwert, 1976). Tendo sido determinado e

delimitado (*limitatio*) o local onde a cidade seria implantada, eram chamados os *agrimensores*, magistrados responsáveis por transpor para o terreno as linhas (*limites*) que orientavam e definiam o desenho urbano da nova cidade, bem como coordenar a demarcação física desses traços (*rigores*). Esse processo era iniciado através dos dois eixos principais da cidade, o *cardo maximus*, com orientação N-S, e o *decumanus maximus*, no sentido E-O e de um ponto central, geralmente no cruzamento dos dois, o *decussis*, sendo os demais eixos projetados a partir de paralelas traçadas em relação às ruas mestras. O processo de definição da malha urbana das cidades de nova fundação inseriam-se no âmbito da definição e delimitação dos novos territórios integrados, processo conhecido pelo nome de centurição, um cadastro que servia também para definir uma malha de lotes a atribuir aos colonos das novas fundações, para exploração.

Depois de materializado o desenho da nova cidade dava-se início ao processo construtivo, começando-se por erguer o centro administrativo, o *forum*, que ocuparia um lugar de grande destaque na paisagem urbana, localizando-se geralmente no ponto mais alto da cidade (Laurence, 2011: 160-163; Harnett, 2017: 138-139; Martins *et al.*, no prelo).

Com o intuito de perceber o plano fundacional de *Lucus Augusti* e a sua evolução, e realizar o exercício de compará-lo com os dados disponíveis sobre *Bracara Augusta*, valorizamos os relatórios de escavações realizadas em sete zonas arqueológicas da cidade de Lugo através da análise e interpretação dos dados disponibilizados e do tratamento gráfico da distribuição espacial dos vestígios construtivos, que foram georreferenciados e individualizados de acordo com a sua cronologia, tendo-se procurado obter representações planimétricas correspondentes à topografia urbana do Alto e do Baixo-império.

Os resultados desse trabalho permitiram a restituição de uma malha urbana fundacional para *Lucus Augusti*, significativamente diferente da de *Bracara Augusta*. A principal diferença entre os desenhos das duas cidades está materializada na forma e na dimensão dos quarteirões. Enquanto a capital do convento bracarense apresenta quarteirões quadrados e regulares, todos com o mesmo tamanho, a urbe lucense possui *insulae* bastante heterogéneas e irregulares, sendo as mais próximas do *forum* maiores e retangulares e as mais distantes de menores dimensões (Martins *et al.*, no prelo).

A representação do espaço da cidade nos primeiros anos da sua fundação corresponderia à adaptação da conceção ideal de cidade, característica da realidade romana, em finais do século I a.C., aplicada às vicissitudes de cada território e da composição demográfica espectável para os centros urbanos, como fica bastante aparente ao observamos as diferença entre os planos fundacionais de *Bracara Augusta* e de *Lucus Augusti* (Martins *et al.*, no prelo).

Uma vez realizada a georreferenciação dos vestígios construtivos das áreas arqueológicas que foram analisadas e tomando por referência os vestígios relacionados com o sistema viários, pórticos e alinhamentos de canalizações e cloacas, procedemos à projeção dos seus alinhamentos. Desse exercício resultou a identificação de uma possível malha de eixos viários, que permitiu restituir uma proposta de malha urbana fundacional para Lugo. Neste exercício tivemos ainda em linha de conta a área do forum que tem sido sistematicamente projetada pelos investigadores de Lugo, uma vez que se admite que a sua construção tenha sido iniciada no período júlio-cláudio. Reconhece-se, todavia, o carácter fragmentário e fruste dos vestígios que dispomos para traçar a planimetria da cidade num período tão recuado e estamos conscientes de que a dinâmica do urbanismo lucense terá camuflado, ou apagado, muitas evidências que seriam muito úteis na hora de perceber o desenho urbano projetado pelos fundadores da cidade.

Fora da área do *forum* e no restante espaço da cidade, salvo algumas raras exceções, como o edifício balnear da rua Armanyá 13, as estruturas identificadas que remontam ao período júlio-cláudio estão representadas por um conjunto de valas, globalmente identificadas por toda a área urbana, que estão associadas à extração de saibro e a construções temporárias, certamente em materiais perecíveis, como a madeira, que terão servido como instalações de apoio às atividades construtivas que se desenvolviam na cidade.

Em *Bracara Augusta*, os dados disponíveis apresentam um processo de edificação bastante semelhante. Com efeito, os níveis mais antigos encontrados na cidade estão localizados na área próxima ao *forum*, designadamente na Colina do Alto da Cidade (Martins, 2005), fato documentado pelos materiais exumados nas valas de fundação das *domus* do Ex-Albergue Distrital e das Cavalariças, habitações de época flávia, os quais denunciam que ali foram existiriam atividades artesanais, bem patentes com a presença de moldes de armelas e placas de situlas (Martins, 1988; Lourenço, 2012: 59). Por outro lado, o sistema de drenagem sob o *kardo maximus*, identificado num conjunto de intervenções que incidiram sensivelmente ao longo da atual rua Frei Caetano Brandão, cuja fundação está assinalada no período Cláudio-Nero (Teixeira, 2012: 47), também se aproxima das cronologias assinaladas para a urbe lucense, no que toca ao início das construções definitivas dos equipamentos públicos.

As primeiras décadas que sucederam à fundação das capitais conventuais foram marcadas pela implantação de estruturas públicas fundamentais ao funcionamento das cidades, representadas pelas praças, correspondentes aos foros, onde se teriam construído, aos poucos, os edifícios religiosos e judiciais, mas também pelos equipamentos urbanos viários, e pelas infraestruturas de abastecimento de

água e drenagem de resíduos. Os materiais provenientes dos enchimentos das valas de fundação desses edifícios e infraestruturas assinalam uma importante presença de população indígena no espaço das duas cidades, a qual constituiria, quer a base da mão-de-obra necessária às atividades de construção e produção, quer a base do corpo de elite que governaria a cidade, representada nos *corpora* epigráficos das cidades, que dão conta de *negotiatores* romanos e sacerdotes de origem indígena, como acontece claramente em *Bracara Augusta* (Redentor, 2011).

As cidades eram também espaços de práticas sociais, as quais proporcionavam a integração dos hábitos romanos, sejam eles itálicos ou mediterrânicos, com os costumes locais, num intenso processo de negociação que produzirá práticas e disposições bastante específicas (Woolf, 1998; Webster, 2001), de que é exemplo a prática de evergetismo, que resultou na monumentalização da Fonte do Ídolo, um local com provável culto indígena que conheceu profundas reformas em época romana, realizadas às expensas de um *Celicus Fronto*, natural de *Arcobriga* (Garrido Elena *et al.*, 2008).

Como capitais conventuais, era em *Bracara Augusta* e em *Lucus Augusti* que o culto imperial estaria sediado, sendo este uma importante ferramenta de coesão social do Império, através da cooptação das elites locais e, a partir destas, da restante população indígena, em prol dos interesses romanos, através da eleição dos seus membros aos cargos sacerdotais nos *collegia*, como está patente em inscrições encontradas em ambas as cidades, documentando a de *Lucus Augusti* um *Barbarus*, filho de *Memmius*¹ e a bracarense um *Camalus*, filho de *Melgaecus*², ambos sacerdotes de Roma e de Augusto. Em *Bracara Augusta* estão também presentes outros *nomina* de origem itálica, como é o caso de *Lucretia Fida*, que foi *sacerd(os) perp(etua) Rom(ae) et Aug(usti)*³, certamente pertencente a um ramo (*cognomen*) plebeu dos *Lucretii*, que estavam associados ao fabrico de cerâmica em *Bracara Augusta* (Redentor, 2011: 409).

Os estudos acerca da importância dos sacerdotes nas cidades provinciais assinalam, como registado na *Lex Coloniae Iuliae Genitivae*⁴, uma grande liberdade de culto das populações locais, sendo os magistrados, *duumviri* e *aediles*, obrigados a realizar jogos e festivais à tríade capitolina, Júpiter, Juno e Minerva e a Venus (Rüpke, 2006). Habitualmente, o templo associado ao culto imperial encontrava-se no centro da grande praça foral das cidades, espaço que também congregava as funções de sede administrativa e jurídica do convento, onde, periodicamente, o governador da província, sediada em *Tarraco*, fazia visitas e resolveria os assuntos judiciais mais importantes, como exigia a lei romana. Era

¹ CIL II 2683

² CIL II 2426

³ CIL II 2416

⁴ CIL I, 594.

em Tarraco que vivia o *flamen prouvinciae*, responsável por organizar o culto imperial a nível provincial, cuja origem era bastante diversa, tendo ao menos um deles vindo de *Lucus Augusti*, o já referido *Barbarus*, filho de *Memmius*, que foi *sacerdos Romae et Augustorum ad Lucum Augusti* e *flamen prouvinciae Hispaniae Citerioris*⁵. Os privilégios gozados pelo flâmine provincial, ao que se pode apreender a partir da análise da *lex de flamonio prouvinciae Narbonensis*, eram bastante semelhantes aos usufruídos pelo *flamen dialis* em Roma, o responsável pela organização do culto a Júpiter, o que incluía a permissão de usar a *toga praetexta*, ter uma *sella curulis*, fazer parte da assembleia provincial e ser acompanhado por *lictors* durante o período que estivessem a exercer o sacerdócio (Williamson, 1987).

Esse conjunto de elementos comuns às duas cidades é significativo do modo como se desenvolveram, no sentido de cumprir suas funções enquanto capitais conventuais, segundo as exigências administrativas romanas. Na prática, as capitais conventuais converteram-se em espaços de representação do poder romano, face às comunidades indígenas locais e aos peregrinos que chegavam aos centros urbanos. Era aí que as populações oriundas do território rural tinham contacto, não somente com os costumes, ritos e leis romanas, mas também com os magistrados e funcionários que representavam o poder romano de forma direta sobre a população do convento, que aí residiam. As funções desempenhadas pelas cidades, com os respetivos magistrados, representavam uma importante ferramenta no processo de romanização do território (Dopico Caínzos, 1986; 2013; 2016), tendo parte desses cargos sido ocupados por membros das elites indígenas (Dopico Caínzos e Santos Yanguas, 2017).

Através da análise das intervenções arqueológicas realizadas em Lugo foi possível perceber a evolução da cidade ao longo do período alto-imperial, com ênfase na época júlio-cláudia, que assinala o arranque da criação dos equipamentos urbanos que permitiram, em finais do século I, a expansão do parque habitacional da cidade, associadas à construção de grandes e luxuosas *domus* que vão emular localmente o léxico arquitetónico de matriz itálica e compor uma paisagem urbana ritmada pelas colunatas dos pórticos que rodeavam os quarteirões da cidade. Por seu turno, em *Bracara Augusta*, o fenómeno construtivo inicia-se na mesma época, talvez mesmo ainda no reinado de Augusto, período em que deverá ter sido iniciada a construção do *forum*, apesar do único edifício público reconhecido até hoje ser constituído por um invulgar espaço comercial, sobre o qual foram erguidas umas termas públicas e um teatro, nos inícios do século II. Em meados do século I testemunha-se a construção do sistema de saneamento e as épocas flávia e antonina assistem à consolidação do parque habitacional, constituído por *domus*, relativamente homogéneas em termos de áreas ocupadas, mas diversas na sua disposição,

⁵ CIL II 2683

muito embora tomassem reproduziam os modelos de casas itálicas (Magalhães, 2019). Contudo, é preciso salientar que, na capital do convento bracarense, o investimento em equipamentos públicos de entretenimento e lazer nos inícios do século II foi bastante significativo se considerarmos a construção de um teatro e de um anfiteatro e de vários edifícios termais (Martins, 2015; Martins *et al.*, 2017a). Se pensarmos nos custos do programa de monumentalização e os associarmos aos investimentos que as elites fizeram na construção das suas luxuosas casas somos levados a pensar que *Bracara Augusta* era uma cidade florescente, o que é também corroborado pelos vestígios que apontam para um comércio e uma pujante atividade produtiva.

O desenvolvimento das cidades nos finais do século I/século II pode em parte ser associado às reformas realizadas pelos imperadores flávios, designadamente à extensão do direito latino a toda a Hispânia e à possibilidade que foi dada às elites de ingressarem no *cursus honorum* em Roma à partir das carreiras construídas nas províncias (Madsen, 2013: 306-311). Estas prerrogativas foram recebidas pelas elites locais como novas oportunidades para ascenderem política e socialmente e mesmo adquirirem a cidadania romana, como está bem registado nas estelas funerárias de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2012: 53).

Nessa disputa pelos cargos políticos estaria também a criação de redes de *clientes*, fenómeno largamente incentivado com a multiplicação de espaços comerciais rasgados nas fachadas das grandes *domus* que certamente seriam subalugadas pelos proprietários das habitações e que, vista a grande quantidade de estabelecimentos identificados desta natureza nas duas cidades, representaria certamente um negócio bastante lucrativo e renderia consideráveis somas de dinheiro aos *domini* (Wallace-Hadrill, 1991: 244-277; Magalhães, 2010; Martins *et al.*, 2012). Mas a atividade comercial seria certamente já praticada com um grande dinamismo desde os momentos fundacionais da cidade, conforme se pode documentar pela inscrição que os *ciues Romani qui negotiantur Bracaraugusta* dedicaram a *C. Caetronius Miccio* na época de Cláudio⁶ (Redentor, 2011: 244).

Paralelamente, como é expectável, instala-se na cidade um conjunto de profissionais ligados com as atividades construtivas, como arquitetos, *machinatores*, *redemptores*, *structores*, *lapidarii*, *tignarii*, *scansores*, *sculptores*, entre diversos outros artifices, cuja expressão nos primeiros séculos foi bastante elevada, através da edificação de estruturas por toda a urbe e das reformas nas mesmas, que recorriam ao uso dos mais diversos tipos de materiais, como granito, mármore, telha e tijolo e o revestimento de pavimentos e alçados com pinturas e mosaicos (Ribeiro e Martins, 2015). Significativos também são aqueles personagens que se dedicaram à produção cerâmica e vidro, bastante bem documentada tanto

⁶ CIL II 2423

em *Lucus Augusti* na zona arqueológica da rua Anxel Fole, como em *Bracara Augusta*, na Quinta do Fujacal, nos antigos CTT e nas Cavalariças, onde foram identificados vestígios que assinalam a cozedura de recipientes (Morais, 2004: 159-161), bem como pelo conjunto de marcas de oleiros e de olarias documentado em alguns fragmentos em produções locais, que evidenciam um grupo bastante diversificado de pessoas encarregues desses trabalhos, como os *Camali*, cujo nome está presente em lucernas e *dolia*, os *Saturnini*, certamente produtores de *tegulae* e cerâmicas de engobe vermelho, ou os *Rufini* que assinaram a produção de *dolia* (Morais, 2004: 144-149).

Os espaços de representação na época antonina ampliam-se ao contar com um maior número de estruturas construídas e de habitantes, onde os mesmos *viviam*. Mas nem todas as estruturas tiveram a mesma significação, nem foram *vividas* do mesmo jeito por toda a população. Deste modo, como vimos na Parte I, uma mesma classe social podia ter diferentes perceções sobre o que representava tanto a cidade como os seus equipamentos (Wallace-Hadrill, 1991: 244-277). Por sua vez, também houve lugares em que esses diferentes grupos se encontravam, como nos espaços termais, local onde essa diferenciação social se esbatia. Em *Bracara Augusta*, para além das *thermae*, o teatro também funcionava como uma grande plataforma de representação, fortemente impulsionada pelas divisões estabelecidas em leis, como a *lex Iulia Theatralis*, que estabelecia a reserva de alguns assentos para as *ordines* sociais mais destacadas e a hierarquização dos demais a partir de categorias económicas, jurídicas e de género (Rawson, 1987) e que funcionava como um poderoso instrumento de propaganda da ordem imperial (Martins *et al.*, 2017b: 257).

Durante o Baixo-império, o registo arqueológico documenta uma grande mudança a nível urbanístico nas duas cidades, cuja maior expressão se associa à implantação das muralhas que cercaram uma área mais extensa que as anteriores áreas planificadas. Estes grandes equipamentos provocaram a médio e longo prazo profundas remodelações urbanísticas, desativando eixos viários, progressivamente conquistados por novas construções, ou desarticulando a lógica dos quarteirões, fenómeno bem documentado na *domus* do Mitreo, em *Lucus Augusti*, que, quando foi construída no século II, ignorou a orientação da malha urbana fundacional, o que pode significar que mais de 100 anos volvidos sobre a fundação da cidade esta área não estaria ainda urbanizada, fato que terá concedido grande liberdade ao arquiteto para construir como quisesse, ou como o proprietário desejava. De qualquer modo, desconhecemos a planta da casa alto imperial, uma vez que a implantação das fundações da muralha tardia e a criação do *interuallum* interno implicou a sua parcial destruição (Rodríguez Cao, 2011: 20-27).

A nível do parque habitacional, este também sofreu significativas alterações, documentadas tanto em reformas de programas decorativos como de compartimentos, mas também no avanço de algumas casas sobre o espaço público, designadamente nos pórticos que se desenvolviam em redor dos quarteirões ou mesmo nos eixos viários, parte dos quais, sobretudo daqueles que não configuram os arruamentos principais das cidades. Esse processo está bem documentado nos dois centros urbanos, dos quais destacamos as modificações sofridas, em *Lucus Augusti*, na *domus Oceani*, analisada na Parte II, à partir dos dados provenientes da intervenção realizada na rua Doutor Castro 20-22, que passa a ocupar, no século IV, o pórtico e o *kardo* que antes a delimitavam a oeste, onde constroem, entre os compartimentos, aquele que foi revestido por um mosaico com a representação do deus *Oceanus*, o qual deu nome à casa, mas não o faz sobre o *decumanus maximus*. Em *Bracara Augusta*, por sua vez, esse fenómeno encontra-se documentado em grande parte das habitações, de que são exemplo a *domus* das Carvalheiras, a *domus* do Seminário de Santiago e a da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão 166-168, ao mesmo tempo que emergem novas realidades construtivas, de menor dimensão e com recurso a materiais e soluções mais económicos, reaproveitando-se as estruturas do teatro romano, abandonado em finais do século III/inícios do século IV (Martins *et al.*, 2016; Magalhães, 2019).

Vemos, pois, como durante o século II/III as cidades de *Lucus Augusti* e *Bracara Augusta* sofreram uma grande cristalização, propiciada por uma elite local, que buscava aproveitar as oportunidades criadas em época flávia e ampliada com Caracalla. Dessa forma, essas famílias, através da sua assimilação com as instituições da cidade, eram a própria representação do poder desta e favoreciam a assimilação da ideologia e da cultura romana mediante o exercício de seu poder (Morley, 2011).

As grandes transformações realizadas nas duas cidades durante o Baixo-império são significativas quanto aos investimentos realizados nos equipamentos públicos e no contexto privado das mesmas, realidade que esteve certamente associada à promoção de *Bracara Augusta* à capital da província da *Gallaecia* e às facilidades concedidas para as elites ascenderem politicamente (Martins *et al.*, 2012: 57-61).

Os dados proporcionados pelas intervenções arqueológicas realizadas em Lugo relativas à transição dos séculos III/IV permitem enquadrar com bastante segurança as grandes transformações realizadas na cidade, da mesma forma que conhecemos com elevada clareza as linhas gerais da evolução que se regista na capital da Galécia, no período tetrárquico. Já os conhecimentos relativos à evolução das duas cidades nas centúrias seguintes são bastante díspares. Com efeito, os dados disponíveis sobre *Bracara*, ao longo dos séculos V-VII, são bastante mais significativos do que aqueles

que se possuem para Lugo, documentando a continuada prosperidade económica e social da primeira cidade, em parte associada ao seu papel de capital do reino suevo e ao seu protagonismo como sede de bispado. Quer as atividades económicas, quer as construtivas revelam uma boa dinâmica, pelo menos até à conquista da cidade pelos Visigodos, ainda que o declínio da cidade comece a ser reconhecível sobretudo nos séculos VII-VIII, acentuando-se após a invasão muçulmana (Fontes *et al.*, 2010).

Do ponto de vista urbanístico é também notório o desfasamento de conhecimentos relativos a Lugo e a Braga, que tem merecido uma interpretação mais significativa por parte dos investigadores, sendo possível compreender melhor a dinâmica urbana da cidade nos séculos que formalizam a alta Idade Média (Ribeiro, 2008; Fontes *et al.*, 2010; Martins e Ribeiro, 2013). Nesse período documentam-se mudanças significativas a nível dos eixos viários, que progressivamente são ocupados por edifícios domésticos, que se reformulam sobre os espaços das *domus* anteriores, cujos espaços são divididos, constituindo-se novos tipos de habitações com dimensões expressivamente menores (Martins *et al.*, 2016). Por outro lado, no que toca aos materiais utilizados nessas novas construções, percebe-se uma clara queda na qualidade dos aparelhos, os quais passam a recorrer ao uso de placas de xisto e argila nas fundações e madeira nos alçados, como documentado nas unidades construídas que parasitaram o teatro após a sua desafetação (Martins *et al.*, 2015).

Na capital do convento lucense o processo histórico desencadeado com o fim da administração romana não foi muito distante daquele anteriormente descrito para a Braga tardo antiga. De fato, a análise das intervenções na Parte II do presente trabalho permitiram enquadrar um conjunto de transformações tardias, ainda que mal conhecidas, como o desaparecimento de alguns eixos viários, enquanto outros foram repavimentados, sem que, contudo, consigamos determinar se se trata do completo abandono de partes das cidades, ou apenas o reflexo direto do desmembramento do poder romano, que realizava a manutenção dos equipamentos públicos, que terá deixado esses equipamentos à sorte de iniciativas privadas. Por sua vez, o *forum* de *Lucus Augusti* também sofreu transformações nesse período, como está bem documentado nos trabalhos arqueológicos realizados na rua do Progreso 28, onde foi possível identificar um muro cuja orientação rompeu com os alinhamentos da cidade romana e que assenta num dos antigos paramentos que delimitavam a praça do *forum*.

No presente trabalho procurámos realizar uma aproximação ao estudo de *Lucus Augusti*, ensaiando-se uma abordagem metodológica que valorizasse os dados provenientes de um conjunto de intervenções realizadas na área intramuros de Lugo, tendo em vista verificar a possível existência de uma malha ortogonal de cronologia fundacional, potencialmente diferente daquela que tem sido publicada como correspondente ao plano urbano do século IV. Nessa abordagem inspirámo-nos na metodologia

seguida em Braga, pela equipa do 'Projeto de *Bracara Augusta*' e tirámos partido dos importantes paralelos que aquela cidade nos fornece como referência urbanística e arquitetónica. Acreditamos, portanto, que esta dissertação constitui uma modesta contribuição para o estudo do urbanismo de Lugo, que valoriza os dados arqueológicos de um conjunto bastante limitado de escavações, mas que tem o mérito de apresentar uma nova perspetiva de análise da capital do convento lucense, intimamente inspirada nos trabalhos arqueológicos sobre *Bracara Augusta*, realizados sob coordenação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, desde 1976, e que resultou num dos projetos de investigação em Arqueologia Urbana com maior sucesso na Península Ibérica e numa das cidades romanas melhor conhecidas da Hispânia.

Bibliografia

Fontes documentais

- Cato e Varro, *On Agriculture*. W. D. Hooper, H. B. Ash (trads.) (1934). Loeb Classical Library 283, Harvard University Press.
- Cicero, *On Duties*. Walter Miller (trad.) (1913) Loeb Classical Library 30, Harvard University Press.
- Claudii Ptolemaei, *Geographia*. Karl Müller (trad.) (1901). Firmin-Didot, Paris.
- Florus. *Epitome of Roman History*. E. S. Forster (trad.) (1929). Loeb Classical Library 231, Harvard University Press.
- Juvenal e Persius. Susanna Morton Braund (trad.) (2004). Loeb Classical Library 91, Harvard University Press.
- Pliny. *Natural History*, volume II, livros 3-7. H. Rackham (trad.) (1942). Loeb Classical Library 352, Harvard University Press.
- Strabo, *Geography*, volume II, livros 3-5. H. Leonard Jones (trad.) (1923). Loeb Classical Library 50, Harvard University Press.
- Xenophon, *Cyropaedia II*. Walter Miller (trad.) (1914). Loeb Classical Library 52, Harvard University Press.

Bibliografia

- Alba Calzado, M. (2005). La vivienda en "Emerita" durante la antigüedad tardía: propuesta de un modelo para "Hispania", In Maria Gurt J, Ribera i Lacomba, A. (eds), *VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica: les ciutats tardoantigues d'Hispania: cristianització i topografia*, València, pp. 121-152.
- Alba Calzado, M. (2007). Diacronía de la vivienda señorial de "Emerita" (*Lusitania, Hispania*): desde las *domus* alto imperiales tardoantiguas a las residencias palaciales omeyas (siglos I-IX), In Pietro Brogiolo, G. e Chavarría Arnau, A. (eds), *Archeologia e società tra Tardo Antico e Alto Medioevo*, Padova, pp. 163-192.
- Alcorta Irastorza, E. (2001). *Lucus Augusti. Cerámica común romana de cocina y mesa hallada en las excavaciones de la ciudad*, Vol. II, Fundación Barrié de la Maza, A Coruña.

-
- Alfoldy, G. (1994). Evergetismo en las ciudades del imperio romano, In Dupré, X. (ed.), *La ciudad en el mundo romano, Actas del XIV Congreso internacional de arqueología clásica*, (Tarragona, 5-11/9/1993), Vol. 1, Tarragona, pp. 63-68.
- Álvarez Asorey, R., Carreño Gascón, M. e González Fernández, E. (2003). *Aqua urbi. Historia do abastecemento de auga a cidade de Lugo. Traballos de Arqueoloxía I*, Lugo, Concello de Lugo.
- Álvarez González, Y., López González, L., López Rodríguez, E., Pérez Gómez, M., Gil Vázquez, H. (2002). *Memoria da Intervención arqueolóxica na Rúa da Raiña 18*, Lugo.
- Amaral, L. (2007). *As moedas das Carvalheiras. Contributo para o estudo da circulación monetária em Bracara Augusta*, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 3. Braga, UAUM/Narq.
- Arias Vilas, F., Le Roux, P. e Tranoy, A., (1979): *Inscriptions Romaines de la Province de Lugo*, París.
- Bartolome Abraira, R. (2008). *Control Arqueolóxico das Obras de Restructuración do Edificio nº 18 da Rúa do Progreso. Informe- memoria técnica*, Lugo.
- Bartolomé Abraira, R. (2009). O Castro de Piringalla e a súa relación con *Lucus Augusti*, In Dopico Caínzos, M. D., Villanueva Acuña, M. e Rodríguez Álvarez, P. (eds.), *Do castro á cidade: a romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea: actas do Curso de actualización sobre a romanización de Galiza, Lugo, 21 ao 23 de xullo de 2008*, Lugo, pp. 143-177.
- Beard, M. (2016): *Pompei. A vida de uma cidade romana*, Editora Record, Rio de Janeiro.
- Bedon, R., Chevallier, R. e Pinon, P. (1988). *Architecture et urbanisme en Gaule romaine – tome 1, L´architecture et la ville (52 av. J.C. – 486)*, Coll. Les Hespérides, Ed. Errance, Paris.
- Botica, N. (2017). Contributo do Sistema de información 2ArchIS para o coñecemento das cidades romanas de Braga e Lugo, In Dopico Caínzos, M. D. e Villanueva Acuña, M. (eds.), In *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae, Vol. 2*, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 387-396.

- Braga, C. (2018). *Morte, memória e identidade: uma análise das práticas funerárias de Bracara Augusta*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Brandt, J. (1985). Ostia, Minturno, Pyrgi. The Planning of three Roman Colonies, *Acta ad archaeologiam et artium historiam pertinentia*, series altera 5, pp. 25-87.
- Brown, F. (1980). *Cosa: the making of a Roman town*, Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- Burns, R. (2017). *Origins of the Colonnaded Streets in the Cities of the Roman East*, Oxford/New York, Oxford University Press.
- Campos Arias, A. (2001). *Informe, Sanatorio Nosa señora dos Ollos Grandes, Montevideo n°23/25/27*, Lugo.
- Carandini, A. (2005). *Palatino, Velia e Sacra via. Paesaggi urbani attraverso il tempo*, Edizione Dell'Ateneo, Roma.
- Carreño Gascón, M. (1988). *Excavaciones arqueológicas en la ciudad de Lugo. Solares de la calle de la Reina, 7-9, Relatório policopiado*, Lugo.
- Carreño Gascón, M. (1998a). *Propuesta de representación de los restos romanos aparecidos en la calle Progreso sobre el pavimento viario que se proyecta, Relatório policopiado*, Lugo.
- Carreño Gascón, M. (1988b). *Excavación arqueologica del solar de la calle Clérigos, haciendo esquina con la Plaza de España, perteniente a Don Isaura Diaz Mouriz, Relatório policopiado*, Lugo.
- Carreño Gascón, M. (1998c). *Informe preliminar de las calles Armanyá, Conde Pallares y Clérigos*, Lugo.
- Carreño Gascón, C. (2017). El foro romano de *Lucus Augusti*: primicias de su descubrimiento, In Ruiz Gutiérrez, A. e Cortés Bárcena, C. (eds.), *Memoriae civitatum: arqueología y epigrafía de la ciudad romana: estudios en homenaje a José Manuel Iglesias Gil*, Universidad de Cantabria, pp. 431-460.
- Carreño Gascón, C. e Rodríguez Colmenero, A. (2012) La trama urbanística de *Lucus Augusti*: génesis y evolución, In Beltrán Fortes, J. e Rodríguez Gutiérrez, O. (coords.), *Hispaniae urbes. Investigaciones arqueológicas en ciudades históricas*, Sevilla, pp. 295-318.

-
- Carreño Gascón, M., Rodríguez Colmenero, A., Alperi Fano, L. e Fernández Sánchez, M. (1988). *Informe sobre la excavación arqueológica de la calle Progreso, 20-22, de la ciudad de Lugo, en un solar propiedad de Caixa Vigo, Relatório policopiado*, Lugo.
- Carvalho, H. (2008), *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarenis*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Casal García, R. e Acuña Castroviejo, F. (2011). *Lucus Augusti e a Universidade de Santiago de Compostela*. In Rodríguez Cao, C. (coord.), *A Domus do Mitreo*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 14-19.
- Castagnoli, F. (1971). *Ortogonal town in antiquity*, Mit Press Cambridge.
- Chao Álvarez, F. (2012). *Excavación arqueológica en área na Rúa Armanyá nº3, Memoria técnica*, Lugo.
- Colmenero Rodríguez, A. e Rodríguez Cao, C. (2012). Anastilosis Virtual de "A Domus Do Mitreo de *Lucus Augusti*", *Virtual Archaeology Review*, vol. 3, nº 5, pp. 104-108.
- Coulton, J. (1976). *Architectural Development of the Greek Stoa*, Oxford Monographs on Classical Archaeology, Oxford, Oxford University Press.
- Cruz, G. (2015). O surgimento do espaço urbano no Noroeste da Ibéria. Uma reflexão sobre os oppida pré-romanos, In Martínez Peñín, R. e Caveró Domínguez, G. (eds.), *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*, Instituto de Estudios Medievales de la Universidad de León, León, pp. 403-424.
- Cruz, M. (2001). *Os vidros romanos de Bracara Augusta*, Tese de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.
- Dopico Caínzos, M. D. (1986). Los *conventus iuridici*. Origen, cronología y naturaleza histórica, *Gerión*, 4, pp. 265-283.
- Dopico Caínzos, M. D. (2012). *Publice privatimque hospitia* (Liv. 1.45.2) La hospitalidad en el libro I de Livio, In Abascal Palazón, J., Caballos Rufino, A., Castellanos, S. e Santos Yanguas, J. (coords.), *Estudios de historia antigua en homenaje al prof. Manuel Abilio Rabanal* "Gloriam patriae suae legionensis auxit et amicitiam omnibus rebus humanis anteposuit", España, Universidad de León e Universidad de Sevilla, pp. 219-234.

- Dopico Caínzos, M. D. (2013). Nuevas formas de administración, nuevas formas de control: la fundación de *Lucus Augusti* y su *conventus*, *Portugalia Nova Série*, 34, pp. 83-100.
- Dopico Caínzos, M.D. (2016). Los inicios de la urbanización en el NO: las capitales conventuales, In Dopico Caínzos, M. e Villanueva Acuña, M. (eds.), *Clausus est Ianus. Augusto e a transformación do NO hispano*, *Philtáte Studia et acta antiquae Callaeciae*, 1, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 255-279.
- Dopico Caínzos, M. D. e Santos Yanguas, J. (2017). Augusto y el Noroeste de Hispania: la acción del emperador y las comunidades indígenas, *Gerión*, 35, pp. 707-721.
- Edmondson, J. (1987). *Two Industries in Roman Lusitania: Mining and Garum Production*, Oxford, England, British Archaeological Reports.
- Étienne, R. (1974). *Le culte imperial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien*, París, E. de Boccard.
- Fernández Sánchez, M. (2004). *Memoria. Excavación arqueológica en área San Marcos N°4*, Lugo.
- Fernández Sánchez, M. (2013). *Memoria. Excavación arqueológica en área. Márgenes de seguridad. Rúa San Marcos N° 4*, Lugo, Lugo.
- Ferrer Sierra, S. (1991). *Valoración científica e informe preliminar relativo a excavación arqueolóxica de urxencia no solar da Rúa do Progreso n° 12*, Lugo.
- Ferrer Sierra, S. e González Fernández, E. (1996). Sustrato poboacional prerromano do entorno de *Lucus Augusti*, In Rodríguez Colmenero, A. (coord), *Lucus Augusti. El amanecer de una ciudad*, Vol 1, pp. 329-419.
- Finley, M. (1973). *The Ancient Economy*, University of California Press, Berkeley, Los Angeles.
- Fishwick, D. (1987). *The Imperial cult in the Latin west: studies in the ruler cult of the western provinces of the Roman Empire*, Leiden.
- Fontes, L., Martins, M., Ribeiro, M. e Carvalho, H. (2010). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII, In *Actas do Congreso Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo (s. VI-VIII)*, Toledo, pp. 255-262.

-
- Garrido Elena, A., Mar, R. e Martins, M. (2008). *A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstrução do santuário*, Escavações Arqueológicas, 4, Braga.
- Gómez Vila, J. (2009). *Epigrafía romana de la provincia de Lugo*, Londres.
- González Fernández, E. (1998). *Informe. Excavación arqueológica da rua Doutor Castro 20-22*, Lugo.
- González Fernández, E. (2005). *Domus Oceani. Aproximación á arquitectura doméstica de Lucus Augusti*, Traballos de Arqueoloxía 2, Lugo.
- González Fernández E. e Ferrer Sierra, S. (1990). *Informe da excavacion arqueologica de urxencia dos solares números 21 da Rua da Raiña e 24-25 da Praza de Santo Domingo*, Lugo.
- González Fernández, E. e González Soutelo, S. (2016). La ciudad y el Balneario: los orígenes del Balneario de Lugo en su contexto histórico, In Crecente, J. e González Soutelo, S. (eds.), *Dos mil años del Balneario de Lugo*, Lugo, pp. 122-139.
- González Ruibal, A. (2006-07). Galaicos. Poder y Comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.), *Brigantium*, 18-19, A Coruña, Museo Arqueológico e Histórico da Coruña.
- González Soutelo, S. (2005). Breve aproximación al estudio de las aguas mineromedicinales en época prerromana y romana en Galicia, *Arqueoweb: Revista sobre Arqueología en Internet*, 7. Disponible em: <http://webs.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/7-2/gonzalez.pdf>.
- González Soutelo, S. (2008). Los sistemas hidráulicos en los yacimientos urbanos y rurales de la Galicia romana. Una Nueva perspectiva de estudio, In Ramil Rego (ed), I Congreso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba. 11-14 junio, *Férvedes*, 5, Villalba, Lugo, pp. 373-381.
- González Soutelo, S. (2012). El balneario romano de Lugo: una nueva interpretación arquitectónica y funcional, *Saguntum: Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, 44, pp. 167-182.
- González Soutelo, S. (2016). Cómo era el balneario romano de Lugo?, In Crecente, J. e González Soutelo, S. (eds.), *Dos mil años del Balneario de Lugo*, pp. 370-399.

- González Soutelo, S. (2017). El agua en el origen de la ciudad de *Lucus Augusti*, In Dopico Cainzos, M.D. e Villanueva Acuña, M. (eds.), In *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae, Vol. 2*, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 357-384.
- Greene, K. (1986). *The Archaeology of the Roman Economy*, London, Batsford.
- Gros, P. (2002). *L'Architecture romaine, 1. Les monuments public*, 2^a ed., Editions A&J Picard, Paris.
- Gros, P. (2006). *L'Architecture romaine. Du début du IIIe siècle av. J.-C. à la fin du Haut Empire: Maisons, palais, villas et tombeaux*, Vol. 2., Editions A&J Picard, Paris.
- Hartnett, J. (2017). *The roman Street. Urban life and society in Pompeii, Herculaneum and Rome*, Cambridge University Press, New York.
- Haverfield, F. (1913). *Ancient Town Planning*, Oxford.
- Hervés Raigoso, M. (1991). *Informe provisional Armanya 13, Relatório*, Lugo.
- Hervés Raigoso, M. (1993). *Informe Preliminar Excavación arqueológica del solar n° 11 de la calle Anxel Fole*, Lugo.
- Hervés Raigoso, M. (1995). *Informe Preliminar. Intervención arqueológica en el solar de la rúa San Marcos, n° 15*, Lugo.
- Hervés Raigoso, M. (2015). *Memora Técnica. Excavación arqueológica en área: Rúa Clérigos n° 1 y Ronda interior de la Muralla s/n*, Lugo.
- Hervés Raigoso, F. e Meijide Cameselle, G. (2000). O culto as ninfas nas termas de Lugo, *Gallaecia, 19*, pp. 187-196.
- Hope, V. (2007). *Death in ancient Rome. A sourcebook*, London, Routledge.
- Kostof, S. (1995). *A History of Architecture: Settings and Rituals*, New York, Oxford University Press.
- Laurence, R. (1994). *Roman Pompeii: Space and Society*, London, Routledge.

-
- Laurence, R., Cleary, S. e Sears, G. (2011). *The city in the Roman West c.250 BC-c.AD 250*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lefebvre, H. (2013). *La producción del espacio*, Madrid, Capitán Swing.
- Lemos, F. e Leite, J. (2000). Trabalhos Arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas, *Forum*, 27, pp. 15-38.
- Le Roux, P. (1975). Aux Origines de Braga (*Bracara Augusta*), *Bracara Augusta*, 29, pp. 155-157.
- Le Roux, P. (1994). Bracara Augusta, ville Latine, In *Atas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34, 1-2, pp. 229-241.
- Le Roux, P. (2009). Cultos y religión en el noroeste de la península Ibérica en el Alto Imperio romano: nuevas perspectivas, *Veleia*, 26, pp. 265-285.
- Leveau, P. (1984). *Caesarea de Maurétanie. Une ville romaine et ses campagnes*, Publications de l'École Française de Rome, 70
- Lourenço, M. (2012). *Objetos do quotidiano de Bracara Augusta*, Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Maciel, S. (2018). *A paisagem na idade do Ferro e romanização da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira: análise macro espacial*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.
- Madsen, J. (2013). The provincialism of Rome, In Hoyos, D. (ed.), *A Companion to Roman Imperialism*, Leiden, Brill, pp. 305-318.
- Magalhães, F. (2010). *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta*, Tese de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.
- Magalhães, F. (2019). *A domus Romana no Noroeste Peninsular: Construção, Arquitetura e Sociabilidades*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Mangas Manjarrés, J. (2007). El culto imperial en el noroeste de Hispania. In Nogales Basarrate, T. e González Fernández, J. (eds.), *Culto Imperial: política y poder [Acti del Congresso «Culto Imperial: Política y Poder» (Mérida, 18-20 Maio de 2006)]*, Roma: L'Erma di Bretschneider (Hispania Antigua, Serie Arqueológica; 1), pp. 706-720.

- Mar, R. (2008). La construcción pública en las ciudades Hispanas. Los agentes de la construcción, In Camporeale, S., Dessales, H. e Pizzo, A. (eds.), *Arqueologia de la construcción I. Los procesos constructivos en el mundo romano: Italia y las provincias occidentales*, Mérida.
- Mar, R., Ruiz de Arbuló, J., Vivó, D. e Beltrán-Caballero, J. (2012). *Tarraco. Arquitectura y Urbanismo de una capital provincial romana. Volumen 1. De la Tarragona ibérica a la construcción del templo de Augusto*, Documents D'Arqueologia Clássica, Tarragona.
- Martins, M. (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia, Monografias 5, Braga.
- Martins, M. (1996). Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a.C., In *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp.118-133.
- Martins, M. (1997-98). A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, Nº 14/15, Série II, Braga, pp. 23-45.
- Martins, M. (1998). Moldes de sítulas com decoração geométrica, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 5, Braga, pp. 23-34.
- Martins, M. (2005). *As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta*, Braga.
- Martins, M. (2006). *Bracara Augusta* a Roman town in northwest of Iberia, recent archaeological research, *Journal of Roman Archaeology*, pp. 213-222.
- Martins, M. (2014). Projeto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana, *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Porto, vol. XIII, pp. 165-175.
- Martins, M. (2015). Entre o ócio e a sociabilidade. O papel das termas públicas na vida social de *Bracara Augusta*, In Silva, G.; Leite, L.; Silva, E. e Neto, B. (orgs), *Cotidiano e sociabilidades no Império Romano*, Victoria, pp.13-30.

-
- Martins, M., Fontes, L., Braga, C., Braga, J.; Magalhães, F. e Sendas, J. (2009). *Relatório final dos trabalhos arqueológicos realizados no Quarteirão dos CTT – Avenida da Liberdade*, UAUM, Braga.
- Martins, M., Fontes, L. e Cunha, A. (2013). Arqueologia urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas, In *Arqueologia em Portugal. 150 anos*, Lisboa, pp. 81-88.
- Martins, M. e Lemos, F. (1997). Duas décadas de vida de um projecto: o salvamento de *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, 14-15, Braga, pp. 9-21.
- Martins, M., Magalhães, F. e Botica, N. (2018). Urbanismo e Arquitetura de *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*, In Dopico Caínzos, M.D. e Villanueva Acuña, M. (eds.), *Sine iniuria in pace uiuatur. La construcción del Imperio durante los julio-claudianos, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae, Vol. 3*, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 345-373.
- Martins, M., Magalhães, F., Martínez Peñin, R. e Ribeiro, J. (2016). The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages, *Arqueologia Medieval*, pp.33-51.
- Martins, M., Mar, R., Ribeiro, J. e Magalhães, F. (2013). A construção do teatro romano de *Bracara Augusta*, In Melo A. e Ribeiro, M. (coords.), *História da Construção. Arquiteturas e técnicas construtivas*, CITCEM/LAMOP, Braga, pp. 41-76.
- Martins, M., Meireles, J., Ribeiro, M., Magalhães., Braga, C. (2017c). O abastecimento de água á cidade de *Bracara Augusta*: os dados e os problemas, In Dopico Caínzos, M.D. e Villanueva Acuña, M. (eds.), In *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae*, Vol. 2, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp.227-249.
- Martins, M., Ribeiro, J. e Magalhães, F. (2006). A arqueologia em Braga e a descoberta do teatro romano de *Bracara Augusta*, *Forum*, 40. Braga, pp. 9-30.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F. e Braga, C. (2012). Urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, Economia e Lazer, In Ribeiro, M. e Melo, A. (coords.), *Evolução da paisagem urbana. Sociedade e economia*, Braga, pp. 29-68.

- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Braga, C., e Ribeiro, M. (2017b). O espaço construído de *Bracara Augusta* no Alto Império, In Dopico Cainzos, M. D. e Villanueva Acuña, M. (eds.), In Roma nata, per Italam fusa, in provincias manat. *A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae, Vol. 2*, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 251-276.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F. e Martínez Peñín, R. (2015). Urban changes in Braga in late Antiquity: the area of the Roman Theater, In Martínez Peñín, R. (ed.), Braga and its territory between the fifth and fifteenth centuries, *Espai-temps*, 67, Lleida, pp. 11-28.
- Martins, M. e Ribeiro, M. (2012). Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*. Uma abordagem preliminar, In Martins, M., Freitas, I. e Val Valdivieso, M. (coords.), *Caminhos da Água. Paisagens e usos na longa duração*, Braga, CITCEM, pp. 9-52.
- Martins, M. e Ribeiro, M. (2013). Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração, In Ribeiro, M. e Melo, A. (coords.), *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos Tecidos Históricos*, Braga, Ed. CITCEM/IEM, pp.11-44.
- Martins, M., Ribeiro, M., e Meireles, J (2011). As termas públicas de Bracara Augusta e o abastecimento de água da cidade romana, In *Actas del seminario internacional Aquae Sacrae. Agua y sacralidad en época antigua*, Girona, pp. 69-102.
- Martins, M., Ribeiro, M., Ribeiro, J., Mar, R. (2017a). Topografia e urbanismo fundacional de *Bracara Augusta*, In Dopico Cainzos, M. e Villanueva Acuña, M. (eds.), In Roma nata, per Italam fusa, in provincias manat. *A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae, Vol. 2*, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 203-226.
- Meneghini, R. e Santangeli, R. (2007). *I Fori Imperiali. Gli scavi del Comune di Roma (1991-2007)*, Roma.
- Morais, R. (2001). Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*, *Forum*, 30, Braga, pp. 55-76.
- Morais, R. (2004). *Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto Imperial*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.

-
- Morais, R. (2005). *Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*, Escavações Arqueológicas, 2. Braga, UAUM/Narq.
- Morillo Cerdán, A. (1999). Asentamientos militares y civiles en el origen del fenómeno urbano en el noroeste peninsular, In Rodríguez Colmenero, A. (coord.), *Los orígenes de la ciudad en el noroeste hispánico: actas del Congreso Internacional, Lugo 15-18 de mayo de 1996*, Lugo, pp. 339-354.
- Morillo Cerdán, A. (2003). Los campamentos romanos de Astorga y León, *Espacio, Tiempo, Forma Serie II, Historia Antigua*, 16, pp. 83-110.
- Morillo Cerdán, A. (2010). Sistemas defensivos en los campamentos romanos de León. In *Actas del Congreso Las técnicas y las construcciones de la ingeniería romana. V Congreso de obras públicas romanas*, Córdoba, del 7 al 9 de Octubre de 2010, Madrid, pp. 461-477.
- Morley, N. (1997). *Cities in context. Urban systems in Roman Italy*, In Parkins, H. (ed.), *Roman Urbanism. Beyond the Consumer City*, London–New York, pp. 42– 58.
- Morley, N. (2011). *Cities and economic development in the Roman Empire*, In Bowman, A. e Wilson, A. (eds.), *Settlement, Urbanization and Population*, Oxford University Press, Oxford, pp. 143-160.
- Nünnerich-Asmus, A. (1994). *Basilika und Portikus: Die Architektur der Säulenhallen als Ausdruck gewandelter Urbanität in später Republik und früher Kaiserzeit*, Vienna, Böhlau Verlag.
- Ozcáriz Gil, P. (2013). *La administración de la provincia Hispania Citerior durante el Alto Imperio romano. Organización territorial, cargos administrativos y fiscalidad*, *Instrumenta*, 44, Universitat de Barcelona.
- Palao Vicente, J. (2016). El ejército romano y el Noroeste hispano durante época augustea, In Dopico Caínzos, M. D. e Villanueva Acuña, M. (eds.), *Clausus est lanus. Augusto e a transformación do noroeste hispano*, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 89-108.
- Parceró Oubiña, C. (2000). Tres para dos. Las formas de poblamiento en la Edad del Hierro del Noroeste Ibérico. *Trabajos de Prehistoria*, 57(1), pp. 75-95.

- Peacock, D. (1980). The Roman Millstone Trade, a Petrological Sketch, *World Archaeology*, 12, pp. 43-53.
- Pensabene, P. (1995). Il tempio di tradizione faraónico, In *Alessandria e il mondo ellenistico-romano*, Alessandria, 23–27 Novembre, 1992: Atti del 2. Congresso internazionale italo-egiziano, Roma, L'Erma di Bretschneider.
- Pereira-Menaut, G. (1983) Los *castella* y las comunidades de *Callaecia*, In *Actas del II Seminario de Arqueología del Noroeste (Santiago de Compostela, 1980)*, Madrid, pp. 167-192.
- Pereira-Menaut, G. (1984). La formación histórica de los pueblos del Norte de *Hispania*. El caso de *Gallaecia* como paradigma, *Veleia*, 1, pp. 271-288.
- Pérez Alberti, A. (2017). *Lucus Augusti*. Unha primeira aproximación ao contexto xeográfico empregando ferramentas SIG, In Dopico Caínzos, M. D. e Villanueva Acuña, M. (eds.), In Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. *A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae, Vol. 2*, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 291-301.
- Ramil Rego, P. e Gómez-Orellana Rodríguez, L. (2016). Clima, paisaxe e acción humana no NO da Península Ibérica durante a Idade do Ferro e a Romanización: Mitos e realidades, In Dopico Caínzos M. D. e Villanueva Acuña (eds.), *Clausus est lanus. Augusto e a transformación do NO hispano, Philtáte 1*, Lugo, Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, pp. 163-184.
- Rascón Marqués, S. e Sánchez Montes, A. (2014). "Complutum" de la ciudad clásica a la deconstruida a través de 700 años de historia, In Vaquerizo Gil, D., Garriguet Mata, J. e León Muñoz, A. (coord.), *Ciudad y territorio: transformaciones materiales e ideológicas entre la época clásica y el Altomedioevo, Monografías de arqueología cordobesa*, N. 20, Universidad de Córdoba, Servicio de Publicaciones, Córdoba, pp. 309-324.
- Rawson, E. (1987). Discrimina Ordinum: The Lex Julia Theatralis, *Papers of the British School at Rome*, vol. 55, pp. 83-114.
- Redentor, A. (2011). *A cultura epigráfica no conventvs bracaravgustanvs (pars occidentalis). Percursos pela sociedade brácara da época romana*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

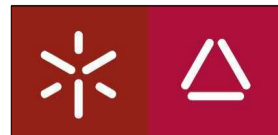
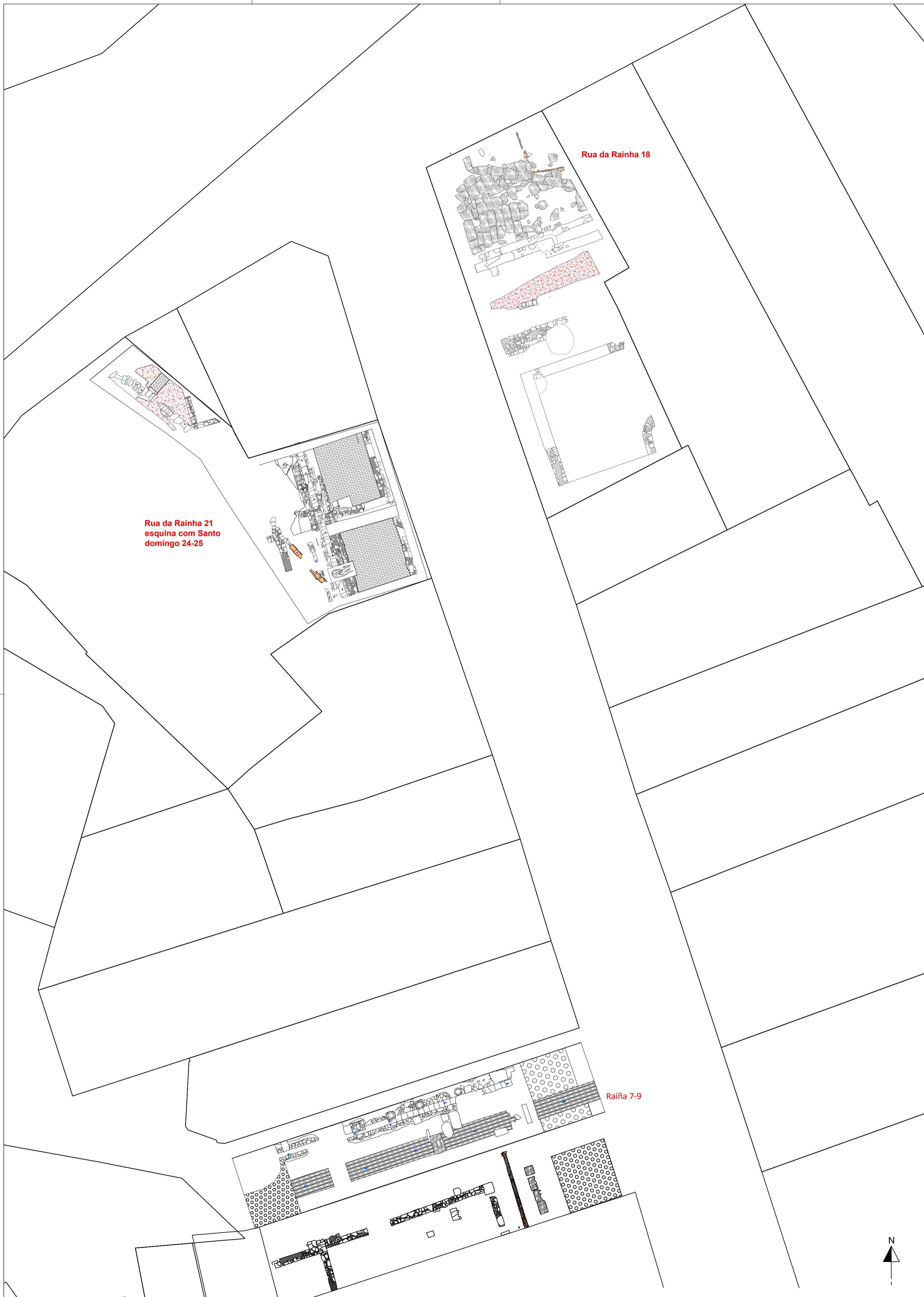
-
- Redentor, A. (2017): *A cultura epigráfica no conuentus Bracaraugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácaro da época romana*, 2. vols., Coimbra.
- Ribeiro, J. (2015). Cerâmica e mudança social em *Bracara Augusta*: uma análise da evolução das produções e dos produtos desde a fundação da cidade à antiguidade tardia, in Silva, G., Leite, L., Silva, E., Neto, B. (orgs.), *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*, Vitória, GM Editora, pp. 67-81.
- Ribeiro, J. (2015a). *Arquitectura romana em Bracara Augusta: uma análise das técnicas edilícias*, CITCEM, Edições Afrontamento, Porto.
- Ribeiro, J e Martins, M. (2015). A construção em *Bracara Augusta*. O processo construtivo no quotidiano de uma cidade: os agentes e os artesãos, *Romanitas.-Revista de Estudos Grecolatinos*, pp.73-85
- Ribeiro, M. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Tese de Doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Richardson, L. (1992). *A New Topographical Dictionary of Ancient Rome*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press.
- Robinson, O. (2003). *Ancient Rome: City Planning and Administration*, Londres e Nova York, Routledge.
- Rodríguez Cao, C. (2011) A *domus* do Mitreo. In *A Domus do Mitreo*. Lugo: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 20-31.
- Rodríguez Colmenero, A. (1998). *Lucus Augusti*, capital del Finisterre hispánico, In Barraca de Ramos, P. (coord), *Hispania. El legado de Roma en el año de Trajano*, Zaragoza, pp. 433-436.
- Rodríguez Colmenero, A. (2002). El campamento auxiliar de “Aquis Querquennis”, Baños de Bande (Ourense), In Morillo Cerdán, A. (coord.), *Arqueología Militar Romana en Hispania, Anejos Gladius*, 5, Madrid, pp. 227-244.
- Rodríguez Colmenero, A. (2006). Un intento de respuesta a los interrogantes históricos planteados. In Rodríguez Colmenero, A. e Ferrer Sierra, S. (eds.), *Excavaciones arqueológicas en Aquis Querquennis: actuaciones en el campamento romano (1975-2005)*, Lugo, Grupo Arqueológico Larouco, Anejos de Larouco 4, pp. 627-633.

- Rodríguez Colmenero, A. e Carreño Gascón, M. (1999). *Lucus Augusti*, capital romana del finisterre hispánico, In *Emergência e desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*, Porto, pp.115-132.
- Rodríguez Colmenero, A. e Carreño Gascón, C. (2006). Lugo, In Morillo Cerdán, A. (ed.), *El ejército romano en Hispania*, Guía Arqueológica, León, pp. 365-372.
- Rogers, D. (2018). *Water Culture in roman society*, Leiden, Brill.
- Rüpke, J. (2006). Religion in the *lex Ursonensis*, In Ando, C. e Rüpke, J. (eds.), *Religion and Law in Classical and Christian Rome*, Potsdamer Altertumswissenschaftliche Beiträge 15, Stuttgart, pp. 34-46.
- Rykwert, J. (1976). *The Idea of a Town: The Anthropology of Urban Form in Rome, Italy and the Ancient World*, Faber and Faber, London.
- Santamaría Gámez, G. (2009). *Intervenciones arqueológicas en el solar nº 28 de la rúa Progreso*, Lugo.
- Sevillano Fuertes, M. (2007). La muralla de romana de Astorga (León), In Rodríguez Colmenero, A. Rodà de Llanza, I. (coords), *Murallas romanas en el occidente del imperio: Lucus Augusti como paradigma: Actas del congreso internacional celebrado en Lugo en el V aniversario de la declaración por la Unesco de la muralla de Lugo como Patrimonio de la Humanidad*, Lugo, pp. 343-358.
- Sewell, J. (2010). The formation of Roman urbanism, 338-200 B.C.: between contemporary foreign influence and Roman tradition, *Journal of Roman archaeology Supplementary series*, 79, Portsmouth RI, Journal of Roman Archaeology.
- Schulten, A. (1943). *Los Cántabros y Astures y su guerra con Roma*, Madrid.
- Silva, A. C. F. (1986). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Museu arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- Suárez Piñeiro, A. (2006-2008). O desenvolvimento territorial dunha cidade com 2000 anos de historia: *Lucus Augusti*, *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, 13, Lugo, pp. 311-323.
- Taylor, R. (2006). *Los constructores romanos. Un estudio sobre el proceso arquitectónico*, Madrid, Ediciones Akal.

-
- Teixeira, H. (2012). *Sistemas de abastecimento e drenagem de água a Bracara Augusta: aquedutos, canalizações e cloacas*, Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Torres, A. (2014). *Sequência de ocupação da Zona Arqueológica do Ex. Albergue Distrital. Contributo para a análise evolutiva e funcional de uma unidade doméstica em Bracara Augusta*, Tese de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Tranoy, A. (1980). Religion et société à *Bracara Augusta* (Braga) au Haut-Empire romain, In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste peninsular (Guimarães, 1979)*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento. Vol. 3, pp. 67-83.
- Tranoy, A. (1981). *La Galice romaine*, Paris.
- Tranoy, A. (1983). Remarques sur la permanence et les mutations dans la Galice antique: le rôle des villes, In *Actas del II Seminario de Arqueología del Noroeste (Santiago de Compostela, 1980)*, Madrid, Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, pp. 193-201.
- Tranoy, A. e Le Roux, P. (1989-1990). As necrópoles de *Bracara Augusta*: B – les inscriptions funéraires, *Cadernos de Arqueologia*, Braga, 2ª série, 6-7, pp. 187-230.
- Vaquerizo Gil, D. (ed.) (2002). *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Vol. II, Córdoba, Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba.
- Vidal Encinas, J. e González Fernández, M. (2018). *Asturica Augusta*: Actualización de su urbanismo a la luz de las excavaciones recientes, In Martínez Caballero, S., Santos Yanguas, J. e Municio González, L. (eds), *Anejos de Segovia Histórica 2. El urbanismo de las ciudades romanas del Valle del Duero. Actas de la I reunión de Ciudades Romanas del Valle del Duero*, Segovia, pp. 273-327.
- Villanueva Acuña, M. (2011). Problemas en torno a la organización administrativa del Noroeste en los inicios del Imperio, *Hispania antiqua*, nº 35, pp. 67-82.
- Villanueva Acuña, M. (2016) La fundación de *Lucus Augusti*: nuevas perspectivas, *Revista de Historiografía*, 25, pp. 273-286.
- Wallace-Hadrill, A. (1991). Elites and trade in the Roman Town, In Rich, J. and Wallace-Hadrill, A. (eds), *City and Country in the Ancient World*, volume 2, Routledge, London, pp. 244-277.

- Wallace-Hadrill, A. (1994). *Houses and society in Pompeii and Herculaneum*, New Jersey.
- Wallace-Hadrill, A. (2015). The album of the Herculaneum: Problems of Status and Identity. In Tuori, K. e Nissin, L. (eds), *Public and Private in the Roman House and Society*, *Journal of Roman Archaeology*, 102, Portsmouth, Rhode Island, pp. 177-186.
- Watcher, J. (1997). *The Town of Roman Britain*, London, Batsford Ltd.
- Weber, M. (1999). *Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*, vol. 2, Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa, São Paulo, Editora UnB.
- Webster, J. (2001). Creolizing the Roman Provinces, *American Journal of Archaeology*, vol. 105, No. 2, pp. 209–225.
- Williams, C. (1979). *The Development of Monumental Street-architecture with Special Emphasis on Roman Asia Minor*, Tese de Doutoramento, Institute of Archaeology, London University.
- Williamson, C. (1987). A Roman law from Narbonne, *Athenaeum - Studi Periodici di Letteratura e Storia dell'Antichità*, Nova Série, vol. LXV, Fascicolo I-II, pp. 173-189.
- Woolf, G. (1998). *Becoming Roman. The Origins of Provincial Civilization in Gaul*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Zabaleta Estevéz, M. (1999). Breve síntese sobre os estudos das moedas de *Bracara Augusta* – as moedas das termas do Alto da Cividade, *Forum*, 26, Braga, pp. 80-85.
- Zanker, P. (1995). *Pompeii: Stadtbild und Wohngeschmack*, Mainz, P. von Zabern.

Apêndices



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Francisco Folgueira Ríos (PG35581)

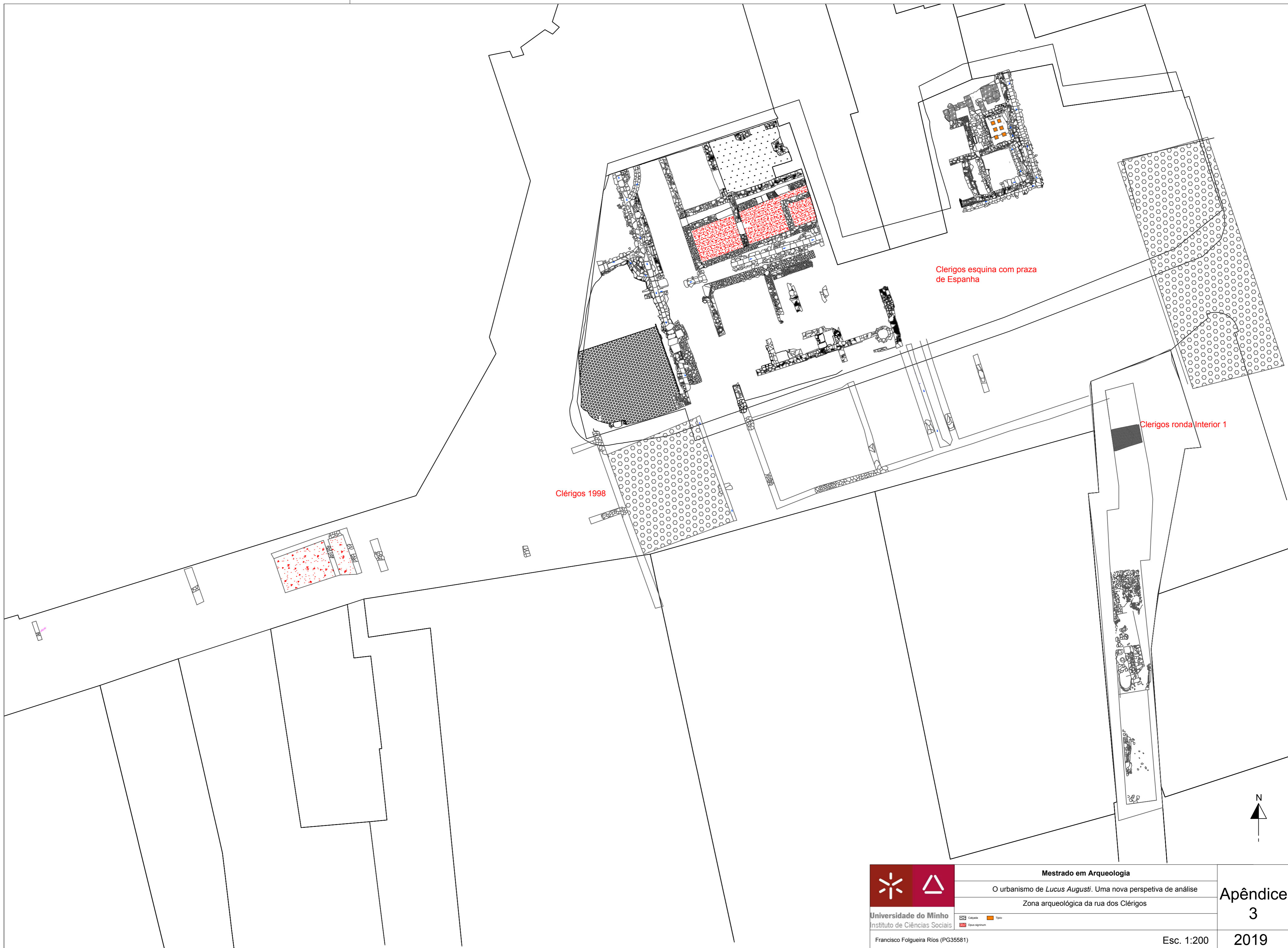
Mestrado em Arqueologia		
O urbanismo de <i>Lucus Augusti</i> . Uma nova perspetiva de análise		
Zona arqueológica da rua da Rainha		

Apêndice
1

Esc. 1:200

2019



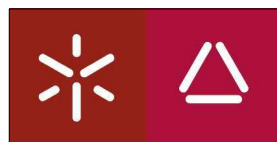
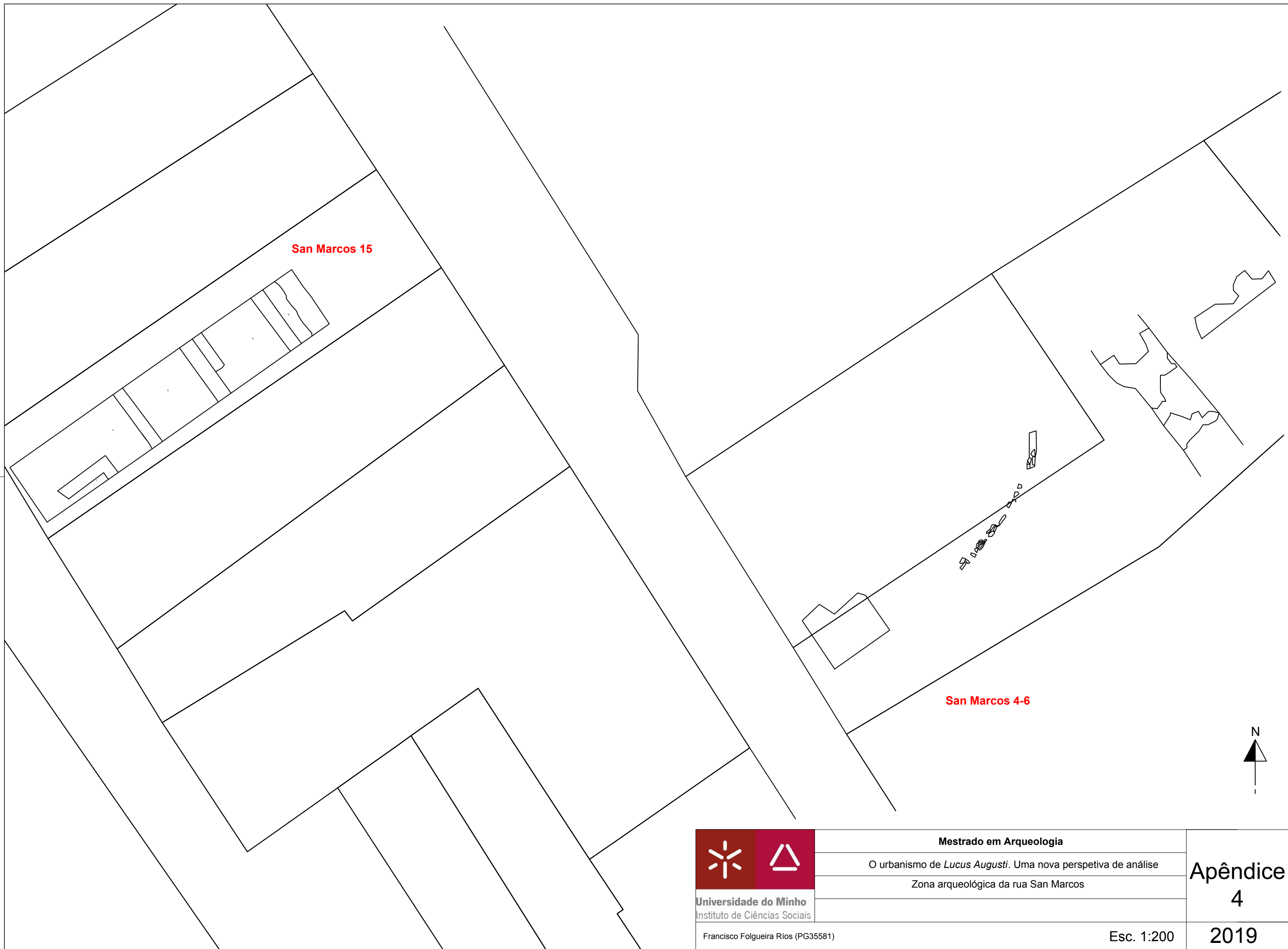


Clérigos esquina com praça de Espanha

Clérigos ronda Interior 1

Clérigos 1998





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Francisco Folgueira Ríos (PG35581)

Mestrado em Arqueologia

O urbanismo de *Lucus Augusti*. Uma nova perspectiva de análise

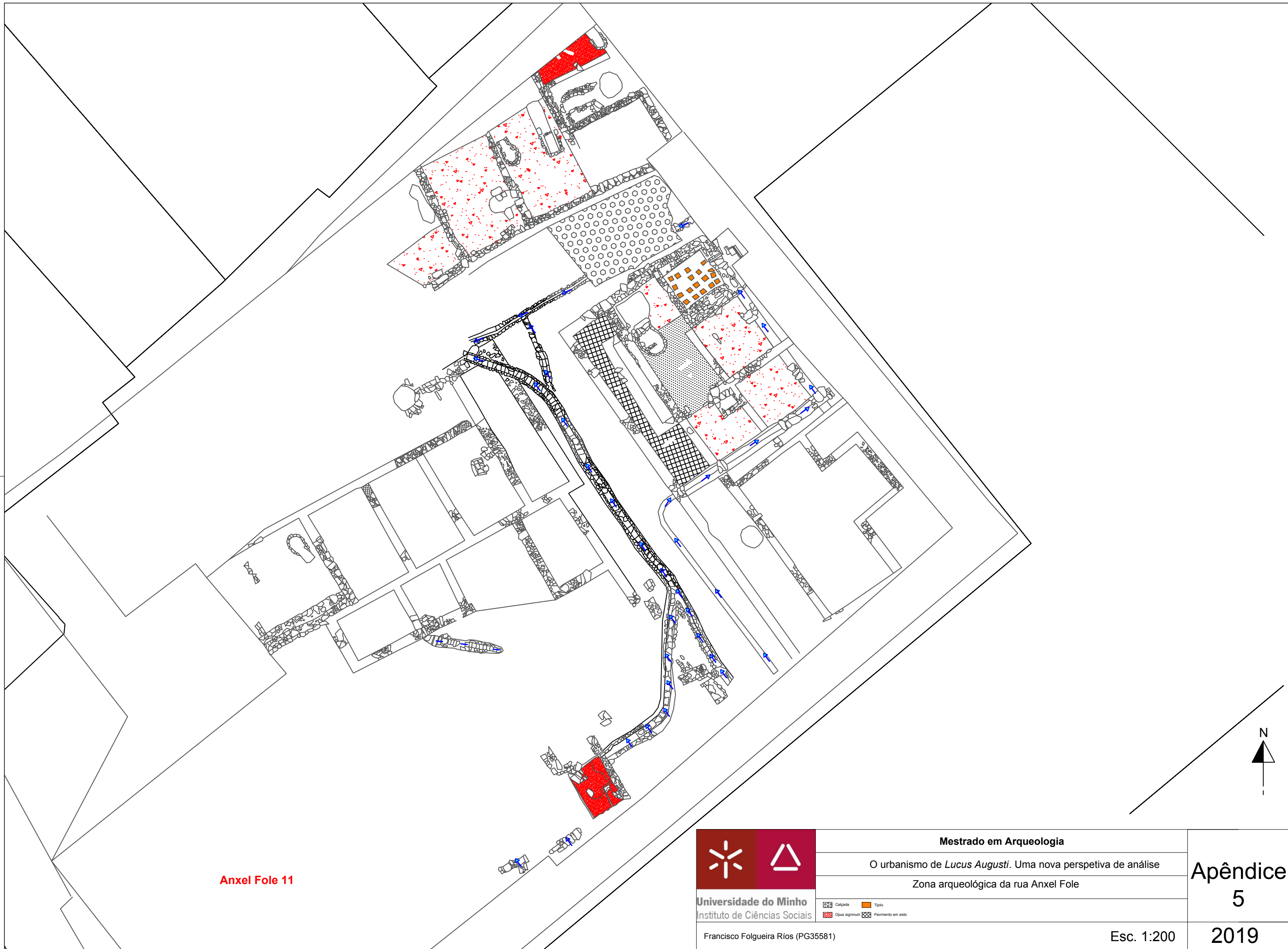
Zona arqueológica da rua San Marcos

Esc. 1:200






Apêndice

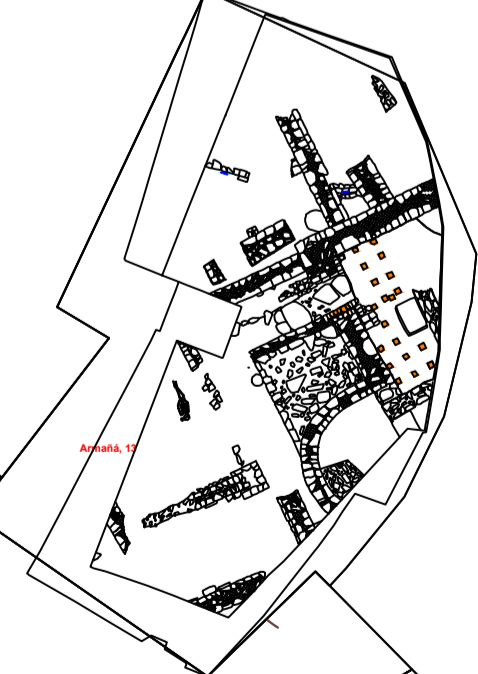
4

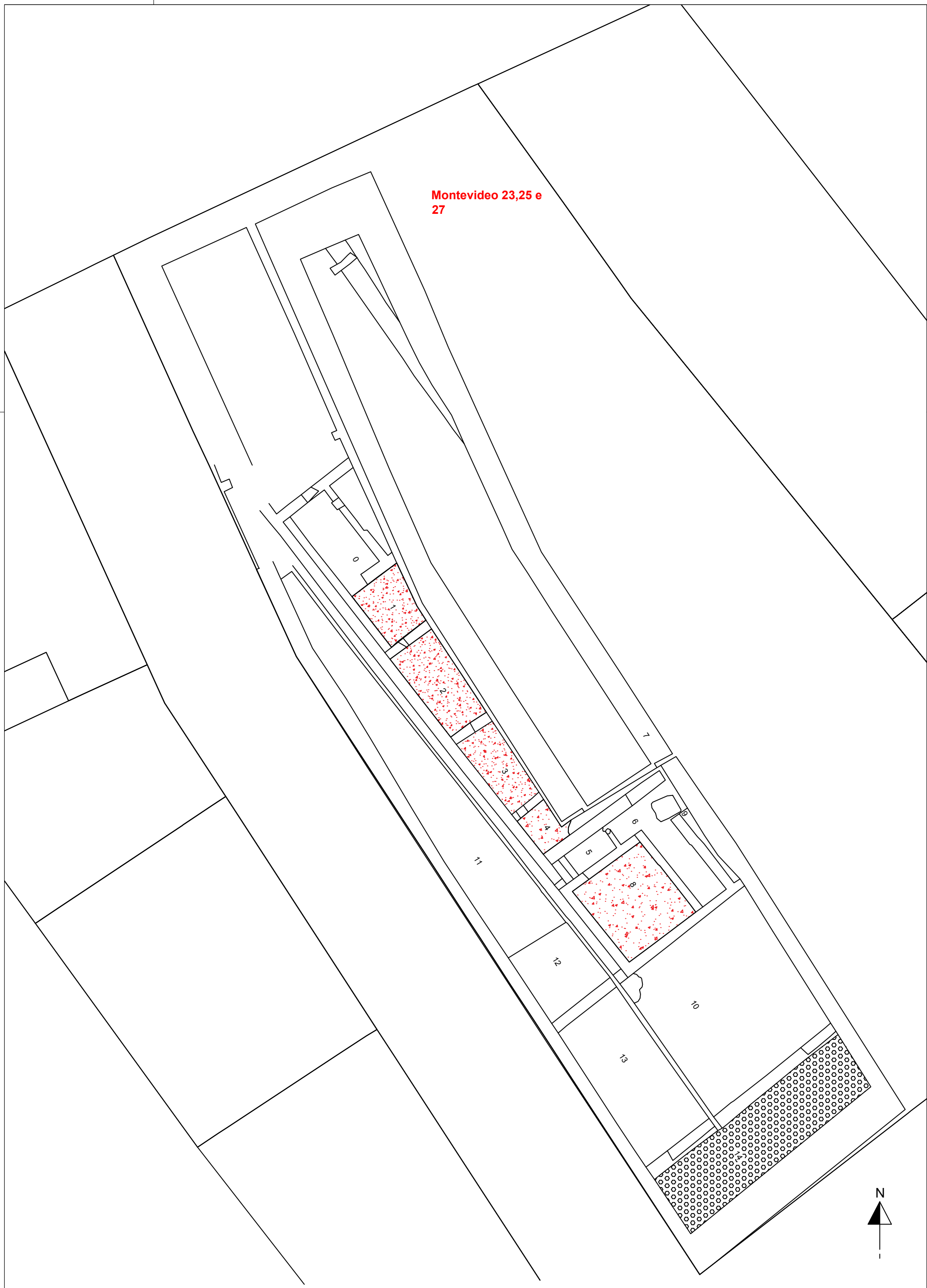
2019



Anxel Fole 11

 <p>Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais</p>	<p>Mestrado em Arqueologia</p>	<p>Apêndice 5</p>
	<p>O urbanismo de <i>Lucus Augusti</i>. Uma nova perspectiva de análise</p> <p>Zona arqueológica da rua Anxel Fole</p>	
<p>Francisco Folgueira Ríos (PG35581)</p>	<p>  Calçada  Tijolo  Opus signinum  Pavimento em xisto </p>	





Montevideo 23,25 e
27



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Calçada
Opus signinum

Francisco Folgueira Ríos (PG35581)

Mestrado em Arqueologia

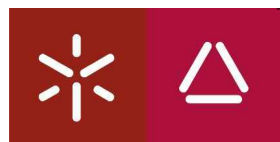
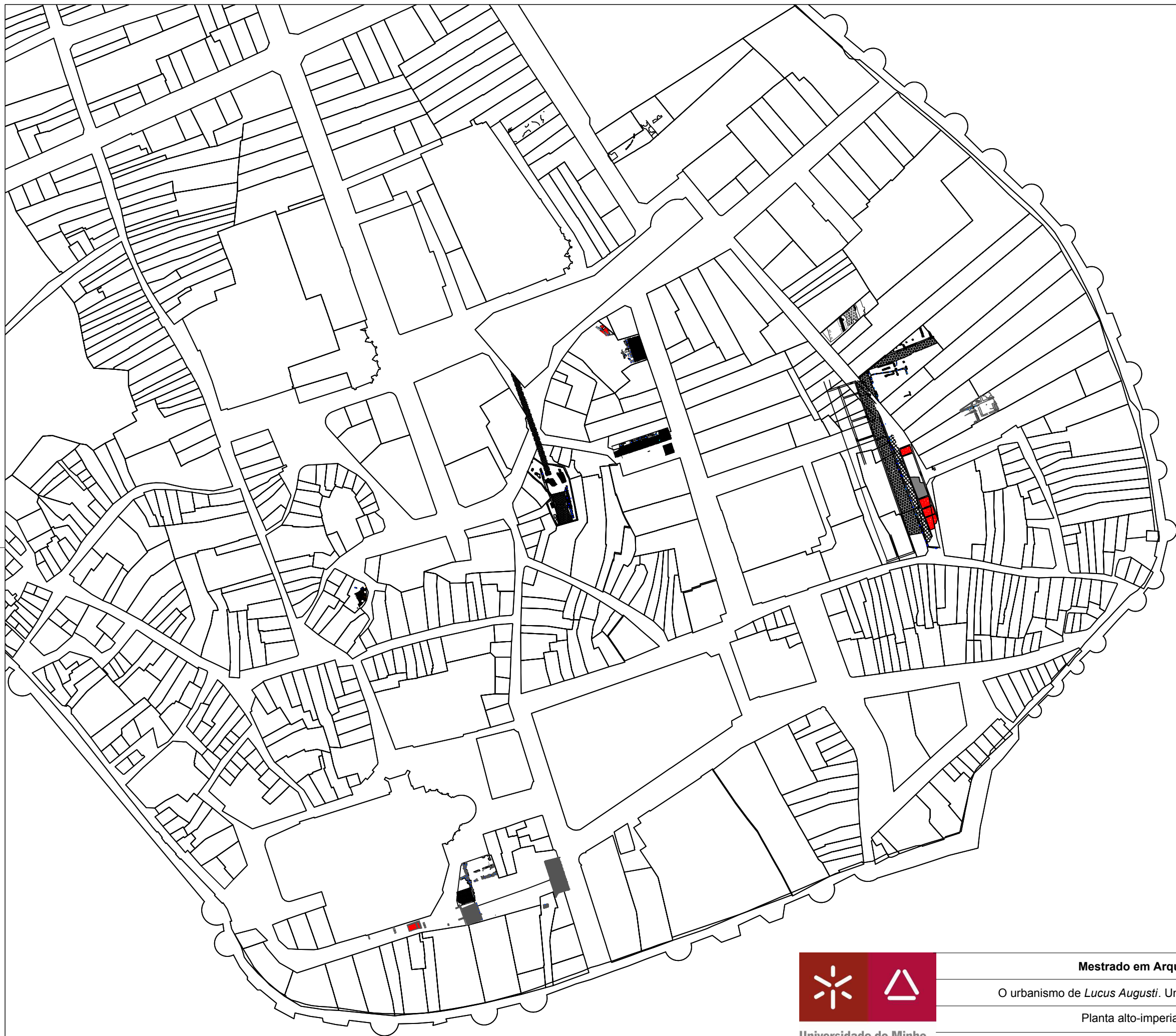
O urbanismo de *Lucus Augusti*. Uma nova perspetiva de análise

Zona arqueológica da rua Montevideo

Apêndice
7

Esc. 1:200

2019



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

- Calçada
- Tegula
- Tijolo
- Opus signinum
- Granito

Mestrado em Arqueologia

O urbanismo de *Lucus Augusti*. Uma nova perspetiva de análise

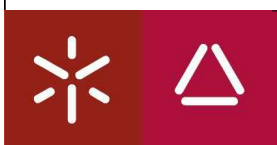
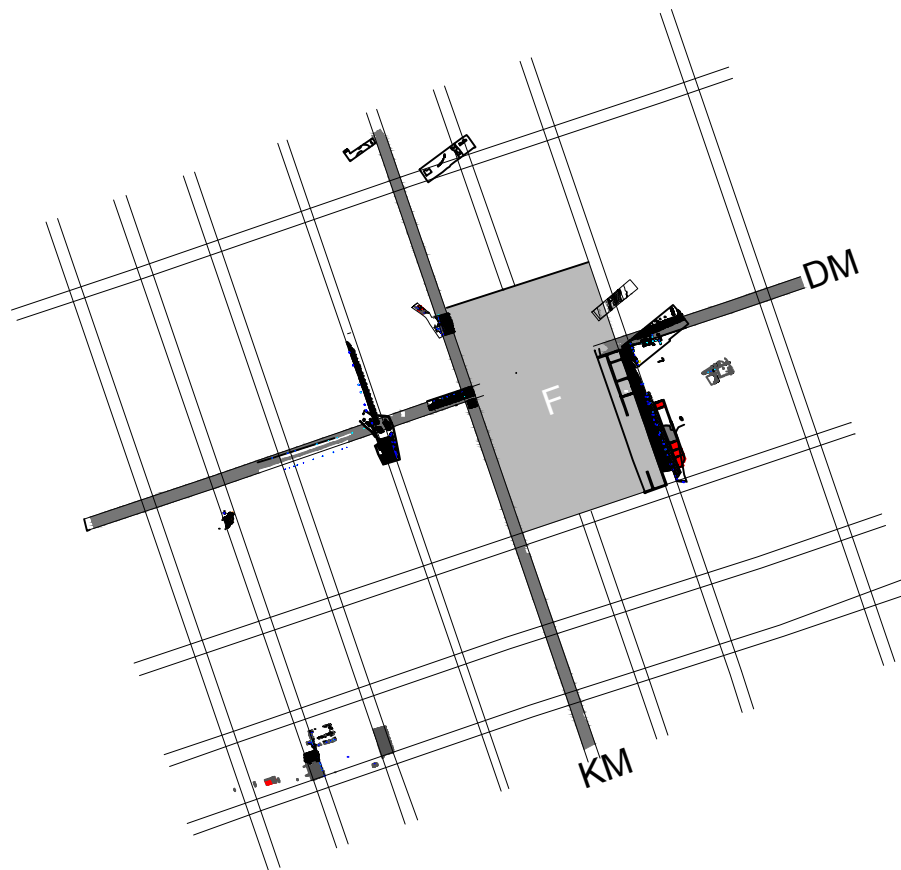
Planta alto-imperial

Francisco Folgueira Ríos (PG35581)

Esc. 1:2000

Apêndice
8

2020



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Mestrado em Arqueologia

O urbanismo de *Lucus Augusti*. Uma nova perspetiva de análise

Malha urbana alto-imperial


Apêndice
9

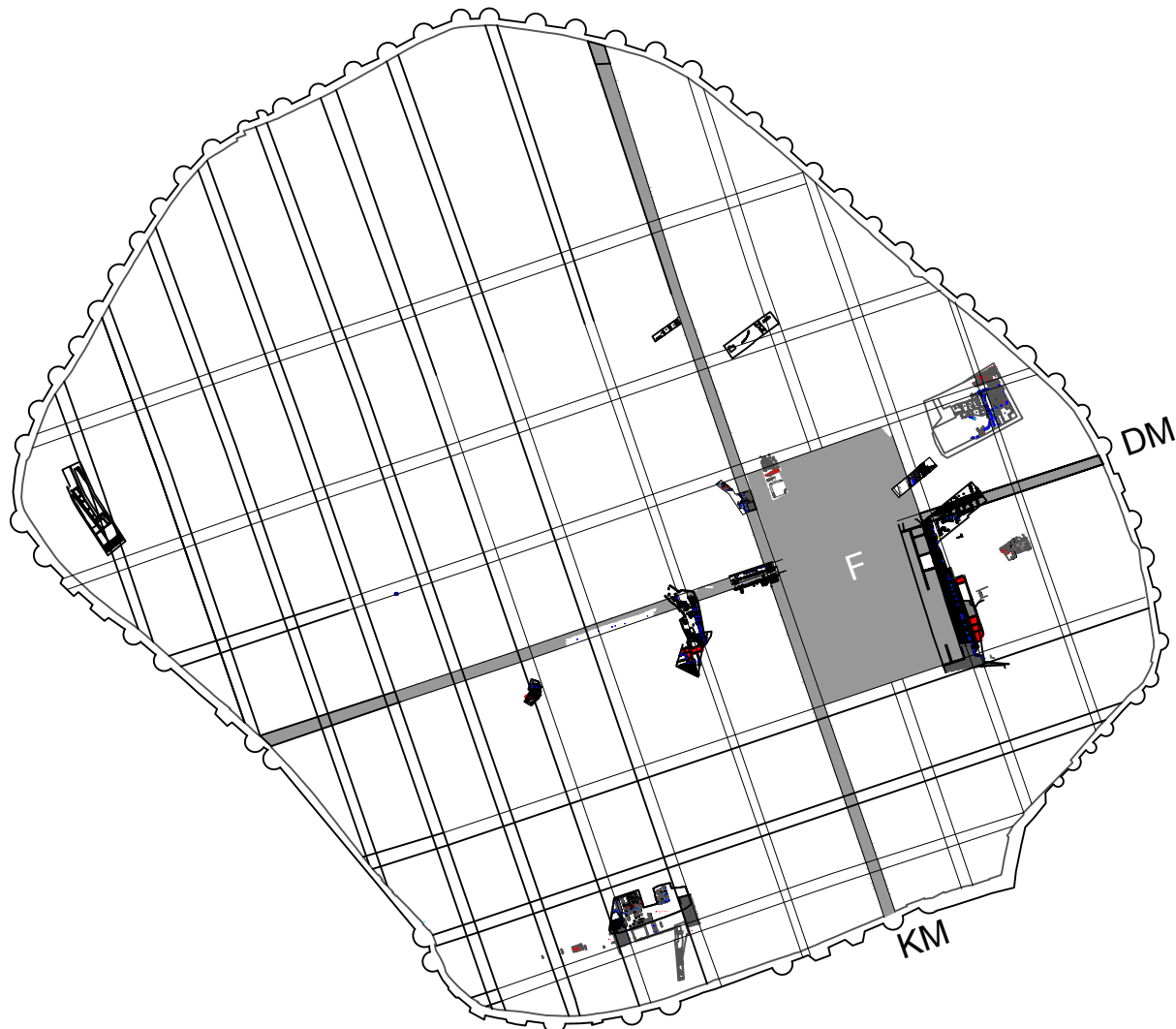
Francisco Folgueira Ríos (PG35581)

Esc. 1:5000

2019



 Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais Francisco Folgueira Rios (PG35581)	Mestrado em Arqueologia	Apêndice 10 2020
	O urbanismo de <i>Lucus Augusti</i> . Uma nova perspetiva de análise	
	Planta baixo-imperial	
Esc. 1:2000	2020	



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Mestrado em Arqueologia

O urbanismo de *Lucus Augusti*. Uma nova perspetiva de análise

Malha urbana baixo-imperial

**Apêndice
11**

-  Calçada
-  Tegula
-  Cloaca abobadada
-  Opus signinum
-  Granito
-  Tijolo

